

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

EDINELZA MACEDO RIBEIRO

**PROSPECTIVA E SUSTENTABILIDADE DO ECOTURISMO: USO DA
TÉCNICA DE CONSTRUÇÃO DE CENÁRIOS NO ESTADO DO
AMAZONAS**

Brasília/DF – 2013

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

**PROSPECTIVA E SUSTENTABILIDADE DO ECOTURISMO: USO DA
TÉCNICA DE CONSTRUÇÃO DE CENÁRIOS NO ESTADO DO
AMAZONAS**

EDINELZA MACEDO RIBEIRO

Orientador: Elimar Pinheiro do Nascimento

Coorientadora: Marutschka Martini Moesch

Tese de Doutorado

Brasília/DF – 2013

Ribeiro, Edinelza Macedo

Prospectiva e Sustentabilidade do Ecoturismo: uso da técnica de construção de cenários no Estado do Amazonas/Edinelza Macedo Ribeiro

Brasília, 2013

210 p.: il.

Tese de Doutorado. Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília.

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta tese, emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta tese de doutorado pode ser reproduzida sem autorização por escrito do autor.

Edinelza Macedo Ribeiro

Edinelza Macedo Ribeiro

**PROSPECTIVA E SUSTENTABILIDADE DO ECOTURISMO: USO DA
TÉCNICA DE CONSTRUÇÃO DE CENÁRIOS NO ESTADO DO
AMAZONAS**

Tese de doutorado submetida ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Doutor em Desenvolvimento Sustentável, área de concentração em Política e Gestão Ambiental.

Aprovada por:

Elimar Pinheiro do Nascimento, Doutor (CDS – UnB)
(Orientador)

João Nildo de Souza Vianna, Doutor (CDS – UnB)
(Examinador Interno)

José Luiz de Andrade Franco, Doutor (CDS– UnB)
(Examinador Interno)

Gilson Zehetmever Borda, Doutor (CET- UnB)
(Examinador Externo)

Ivani Ferreira de Farias, Doutora (Geografia – UFAM)
(Examinador Externo)

Luiz Carlos Spiller Pena, Doutor (CET – UnB)
(Examinador Externo)

Brasília/DF, 23 de abril de 2013.

Dedico este estudo à comunidade amazonense, como forma de compartilhar os saberes necessários sobre possibilidades concretas de desenvolvimento por meio da cultura de seu povo.

AGRADECIMENTOS

Em função dos resultados dessa tese contar significativamente com a contribuição da percepção dos atores sociais envolvidos direta e indiretamente no segmento do ecoturismo no Amazonas, viabilizada pela técnica da construção de cenários, o primeiro agradecimento é coletivo e dirigido a todos que compartilharam deste desafiante trabalho. Assim, em especial, dirijo este estudo à comunidade amazonense, com os votos de que ele seja útil nas pesquisas e nas práticas das instituições que acreditam ser o ecoturismo uma das alternativas mais viáveis para o desenvolvimento da Amazônia.

Os esforços dispensados ao longo dessa jornada não foram fáceis. No entanto, torna-se gratificante revelar que se conseguiu resgatar fatos históricos e evolutivos do turismo no estado, uma vez que tais conhecimentos ainda não foram sistematizados. Aqui, agradeço à professora Arminda Mendonça, que me concedeu horas de entrevista com excelente atenção e disposição.

Ao professor e orientador desse estudo, Elimar Pinheiro, minha gratidão. Confesso que projetar o futuro não é tarefa fácil, mas preferi arriscar por acreditar que “[...] enquanto as sociedades primitivas são integradas através de um consenso normativo básico, a integração de sociedades desenvolvidas acontece por meio da interconexão sistemática de domínios de ação de funcionalidade especificada.” (Habermas, 1996).

Aos professores que compartilharam, no trajeto do doutorado, o diálogo construído, as sugestões e as críticas de fundamental importância para meu crescimento intelectual. Com vocês, mestres, aprendi que a humildade pode encorajar muitos desafios no mundo do conhecimento.

A minha amiga e coorientadora Marutschka. Seu apoio e segurança com a temática do turismo me reorientaram nos momentos mais difíceis no estudo.

Aos amigos e colegas do doutorado que partilharam desta árdua trajetória.

Não posso esquecer, em hipótese alguma, do apoio incondicional dos familiares. Meu carinho a João, Caroline, Bruno, Rafael e Lívia. O estresse e a falta de paciência... Acreditem, conseguirei superar.

A meus familiares Vasco, Regina, Rosinha, Edinéia, Aldemir e aos meus pais, pelo estímulo. À minha mãe Raimunda Macedo (*in memoriam*).

À Universidade do Estado do Amazonas UEA/CESP, em especial, a seu atual diretor: Davi Xavier.

Ao apoio logístico de Adjalma (IBGE), Argemiro Neto (IBGE), Ana Lúcia, Elaine Conceição e Paulo Roberto.

À FAPEAM e à Universidade de Brasília, pelo apoio no fomento de recursos na realização desse estudo.

RESUMO

O objetivo da tese é identificar, por meio da construção de cenários, os futuros plausíveis do ecoturismo no Amazonas e analisar as dimensões da sustentabilidade nos cenários de referência, e as consequências nas políticas públicas do ecoturismo local. A metodologia utilizada foi de natureza qualitativa, pautada na ótica descritiva e exploratória. O método empregado neste estudo foi a técnica da prospectiva de Godet. Este modelo apresenta-se como um instrumento para diagnosticar o ecoturismo atualmente, refletir sobre o seu futuro e identificar as políticas consistentes no sentido da sustentabilidade. A partir da interpretação e combinação dos desdobramentos mundiais e nacionais e dos processos locais de maturação, mediados também por atores sociais e suas propostas para a região foram desenhados sob a ótica do horizonte temporal de 2013 a 2022, três cenários para o ecoturismo no Amazonas, a saber: Otimistas Racionais, o Canto do Uirapuru e Ajuricaba. Os resultados apontam que não existe prática do ecoturismo no estado. As análises nos cenários de referência acrescentaram elementos fundamentais para a discussão das perspectivas futuras de sustentabilidade do ecoturismo no Estado do Amazonas e as respectivas políticas públicas. As constatações mais importantes são as de que embora coexistam elementos estimuladores do desenvolvimento do ecoturismo na região, como por exemplo, os atrativos já consolidados entre eles, experiências com as comunidades, com a natureza e o fluxo turístico, as atividades do segmento no estado encontram-se desordenadas e impulsionadas, quase que exclusivamente, pela oportunidade mercadológica, deixando a rigor, de gerar os benefícios socioeconômicos e ambientais esperados. Outra constatação verificada no quadro de atores sociais é que existem boas intenções por parte dos órgãos governamentais federais para a questão da sustentabilidade do turismo no Amazonas. No entanto, pouca atenção tem sido dada aos atores sociais de menor expressão e ao fortalecimento da participação da comunidade. Considerando os sinalizadores de sucesso garantidores da sustentabilidade analisada nas dimensões econômica, sociocultural, ambiental e na organização estrutural: superestrutura e infraestrutura, conclui-se que as inferências projetadas nos cenários de referência para o ecoturismo do Amazonas, conforme estimativas temporais a um prazo exequível de 10 anos, apresentam-se contraditórias aos preceitos defendidos em seus pressupostos. Esse resultado caracteriza a atividade no estado como insustentável.

Palavras-chave: Ecoturismo. Modelo de cenário. Polo Amazonas de Ecoturismo.

ABSTRACT

The aim of this thesis is to identify, through the construction of scenarios, the plausible future of ecotourism in Amazonas and analyze the dimensions of sustainability within the reference scenarios, and the consequences upon local ecotourism public policies. The methodology used was qualitative in nature and was based on a descriptive and exploratory perspective. The method employed in this study was the Godet prospective technique. This model is a tool to diagnose ecotourism today, reflect on its future and identify policies consistent with sustainability. From the interpretation and combination of global and national developments and of local processes of maturation, also mediated by social agents and their proposals for the region, three scenarios for ecotourism in Amazonas were drawn from the 2013 to 2022 time horizon perspective, namely: *Rational Optimists*, *Uirapuru Song* and *Ajuricaba*. The results show that there is no practice of ecotourism in the state. The analysis in the reference scenarios added elements for the discussion of future prospects for sustainability of ecotourism in Amazonas state and the related public policies. The most important findings show that although elements which stimulate the development of ecotourism in the region coexist, such as the attractions already established among them, experiences with communities, with nature and the tourist flow, the activities of this sector in the state are disorderly and driven almost exclusively by market opportunity, thereby forsaking the generation of the socioeconomic and environmental benefits expected. Another finding in the context of social agents shows that there are good intentions on the part of federal government agencies concerning the sustainability of tourism in the Amazon. However, little attention has been given to social agents of lesser expression and to the strengthening of community participation. Considering the indicators of success which ensure the sustainability under analysis in its economic, socio-cultural and environmental dimensions, as well as its structural organization, superstructure and infrastructure, one concludes that the inferences made in the reference scenarios for ecotourism in Amazonas over a 10-year time estimate contradict the principles held in their assumptions. This result qualifies this activity in the state as unsustainable.

Keywords: Ecotourism. Model scenario. Amazonas Ecotourism Hubs.

RESUMÉ

L'objectif de la thèse est d'identifier, à travers la construction des scénarios, les futurs plausibles de l'écotourisme dans l'Etat d'Amazonas et d'analyser les dimensions de la durabilité dans le scénario de référence, les conséquences et les politiques publiques de l'écotourisme local. La méthodologie fut de nature qualitative, basée sur l'optique descriptive et exploratoire. La méthode utilisée dans cette étude fut la technique de la prospective de Godet. Ce modèle est présenté comme un outil pour diagnostiquer l'écotourisme actuel, réfléchir à son avenir et identifier les politiques consistantes vers la durabilité. A partir de l'interprétation et de la combinaison des évolutions mondiales et nationales et les processus locaux de maturation, également médiés par les acteurs sociaux et leurs propositions pour la région, on a dessiné, dans la perspective de l'horizon 2013-2022, trois scénarios pour l'écotourisme dans l'Etat d'Amazonas, à savoir: Les Optimistes rationnels, Le Chant de l'Uirapuru et Ajuricaba. Les résultats montrent qu'il n'y a pas de pratique de l'écotourisme dans l'état. L'analyse des scénarios de référence a ajouté des éléments pour la discussion des perspectives d'avenir pour la durabilité de l'écotourisme dans l'Etat d'Amazonas et les respectives politiques. Les résultats les plus importants montrent que, malgré la coexistence de éléments stimulateurs pour le développement de l'écotourisme dans la région, tels que les attractions déjà établis entre eux, l'expérience avec les communautés, avec la nature et les flux touristiques, les activités du secteur dans l'Etat sont désordonnées et, conduites, presque exclusivement, par des opportunités de marché, laissant de générer des bénéfices socio-économiques et environnementaux attendus. Une autre constatation vérifiée dans le contexte des acteurs sociaux, c'est qu'il ya de bonnes intentions de l'apart des organismes du gouvernement fédéral en ce qui concerne la durabilité du tourisme dans l'Etat d'Amazonas. Cependant, peu d'attention a été accordée à l'expression plus faible des acteurs sociaux et au renforcement de la participation communautaire. Considérant les drapeaux de succès qui peuvent garantir la durabilité de l'organisation économiques, socio-culturel, environnemental et structurel: la superstructure et l'infrastructure, on a conclu que les inférences projetées à des scénarios de référence pour l'écotourisme dans l'Etat d'Amazonas, selon une estimation temporelle avérée réalisable à terme de 10 ans, se présentent en contradiction avec les principes défendus dans leurs hypothèses. Ce résultat caractérise l'activité de l'Etat comme insoutenable.

Mots-clés: Écotourisme. Modèle de scénario. Polo Amazonas d'écotourisme.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Turismo alternativo.....	33
Figura 2 - Municípios componentes do Polo Amazonas.....	55
Figura 3 - Modelo de cenário de Godet	79
Figura 4 - Mapa da área geográfica englobada nos cenários - Polo Amazonas de ecoturismo/Área Abrangência da Pesquisa	84
Figura 5 - Primeira rota turística/AM - Mapa de divisão política (RMM)	84
Figura 6 - População urbana e rural dos Polos de ecoturismo-AM.....	85
Figura 7 - PIB dos municípios componentes dos polos de ecoturismo do Amazonas.....	86
Figura 8 - Infraestrutura de serviços dos municípios componentes do Polo Amazonas.....	87
Figura 9 - Fluxo turístico (%) - Residentes no Brasil para o estado do Amazonas.....	87
Figura 10 - Matriz de Investigação Morfológica - Cenário A: otimistas racionais.....	137
Figura 11 - Matriz de Investigação Morfológica - Cenário B: O canto do Uirapuru	138
Figura 12 - Matriz de Investigação Morfológica - Cenário C: Ajuricaba.....	139
Figura 13 - Pessoal ocupado na atividade de alojamento e alimentação no Amazonas e no município de Iranduba.....	160

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Elementos com potencial de atratividade identificados no estudo do mercado	58
Quadro 2 - Demonstrativo da educação dos polos ecoturísticos - AM.....	90
Quadro 3 - Análise estratégica Swot	102
Quadro 4 - Principais condicionantes de futuro para o desenvolvimento do ecoturismo no Amazonas	103

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Produtos turísticos: oferta/roteiros/segmentação turística e comercialização de produtos - AM.....	60
Tabela 2 - Demanda turística - Evolução/AM.....	89
Tabela 3 - Distância da sede dos polos destinos ecoturísticos para a capital Manaus.....	91
Tabela 4 - Matriz dos atores e peso	96
Tabela 5 - Matriz de Descrição dos Atores e inserção com o objeto de estudo	100
Tabela 6 - Estudo da demanda turística internacional - Principais emissores (síntese Brasil).....	105
Tabela 7 - Estudo da demanda turística internacional - Principais emissores (Síntese Brasil)	106
Tabela 8 - Estudo da demanda turística internacional - Principais emissores (Síntese Brasil)	106
Tabela 9 - Distribuição dos turistas residentes no exterior, por procedência	107
Tabela 10 - Motivos para a realização da principal viagem doméstica	108
Tabela 11 - Matriz intensidade-impacto-incertezas críticas do futuro do ecoturismo no Amazonas ..	136
Tabela 12 - Demonstrativo - Valores e infraestrutura do projeto Copa 2014.....	148
Tabela 13 - PIB municipal a preços de mercado correntes, por setor econômico.....	154
Tabela 14 - Indicadores de educação - Taxa de analfabetismo no Polo Amazonas (destinos ecoturísticos). População acima dos 15 anos de idade.....	173
Tabela 15 - Déficit social dos destinos ecoturísticos do Polo Amazonas	173
Tabela 16 - Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) Polo Amazonas, destinos ecoturísticos	174

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABAV	Associação Brasileira de Agentes de Viagem
ABDIB	Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústria de Base
ABETA	Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura
ABIH	Associação Brasileira da Indústria Hoteleira
ABRASEL	Associação Brasileira de Restaurantes e Empresas de Entretenimento
AMAZONASTUR	Empresa Estadual de Turismo do Estado do Amazonas
APEX	Promoção de Exportações e Investimentos
ARPA	Programa Áreas Protegidas da Amazônia
BACEN	Banco Central do Brasil
BASA	Banco da Amazônia
BB	Banco do Brasil
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BOH	Boletim de Ocupação Hoteleira
BRICs	Brasil, Rússia, Índia e China
CADASTUR	Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos
CAT	Centro de Atendimento ao Turista
CEF	Caixa Econômica Federal
CETAM	Centro de Educação Tecnológica
CEUC	Centro Estadual de Unidades e Conservação
CMMAD	Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
COIAB	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
DEPRO	Departamento de Turismo e Promoção no Amazonas
DETER	Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real
DLS	Desenvolvimento Local Sustentável
ECO-92	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
EMANTUR	Empresa Amazonense de Turismo
EMBRATUR	Empresa Brasileira de Turismo
EU	União Europeia
FAPEAM	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas
FAS	Fundação Amazonas Sustentável
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FIPE	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
FNDO	Fundo Nacional de Desenvolvimento
FNRH	Ficha Nacional de Registro de Hóspede

FUMTUR/MANAUSTUR	Fundação Municipal de Turismo
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FVA	Fundação Vitória Amazônica
GEE	Gases de Efeito Estufa
GFDL	Geophysical Fluid Dynamics Laboratory
GTC-Amazônia	Grupo Técnico de Coordenação de Ecoturismo para a Amazônia Legal
GTO	Grupo Técnico Operacional
HAdCM3	Hadley Centre General Circulation Model
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF	Instituto Brasileiro para o Desenvolvimento Florestal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDSM	Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá
IEB	Instituto de Ecoturismo do Brasil
IECAM	Instituto Ecológico e Comunitário da Amazônia
IFAM	Instituto Federal do Amazonas
INFRAERO	Empresa Brasileira de infraestrutura Aeroportuária
INPA	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPAAM	Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas
IPCC	International Panel for Climate Change
IPÊ	Instituto de Pesquisas Ecológicas
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPI	Instituto Piagaçu-Purus
ITR	Imposto Territorial Rural
IUCN	União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Renováveis
MANAUSCULT	Fundação Municipal de Cultura e Artes
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MICT	Ministério da Indústria, Comércio e Turismo
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MTur	Ministério do Turismo
NGP	Núcleo de Gerenciamento do Programa
OCE	Oficinas de Capacitação em Ecoturismo
OMT	Organização Mundial de Turismo
ONGs	Organizações Não Governamentais

ONU	Organização das Nações Unidas
PAS	Programa Amazônia Sustentável
PCTS	Programa de Certificação em Turismo Sustentável
PDRMM	Plano Diretor da Região Metropolitana de Manaus
PIB	Produto Interno Bruto
PIM	Polo Industrial de Manaus
PNAP	Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas
PNMT	Plano Nacional de Municipalização do Turismo
PNT	Plano Nacional de Turismo
PNTRAF	Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PP/G7	Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil
PRODETUR	Programa de Ação para o Desenvolvimento Integrado do Turismo
PROECOTUR	Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo para Amazônia Legal
PRT	Programa de Regionalização do Turismo
PTA	Plano de Turismo da Amazônia
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
REDD	Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação
RPPNs	Reserva Particular do Patrimônio Natural
SDS	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEC	Secretaria de Cultura do Estado do Amazonas
SECTUR	Secretarias Municipais de Turismo
SEIND	Secretaria de Estado para os Povos Indígenas
SEINF	Secretaria de Estado de Infraestrutura
SEMMAS	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SEPLAN	Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico
SIVAM	Sistema de Vigilância da Amazônia
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SPVEA	Plano de Valorização Econômica da Amazônia
SSP	Secretaria de Estado de Segurança Pública
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus
TIES	The International Ecotourism Society
UEA	Universidade do Estado Amazonas
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNINORTE	Universidade do Norte
UNWTO	World Tourism Barometer

WDPA	Banco de dados de Proteção de Áreas
WTO	World Trade Organization
WTTC	World Travel and Tourism Council
WWF	Fundo Mundial para a Vida Selvagem
ZFM	Zona Franca de Manaus

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	19
PARTE I: REFLEXÕES SOBRE TURISMO E SUSTENTABILIDADE.....	25
1 UM CONTEXTO PARA O ECOTURISMO	25
1.1 O turismo como fenômeno de massa	25
1.2 Ecoturismo no cenário mundial: origem e lógica.....	29
1.2.1 Conceitos de ecoturismo.....	32
1.3 Ecoturismo no cenário nacional: conceitos de ecoturismo.....	38
1.3.1 Programas, projetos de ecoturismo e apropriação de políticas públicas	42
2 ECOTURISMO NO AMAZONAS	49
2.1 Evolução do ecoturismo no Amazonas.....	49
2.2 Sistema estadual do turismo: início de uma trajetória.....	50
2.3 Caracterização dos polos de ecoturismo no Amazonas	53
2.4 Destinos ecoturísticos no Amazonas: segmentos e oferta.....	57
2.4.1 Experiência no destino referência de ecoturismo no Amazonas	61
2.5 Estado da arte do ecoturismo no Amazonas	64
2.5.1 Organização do sistema turístico no Amazonas.....	65
PARTE II: CENÁRIOS DO ECOTURISMO NO AMAZONAS	71
3 CAMINHOS METODOLÓGICOS NA CONSTRUÇÃO DE CENÁRIOS.....	71
3.1 Passos metodológicos da investigação	71
3.2 Processo da pesquisa exploratória.....	72
3.3 Caracterização do sistema	75
3.4 Processos de cenários	76
4 CONSTRUINDO CENÁRIOS DE ECOTURISMO NO AMAZONAS.....	82
4.1 Ambiência de cenarização e segmentação regional: área de abrangência da pesquisa	82
4.2 Matriz de Atores Sociais e Pesos	94
4.2.1 Condicionantes de futuro	101
4.2.2 Condicionantes de futuro externo	103
4.2.3 Condicionantes de futuro internas.....	113
4.2.4 Percepção dos atores sociais	127
4.3 Incertezas Críticas.....	135
4.4 Apresentação dos cenários: Matriz Morfológica	137
4.5 Os cenários	140
5 LIMITES E POSSIBILIDADES DO ECOTURISMO NO AMAZONAS A PARTIR DOS CENÁRIOS DE REFERÊNCIA	157

5.1 Análise de sustentabilidade nos cenários e consequências nas políticas públicas do ecoturismo no Amazonas	157
5.1.1 Dimensão econômica.....	159
5.1.2 Dimensão sociocultural	167
5.1.3 Dimensão ambiental	175
5.1.4 Dimensão da organização estrutural: superestrutura e infraestrutura	181
CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	189
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	195
APÊNDICE A - QUADRO DAS CARACTERÍSTICAS DOS ÓRGÃOS DE ATUAÇÃO NO INCENTIVO OU NÃO DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DO ECOTURISMO NA AMAZÔNIA.....	209
APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADA AOS ATORES SOCIAIS DAS ESFERAS (FEDERAL, ESTADUAL, MUNICIPAL) E DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA	227
APÊNDICE C - FICHA-LEVANTAMENTO DE DADOS PARA O DIAGNÓSTICO DO PERFIL DOS POLOS ECOTURÍSTICOS/AM	228
APÊNDICE D - OFÍCIO ENTREGUE AOS ATORES SOCIAIS PARTICIPANTES DO EVENTO <i>WORKSHOP</i> “ECOTURISMO E CONSTRUÇÃO DE CENÁRIOS PARA O AMAZONAS”	230
APÊNDICE E - PERGUNTAS REALIZADAS NA PESQUISA “COMUNIDADES À MARGEM DA SUSTENTABILIDADE: UM OLHAR SOBRE O POLO ECOTURÍSTICO DE IRANDUBA”. TÉCNICA DE COLETA DE DADOS: GRUPO FOCAL.....	231
ANEXO A - QUADRO RESUMO DAS UCs DO ESTADO DO AMAZONAS NO ÂMBITO DAS ESFERAS (FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL), ANO DE CRIAÇÃO E SUA LOCALIZAÇÃO MUNICIPAL	232
ANEXO B - QUADRO DOS ATRATIVOS NATURAIS E CULTURAIS DO POLO AMAZONAS OBJETO DE PESQUISA/AM	234
ANEXO C - Roteiros de passagem e reprodução de várias espécies de aves migratórias do polo Amazonas	235
ANEXO D - QUADRO DOS ATRATIVOS CULTURAIS DO POLO AMAZONAS E LOCALIZAÇÃO.....	237

INTRODUÇÃO

À primeira vista, o título da tese pretende adequar-se às diversas cenas das imagens utilizadas para se referir à Amazônia. As imagens construídas evidenciam as cenas da própria natureza pensada nos seus mitos, mistérios e, principalmente, no potencial que a floresta Amazônica representa para a sobrevivência do planeta. Nesta tese, o aspecto simbólico da natureza continua em evidência, mas o que se propõe neste estudo é trilhar em direção às cenas que o ecoturismo apresenta na atualidade, no estado Amazonas, e projetar um prazo exequível de 10 anos: 2013-2022. A data justifica-se em razão das comemorações alusivas aos 200 anos que o Brasil completará como nação independente. O tema do ecoturismo nasce da constatação que é uma atividade cada vez mais importante e que tem estimulado uma parcela significativa de investidores e grandes empresas ligadas ao setor.

O vocábulo “cenário” originou-se da palavra teatral *scenary*, que significa roteiro para um filme ou peça teatral e envolve atores, público e histórias sobre os diversos contextos, gerais ou específicos, como forma de reorientar o futuro desejoso de qualidade e conectado com a situação de origem. O desejo de se conhecer o futuro remonta desde os primórdios da humanidade e foi evidenciado nas atitudes dos sacerdotes, quando faziam o anúncio prévio de como seriam as colheitas no antigo Egito e nos oráculos gregos, onde as condições futuras eram objetos de discurso. No mundo das organizações, sua utilização nas diversas atividades econômicas inicia-se nos anos 70, com a experiência na *Dutch Shell*.

Entre as inúmeras finalidades no uso dessa técnica, podem-se destacar as tomadas de decisões que articulam as diversas políticas de um estado, região ou organização. Essa tomada de consciência na elaboração de estratégias políticas pode encontrar nos fundamentos do ecoturismo, ações e diretrizes que orientam as estratégias para o desenvolvimento do ecoturismo no estado do Amazonas, identificadas nas dimensões da sustentabilidade econômica, social, ambiental, cultural, política e institucional; base de interesse e visões de mundo dos atores sociais envolvidos direta e indiretamente no segmento.

A temática sobre o ecoturismo vem ganhando espaço de discussão nos últimos 30 anos e se faz presente nos discursos de princípios e estratégias de governo, empresas, organizações não governamentais, instituições educacionais, financeiras e dos principais organismos mundiais. Nas entrelinhas, seu conceito reflete a preocupação de uma consciência planetária que é decorrente da crise econômica, social e ambiental. Foi nesse contexto de discussão que surgiu o chamado turismo sustentável, fruto de várias manifestações contrárias ao turismo de massa, sensibilizando um segmento de turistas a

uma nova ordem ética de praticar turismo. Os problemas advindos da globalização proporcionaram que o próprio conceito de massificação do turismo estabelecesse um novo diálogo entre os saberes.

Nesse contexto de discussão o desenvolvimento do turismo sustentável recomenda a contemplação de alternativas estratégicas diferenciadas perante o turismo convencional visando à eficiência econômica e conservação ambiental e inclusão social, auxiliado por um aporte político institucional. A alusão presente no conceito do ecoturismo implica, entre outras questões, orientar a realização da atividade turística com base nas ideias difundidas nos pressupostos da sustentabilidade. Mantém-se, dessa forma, uma atividade que priorize o desenvolvimento, resultado direto da capacidade dos atores sociais locais de se estruturarem e se mobilizarem, com base nas suas potencialidades e sua matriz cultural. Isso implica na definição e exploração de produtos turísticos e suas especificidades, buscando competitividade num contexto de rápidas e profundas transformações.

As primeiras referências de turismo na Amazônia remontam à década de 1960 e encontram-se relacionadas às modalidades de turismo alternativo e com interesses especiais, ocasionados pela chegada dos estrangeiros na Amazônia peruana. No entanto, somente na década de 1980 é sinalizado o início de uma trajetória das experiências envolvendo, de forma mais efetiva, os turistas estrangeiros interessados em conhecer o ambiente amazônico. É a partir dessa iniciativa que surge a oferta de serviços de transportes, guias, operadoras e agências de turismo norte-americanas e, principalmente, europeias na região.

A exploração das instigantes questões que cercam o desenvolvimento e a gestão do turismo e o interesse crescente da academia pela discussão da sustentabilidade do turismo forma o quadro delineador do problema da tese. O estado do Amazonas é difundido como Referencial Nacional do Ecoturismo. Esta referência contribuiu para que a região ficasse na vanguarda do pensamento e das ações ligadas ao desmatamento evitado e aos serviços ambientais. Tais ações conseguiram sensibilizar setores importantes da comunidade internacional e nacional, os quais vêm investindo em projetos e políticas públicas ambientais em várias áreas da Amazônia. O ensejo dessa discussão fica mais acentuado no reconhecimento de um grande aporte de investimentos públicos do Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo para a Amazônia Legal (PROECOTUR), cujo objetivo se propôs na definição de políticas públicas de ecoturismo, admitindo como umas das prioridades em seu conjunto, a capacitação de recursos humanos.

As políticas públicas de ecoturismo com base no planejamento de conservação sistêmica exigem estratégias para administrar cenários inteiros, inclusive áreas destinadas tanto à produção como à proteção destas áreas. Isso implica em considerar nas políticas

públicas ecoturísticas pensadas para a região Amazônica, o modo de vida das populações tradicionais e a relação de subsistência e reciprocidade entre os comunitários e entre as comunidades. Essas características legitimam a manutenção da qualidade de vida dessa população e contribuem para a manutenção da identidade sociocultural. Nessa ambiência, os sistemas naturais, florestas, rios entre outros, agregada às belezas naturais, torna-se um atrativo ideal para o desenvolvimento do ecoturismo. No médio e longo prazos, o adequado planejamento dessa atividade pode trazer grandes benefícios sociais e econômicos no desenvolvimento dessas comunidades, as quais se encontram altamente dependentes das políticas públicas municipais e estaduais.

Nesse sentido, considerando a importância do ecoturismo para o desenvolvimento do estado, o presente trabalho buscou responder a seguinte pergunta: quais os limites e as possibilidades da sustentabilidade do ecoturismo no Amazonas, a partir das condições atuais?

Para responder às perguntas centrais deste estudo, estabeleceu-se como objetivo geral: identificar, por meio da construção de cenários, os futuros plausíveis do ecoturismo do estado do Amazonas, com a intenção de analisar as dimensões da sustentabilidade e suas consequências nas políticas públicas propostas ao ecoturismo local. Dessa forma, originaram-se os seguintes objetivos específicos:

- Identificar o ecoturismo nos cenários mundial e nacional e seus aspectos conceituais;
- analisar os aspectos atuais do ecoturismo do Amazonas, em particular os destinos do Polo Amazonas;
- analisar as principais condicionantes definidoras do futuro do ecoturismo do Amazonas, a partir de sua análise estrutural;
- construir cenários de futuro plausível do ecoturismo para o Amazonas; e
- analisar as dimensões da sustentabilidade nos cenários de referência e as consequências nas políticas públicas propostas ao ecoturismo local.

Assim, em busca de respostas priorizou-se, neste estudo, o uso da técnica prospectiva de construção de cenários de Godet. Este modelo apresenta-se como um instrumento viabilizador no diagnóstico do ecoturismo atual no estado e se propõe a projetar as reflexões sobre o seu futuro como forma de identificar políticas públicas consistentes no sentido da sustentabilidade. Nessa perspectiva, busca-se resgatar pressupostos teóricos que orientam as propostas da técnica da construção de cenários contemplados na abordagem sistêmica de turismo. O conceito de sustentabilidade utilizado na construção dos cenários do Amazonas envolve, além das dimensões garantidoras de seu alcance sinalizadas nas suas

dimensões, a habilidade para perdurar no tempo, evitando o colapso das economias e organizações, tornando-as capazes de reprodução.

O Polo Amazonas foi escolhido para compor esta pesquisa por uma série de fatores, entre eles: a existência de atores importantes para assegurar a conectividade da realização da prática do ecoturismo e a fragilidade ambiental, que o torna especialmente fértil para análise de cunho socioambiental, grande concentração de Unidades de Conservação e crescente interesse na implementação de políticas públicas, com destaque para o projeto Corredor Ecológico.

A opção pelo Polo Amazonas como área de estudo se deu, sobretudo, pelo fato da existência de estudos estratégicos de ecoturismo elaborado pelo estado em parceria com o Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo para a Amazônia Legal (PROECOTUR). Dos 14 municípios componentes do Polo, 10 destinos foram selecionados para este estudo, são eles: Manaus, Barcelos, Careiro, Manacapuru, Rio Preto da Eva, São Gabriel da Cachoeira, Iranduba, Itacoatiara, Novo Airão e Presidente Figueiredo. Outro fator que favoreceu a escolha é o fato da maioria dos municípios componentes desse Polo pertencer à primeira Rota Turística do estado do Amazonas.

Esta pesquisa foi desenvolvida a partir de uma abordagem de natureza qualitativa. A fim de alcançar os objetivos propostos, este estudo foi operacionalizado em quatro etapas metodológicas, com base na investigação exploratória: a primeira, por meio da pesquisa de campo com emprego de observação direta do local e contato com as comunidades destinos selecionadas, caracterizando-se como um estudo de caso. Foi nessa etapa que surgiu a ideia de trabalhar a análise da sustentabilidade dos cenários de referência dos destinos selecionados; a segunda, com levantamentos de dados secundários por meio de investigação documental e bibliográfica; a terceira, viabilizada pela realização do evento *Workshop* de Ecoturismo no Amazonas. Este evento foi realizado no contexto do III Seminário de Internalização de Competências Regionais, voltado às discussões de temáticas interdisciplinares relacionadas às Estratégias de Desenvolvimento para o Turismo no estado do Amazonas; e a quarta etapa com o uso de entrevistas abertas e semiestruturadas. Para a análise da percepção dos atores sociais nas dimensões da sustentabilidade nos cenários de referência foi utilizada a técnica da análise de conteúdo.

A relevância dos estudos de construção de cenários de futuro de Godet encontra-se diante das diversas opções apresentadas no método, as quais permitem antever as possibilidades futuras e com isso estabelecer ações planejadas de médio e longo prazos. Uma das vantagens dessa técnica está na flexibilidade proporcionada à avaliação das variáveis no exercício prospectivo, como também no auxílio à análise nos jogos estratégicos dos atores. Isso concorre para a identificação do poder de decisão e para o reconhecimento

da preferência em favor de seus objetivos específicos, inserindo-se também a questão das perspectivas de sustentabilidade. As percepções e ideias externadas pelos diversos atores tornam-se a matéria-prima para esse entendimento.

O uso da técnica de construção de cenários no desenvolvimento do ecoturismo no Amazonas apresenta-se de forma viável em razão de sua lógica relacionar-se com o trabalho interdisciplinar no apoio às ações e estratégias de planejamento como forma de antever situações, resultados e identificar possibilidades a serem desenvolvidas, sempre com vistas a ampliar a participação no mercado e produzir com mais qualidade. Nessa ótica, os cenários são entendidos como um conjunto de reflexões sistemáticas predispostas a encaminhar a ação presente à luz dos futuros possíveis, resultante da ação dos homens enquanto prática social.

Para melhor entender os objetivos propostos, a presente tese encontra-se dividida em duas partes e estruturada em capítulos. A primeira parte, denominada “Reflexões sobre turismo e sustentabilidade”, apresenta discussões introdutórias de temas sobre a evolução histórica do turismo. Nessa parte situa-se o debate na área do ecoturismo, especificamente a partir da contribuição recente e crescente das ciências sociais aos estudos do turismo, tido como um fenômeno social, e das principais questões que culminaram com uma nova ordem ética para o turismo. Assim, visa resgatar as possibilidades das inter-relações existentes e propor ações nas estratégias de cenários do futuro ao sistema turístico do local.

No capítulo um são discutidos temas relacionados ao turismo como fenômeno de massa; no subitem que segue, põe-se em evidência o ecoturismo nos cenários mundial e nacional; programas e projetos e apropriação de políticas públicas. O propósito dessa discussão está no esclarecimento sobre a origem, as definições e a lógica, a qual concorre na identificação dos contextos que justificam o surgimento da atividade no estado.

O capítulo dois constrói um diagnóstico do ecoturismo no Amazonas na atualidade. Temas importantes são priorizados nesse processo, a partir da evolução do ecoturismo; o resgate do sistema do turismo no estado; a caracterização dos polos, destinos, segmentação e oferta turística; as experiências da atividade no local; a organização do sistema de turismo atual e a análise socioeconômica dos destinos selecionados componentes do Polo Amazonas.

As temáticas expostas na segunda parte da tese tratam da construção de cenários para o ecoturismo no Amazonas. Desse modo, o conjunto das informações anteriormente discutido serviu de base-eixo de orientação para o entendimento da situação atual da atividade, contribuindo para a projeção das cenas para o futuro do ecoturismo no estado. Tudo isso viabilizado pela técnica da construção de cenário, conforme esquematizado nos capítulos que seguem.

No capítulo três são priorizados os caminhos metodológicos da investigação da pesquisa. De modo simultâneo, descrevem-se os passos metodológicos da investigação; processos da pesquisa exploratória; caracterização do sistema e processos de cenários.

O quarto capítulo trata dos caminhos processuais da construção de cenários de ecoturismo no estado do Amazonas e suas respectivas etapas. São elas: definição da ambiência de cenarização e segmentação regional; matriz de descrição dos atores sociais e sua respectiva inserção com o objeto de estudo; condicionantes de futuro externo e interno; síntese da percepção dos atores sociais; incertezas críticas; construção da matriz de investigação morfológica, seguida da apresentação dos desenhos dos três cenários construídos para o ecoturismo do Amazonas, com suas respectivas características.

No quinto capítulo são apresentados os resultados das análises sobre os limites e as possibilidades do ecoturismo no Amazonas e suas consequências nas políticas públicas. A base de análise são os cenários de referência refletidos nas dimensões da sustentabilidade, quais sejam: econômica, sociocultural, ambiental e organização estrutural (superestrutura e infraestrutura).

Na conclusão apresentam-se as constatações e evidências finais, com discussões sobre os limites que se permitiu chegar com o estudo, a partir das etapas processuais do método de construção de cenários de Godet e demais recomendações.

Enfim, os esforços demandados nesta tese soam como tentativa de contribuir para o debate sobre a que perfil da região se aspira chegar em 2022. As abordagens aqui empreendidas apresentam potencial de replicação para outros setores produtivos e sugestivos, inclusive como sugestão ao desenho de planejamento estratégico das instituições como forma de melhorar a percepção dos responsáveis pelas políticas públicas. Isso implica em empreender melhor suas escolhas estratégicas que sejam ligadas às empresas, ou na antecipação de crises, estudos de mercado, apoio ao processo decisório, referência para negociações, análise de projetos e na educação. Vale salientar, no entanto, que este trabalho não pretende eliminar as incertezas relativas ao futuro e muito menos prever o que vai acontecer, com segurança, com o ecoturismo no estado. E sim, encará-lo como alvo de desafio e reflexões no intuito de se questionar: afinal, o que idealmente se gostaria que o estado atingisse nesse período?

PARTE I: REFLEXÕES SOBRE TURISMO E SUSTENTABILIDADE

1 UM CONTEXTO PARA O ECOTURISMO

No contexto inicial desta tese, pretende-se situar o debate na área do ecoturismo, especificamente a partir da contribuição recente e crescente das ciências sociais aos estudos do turismo tido como um fenômeno social. É traçado um breve contexto histórico a partir do turismo de massa, como forma de evidenciar as principais questões que culminaram com uma nova ordem ética para o turismo. Nesse sentido, realiza-se uma discussão sobre a evolução, os conceitos do ecoturismo no cenário mundial e nacional, concorrendo na identificação dos programas e projetos como apropriação de políticas públicas. As análises contextual e conceitual do ecoturismo não têm a finalidade de esgotar a discussão de seus significados e possibilidades teóricas, mas sim, têm o papel, nesta tese, de resgatar as inter-relações existentes e propor ações nas estratégias de cenários do futuro ao sistema turístico do local. Assim, pretende-se justificar a opção deste estudo na escolha de um conceito proposto ao objeto de cenarização em evidência.

1.1 O TURISMO COMO FENÔMENO DE MASSA

A sociedade humana pôs-se em movimento com os avanços tecnológicos após a Revolução Industrial e a associação da ciência à tecnologia, daí resultante como sinônimo de progresso. O turismo, enquanto fenômeno de consumo massivo, registra seu crescimento após a segunda guerra mundial, com a franca utilização das novas tecnologias nos transportes coletivos, principalmente nos aviões comerciais e trens de alta velocidade. Somam-se a isso, as conquistas trabalhistas com a remuneração das folgas semanais, as férias e a melhora do poder aquisitivo das classes trabalhadoras do então chamado mundo industrializado.

Os relatos sobre as condições que justificam seu nascimento e expansão encontram-se sinalizados nos primórdios históricos e correlacionados, principalmente, a duas palavras inglesas *tourism* e *tourist*, as quais já despontavam desde 1760 (FUSTER,1974). A etimologia das palavras permite indicar sua procedência latina *turnus* (torno), como substantivo, e *turnare* (redondear, tornear, girar), como verbo. A ideia de giro, de viagem circular, de volta ao ponto de partida, deduz-se, claramente, da raiz comum, que origina *turnus* e *turnare*. Parece que o *turn* britânico de 1746 (*to take a turn*) cedeu lugar, em 1760, ao *tour* que se usa da influência francesa. Porém, antes mesmo desta data, no século XVI, um tipo de viagem que se aproxima muito do que se conhece hoje como turismo cultural já

existia e era denominada de *Petit Tour*. E, a partir do século XVII, o *Grand Tour*. Ambas as designações referem-se a dois tipos de roteiro de viagens característicos da cultura aristocrática da época: o *Petit Tour* consistia em viagens pelo Vale do Loire até Paris e o *Grand Tour* estendia-se até a Itália. As atividades visavam completar a formação educacional do jovem aristocrata (OLIVEIRA, 2001). No entanto, a experiência que mais se aproxima do turismo atual é o *Grand Tour*,¹ o qual se desenvolveu na Europa, nos séculos XVII e XVIII, cujo roteiro era preparado exclusivamente para alunos da elite inglesa.

É nessa evolução diacrônica, que data do século XVI, que se reconhece a conotação do caráter elitista atribuída ao turismo inventado e se faz presente na identificação das hierarquias das reputações típicas, por exemplo, do estilo europeu. Esse diagnóstico do passado elitista é importante, pois veio fortalecer e assegurar as principais características do cenário fundamental no estabelecimento do chamado turismo de massa contemporâneo. Tais anseios são representativos, por exemplo, das épocas românticas quando surgiram as grandes coleções de Guias de Viagens: o *Murray* inglês, o *Baedeker* alemão e o *Joanne* francês. Assim:

[...] os lugares mais prestigiosos de hoje foram inventados, em uma época em que somente as pessoas de alta renda – ou quase – eram turistas. [...] quanto mais recém-chegado, mais novo rico, mais forte é a sua preferência pelas antigas estações aristocráticas; como provamos “*rush*” nas férias na Côte d’Azur, que se tornou estação estival, e o entusiasmo dos emires e dos novos ricos russos (depois de 1990) pelos hotéis de luxo da mesma Côte d’Azur ou das estações de esqui. (BOYER, 2003, p. 34).

O mais importante nesse processo volta-se para os destinos selecionados, que, anterior à massificação do turismo, se relacionavam com os atrativos culturais. No entanto, esses valores aos poucos vão “sendo substituídos pela diversão descompromissada”. (FRANCO, 2013, p. 9).

A propósito dessa discussão, é bom atentar para o fato de que o grande divisor entre a mera viagem e o turismo foi a Revolução Industrial. O turismo, como conhecido hoje, é um fenômeno das sociedades industriais. Essa afirmação fundamenta-se no fato de que a Revolução Industrial, ao radicalizar a distinção entre trabalho *versus* tempo livre, entre produção *versus* lazer, criou as condições para a mercantilização desse tempo livre, que se expressou, posteriormente, na indústria cultural e no turismo como negócio.

Cruz (2003) ao apresentar o conceito de turismo de massa, reconhece ser este:

[...] uma forma de organização do turismo que envolve o agenciamento da atividade bem como a interligação entre agenciamento, transporte, e

¹ Para conhecimento mais profundo sobre esses dois tipos de roteiros, recomenda-se a obra de Marc Boyer (2003).

hospedagem, de modo a proporcionar o barateamento dos custos da viagem e permitir, conseqüentemente, que um grande número de pessoas viaje. (CRUZ, 2003, p. 6).

Seguramente, esse é um conceito que impõe uma gama enorme de desdobramentos sobre a origem do turismo de massa, principalmente quanto às ideias explícitas na Circular nº 025, de Jean Zay ², e no Decreto-Lei nº 1.021/1938. (BOYER, 2003, p. 32).

As medidas presentes nesses documentos estimularam a criação da política de turismo de massa e do surgimento do turismo popular ou turismo social; temas estes muito discutidos atualmente. Reivindicações como férias acessíveis ao povo pela redução dos preços dos transportes e de hospedagens foram argumentos fortes que caminharam paralelamente em defesa dessas conquistas. A indignação dos trabalhadores diante do monopólio dos ricos resultou em muitas revoltas e manifestações, entre elas, o “Dia do Trabalhador”, comemorado em 1º de Maio. (BOYER, 2003, p. 21).

Cabe reconhecer, porém, que o termo *tour*, utilizado pela primeira vez como título de uma obra sobre viagens, foi aplicado em Londres, em 1910, na obra de *Henry Swinburne*, intitulada *Picturesque Tour Spain*. Em seus princípios históricos, o conceito simples e vulgar da palavra turismo foi sinônimo de “viagem por prazer”. (FUSTER, 1974, p. 10).

Outros autores introduzem conceitos semelhantes, focalizando aspectos de consumo de luxo ou motivações pessoais, mas sem deixar de enfatizar o tráfego de pessoas. Exemplo disso se constata no Dicionário Manual de Economia Política em que Fuster considera turismo como:

Tráfego de pessoas que se afastam temporariamente do seu lugar fixo de residência, para se deter em outro local, com o objetivo de satisfazer suas necessidades vitais e de cultura ou para realizar desejos de diversas índoles, unicamente como consumidores de bens econômicos e culturais. (FUSTER, 1974, p. 25).

Fuster (1974), influenciado pelo crescimento vertiginoso do turismo e suas manifestações multifacetadas, começa a repensar e ampliar sua concepção sobre o tema. Dessa forma, passa a entendê-lo mais como um processo em que, de um lado existe um conjunto de turistas e, de outro, os fenômenos e as relações que esta massa produz em consequência de suas viagens.

Nessa linha de pensamento, Burkart e Medlik (1974, p. 29) entendem ser o turismo um amálgama de fenômenos e relações. Tais fenômenos surgem por causa do movimento de pessoas e sua permanência em vários destinos. Há um elemento dinâmico – a viagem – e um elemento estático. A viagem e a estada acontecem fora do lugar de residência e as

² Jean Zay, radical socialista, complementou a Lei de 1936, sobre férias remuneradas, com o Decreto-Lei nº 1.021/1938, que visava integrar a economia ao progresso social da França.

pessoas desenvolvem atividades diferentes de seu cotidiano. O movimento de pessoas, também, torna-se particular, por ser temporário. Já o turista sempre pensa em voltar para casa em pouco tempo. A visita ao local não visa ao lucro, portanto, as motivações devem obedecer a causas espirituais ou vitais, mais próprias e reservadas.

Boyer, ao conceber o turismo como um produto da evolução sociocultural, o define como um “conjunto dos fenômenos resultantes da viagem e da estadia temporária de pessoas fora de seu domicílio, na medida em que este deslocamento satisfaz, no lazer, uma necessidade cultural da civilização industrial”. (BOYER, 2003, p. 16).

A conceituação de turismo aceita internacionalmente é a da Organização Mundial de Turismo (OMT, 1992, p. 19), que diz: “Soma de relações e de serviços resultantes de um câmbio de residência temporário e voluntário, motivado por razões alheias a negócios ou profissionais”. Segundo Moesch (2000, p. 9), essa seria uma conceituação simplificada, enfatizando o volume aparente de um fenômeno de dimensões qualitativas e quantitativas tão complexas. Embora ainda alguns círculos, principalmente de leigos, vejam o turismo apenas como “a indústria de viagens e prazer”, trata-se de um fenômeno bem mais complexo do que um simples negócio ou comércio.

Na realidade, no turismo, o epicentro do fenômeno volta-se para o caráter humano, pois são os homens que se deslocam e não as mercadorias. Isso complica, posteriormente, o esforço de uma argumentação sistemática desta realidade. Basta que se pense na série importante de inter-relações humanas que derivam do comportamento consumidor-turista com os grupos de habitantes do local de férias. Na realidade é complicado o processo de identificação do turista, como grupo ideal ou efetivo que determina a escolha da localidade de destino. (MOESCH, 2000).

No contexto dos problemas advindos da globalização, aventou-se que o próprio conceito de massificação do turismo estabeleceria um novo diálogo entre os saberes. Assim, de um lado, especialistas e pesquisadores defendem a relevância do turismo como atividade econômica geradora de empregos, renda e qualidade de vida. Arrillaga (1976); Sessa (1983); Foster (1999); Beni (2001); Lemos (2003), entre outros, têm procurado incorporar a atividade econômica do turismo como estratégia dinamizadora do desenvolvimento, pois entendem ser esta uma das mais amplas e diversificadas cadeias produtivas. Em face dessas implicações, Beni apresenta seu conceito fundamentado na abordagem sistêmica de turismo, pois entende ser a atividade:

Uma combinação complexa de inter-relacionamentos entre produtos e serviços, em cuja composição integra-se uma prática social com base cultural, com herança histórica, a um meio ambiente diverso, cartografia natural, relações sociais de hospitalidade, troca de informações interculturais. (BENI, 2001, p. 12).

Por outro lado, verifica-se nas abordagens (ARRONES, 1992; URRY, 2000; KRIPPENDORF, 2002) que o turismo não traz apenas retorno positivo, oportunidades de negócio, desenvolvimento e lazer, mas uma série de consequências negativas. Apenas parte da população dos países em desenvolvimento participa de uma pequena parcela dos benefícios gerados. (URRY, 2000).

Enfim, uma vez esclarecidas as delimitações que constituem a evolução histórica do turismo, observou-se que desde os primórdios da civilização, os homens já utilizavam o deslocamento como um componente estratégico tanto de sobrevivência, como meio viabilizador de interação entre os seus pares. Entretanto, vale salientar que em paralelo à ascensão do turismo de massa, emergem diversos problemas, cujos impactos negativos, recaem sobre a estrutura social e econômica das populações anfitriãs, bem como sobre a qualidade do meio ambiente. Em face desses problemas políticos, ecologistas e comunidade acadêmica mobilizam-se, em várias regiões dos países, contra o que consideram uma “invasão turística”. Assim, surgem novas ideias projetadas a uma forma de turismo diferente, um modelo de desenvolvimento moderado e autossustentável, conforme as especificações evolutivas de seu processo, evidenciadas a seguir.

1.2 ECOTURISMO NO CENÁRIO MUNDIAL: ORIGEM E LÓGICA

O ecoturismo é um fenômeno característico do final do século XX, com forte tendência para o século XXI. Suas raízes encontram-se na natureza e no turismo ao ar livre e constituem-se na tentativa de alcançar um modelo sustentável de desenvolvimento (CAVALCANTE, 2006; WESTER, 2005). Não se pode deixar de observar que os princípios e as diretrizes que orientam a prática do turismo sustentável (TS) surgiram e fortaleceram-se no apogeu do turismo de massa (década de 70). Contribuiu para isso, o descontentamento por esse modelo de turismo, sensibilizando um segmento de turistas. Por meio de várias manifestações, surgiu uma nova ordem ética, o turismo alternativo. Este tipo de turismo traz ao segmento turístico a preocupação com os recursos culturais e naturais, com a localidade, a participação e uma série de estratégias visando aumentar os impactos positivos da atividade turística. Esse fato possibilitou o surgimento, no final dos anos 1980, de uma diversidade de conceitos e definições, como turismo de descoberta, turismo suave, turismo verde, turismo participativo, turismo ecológico e o ecoturismo.

Nesse esforço de mudança, inserem-se as convenções internacionais coletivas que marcaram o início das preocupações sobre a sustentabilidade. Na Declaração de Manila ficou definido o conceito de turismo sustentável, adotado em 1980 pela Organização Mundial do Turismo - OMT. A ênfase dada ao desenvolvimento do turismo pressupondo o

alerta aos cuidados, tanto da conservação dos recursos naturais e culturais, como das comunidades locais, sinalizou as bases do paradigma do TS. (LUNAS, 2006).

Mais tarde, o Sétimo Encontro da Comissão da União Europeia sobre Desenvolvimento Sustentável, em 1999, concede espaço exclusivo a debates sobre os desafios da sustentabilidade no setor do turismo. Do resultado dessas discussões foi criado o Código Mundial de Ética do Turismo, amplamente inspirado na lógica do desenvolvimento sustentável, em Santiago do Chile, em 1999.

A busca de uma maior integração e reconhecimento dos pressupostos do ecoturismo aconteceu com a inclusão do turismo nas preocupações da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável de Johannesburgo e do Ano Internacional do Ecoturismo, ambos realizados em 2002. Essa contribuição torna-se mais evidente quando relacionada aos estudos de Corazza (2008). Ao questionar se o turismo pode ser sustentável, argumenta que a sustentabilidade do assunto em pauta não pode ser confundida com sua dimensão ecológica ou com o conceito de ecoturismo. De acordo com a autora, o conceito de sustentabilidade se aplica a todas as formas de turismo. “[...] a definição mais disseminada sobre turismo sustentável reúne as três dimensões básicas da sustentabilidade, evitando ameaças econômica, sociais e ambientais”. (COSTA, 2009, p. 63).

A OMT define o turismo sustentável como:

Ecologicamente suportável no longo prazo, economicamente viável, assim como ética e socialmente equitativo para as comunidades locais. Exige integração ao meio ambiente natural, cultural e humano, respeitando a frágil balança que caracteriza muitas destinações turísticas, em particular pequenas ilhas e áreas ambientalmente sensíveis. (OMT, 2003, p. 20).

Embora o conceito utilizado pela OMT já refletisse uma preocupação da comunidade internacional com a problemática da crise ambiental, inclusive com divulgação de diversas temáticas sobre o assunto, teve pouca repercussão no início do século XXI. Até 1962, as questões estavam ainda restritas aos meios científicos e acadêmicos. Entretanto, as estratégias pensadas para o enfrentamento dos problemas ambientais para a década de 70 e as seguintes, começaram a ganhar força em 1968. Eventos importantes como o Clube de Roma e a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano foram os estimuladores da repercussão pública dos efeitos da degradação ambiental.

O relatório do Clube de Roma sobre “Limites do Crescimento” (*The Limits to Growth*) e a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), tornaram-se importantes documentos propagadores desses ideais. O mérito do relatório do Clube de Roma, por exemplo, não se traduziu apenas no reconhecimento de ser o primeiro a tratar da

relação do desenvolvimento com a exploração dos recursos naturais e as possibilidades de seu esgotamento, mas a direcionar estratégias, cujo produto apontasse para um sistema mundial com base: “i) sustentável, sem colapso inesperado e incontrolável; ii) capaz de satisfazer aos requisitos materiais básicos de todos os seus habitantes”. (DIAS, 2008, p. 7).

O conceito de desenvolvimento sustentável, adaptável ao movimento ambientalista, constituiu-se por intermédio do Relatório Brundtland. Assim, por iniciativa da Assembleia Geral da ONU, em 1983, criou-se a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD). Denominado de “Nosso futuro comum”, o informe divulgado em 1987, no qual se define o eixo principal de debate sobre o desenvolvimento, consegue relacionar assuntos econômicos e ecológicos. Nesta perspectiva, o desenvolvimento sustentável passa a ser definido como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades”. (NASCIMENTO; VIANNA, 2007, p. 7).

Rabinovici (2009) e Fennell (2002) reconhecem o turismo sustentável (TS) como pertencente ao grupo do turismo alternativo (TA). Este conceito, por envolver várias conotações, apresenta-se como alvo de diversos pontos de vista, como por exemplo: as motivações particulares dos turistas; as práticas, produtos e serviços turísticos; os equipamentos tecnológicos empregados; as soluções de planejamento ou as estratégias políticas de desenvolvimento implementadas, desde o âmbito local até o internacional. Apoiado nos ideais de mudança e nos hábitos e valores de fazer turismo, o segmento adota, em sua essência, características similares as do conceito de sustentabilidade.

Autores como Ruschmann (2010); Swarbrooke (2000); Wearing e Neil (2001) e Salvati (2005) aderiram ao turismo, como alternativa, em meados de 1990. A mudança no plano ideológico desses autores justifica-se diante da vulnerabilidade que o modelo convencional massificado do turismo adota, no trato com as comunidades locais, no que diz respeito às questões sociais, econômicas e políticas, bem como suas relações com a sustentabilidade e participação na esfera global.

Em consonância com essa ideia, Krippendorf esclarece que o êxodo do turismo de massa propiciou o aparecimento de um novo perfil de turista. Fatores como a procura por lugares autênticos, interesse pela história e pela memória dos povos originais, oferta segmentada e dinâmica constituem as principais características dessa demanda. (KRIPPENDORF, 2000). Somam-se a isso, as ideias de Lunas (2006, p. 47) quando reconhece o turismo alternativo como a antítese do turismo de massa, na medida em que se preocupa com a limitação do fluxo turístico realizado em pequena escala, contrariando uma das características do turismo de massa, realizado em larga escala.

Para Nash (1994), Lafant e Graburn (1994), Pearce (1994) e Pires (2002), na primeira fase evolutiva do turismo alternativo, nos anos 1970, o conceito assumiu um caráter mais ideológico que operativo. Ou seja, houve uma representação emblemática das mudanças que se idealizavam sustentadas a partir de distintos enfoques. (RABINOVICI, 2009; PIRES, 2002; BARBOSA, 2001).

Enfim, essa diversidade de segmentação contribuiu para a expressão turismo alternativo fragmentar-se em subconceitos. Embora se observe, ao longo da trajetória, o enfraquecimento no reconhecimento do significado do turismo alternativo, este consegue desempenhar sua missão histórica com relação ao conceito, quando interpretado no sentido de substituição do turismo convencional. No entanto, um dos termos que se tornou mais fluente e mais utilizado foi o ecoturismo.

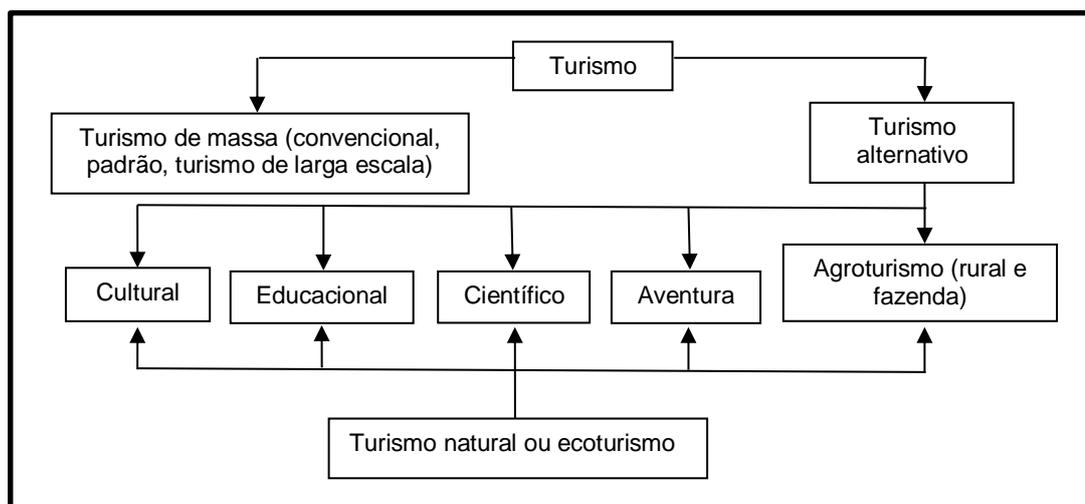
1.2.1 Conceitos de ecoturismo

O ecoturismo emerge no contexto que configurou o turismo alternativo como paradigma dos anseios e das iniciativas por mudança no rumo do turismo. Nesse sentido, concentra uma carga semântica significativa na concepção de todos os princípios do turismo alternativo, os quais se encontram baseados na sustentabilidade, buscando a natureza como fonte de maior inspiração. Para Castrogiovanni, “é consenso entre os estudiosos que o exercício do ecoturismo só deve ocorrer considerando o paradigma da sustentabilidade.” (CASTROGIOVANNI, 2004, p. 108).

Nos últimos trinta anos, o ecoturismo vem sendo abordado no contexto da literatura baseado em uma variedade de conceitos. Em termos gerais, não existe uma concepção universal para o termo ou um conceito específico sobre o significado da atividade na atualidade. Na prática, seu entendimento varia intensamente entre os diversos países.

Na tentativa de esclarecer essa discussão, Faco e Neiman agrupa uma série de ramificações do segmento do turismo alternativo (Figura 1), cujo compromisso reflete na interação positiva e no compartilhamento de experiências subsidiadas nos critérios de desenvolvimento sustentável. Apesar de o turismo alternativo acolher diferentes motivações, conforme o deslocamento da demanda, “todas as segmentações em questão se relacionam com o ecoturismo por terem características e finalidades em comum”. (FACO; NEIMAN, 2010, p. 51).

Figura 1 - Turismo alternativo



Fonte: Faco e Neiman, 2010, p. 51.

Lascuráin (1999) admite haver recorrência na utilização do termo turismo, baseado na natureza, e sua equivalente “turismo na natureza” ou “turismo de natureza”, dada a motivação da atividade se realizar essencialmente na natureza. Para Faria (2000) essa expressão não pode ser denominada como ecoturismo. Até porque seu conceito implica em promover critérios que leve em conta o planejamento do turismo, “a interação entre natureza e comunidade com vistas a uma utilização sustentável e conservacionista do patrimônio natural e cultural”. Tais atributos são indicadores essenciais na “melhoria das condições de vida da população envolvida sem causar impactos indesejáveis à mesma”. Além disso, o conceito ainda se encontra em fase de amadurecimento.

Para Honey, essa recorrência terminológica utilizada simultaneamente com o conceito do ecoturismo, como por exemplo, turismo de aventura ou turismo ecológico, entre outros, se valem excepcionalmente da ênfase da atividade recreativa do turista em suas definições. Nesses termos, o ecoturismo vai além, muito além, porque requer benefícios, tanto para a conservação, quanto para o país anfitrião. (HONEY, 1999, p. 25).

O ecoturismo envolve viagens a áreas conservadas, frágeis e em geral protegidas, com o compromisso de serem de mínimo impacto e (usualmente) em grupos pequenos. O ecoturismo incentiva a educação do viajante, recursos para a conservação direcionam benefícios para o desenvolvimento econômico e fortalecimento político das comunidades locais e promove o respeito por culturas diferentes e pelos direitos humanos. (HONEY, 1999, p. 32).

É interessante o conceito da autora pela introdução da atividade como fortalecimento político das comunidades locais. Na tentativa de aprimorar o conceito, a partir de algumas

diretrizes norteadoras inclusive pontuadas no conceito de Honey, a Organização Mundial do Turismo (OMT, 1992, p. 19) definiu a atividade em dois níveis, a saber: o primeiro é dirigido ao turismo de natureza, cuja principal motivação reside na observação e na apreciação da natureza; o segundo trata do ecoturismo, que além de possuir as características de um turismo baseado na natureza, se atém a alguns fatores, como: motivação de turistas à prática da observação e a apreciação das paisagens, culturas tradicionais nos locais visitados; uso da educação ambiental; priorizar (não exclusivamente) pequenos grupos e empresas especializadas nas localidades visitadas; minimização de impactos negativos (natural e sociocultural) e proteção das áreas naturais por meio dos princípios sustentáveis.

O uso precursor da terminologia “ecoturismo” deve-se a Lascuráin-Ceballos, em 1983. No entanto, somente a partir de 1990 o termo atinge fortalecimento. Um dos conceitos a tornar-se fluente no contexto da literatura especializada foi proposto pelo autor, em que:

Ecoturismo é aquela modalidade do turismo que consiste em viajar a áreas naturais relativamente pouco perturbadas com o objetivo específico de admirar, desfrutar e estudar sua paisagem, sua flora e sua fauna silvestre, assim como as manifestações culturais (tanto as presentes como as passadas) que ali possa encontrar. Nesses termos, o ecoturismo implica um enfoque científico, estético ou filosófico, sem que isso signifique que o ecoturista deva ser um cientista, um artista ou um filósofo profissional. O relevante aqui é que a pessoa que pratica o ecoturismo tem a oportunidade de estar imersa na natureza de maneira muito diferente daquela que usualmente se apresenta na vida urbana cotidiana. Essa pessoa com o tempo adquirirá uma consciência e um conhecimento do meio ambiente natural (e, por extensão, do cultural) convertendo-se assim em alguém genuinamente envolvido nos temas conservacionistas. (LASCURÁIN-CEBALLOS, 1988, p. 7).

É interessante observar as intenções atribuídas à atividade nesse estágio inicial. O foco sugestivo direciona-se para o ecoturista que busca conhecer e interagir com a natureza. O conceito acima mencionado se torna público, pela primeira vez, na cidade do México, para o Pronatura, uma ONG ambientalista mexicana em que Lascuráin era o presidente fundador. Envolvido nas ações de conservação da foz dos rios no norte da Península do Yucatán como *habitat* de reprodução e alimentação do flamingo americano, Lascuráin contagia um grupo de turistas provenientes principalmente dos Estados Unidos, os quais demonstravam interesses na observação de aves. Assim, passou a empregar o termo ecoturismo para descrever esse fenômeno e estava convencido de que essas pessoas teriam um papel primordial para impulsionar a economia rural local, criando novos empregos e ajudando a preservar a ecologia da área.

Toda a dinâmica desse processo ocorreu, inicialmente, vinculada aos organismos conservacionistas de atuação mundial (IUCN, WWF, ICN) incidindo, posteriormente, aos governos locais. A primeira organização mundial voltada ao ecoturismo, a *The International*

Ecotourism Society - TIES, o define como uma viagem responsável para áreas naturais que pretendem conservar o ambiente e apoiar o bem-estar das populações locais. (WOOD, 2002). O autor propõe alguns princípios fundamentais: minimizar os impactos negativos sobre a natureza e a cultura, educar o viajante sobre a importância da conservação, acentuar a importância do negócio responsável em cooperativa (povo e autoridades locais), redirecionar rendimentos para a conservação (zoneamento turístico regional para planos de gerenciamento de visitantes), gerenciamento das áreas naturais protegidas e empenho na maximização dos benefícios econômicos para a população anfitriã.

No âmbito da literatura internacional destacam-se os trabalhos de Elizabeth Boo - *Ecotourism: the potentials and pitfalls* (1990) –, em dois volumes, lançados em Washington, em 1992. De acordo com a especialista em estudos de áreas protegidas, existe uma tendência crescente de mobilidade turística para destinos de parques e reservas em todo o mundo. Nesse sentido, o interesse para esse tipo de demanda se volta às experiências que os auxiliem na compreensão e na valorização do ambiente natural.

No cenário internacional, a concepção desse tipo de turismo baseia-se em uma atividade econômica de baixo impacto ambiental, orientado para áreas de significativo valor natural e cultural. Nesses termos, as atividades recreacionais e educativas contribuem para a conservação da biodiversidade e da sociodiversidade, resultando em benefícios para as comunidades receptoras.

No contexto mundial, autores como Wearing e Neil (2001), Swarbrooke (2000), Goodwin (1996), Buckley (2003), Boo (2005), Lascuráin (1988), Lindberg e Hawkins (2005) entre outros, apresentam um somatório de conhecimentos, os quais têm orientado caminhos coerentes no aprimoramento, tanto dos fundamentos, como da operacionalização do ecoturismo.

A valorização do “mochileiro”³ é outro aspecto comum e marcante nas primeiras manifestações do processo evolutivo do ecoturismo. Os efeitos positivos dos relatos desses personagens, entre familiares e amigos, sobre os destinos visitados resultaram na disseminação de experiências semelhantes. Esse fato acabou estimulando boa parte do aumento da demanda turística por essas regiões, tornando-se um dos principais fatores responsáveis pelo desenvolvimento dessa atividade e de seus impactos destruidores.

Dentre as regiões a destacarem-se nesse tipo de experiência, observa-se o Peru, apresentando-se como o lugar pioneiro da presença desses aventureiros nos anos 70 e início dos anos 80. Posteriormente, a prática se estende também a outros países das

³ O conceito de “mochileiro” possui uma característica universal e neste contexto remete à figura típica de um viajante procedente dos países desenvolvidos que, por opção, investe seu tempo de lazer em viagens mais longas e exóticas do mundo, à procura de descobertas e de experiências inéditas, abrindo mão do conforto e do aparato que sua condição social lhe proporciona.

regiões intertropicais do continente centro sul-americano, africano e asiático. Outro fator importante é o perfil do ecoturista, cujo aspecto contemplativo da natureza marca o ecoturismo na sua essência. De acordo com Rabinovici, “[...] o ecoturista, em tese, segue um estilo de vida incompatível com a do turista de massa.” (RABINOVICI, 2009, p. 29).

Já as experiências ocorridas na Costa Rica, país considerado como o mais representativo do ecoturismo, apresentaram um processo evolutivo diferenciado, por acrescentar em suas primeiras experiências a formação de apoio logístico em serviços como forma de possibilitar a permanência humana nessas áreas.

Com base na trajetória evolutiva descrita no processo acima, características dos anos 70 e 80, consegue-se entender não somente as particularidades da exploração inicial do ecoturismo, mas também a própria identificação da atividade como serviço e o surgimento dos ecoturistas como consumidores desse serviço.

Com uma versão mais pura, a demanda nesse início de estágio surge limitada aos interesses dos naturalistas, estudantes e pesquisadores. No entanto, o crescente dinamismo da sociedade pelo contato com ambientes naturais e por culturas autóctones estimulou, além do aparecimento dos primeiros hotéis, ainda rústicos, construídos a partir de recursos locais, a formação da primeira estrutura operativa em escala comercial, por meio dos pacotes ecológicos. Nos países pioneiros como Costa Rica, Peru, Equador, Quênia e Belize, essa estrutura consolidou-se na segunda metade dos anos 80.

Nos países europeus, emissores do turismo de natureza, como Alemanha, França, Itália, Espanha, entre outros, as áreas naturais locais tornaram-se alvo de procura, principalmente nos finais de semana ou feriados. Nos Estados Unidos, por exemplo, o efeito dessa busca pelos parques nacionais e estaduais pelo próprio cidadão americano resultou em congestionamento. Esse fato ocorrido na década de 80 repercutiu e derivou em preocupação sobre o controle do ingresso de visitantes nesses locais. Ademais:

O *Yellowstone* foi criado para que o homem moderno pudesse admirar e reverenciar um lugar paradisíaco, uma ilha de proteção idealizada de forma enviesada pelo interesse antropocêntrico [...]. Para muitas pessoas, essas ilhas servem apenas para que o cidadão possa refazer as energias gastas na vida estressante das cidades e no trabalho monótono e alienante. O fato é que os parques nacionais norte-americanos passaram a fazer parte da sua cultura e todos os fins de semana e efemérides, milhares de cidadãos fogem do estressante cotidiano urbano e correm a eles. (LUNAS, 2006, p. 45).

Franco (2013), ao discutir a temática acima, reconhece serem os parques nacionais uma discussão importante no desenvolvimento do ecoturismo. A partir da valorização dos românticos pela *wilderness* (final do século XVIII e início do XIX), a natureza selvagem começa a ser contemplada juntamente com suas características pitorescas de beleza e de

sublimidade. Para o autor, esse valor atribuído relaciona-se, ao mesmo tempo, com as áreas protegidas, com o turismo de apreciação da natureza e com os esportes de aventura. Como exemplo de países precursores nas experiências de turismo em áreas protegidas, destacam-se os Estados Unidos, com a criação dos seguintes parques: Parque do *Yosemite*, na Califórnia (1864) e Parque Nacional do *Yellowstone* (1872); primeiro parque nacional norte-americano e do mundo.

A partir dessa valorização positiva dos parques, muito se discute sobre a possibilidade da exploração do ecoturismo em áreas protegidas. Uma das justificativas utilizadas pelos defensores dessa prática está no reconhecimento da atividade como ferramenta eficaz para a conservação e gestão dessas áreas. A viabilidade do retorno financeiro para as comunidades locais, o resgate dos valores políticos e culturais, como também a mediação em zonas de conflitos estão entre as principais temáticas que discutem o paradigma da conservação. Em alguns relatos, o desempenho do turismo realizado na natureza torna-se um componente importante de receita de suas exportações, como observado nos países: Austrália, Botswana, Costa Rica, Quênia, Nepal, Nova Zelândia e Tanzânia. (PRISKIN; MCCOOL, 2006).

Ao longo dessa trajetória, o interesse pelos países da América Latina cresce (entre eles, o Brasil), África e Ásia, como também pelos países pioneiros anteriormente citados. Na América Latina, por exemplo, o interesse na exploração de áreas protegidas, motivado pelo desejo de viagens e férias, surgiu vinculado à urgente necessidade de gerar fundos de manutenção da integridade ecológica dessas regiões. Nesse sentido, os planos de manejo têm se destacado na medida em que promovem a rentabilidade econômica desses destinos. Com relação ao Brasil, por exemplo, as leis que regem as áreas protegidas admitem que em algumas Unidades de Conservação (UCs), entre elas os parques, a exploração turística seja possível. Assim, pretende-se viabilizar a oportunidade do contato direto com a natureza, mediante uma educação conservacionista como forte aliada na proteção dessas áreas.

Os relatos da experiência de parques nacionais no Brasil, com fins de visitação turística, datam de 1876. Importa ressaltar que as primeiras tentativas no implemento de parques resultaram apenas em sugestões do engenheiro abolicionista André Rebouças, amigo do Imperador Dom Pedro II. Na época, foram indicados dois parques nacionais: um na região onde se localizavam as Sete Quedas (rio Paraná, PR) e outro na Ilha do Bananal (no rio Araguaia, GO). Por meio desta iniciativa pretendia-se, além de estimular o desenvolvimento do turismo, conservar o patrimônio natural, viabilizado pela construção e operação de ferrovias. Embora a primeira experiência tenha sido um tanto precoce, o primeiro parque nacional brasileiro só foi criado em 1937, sendo chamado de Parque Nacional de Itatiaia. O surgimento da proposta visava, além da proteção à natureza, a

visitação turística, o lazer e a pesquisa científica. (DRUMMOND, 1997; FRANCO; DRUMMOND, 2009).

Segundo a Comissão Mundial de Áreas Protegidas (APs) da IUCN e do Banco de Dados de Proteção de Áreas (WDPA), as previsões indicam que a motivação dos viajantes para áreas naturais tende a crescer. Esses dados mostram também a expressiva expansão das áreas protegidas no mundo. Em 1962 foram registrados 2,4 milhões de km² dessas áreas. Esse percentual passou para 20 milhões em 2004. O comparativo dessas áreas atingidas equivale a cerca de 12% da superfície do globo terrestre. (PRISKIN; MCCOOL, 2006).

Sob o ponto de vista da Convenção sobre a Diversidade Biológica, a preservação, o respeito e a manutenção dos conhecimentos das práticas das comunidades indígenas e conhecimentos tradicionais locais devem ser encorajados. As experiências derivadas desses saberes podem reverter em benefícios para o local, pressupondo um impacto positivo. Nesse aspecto, a região amazônica torna-se um referencial significativo de conhecimento tradicional e pode utilizar esses recursos como ferramenta na conservação dos ecossistemas naturais e contribuir não apenas com as comunidades locais, como também com o planeta. Porém, o rápido processo de aculturação tem promovido a perda desse conhecimento. (FRAXE, 2000, p. 16).

Enfim, entre os envolvidos no estudo da temática do ecoturismo há um consenso de que ainda não surgiu um conceito ou definição universalmente aceito que dê conta de todas as práticas executadas pelo turismo de natureza. O que se consegue visualizar são oportunidades de estudos, pesquisas e empreendimentos que sugerem um potencial dessa prática de turismo mais sustentável econômica e socialmente na Amazônia, por meio de recursos singulares de biodiversidade existente nessa região do Brasil. Assim, os esforços no aprimoramento preciso do conceito, bem como os princípios e critérios norteadores de sua prática apresentam-se instigantes, criativos e desafiadores nos diversos segmentos defensores da causa.

1.3 ECOTURISMO NO CENÁRIO NACIONAL: CONCEITOS DE ECOTURISMO

No Brasil, o ecoturismo surgiu associado inicialmente à educação ambiental. Essa tendência resultou da forte influência dos movimentos sociais ambientalistas. Nesse sentido, a busca na formação ideal de um sujeito consciente ou ecológico, ou um sujeito novo, encontra-se na ruptura da sociedade de consumo, onde justiça e equidade sociais tornam-se base-eixo de suas aspirações. (FURLAN, 2003, p. 11).

A prática do ecoturismo no Brasil configura-se como uma atividade relativamente nova. Antes da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio-92), a ideia difundida no conceito de “turismo ecológico” refletia a imagem poética inspirada na contemplação da natureza. Após o evento, a denominação “ecoturismo” ganhou em seu conteúdo semântico, os preceitos da sustentabilidade e da ética conservacionista. Existe consenso entre os envolvidos de que a atividade surgiu no Brasil, na década de 1980. No entanto, o auge de seu crescimento no mercado efetivou-se na década de 1990, após a (Rio-92).

Embora se verifique, no contexto da literatura brasileira que aborda a temática, a existência de uma diversidade de conceitos que surgem em função dos interesses, ora das instituições acadêmicas e pesquisadores, ora das entidades e demais setores envolvidos no segmento, as três características básicas e fundamentais que constituem o tripé da sustentabilidade se fazem presentes na orientação das ações a que se destina essa prática, a saber: garantia da conservação ambiental, educação ambiental e o benefício às comunidades receptoras. (FACO; NEIMAN, 2010).

Nessa perspectiva, Silva & Santos (2007) acrescentam à ideia, a fusão de quatro modalidades de apoio à concepção de ecoturismo, quais sejam: turismo ecológico, turismo social, turismo político e participação social. Nessa conjuntura de ações, as autoras apostam no fortalecimento da proposta do ecoturismo como potencial para elaborar e executar políticas de turismo sustentável e diminuir os impactos advindos dessa prática.

Carvalho (2007) considera que o desenvolvimento do turismo tem passado por transformações conceituais para dar conta dos preceitos sustentáveis do desenvolvimento. Nesse sentido, o planejamento turístico é crucial para minimizar os efeitos negativos e potencializar os efeitos positivos nas esferas do poder público. Tais reflexos são consequências dos descontentamentos causados, principalmente, pelo modelo convencional de se praticar o turismo no Brasil.

Esse argumento permite que os estudiosos sobre planejamento do turismo, entre eles Beni (2006), afirmem que o Brasil não atingiu índices de desenvolvimento mais expressivos por falta de uma visão sistêmica e holística e de pensamento estratégico. Nesse sentido, sugere uma visão tática e estratégica, ao longo do tempo e do espaço, para que se possa perceber a evolução do fenômeno turístico brasileiro e seu contexto regional e internacional.

Dias (2008), ao avaliar o custo elevado sobre os preços dos produtos ecoturísticos, considera existir essa tendência como estratégia de garantia da sustentabilidade dos locais explorados. Essa justificativa apoia-se no controle da capacidade de carga, já que se sabe que o ecoturista se dispõe a pagar um pouco mais pela qualidade do empreendimento. A atividade empresarial, nesse contexto, destina-se aos micro e pequenos empresários,

entanto, não garante riquezas fáceis e imediatas, porém, pode garantir a sobrevivência de proprietários rurais e famílias de agregados. (NEYMAN; MENDONÇA, 2005).

Uma das ferramentas indispensáveis na condução do processo é o diálogo. Esse mecanismo torna-se indispensável na reversão do processo de degradação do meio ambiente e do resgate entre os saberes produzidos por essas populações nas suas localidades. Para Mendonça e Neyman (2005), o ecoturismo representa uma relação de troca e não de dependência do meio ambiente.

Essa compreensão fica mais evidente na visão de Coriolano, quando a autora avalia os méritos dos pressupostos da aplicabilidade do processo, pois:

As pessoas que haviam perdido a capacidade de reagir, de sonhar e produzir utopias começam a reagir. São experiências novas que surgem ligadas ao campo e às cidades, inclusive práticas de desenvolvimento local incentivadas pelo turismo. São comunidades que se organizam para entrar no mercado do turismo, para oferecer serviços turísticos, para recuperar o patrimônio histórico. Enfim, para gerar emprego e renda na comunidade. (CORIOLANO, 2003, p. 35).

No conceito acima se pode perceber claramente as inferências de Dale, quando concorda que as várias conceituações advindas das propostas alternativas para o turismo não mais incorporam a contestação ao turismo de massa, e sim, “[...] uma adaptação do sistema contestado, buscando novo posicionamento e sua própria manutenção”. (DALE, 2005, p. 3).

Conforme constatado nas discussões sobre a ausência da precisão do conceito no contexto internacional, o Brasil não foge a esse parâmetro. Os segmentos da sociedade com interesse no desenvolvimento do ecoturismo, como: o *trade*; a área governamental e os organismos oficiais; as organizações não governamentais da área ambiental e os conservacionistas articulados às instituições de fomento e financiamento; as populações residentes nas destinações; o público turista e o meio acadêmico apropriam-se de uma ideia particular em função de seus interesses mediatos e imediatos sobre o tema.

Essas reflexões dirigem-se, também, às instituições de ensino e pesquisa no Brasil. Nesse sentido, a ausência de pesquisas e geração de uma base teórico-científica, como o apoio à gestão e as estratégias das instituições ligadas ao segmento, torna-se um dos itens mais reivindicados. O que se tem observado é uma limitação no tratamento analítico e metodológico, com exclusiva fixação no planejamento da atividade. Assim, as instituições de ensino e pesquisa tendem a contribuir muito para a formação de quadros profissionais nos diversos níveis e setores de atuação.

No que diz respeito às discussões da participação das comunidades no contexto da temática em estudo, quase todas, mas não prioritariamente, as publicações acompanham as

variáveis da gestão e do planejamento das Unidades de Conservação (UCs). Essa preocupação reflete, principalmente, no que diz respeito aos impactos que a atividade pode causar nas comunidades locais e no ambiente natural, levando em consideração o desejo de a população aceitar ou não a realização dessa atividade no local.

A partir dessa constatação, Cavalcante (2006) apresenta algumas orientações básicas resultantes das consequências da atividade com relação à agressão ao meio ambiente e dos limites que a natureza impõe no lugar, como o respeito às comunidades locais; o envolvimento econômico efetivo dessas comunidades; o respeito às condições naturais e a conservação do meio ambiente e interação educacional. Esses fatores se dispõem a oferecer aos turistas experiências de vida refletidas na preservação da natureza e no patrimônio histórico e cultural.

Assim, diante das imprecisões que se apresentam nas concepções de ecoturismo, que, na realidade, difundem muito mais ideias comuns sobre o termo do que necessariamente um conceito, uma vez que este ainda se encontra como uma proposta em construção, optou-se por aceitar os pressupostos das diretrizes para uma política nacional de ecoturismo, a qual entende ser a atividade:

Um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, estimula sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas. (BRASIL, 1994, p. 8).

Da combinação desse processo, as vantagens revelam-se na oportunidade dos questionamentos fundados por meio da educação ambiental fundamental, do resgate dos valores e da aprendizagem dos patrimônios cultural e natural.

Ao acompanhar as tendências das críticas ao segmento, Rodrigues (2003) questiona sobre o prefixo “eco”, utilizado como bandeira em todo o movimento difundido nos ideais de apelo ambientalista. Para a autora, nem sempre este conceito denota um real comprometimento com a essência de seus fundamentos. Em outras palavras, isto significa dizer que o termo tem sido utilizado indiscriminadamente, com fins reais ou ilegítimos. Do resultado dessas implicações discutidas, ainda se observa um consenso de ser a qualificação dos recursos humanos no país um dos principais gargalos impactantes no alavancar desse segmento.

No âmbito dos programas de governo no Brasil, essa regra não foge à exceção, o conceito do ecoturismo aparece agregado às políticas públicas de incentivo ao segmento e apresenta-se como alternativa oposta ao turismo de massa ou ao turismo convencional, conforme anteriormente citado.

O levantamento realizado nos estudos de Basso (2007) sobre “Políticas públicas do turismo em áreas naturais e evolução do conceito de ecoturismo no Brasil”, torna-se um exemplo clássico dessa correlação. Contribui para isso o entendimento da cultura política que se estabelece no segmento do setor, concorrendo para sinalizar as tendências do conceito que se institui no Brasil.

Como se constatou no início das discussões neste subitem, o ecoturismo surgiu no Brasil estimulado pela educação ambiental. Esse é um dos critérios que atribui um diferencial no modo de se fazer turismo. Nesse sentido, o ecoturismo que se quer sustentável deve projetar seus objetivos na construção do conhecimento e do saber, como patrimônio de maior valor. Essa iniciativa, ao mesmo tempo em que promove uma mudança de postura, estimula o questionamento sobre os reais benefícios que a atividade pode proporcionar onde é realizada.

Enfim, com a forte influência das ideias que cada setor tende a designar ao termo ecoturismo, surgem diversos interesses, conceitos e premissas da conservação da natureza e do desenvolvimento sustentável. Esses fatores têm contribuído na promoção de uma série de iniciativas governamentais e projetos designados à promoção do ecoturismo no Brasil.

1.3.1 Programas, projetos de ecoturismo e apropriação de políticas públicas

A primeira ação que se tem registro referente ao ordenamento do ecoturismo, anteriormente chamado de turismo ecológico, aconteceu em 1987. (SEABRA, 2001). O objetivo do referido programa visava à promoção de políticas públicas e à prática de turismo nas áreas naturais. Essa proposta foi viabilizada em decorrência da elaboração do Plano de Manejo, orientado ao Parque Nacional de Sete Cidades, no Piauí. Como parte integrante da Comissão Técnica Nacional envolvida nesse processo, representantes especialistas do Instituto Brasileiro para o Desenvolvimento Florestal (IBDF), hoje IBAMA, e EMBRATUR empenharam-se no estabelecimento de programas de visitação e uso público de Unidades de Conservação (UCs). Entretanto, sem obter êxito. (PIRES, 2002).

Em 1991 retomam-se as ações do programa de estímulo às políticas públicas e à prática de turismo nas áreas naturais para que se possa dar continuidade à segunda fase da proposta. O Manual Operacional do Ecoturismo e o Programa de Ecoturismo surgiram como resultado das ações realizadas nesse período e apresentaram-se como estratégias iniciais de reorientação das políticas de desenvolvimento da atividade. Ambos os documentos agregavam ações conjuntas por meio de convênio assinado entre EMBRATUR/IBAMA. É desse período também o programa de implementação do Parque Nacional da Chapada dos

Veadeiros, em Goiás, e o Curso Básico de Conductor de Visitantes Ecoturísticos; primeira iniciativa em capacitação para recursos humanos em ecoturismo.

O pouco sucesso das estratégias anteriores não impediu o avanço das discussões. Assim, o ecoturismo só se tornou prioridade nacional em 1994. Diferentes atores sociais e governamentais compuseram o primeiro grupo de discussão de uma Política Nacional de Ecoturismo, ainda em 1994, para avançar no entendimento de como esta atividade poderia utilizar de forma sustentável o patrimônio natural e cultural do país.

A partir de então, surgiram uma série de medidas governamentais para o incremento de políticas voltadas ao desenvolvimento do segmento. Em função disso, foi criado, nesse período, um grupo de trabalho formado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e pelo Ministério da Indústria, Comércio e Turismo (MICT). Nessa equipe, técnicos da EMBRATUR, IBAMA, SEBRAE, representantes de algumas ONGs, empresas consultivas atuantes no mercado na área, UNESCO, Associação Brasileira de Ecoturismo, Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) entre outros, conseguiram viabilizar oficinas e reuniões onde foram discutidos diversos problemas que afetavam o setor, como, por exemplo, a carência de capacitação dos profissionais.

Como resposta aos esforços desse trabalho, resultaram as diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo, publicada no início de 1995. O objetivo dessa proposta foi orientar as atividades e servir como base de desenvolvimento regional, a partir da instalação de uma Política Nacional de Ecoturismo no Brasil, que assegurasse na integralidade o desenvolvimento da comunidade, do meio ambiente e do país. Vale salientar que somente após o estabelecimento do conceito oficial adotado no Brasil, já referenciado anteriormente, os princípios e critérios orientadores do segmento passaram a ser definidos. Coube ao Projeto de Oficinas de Capacitação em Ecoturismo⁴ (OCE), o cumprimento de algumas tarefas emergenciais refletidas nos seguintes problemas: carência de capacitação dos profissionais interessados nesse novo segmento; a fragilidade do poder público em planejar e normatizar o setor e a inabilidade das ONGs em utilizar essa tendência para apoiar e estimular a conservação.

Um dos pontos positivos da estrutura organizacional do segmento aconteceu com a criação do Programa Nacional de Ecoturismo, lançado em 1995. No bojo desse programa, foi criado o Grupo Técnico de Coordenação de Ecoturismo para a Amazônia Legal (GTC - Amazônia). Esse projeto integrava seis ministérios, entre eles o do Meio Ambiente, dos

⁴ O Projeto Oficinas de Capacitação em Ecoturismo (OCE) surgiu a partir da parceria entre a *Conservation International* do Brasil, o Senac/Ceatel/SP, a Fundação Florestal - SP, o Instituto Ecológico Cristalino (IEC), o Bioma - Educação e Assessoria Ambiental e grupo de especialistas em ecoturismo, com suporte financeiro do MMA, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, MICT/Embratur e governos dos estados da Amazônia Legal. (OFICINA, 2000).

Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, intermediados e coordenados pela Secretaria da Amazônia. A partir de então, e com uma estrutura mais profissionalizada, o Grupo Técnico de Coordenação – GTC - Amazônia posicionou-se na definição de políticas de ecoturismo para a Amazônia, admitindo como uma das prioridades em seu conjunto, a capacitação de recursos humanos.

No âmbito desse processo, surgiu o Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo para a Amazônia Legal (PROECOTUR). Contribuiu para isso o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério do Turismo, a EMBRATUR, o IBAMA e os nove estados componentes da Amazônia Legal brasileira. As principais metas do programa pretenderam beneficiar diretamente cerca de três milhões de habitantes de 30 municípios participantes; com previsão de criação de 50 mil novos postos de atuação direta; 600 agências de turismo na região; edificação de 800 hotéis e pousadas na selva; surgimento de 2.100 restaurantes; incentivo ao transporte terrestre e aéreo de 70 empresas; desenvolvimento de atividades de educação ambiental; promoção e cooperação técnica e financeira junto às organizações privadas; promoção à mudança dos índices de desempenho e melhoria dos padrões de qualidade dos produtos ecoturísticos existentes a serem operados; condução de ações de fortalecimento institucional dos órgãos de meio ambiente local; identificação, geração e disponibilização de novas tecnologias apropriadas ao ecoturismo e priorização de financiamento do Banco da Amazônia (BASA) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FNDO - Turismo Verde). (OFICINA, 2000).

O início das atividades do PROECOTUR no Brasil ocorreu em agosto de 2000. As ações do programa estavam sob a responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente, o qual teve importante atuação na implementação do turismo sustentável na Amazônia, por meio do programa. Entre os períodos de 1994 a 1997 foram discutidas as metodologias do referido programa, conforme atesta Luiz Fernando Ferreira⁵, quando comenta sobre os detalhes do modelo da gestão do projeto:

Nesses estados todos foram feitos planos. O Proecotur conseguiu realizar o que chamou de “Estratégias de desenvolvimento do ecoturismo” e Planos para o Desenvolvimento dos Polos. Entre 1994 a 1997 foram discutidas as metodologias de ecoturismo [...] e outro estudo específico para desenvolvimento dos polos. É claro que houve estado que fez melhor uso desse material de pesquisa e outros que engavetaram. Destaque ao estado de Tocantins, que executou várias ações que estavam previstas nas estratégias dos planos. Então, o PROECOTUR gerou muito documento importante. [...] o estado do Amazonas foi o que deu mais importância ao

⁵ Luiz Fernando Ferreira foi gerente de capacitação do PROECOTUR (2001 a 2010). Função atual: Diretor da Empresa BIOMA (sócio).

PROECOTUR por meio da AMAZONASTUR [...] mas turismo não é prioridade. (Informação verbal)⁶.

A estrutura do programa PROECOTUR contava com o seguinte desenho: Grupo Técnico de Assessoramento (GTC - Estadual) e Grupo Técnico Operacional (GTO). Na composição do GTC - Estadual foram designados representantes em nível estadual de todas as partes interessadas, tanto públicas como privadas. Os assuntos relativos, como, por exemplo, a revisão da estratégia de turismo de cada estado e aconselhamento em relação à criação de novos polos de ecoturismo deveria ser resolvida a nível estadual. Com relação ao Grupo Técnico Operacional (GTO), cada uma das sedes municipais dos polos de ecoturismo contaria com um. Para as atividades dos GTOs foram designadas as seguintes metas: dispor de informação de base, ampliar os critérios existentes para a seleção de áreas, consultar a comunidade, supervisionar e acompanhar as tarefas dos consultores em nível local. Na composição desse quadro foram indicados representantes das instituições municipais de planejamento, meio ambiente e/ou turismo, representantes de organizações não governamentais locais e operadores privados de hotéis e excursões. (OFICINA, 2000).

A operacionalização do programa consistia na execução de um planejamento priorizado em duas fases. A primeira etapa foi direcionada às Oficinas sobre Turismo Sustentável na Amazônia, em que as ações se concentravam no Planejamento Estratégico para o Desenvolvimento do Ecoturismo na região. O objetivo foi gerar oportunidades de negócio capazes de conciliar desenvolvimento econômico e social e respeito ao meio ambiente. A segunda fase do programa, atualmente sob a responsabilidade da coordenação do Ministério do Turismo e do Programa de Ação para o Desenvolvimento Integrado do Turismo Nacional (PRODETUR), destina-se a investimentos que serão executados pelos estados e respectivas regiões, conforme depoimento de Allan Milhomens⁷:

[...] ao todo, são 15 polos de ecoturismo que abrangem 152 municípios dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Teve como objetivo, a elaboração dos planos de desenvolvimentos dos 15 polos de ecoturismo, zonas prioritárias de investimento e desenvolvimento do ecoturismo que apontaram as diretrizes, programas e projetos necessários ao desenvolvimento ecoturístico de cada polo. Como estratégia pública para a região, o projeto protagonizou o processo de estruturação da atividade ecoturística. Depois de 10 anos de existência, o legado do PROECOTUR é uma importante base de dados, informações e orientações para que o turismo contribua para a melhoria dos indicadores econômicos, sociais e ambientais da região

⁶ Dados de entrevista concedida por Ferreira, à autora, em 27/10/2011.

⁷ Depoimento de Allan Milhomens, que foi coordenador geral do PROECOTUR e atualmente trabalha como gerente de projetos do Ministério do Meio Ambiente.

e também para a conservação da maior floresta tropical do planeta. (Informação verbal).⁸

O destaque dado a essa iniciativa foi a implementação dos polos de ecoturismo na Amazônia. O objetivo proposto ao programa foi o de apoiar e gerir o desenvolvimento destes polos, por meio de uma política de turismo sustentável, promovendo identificação e formatação de produtos e serviços ecoturísticos, como também definir as próprias estratégias. Esse assunto será discutido com detalhes no próximo capítulo.

Ainda se observam, nas propostas do PROECOTUR, as Oficinas de Capacitação em Ecoturismo (OCE) criadas em 1994. Os pressupostos que subsidiaram as estratégias metodológicas desse programa, considerado o primeiro na categoria de capacitação de profissionais e de desenvolvimento de produtos ecoturísticos no país, basearam-se no modelo do instituto do Parque Nacional *Banff*, no Canadá. Este programa foi desenvolvido pela organização canadense *Ecoplan: net institute*, sendo considerado perfeitamente adaptável às necessidades brasileiras. (BRASIL/MMA, 1994).

De acordo com Basso (2007), ambos os programas, Polos e PROECOTUR, continuaram sendo executados até a criação do Ministério do Turismo (MTur), em 2003. Essa estratégia, segundo a autora, fortaleceu ainda mais a relação interministerial, por meio da assinatura de um termo de Cooperação Técnica em 2004. A Agenda Ambiental para o Turismo (TAL Ambiental) foi resultado dessa ação conjunta. Ocorreu, também, nesse período, a mudança de subordinação do PROECOTUR do MMA para o MTur.

Com relação à criação de políticas públicas no segmento, foi lançado, em 2003, o Manual de Ecoturismo de Base Comunitária: ferramentas para um planejamento responsável e, no ano seguinte, o documento Turismo responsável: manual para políticas locais (SALVATI, 2005). Houve também várias publicações como o Manual Indígena de Ecoturismo, a Política Regional de Ecoturismo para a Amazônia e as oficinas de planejamento nos Polos de Ecoturismo para as comunidades extrativistas, indígenas e ribeirinhas. (BRASIL/MMA, 1994).

Nessa linha de ações, o MTur cria o Programa de Regionalização do Turismo (PRT) - Roteiros do Brasil, lançado em 2004, propondo o estabelecimento de algumas metas do Plano Nacional de Turismo (PNT) 2003-2007, com foco no Macroprograma de Estruturação e Diversificação da Oferta Turística no país, reinserindo os polos de ecoturismo como proposta de desenvolvimento. O “PNT 2007-2010 – uma viagem e inclusão” surgiu como proposta de continuidade e aprofundamento nas políticas adotadas e implementadas nos anos de 2003 a 2006, por meio da ação articulada de setores empresariais que

⁸ Dados de entrevista concedida à autora em 21/10/2011.

compartilham com o governo uma dimensão institucional cooperada. No escopo deste macroprograma, integram-se programas de apoio ao financiamento para o desenvolvimento regional, entre eles o PRODETUR e o PROECOTUR, os quais se apresentam como um processo de complementariedade.

As ações mais efetivas para a exploração do ecoturismo nas UCs surgem em 2009, por meio do projeto Parques da Copa. O Ministério do Meio Ambiente (MMA), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), o Ministério do Turismo (MTur) e a EMBRATUR lançaram o Programa Parques da Copa com o objetivo de desenvolver um turismo responsável e integrado à diversidade cultural e à conservação da biodiversidade.

Nesse contexto de análise, Faria chama a atenção de que o primeiro plano estabelecido para o desenvolvimento do turismo na Amazônia emerge dos princípios da sustentabilidade a partir da década de 1990, com o Plano de Turismo da Amazônia (PTA). Garantir condições que promovam um melhor gerenciamento dos recursos naturais e do desenvolvimento turístico, a partir do aproveitamento dos recursos naturais para o turismo receptivo como forma de fortalecer a “imagem da Amazônia como destino das correntes turísticas”, são ações priorizadas nos objetivos do referido plano. (FARIA, 2012, p. 78).

Após uma breve análise no quadro geral das políticas públicas direcionadas ao ecoturismo no Brasil, observam-se vantagens e ao mesmo tempo desvantagens. Nas vantagens constata-se a abordagem do ecoturismo, inferida pelo MTur, quanto ao reconhecimento da atividade, apresentando-se como líder nas discussões introdutórias das práticas sustentáveis no setor turístico. Esses atributos, ao mesmo tempo em que apresentam vantagens quando justificam a evolução das políticas e do próprio entendimento do conceito da atividade, principalmente quando se consideram as diferenças entre turismo sustentável e ecoturismo, revestem-se de desafios pela premissa da sustentabilidade aplicar-se a qualquer tipo de turismo, em diferentes destinos.

No que diz respeito às desvantagens, observa-se que, passados quase 30 anos da implementação da proposta do PROECOTUR, não se vê transparência nos resultados das metas realizadas nas fases do programa. As estratégias metodológicas que vinham sendo preparadas desde a década de 1990, com a implementação do programa na Amazônia, em 2000, foram interrompidas em 2003, com a mudança de governo.

Enfim, garantir condições mínimas de sustentabilidade aos municípios amazônicos representa um pré-requisito fundamental para o turismo sustentável. No entanto, dentre as principais ações propostas no PROECOTUR, como por exemplo: inserção e preparação dos atores locais na condução de ações e de planejamento do turismo na região, gerenciamento do negócio turístico local, principalmente na compreensão sobre os destinos, concorrentes e

oportunidades locais, não foram efetivadas, ficando as estratégias do programa presentes apenas no discurso.

2 ECOTURISMO NO AMAZONAS

No presente capítulo pretende-se contribuir com informações que forneçam subsídios para a construção de cenários para o desenvolvimento do ecoturismo no Amazonas. Este capítulo se propõe a atender a uma das primeiras fases da metodologia de cenários, denominada de “Retrospectiva do objeto-pesquisa”, ou seja, pretende-se apresentar um diagnóstico dos aspectos atuais do ecoturismo no estado do Amazonas. Para isso priorizou-se a seguinte lógica de discussão: a) evolução do ecoturismo no Amazonas; b) Sistema Estadual do Turismo: início de uma trajetória; c) caracterização dos polos de ecoturismo no Amazonas; d) destinos ecoturísticos no Amazonas: principais segmentos e oferta turística; e) experiência nos destinos de referência de ecoturismo no Amazonas; f) estado da arte do ecoturismo no Amazonas; g) Organização do Sistema de Turismo. Esse diagnóstico do turismo na região tem um papel importante na constituição da base-eixo de orientação, no desenho de cenários e, conseqüentemente, no apoio de futuras estratégias do sistema de turismo local.

2.1 EVOLUÇÃO DO ECOTURISMO NO AMAZONAS

As primeiras referências de turismo na Amazônia remontam à década de 1960 e encontram-se relacionadas às modalidades de turismo alternativo e com interesses especiais ocasionados pela chegada dos estrangeiros na Amazônia peruana, mais precisamente na região de Iquitos e do rio Napo, em cuja margem foi construído o primeiro hotel de selva da região: *Explorama*, em 1962. A influência dos estrangeiros tipicamente jovens de nível universitário, com ímpeto aventureiro e experiências alternativas, colaborou com a crescente demanda de novos contingentes de turistas com perfis e interesses semelhantes. Contribuiu para isso a divulgação de suas experiências em seus países de origem. A partir de então, as atividades turísticas ampliaram-se na região com uma linguagem apropriada à época, como “Safári na Amazônia” ou “Safári ecológico”⁹. (PIRES, 2002).

Nesse contexto, verifica-se que na Amazônia Brasileira, antes da implementação do primeiro hotel de selva (o *Amazon Lodge*, em 1979), as atividades de turismo limitavam-se à prática de passeios de barco, partindo de Manaus, para observar o encontro das águas. Um contato mais efetivo do turista com a floresta, por meio de pernoite ou incursões em trilhas,

⁹ “Safári ecológico” ou “Safári na Amazônia”: referem-se a um tipo de viagem contemplativa no interior da floresta. O barco-hotel que se predispõe a realizar esse tipo de cruzeiro fluvial acomoda turistas que ficam em média de três a cinco dias percorrendo vários pontos de interesse. Esse tipo de iniciativa já apresentava similaridade com os princípios do ecoturismo diante da preocupação com as comunidades locais visitadas no trajeto turístico. (PIRES, 2002, p. 20).

ainda não existia. No entanto, a caça e a pesca já faziam parte das atividades dos visitantes, estimulados pelo cenário amazônico.

A década de 1980 marca a trajetória inicial das experiências envolvendo, de forma mais efetiva, os turistas estrangeiros interessados em conhecer o ambiente amazônico. É a partir dessa iniciativa que surge a oferta de serviços de transportes, guias, operadoras e agências de turismo norte-americanas e, principalmente, europeias na região. O interesse por esse tipo de viagem foi estimulado por meio da troca de utensílios e alimentos urbanos pelo artesanato indígena, geralmente organizado por pessoas experientes do local.

O conceito de ecoturismo adotado na região surge com a implantação das propostas das estratégias e planos dos polos ecoturísticos do PROECOTUR e é definido pelo governo brasileiro.

Nos estudos de Faria, o ecoturismo deve atender aos preceitos estabelecidos nas dimensões da sustentabilidade, sem deixar de considerar o “planejamento e a gestão participativa e comunitária, respeitando os valores sociais, culturais e ambientais dos diferentes povos envolvidos onde a comunidade é a principal beneficiada”. (FARIA, 2005, p. 13). É por meio da efetiva participação da comunidade, tanto nos programas como na operacionalização de todo o processo da atividade, que acontecerá o fortalecimento do poder de decisão em relação às reais necessidades básicas da população local.

Segundo a autora, no cenário mundial a Amazônia emerge como santuário ecológico e como território indígena. Essa imagem viabilizada pela cultura indígena tem assegurado e fortalecido a identidade turística na Amazônia. A propósito dessa discussão, deve-se atentar para o fato de que as primeiras intenções dos viajantes a lugares longínquos e selvagens foram estimuladas por exploradores, aventureiros, cientistas, naturalistas, entre outros. Exemplo disso é a analogia da floresta Amazônica a uma “hileia”. Essa foi uma tentativa de resgatar a imagem da floresta projetada pelo viajante Alexander Von Humboldt, naturalista alemão, e *Aimé Goujoud Bonpland*, naturalista francês, no início do século XIX.

2.2 SISTEMA ESTADUAL DO TURISMO: INÍCIO DE UMA TRAJETÓRIA

Os relatos¹⁰ sobre as experiências da evolução cronológica e histórica do surgimento da atividade turística no Amazonas acontecem mais precisamente nas décadas de 1950 e 1960, estimulados pela expansão hoteleira, com a criação do Hotel Amazonas, na cidade de

¹⁰ O relato sobre a evolução cronológica e histórica do turismo do Amazonas foi concedido no dia 19/05/ 2012, por Maria Armanda Castro M. de Souza. A professora foi representante do Amazonas nas Oficinas de Capacitação de Ecoturismo/PROECOTUR. Ela é especialista em arqueologia e antropologia amazônica, mestre em Administração de Centros Culturais e Aperfeiçoamento em Ecoturismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atualmente, é professora colaboradora da Escola Superior de Artes e Turismo (ESAT) - UEA.

Manaus. Os produtos importados e os preços atrativos contribuem para o aumento de fluxo de comércio da Zona Franca de Manaus (ZFM). A partir dessa iniciativa, intensifica-se o número de voos semanais realizados pela empresa aérea Cruzeiro do Sul, a qual se tornou precursora no ramo de mobilização do fluxo turístico nacional para a região.

As oportunidades geradas por esse interesse estimulam um grupo de empresários parceiros das agências de turismo Selvatur e Luciatur a participar do empreendimento de um hotel flutuante no município de Iranduba, denominado de Hotel Janaurilândia. Essa iniciativa promove o turismo de natureza no estado, com pacotes envolvendo diversos atrativos, incluindo passeios de barco, encontro das águas, focagem de jacaré, entre outros.

A primeira tentativa de instituição de uma política de turismo para o estado aconteceu no governo militar, com a criação do Departamento de Turismo e Promoção no Amazonas (DEPRO) pelo governador Arthur César Ferreira Reis, em 1964. O primeiro gestor a assumir o cargo nesse período foi o escritor Luiz Maximino de Miranda Corrêa, que se destacou como o primeiro dirigente a assumir um cargo na pasta de turismo no Amazonas. As atividades promocionais relativas ao turismo nesse período eram focalizadas tanto para a realização de eventos locais, como para atividades festivas, como, por exemplo, o Festival Folclórico, Carnaval, *Miss Amazonas*, entre outros. Mas é nesse período, também, que surgem as primeiras iniciativas de organização de eventos com projeção nacional e internacional, com o intuito de “vender o Amazonas”.

Em 1970 foi inaugurada a Empresa Amazonense de Turismo (EMANTUR). Foi desse período a criação do primeiro Plano de Turismo no Amazonas, com a proposta de interiorização do turismo de natureza como atrativo turístico.

Vale salientar que o *boom* do turismo na região só aconteceu em 1972, paralelamente ao momento em que a Zona Franca de Manaus atingiu seu estágio de maior projeção no contexto nacional. Nesse período, registra-se o surgimento dos primeiros hotéis de selva, atualmente chamados de hotéis de floresta, entre eles, o *Amazon Lodge*, o *Ariaú Tower*, o Acajatuba, entre outros.

Em razão do pioneirismo dessa categoria de hotel no estado, a EMBRATUR estabeleceu o segmento de turismo ecológico e criou a Matriz de Classificação da Hotelaria de Selva, em comum acordo com os técnicos da EMANTUR. O resultado desse trabalho resume-se na pré-publicação de um inventário sobre turismo ecológico na região. Esse inventário foi encaminhado, posteriormente, a todos os órgãos de turismo de vários estados brasileiros. No entanto, não houve um retorno significativo.

No bojo dessas realizações, a empresa aérea VARIG, associada à Cruzeiro, implantou o Tropical Hotel, o qual começou a receber uma demanda expressiva de turistas do exterior.

Foi do resultado da fusão dessa parceria que surgiram as primeiras promoções turísticas com a oferta de cortesias de uma diária com pernoite nas dependências do hotel.

As ações e projetos do ecoturismo, pensados como incentivo para o Amazonas, teve suas bases na década de 1990. Nessa ocasião, foi criado o plano de turismo denominado “Turismo Rumo ao Século XXI”. Com base nesse plano, a EMANTUR, ao reestruturar seu organograma, institui uma Coordenadoria de Interiorização do Turismo. As ações dessa fase voltaram-se para a criação da Fundação Municipal de Turismo (FUMTUR/MANAUSTUR) e do Núcleo de Ecoturismo, cuja responsabilidade foi ater-se à promoção do estado por meio da participação em feiras nacionais e, principalmente, internacionais. Exemplo disso foi a “Semana do Turismo no Amazonas”, realizada em Washington - EUA, a qual contou também com o apoio da EMBRATUR.

A partir dessas promoções e com a instalação do Programa Nacional de Municipalização (PNMT), em 1993, o turismo no estado consegue atingir uma estrutura mais profissionalizada. As ações em destaque dessa fase resumem-se nas seguintes estratégias: realização de oficinas nos municípios do interior do estado e na capital; esforços concentrados no programa da interiorização do turismo (transformado em departamento); implementação do Inventário de Oferta Turística nos municípios identificados como prioritários para o desenvolvimento do turismo; lançamento, pela EMBRATUR, do programa “Ecoturismo na Amazônia – regiões circunvizinhas de Manaus”; criação da Fundação Municipal de Turismo (FUMTUR), posteriormente transformada em MANAUSTUR (ainda como Fundação) e a criação da Fundação Municipal de Cultura e Artes (MANAUSCULT).

O SEBRAE foi um importante parceiro das ações iniciais da instituição, quando do apoio na captação de investimento para a publicação do Manual de Investimento, nos anos de 1995 e 1996. Nessa fase, registram-se as ações iniciais metodológicas do PROECOTUR, nos âmbitos do ecoturismo, com missões do grupo técnico (GTO/PROECOTUR) e a criação do GTO/AM e o NGP/AM, conforme estabelecido na Portaria Interministerial nº 21/95. Ainda se verifica, nesse período, a outorga concedida ao Amazonas do título de “Estado Referência para o Ecoturismo”, em agosto de 1996.

Nesse período também são retomadas ações, tendo em vista a participação e/ou organização de eventos promocionais e o incentivo pela profissionalização dos eventos populares/folclóricos no Amazonas. No que diz respeito a ações do ecoturismo, constatam-se: a extinção do Grupo Técnico Operacional (GTO) e do Núcleo de Gerenciamento do Programa (NGP). E, ainda, a implantação do último NGP de forma institucionalizada. Algumas mudanças, no entanto, são evidenciadas, como: contratação de equipe pelo processo seletivo simplificado, redução do número de municípios componentes do Polo Ecoturismo e contratação para a elaboração do Plano de Desenvolvimento do Polo

Amazonas de Ecoturismo. E são desse período, também, as discussões sobre a decisão de se criar um novo polo, o Sateré, voltado para o Baixo Amazonas; já que o anterior (Polo Amazonas) contemplava, principalmente, a calha do rio Negro. Após licitação, o Polo Sateré não conseguiu ser viabilizado devido a problemas de ordem técnica. Em 1998 acontece a extinção da EMANTUR.

A partir de 2003 houve o desmembramento da cultura e turismo, com a consequente criação da Empresa Estadual de Turismo do Estado do Amazonas - AMAZONASTUR. As atividades relacionadas ao incentivo da atividade nessa fase foram estimuladas pelo governo federal, por intermédio da EMBRATUR, com o Plano Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT); posteriormente substituído pelo Programa de Regionalização do Turismo (PRT), em 2004, e pelo Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal (PROECOTUR). A organização do sistema turístico atual do Amazonas será discutida no subitem 2.4.2.

Enfim, o que ficou constatado diante do relato é que a EMANTUR plantou as ações iniciais do PROECOTUR e atuou na área de turismo no estado, por cerca de 20 anos. Ao longo dessa trajetória compartilhou suas ações com a Secretaria de Cultura do Estado.

2.3 CARACTERIZAÇÃO DOS POLOS DE ECOTURISMO NO AMAZONAS

O Programa de Polos de Ecoturismo do Brasil foi criado pela EMBRATUR e pelo Instituto de Ecoturismo do Brasil (IEB)¹¹ com o objetivo de definir uma política de gestão para a consolidação de polos, conforme os critérios da sustentabilidade. O conceito de polo, nesse contexto de análise, refere-se a determinadas zonas prioritárias que funcionariam por meio da atuação do poder público na implantação de projetos e normas com vistas à atração de empreendimentos do segmento de caráter privado para dinamizar as atividades ecoturísticas na região. Segundo Magalhães:

São considerados polos ecoturísticos áreas aonde as atividades ecoturísticas já vêm sendo desenvolvidas com sucesso, sendo promovidas por um número variável de agentes, ou locais com condições naturais especiais, mas poucas atividades devido à falta de infraestrutura e de organização. (MAGALHÃES, 2001, p. 68).

Cabe salientar que os referidos polos foram selecionados a partir do critério de complementaridade, na perspectiva de se promover a região amazônica como um todo, e não cada estado individualmente, possibilitando o desenho de roteiros entre os diversos estados. A seleção dos municípios nos estudos da estratégia de polos ficava sob a

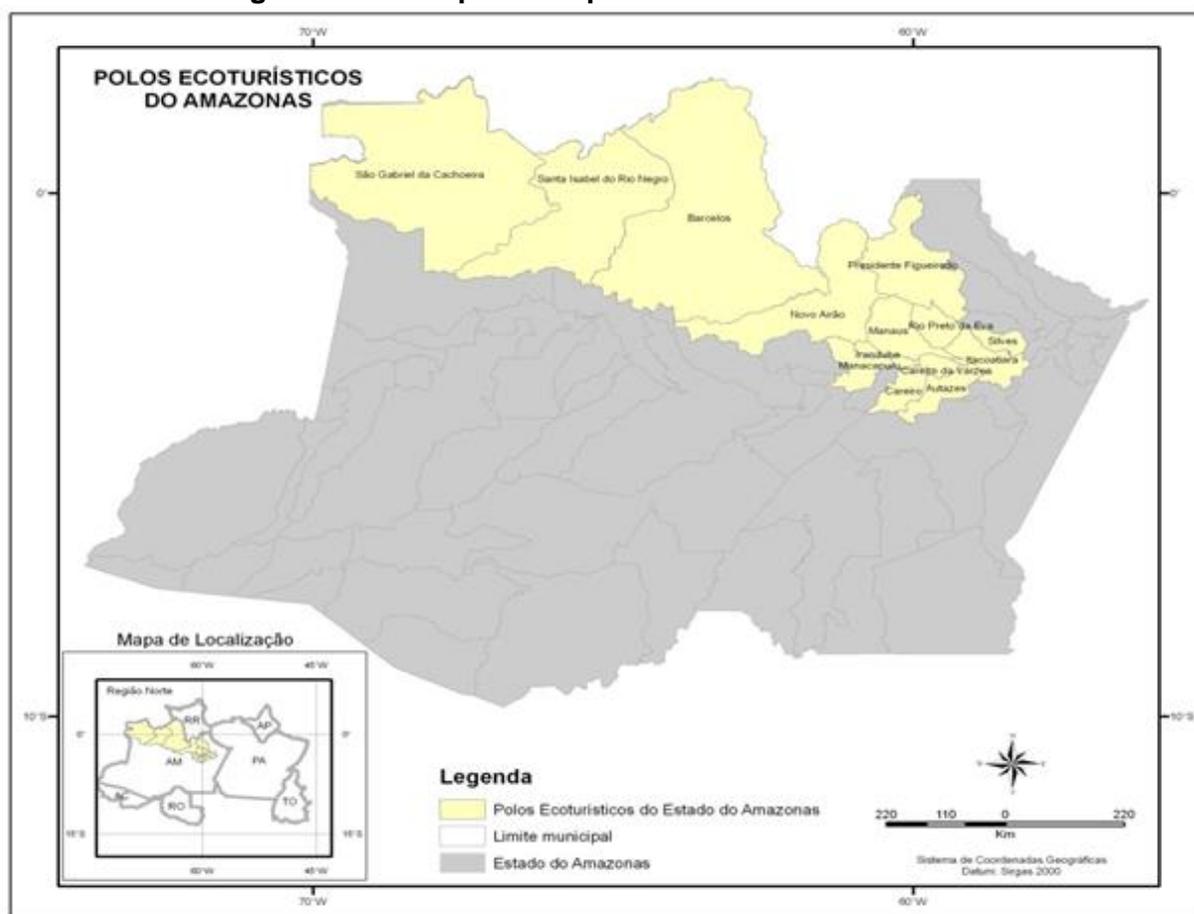
¹¹ A criação do programa de Polos de Ecoturismo do Brasil foi viabilizada por meio do Ministério do Esporte e Turismo, do Instituto Brasileiro de Turismo - EMBRATUR e pela Deliberação Normativa nº 430, de 31/07/2002, com a criação do Comitê Gestor do Programa Polos de Ecoturismo do Brasil.

responsabilidade de cada estado e deveria apresentar incrementos mínimos de infraestrutura necessária para acontecer o turismo, como, por exemplo, acesso, comunicação, transporte, energia, existência de programas, diretrizes e projetos necessários ao desenvolvimento ecoturístico de cada polo.

Como forma de promover o desenvolvimento da atividade no Amazonas, o governo do estado, por meio da AMAZONASTUR, definiu dois polos de ecoturismo: Polo Amazonas e Polo Sateré. De acordo com os estudos estratégicos do PROECOTUR, o Polo Sateré engloba os municípios de Barreirinha, Boa Vista do Ramos, Maués, Nhamundá e Parintins. Este Polo apresenta como principal expoente o município de Parintins, com seu Festival Folclórico. Apesar de ser selecionado como polo de ecoturismo, este não foi inserido na estratégia de ecoturismo estadual. Nesse sentido, apenas o Polo Amazonas, objeto de investigação da presente pesquisa (Figura 2), possui hoje estudos estratégicos de ecoturismo elaborado pelo estado do Amazonas. Nessa perspectiva, reservaram-se para sistematização dos dados desta tese, os estudos relativos à implementação do PROECOTUR.

A área de abrangência correspondente ao Polo Amazonas representa 15,3% do estado, tendo Manaus como o portão de entrada. O Polo Amazonas abrange, além de Manaus, os municípios de Autazes, Barcelos, Careiro, Careiro da Várzea, Iranduba, Manacapuru, Novo Airão, Itacoatiara, Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva, Silves, Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira.

Figura 2 - Municípios componentes do Polo Amazonas



Fonte: Argemiro Neto/IBGE, 2011.

A maior parte desses municípios concentra-se às margens de três rios da Amazônia: o Negro, o Solimões e o próprio Amazonas. O principal marco de referência do polo em estudo é a grande concentração de Unidades de Conservação, formando a maior área protegida do planeta (5,7 milhões de hectares), conforme quadro-resumo das UCs, anexado a este estudo (PROECOTUR, 2009). Áreas como o Parque Estadual do Rio Negro, a Reserva Ecológica Sauim-Castanheira, o Parque Nacional de Anavilhanas e o Parque Nacional do Jaú, transformado em patrimônio natural da humanidade, integram uma das maiores áreas protegidas de florestas tropicais do mundo e encontram-se inseridas no projeto Corredor Ecológico¹².

¹² Os corredores ecológicos são definidos como grandes áreas que contêm ecossistemas florestais biologicamente prioritários para a conservação da biodiversidade na Amazônia. São compostos por conjuntos de unidades de conservação, terras indígenas e áreas de interstício. Seu objetivo é prevenir ou reduzir a fragmentação das florestas existentes e permitir a conectividade entre áreas protegidas. Os corredores estão sendo implementados por meio de parcerias entre os três níveis de governo e as ONGs. As decisões são tomadas com a participação dos comitês descentralizados em cada estado, e o projeto conta com o apoio financeiro da Cooperação Brasil-Alemanha.

Com relação aos aspectos culturais, o Polo Amazonas possui diversos sítios arqueológicos pré-históricos e históricos e patrimônios arquitetônico e artístico significativos. As obras de arquitetura indígena e cabocla em forma de palafitas, às margens dos rios, são encontradas em quase todos os municípios e constituem-se atrativos relevantes para o estado. (PROECOTUR, 2009).

A cerca de aproximadamente 10 km da capital, ocorre um dos grandes espetáculos naturais da Amazônia: o encontro das águas escuras do rio Negro com as águas barrentas do rio Solimões, que fluem por cerca de 7 km, antes de se misturarem. A observação de aves e botos são, também, atrativos adicionais.

Um dos principais diferenciais para o Amazonas como destino ecoturístico, especialmente no que tange ao estado do Amazonas, refere-se à diversidade das nações indígenas existentes na região. Em alguns municípios, como São Gabriel da Cachoeira, 97% da população são indígenas. (FARIA, 2012).

O arquipélago de Anavilhanas é composto por cerca de 400 ilhas, centenas de lagos e igarapés ricos em espécies animais e vegetais. É considerado um paraíso para os conservacionistas. Banhados pelo rio Negro, os municípios de Novo Airão e Barcelos têm em comum parte de seu território ocupado pelo Parque Nacional do Jaú e a histórica ruína de Airão Velho, resquício de ruínas históricas dos primórdios da ocupação europeia na região. Um conjunto de igarapés e lagos, que formam paisagens singulares, e suas festas religiosas são atrativos importantes. Ainda em Barcelos está a maior cachoeira do Brasil, situada na Serra do Araçá, com 396 m de salto e o maior arquipélago fluvial do mundo, o Marirauá, com 1.700 ilhas. Também banhados pelo rio Negro, o município de Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira são os polos mais distantes da capital e abrangem em seus territórios o Parque Nacional do Pico da Neblina, onde estão os dois pontos mais elevados, atrativos culturais do território brasileiro (Pico da Neblina e Pico 31 de Março).

Não por acaso, observa-se que os municípios de Autazes, Careiro, Rio Preto da Eva e Presidente Figueiredo são os únicos do Polo Amazonas que estão fora da influência direta dos três grandes rios amazonenses. Situado às margens da Rodovia BR 174, que liga Manaus à Boa Vista (RR), e distante 107 km da capital, Presidente Figueiredo tem como atrativos rios encachoeirados, cavernas e sítios arqueológicos. Os demais municípios como Silves, Manacapuru, Careiro da Várzea, Iranduba e Itacoatiara acolhem Unidades de Conservação em seus territórios, bem como lagos, rios e igarapés de grande beleza. Uma breve descrição sintetiza as particularidades dos atrativos naturais e culturais de cada município do Polo em evidência, anexada nesta tese.

2.4 DESTINOS ECOTURÍSTICOS NO AMAZONAS: SEGMENTOS E OFERTA

Enquanto a denominação Polos de Ecoturismo define-se como uma política de gestão fundada nos critérios da sustentabilidade, o conceito de destino pode ser concebido como um conjunto de produtos turísticos que operam no contexto de um determinado espaço geográfico, levando em consideração alguns fatores comuns, entre eles, clima, infraestrutura, serviços e recursos naturais e culturais. (WALLINGRE; VILLAR, 2009 apud VALLS, 2002, p. 22).

De acordo com o estudo de mercado realizado pelo PROECOTUR (2009), os destinos ecoturísticos do Polo Amazonas têm alcançado reconhecimento internacional pelo seu potencial e possuem atrativos e produtos bem estruturados voltados para este segmento, como é o caso dos hotéis de selva, a cidade de Silves, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamiraúá (RDS - Mamiraúá) e o potencial de UCs que esse estado abriga.

O turismo de natureza no Amazonas tornou-se um dos segmentos mais valorizados pela demanda turística nacional e internacional. A designação atribuída ao “Estado Referência para o Ecoturismo no Brasil”¹³ resultou de vários critérios, os quais embasaram a referida escolha. Contribuiu para isso, a existência de um produto turístico¹⁴ já consolidado, resultante da ação do homem junto aos recursos naturais que o estado apresenta. Um exemplo clássico que acompanha a difusão da marca diz respeito à cobertura vegetal nativa da região. Presume-se que 98% de vegetação nativa compõe essa cobertura, além do potencial da biodiversidade e da sociodiversidade existentes no local. As possibilidades de desenvolver os atrativos e roteiros específicos são inúmeras e abrangem desde a observação da fauna e flora, à perspectiva de convívio com as comunidades tradicionais extrativistas ou ribeirinhas, até a pesca esportiva, caminhadas, passeios de barco por rios, igarapés e igapós. (PROECOTUR, 2009).

Como forma de obter-se um alinhamento entre as expectativas da demanda e da oferta existente no Amazonas, um estudo realizado pelo PROECOTUR sobre Diagnóstico da Oferta (PROECOTUR, 2009) identificou atrativos ou elementos turísticos, os quais se constituíram como espaços de grande relevância para o turismo na região. No total, foram

¹³ O estado do Amazonas recebeu do governo federal o título e tratamento de “Estado Referência para o Ecoturismo no Brasil” a partir do pronunciamento feito pelo presidente da república Fernando Henrique Cardoso, em agosto de 1996, durante solenidade no Tropical Hotel Manaus. A referência foi sugerida pelo Grupo Técnico de Coordenação (GTC - Amazônia) para a elaboração da política de ecoturismo para a Amazônia Legal, do MMA, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, e assinada pelo ministro Gustavo Krause, pelo governador Amazonino Mendes e pelos presidentes da Associação Brasileira de Agentes de Viagens/Reg.AM, Mário Trados, e da Associação Brasileira da Indústria Hoteleira/Reg.AM Roberto Bulbol.

¹⁴ Os elementos que formam o produto-destino turístico podem ser classificados em duas categorias: tangíveis e intangíveis. Entre os primeiros, incluem-se o patrimônio (histórico, natural, entre outros), a infraestrutura e os equipamentos. Ou seja, todos aqueles elementos que são objetivos. Com relação ao segundo, consideram-se os aspectos subjetivos e que visam o bem-estar dos clientes, entre eles a hospitalidade, a cortesia, a cordialidade, o ambiente e os costumes.

selecionados e definidos treze elementos de maior atratividade para os viajantes que resumem a essência do tipo de turismo vivenciado em seus ambientes. Trata-se de elementos identificados pelas seguintes características (Quadro 1):

Quadro 1 - Elementos com potencial de atratividade identificados no estudo do mercado

ELEMENTOS IDENTIFICADOS NO ESTUDO DO MERCADO	
Experiências com a comunidade	Unidades de Conservação
Experiências com a natureza	Gastronomia
Hotéis de selva	Patrimônio histórico e cultural
Barco-hotel	Festas e eventos
Pesca	Cidades
Observação de aves	Sol e praia, fluvial e marítimo
Cruzeiros	

Fonte: BRASIL/PROECOTUR, 2009.

Dentre os elementos citados, destaca-se o grupo hotéis de selva, com o *Amazon Lodge*, pioneiro dessa categoria no Amazonas. Trata-se da iniciativa de um suíço, cujo empreendimento permanece até hoje na região com oferta para o mercado externo e serviços voltados para o ecoturismo. O estado do Amazonas tem se destacado na oferta deste elemento, com empreendimentos em maior número e de porte variado. Atualmente, verifica-se cerca de 20 hotéis de floresta ou hotéis de selva cadastrados no Cadastur do MTur.

Vale salientar que o elemento hotéis de selva atende à demanda por interações mais intensas com a floresta amazônica e seus rios. Em sua maioria, esses empreendimentos possuem estruturas fixas na margem dos rios e alguns flutuantes sobre as águas. Essa categoria de hotel, com foco nas demandas internacionais e nacionais de alta renda, tem um papel decisivo na atratividade da Amazônia Legal, principalmente no Amazonas. E, na maioria das vezes, esse próprio elemento de atratividade tem se autopromovido. (PROECOTUR, 2009).

Em relação à estratégia do estabelecimento dos hotéis de selva na região, ainda se consegue identificar algumas semelhanças e diferenças relacionadas às seguintes características (PROECOTUR, 2009):

- a) Localizam-se a distâncias diferenciadas em relação à capital Manaus, a maioria às margens do rio Negro ou de seus afluentes. Contribui para isso, o fato de as águas desse rio apresentarem características químicas naturais (PH elevado), não

propícias à propagação de insetos muito comuns em florestas tropicais e equatoriais, como no caso da Amazônia;

- b) As distâncias entre Manaus, local de chegada dos turistas, e os respectivos centros hoteleiros são vencidas por traslados aéreos (helicópteros, hidroaviões) ou fluviais (embarcações), como também por trajetos terrestres. Esses fatores contribuem para o elevado custo operacional dos pacotes turísticos oferecidos a esses destinos; e
- c) As propostas arquitetônicas e projetos construtivos variam de caso para caso. Itens de maior ou menor conforto e o número de unidades habitacionais variam. O caráter de rusticidade e de integração ao meio natural preexiste. As estruturas vão desde adaptações em flutuantes sobre os rios em áreas de solo instável, na altura das copas das árvores, em que a madeira é o elemento estrutural dominante. Entretanto, não se têm informações sobre a destinação de efluentes orgânicos e o tratamento de resíduos gerados nesses equipamentos, além de outros aspectos de relevância ecológica.

A formatação básica, e geralmente comum aos hotéis de selva na região, inclui, em suas programações, atratividades como: observação do encontro das águas dos rios Amazonas e Negro, pequenas incursões na selva por trilhas interpretadas, visita à casa de caboclos ribeirinhos, conhecer o modo de vida e a produção artesanal, passeios de barco e de canoa pelos rios, igapós e igarapés, a maioria no rio Negro e seus afluentes, observação noturna de jacarés, pesca esportiva e interpretação da paisagem verde e hidrográfica característica da região. Não se pode deixar de ressaltar, também, uma aproximação “didática” com animais nativos da região.

Dentre os principais produtos turísticos comercializados pelas agências receptoras locais, os segmentos do ecoturismo, o turismo cultural e o turismo de pesca têm se destacado como destinos mais requisitados pelos turistas. Merecem destaque, também, as atividades contempladas nos roteiros: Boi-Bumbá, Tucunaré, Encontro das Águas, Cachoeiras e Floresta Amazônica, assim como os cruzeiros fluviais e o encontro das águas dos rios Negro e Solimões (Tabela 1).

Tabela 1 - Produtos turísticos: oferta/roteiros/segmentação turística e comercialização de produtos - AM

<p>Principais Atrativos Turísticos Naturais e Culturais</p>	<p>-Manaus: Arquitetura monumental da época da borracha; Teatro Amazonas; Mercado Municipal Adolfo Lisboa; Os Palácios da Justiça e Rio Negro; Museu de Ciência da Amazônia; Mercado Municipal; Complexo Turístico Ponta Negra; Museu do Índio; Eventos de pesca esportiva; Bacia do Rio Amazonas; Zoológico do CIGS - Centro de Instrução de Guerra na Selva; Jardim Botânico; Praias do Tupé, do Arrombado e Ponta Negra.</p> <p>-Nhamundá: Rio Amazonas.</p> <p>-Novo Airão e Moura: Bacia do Rio Negro; Parque Nacional Jaú; Parque Nacional de Anavilhanas.</p> <p>-Parintins: Festival Folclórico de Parintins; Bacia do Rio Amazonas, Floresta Amazônica, Igarapés, Igarapós.</p> <p>-Presidente Figueiredo: Cachoeira da Pedra Furada; Cachoeira de Iracema.</p> <p>-Santa Isabel do Rio Negro: Bacia do Rio Negro.</p> <p>-São Gabriel da Cachoeira: Rio Negro; Parque Nacional do Pico da Neblina; Ambiente de Selva Amazônica e Bacia do Rio Negro.</p> <p>-Tefé: Rio Solimões; RDS-Mamirauá; Floresta Nacional de Tefé; Observação de Flora e Fauna.</p>
<p>Principais Roteiros</p>	<p>Roteiro Boi Bumbá*; Roteiro do Tucunaré*; Roteiro Mamirauá*; Roteiro Floresta; Amazônica**; Roteiro Aldeia dos Lagos**; Roteiro do Guaraná**; Roteiro Encontro das Águas**; Roteiro das Cachoeiras**.</p>
<p>Principais Segmentos Turísticos</p>	<p>Ecoturismo; Turismo Cultural; Turismo de Pesca; Turismo de Aventura; Turismo de Sol e Praia; Turismo de Negócios e Eventos.</p>
<p>Principais Produtos Comercializados</p>	<p>Cruzeiros Fluviais (especialmente pelos Rios Negro e Amazonas); Mamirauá-AM; Manaus – AM (<i>City-Tour</i>); Barcelos/AM (Pesca Esportiva); Festa do Boi em Parintins/AM; Manaus/AM (<i>City-Tour</i> e Encontro das Águas); Presidente Figueiredo (Cachoeiras e <i>Acqua Park</i>: complexo de lazer aquático).</p>

Fonte: Ruschmann Consultores, 2007.

* Roteiros turísticos prioritários para o desenvolvimento da oferta com padrão de qualidade internacional.

** Roteiros turísticos operados para o mercado nacional.

Os principais segmentos e roteiros turísticos apresentados estão de acordo com a oferta de atrativos turísticos da região. Com exceção do segmento do turismo de negócios e de eventos, que se apresenta como uma das principais atividades econômicas de Manaus. Nesse conjunto de atrativos, observa-se a não inclusão de roteiros de passagem de reprodução de várias espécies de aves migratórias, presente em alguns municípios, como por exemplo, Manacapuru na RDS do Piranha. Embora todos os atrativos naturais e culturais tenham seu valor significativo, chama à atenção a cultura indígena, por despertar fascínio sobre o imaginário das pessoas. A possibilidade de visitar e conhecer seus costumes, danças e ritos, desde que adequadamente planejados, pode tornar-se um grande atrativo para a região.

Outro item a ser contemplado, diz respeito aos achados arqueológicos no município de Iranduba. Por meio deste atrativo cultural, vários pesquisadores dedicam-se a entender as

formas de organização social da Amazônia. As escavações promovidas pelo Projeto Amazônia Central¹⁵, aliadas aos inúmeros levantamentos arqueológicos, já renderam ao projeto mais de 100 sítios arqueológicos plotados e cadastrados na região de confluência dos rios Negro e Solimões. (NEVES et al. 2003).

No entanto, em face da dinamização econômica que o estado vem sofrendo, o governo do estado oferece, ao mesmo tempo, vantagens e desvantagens para os trabalhos arqueológicos na região. As vantagens estão na facilidade estratégica de se prospectar sítios na área e o deslocamento de equipes para os trabalhos. As desvantagens emergem como um processo antagonístico. O mesmo fato que favorece a visualização de sítios é também a causa de sua destruição. Em geral, devido ao caráter emergencial com que muitas obras estão sendo executadas no estado, o patrimônio arqueológico está desprotegido, gerando perdas irreparáveis para o conhecimento do passado.

2.4.1 Experiência no destino referência de ecoturismo no Amazonas

A principal referência com experiência no ecoturismo no Amazonas é o projeto da RDS - Mamirauá. Embora esse destino não tenha sido incluído nas propostas de polo de ecoturismo é importante que se conheça como a atividade vem se desenvolvendo no estado.

A RDS - Mamirauá localiza-se a 600 km a oeste de Manaus, na confluência dos rios Solimões e Japurá e o canal do Auati-Paraná. Trata-se da primeira Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) brasileira, criada por decreto do governo do Amazonas, em 1996, e incorporada em 2000 ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Constitui-se como a maior UC em áreas alagadas do Brasil e encontra-se incluída na lista de áreas úmidas de importância mundial da Convenção de Râmsar. Atualmente é considerada como a única do país completamente inserida em área de várzea amazônica. (PLANO DE GESTÃO DA RDS - MAMIRAUÁ, 2010).

Trata-se de uma área de 112,4 km², que passa pelos municípios de Uarini, Fonte Boa e Maraã. Os demais municípios como, Jutaí, Alvarães e Tefé situam-se em suas áreas de influência. A sede do IDSM fica localizada em Tefé, que partilha com o governo do Amazonas a gestão das RDS - Mamirauá e Amanã.

¹⁵ Esse projeto foi criado por Michael Heckenberger (Departamento de Antropologia da Universidade da Flórida), James Petersen (Departamento de Antropologia da Universidade de Vermont) e Eduardo Góes Neves (Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo), em 1995. Atualmente, o projeto tem em seu quadro pesquisadores, alunos de graduação e pós-graduação do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP), pesquisadores e alunos da Universidade Federal do Amazonas e um corpo técnico qualificado composto por moradores do município de Iranduba.

A RDS - Mamirauá é uma unidade contemplada por vários tipos de proteção estadual, nacional e internacional. É reconhecida pela Convenção de Rãmsar das Nações Unidas, a qual se dedica a estudos de áreas alagadas de importância mundial. Na composição desse projeto, ainda se verifica a inclusão da Reserva da Biosfera da Amazônia Central, a qual integra o Corredor Central da Amazônia. Além disso, encontra-se rodeada pela Reserva Extrativista Auati-Paraná, a oeste, e pela RDS - Amanã, a leste. (PLANO DE GESTÃO DA RDSM, 2010).

A partir de junho de 2002, o Projeto Mamirauá deixou de existir como iniciativa de cooperação técnica bilateral. Atualmente, as atividades relacionadas à Fase II do projeto encontram-se sob a responsabilidade do IDSM, com apoio de órgãos governamentais, como Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), e com recursos internacionais provenientes do *Wildlife Conservation Society* (WCS), União Europeia (EU), Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, financiado pelos países do G7 e União Europeia (PP-G7), entre outros. (INOUE, 2003).

A viabilidade do acesso à RDSM pode ser feita via Tefé, por meio de voos regulares semanais, como, também, por lanchas e barcos convencionais que trafegam para o local, mais de uma vez ao dia. A cidade dista menos de 30 km da extremidade sudoeste da reserva.

A economia dos moradores e usuários da reserva caracteriza-se como camponesa¹⁶. Essa prática econômica baseia-se na combinação da produção de subsistência de itens básicos da alimentação (peixe e farinha de mandioca) e uma produção pouco intensiva, para venda, composta pelos mesmos itens e, ainda, em menor escala, carne de jacaré. As comunidades ribeirinhas situadas na reserva estão organizadas em nove setores. Cada setor convoca assembleias onde são discutidas, periodicamente, propostas de utilização dos recursos encontrados na área específica de atuação. (PLANO DE GESTÃO RDSM, 2010).

Na agricultura (predomínio da mandioca), o plantio de roçados na vazante e sua colheita realizam-se um pouco antes da enchente. Como as águas atingem a maior parte das plantações, a atividade fica limitada à metade do ano. Na cheia, a população sustenta-se com a produção de farinha armazenada, ou, o mais comum, com a compra de farinha em geral, dos recursos da venda da madeira. (PLANO DE GESTÃO RDSM, 2010).

¹⁶ Fraxes (2000, p. 16), na obra "**Homens anfíbios**: etnografia de um campesinato das águas", relaciona o homem anfíbio de forma metafórica para representar o modo de vida das populações que habitam dois ambientes – a terra e a água. A verificação desses diversos comportamentos, assim como o seu modo de vida particular, define esses sujeitos como "camponeses". Eles exercem simultaneamente múltiplas atividades e nenhuma de modo exclusivo, caracterizando-se por manter um mínimo calórico para sua subsistência. Ribeirinhos, caboclos, agricultores, agricultores familiares, trabalhadores rurais, entre outros, vivem à margem dos rios, lagos e igarapés da Amazônia.

O Programa de Ecoturismo realizado em RDS - Mamirauá existe desde 1998. Para atingir os objetivos do referido projeto, foram estabelecidas estratégias, sob a ótica da sustentabilidade, como forma de garantir renda para a população local, o que, de certa forma, apresenta-se como alternativa econômica ao uso tradicional de recursos naturais.

Borges e Calejon (2008) atribuem ao primatólogo José Márcio Ayres, falecido em 2003, o mérito do sucesso do manejo ecoturístico explorado na reserva e apontam esta iniciativa como a primeira área de proteção ambiental do Brasil a adotar um modelo de preservação ambiental que soube viabilizar meios para a não expulsão dos moradores tradicionais.

Cabe salientar, ainda, que na RDS - Mamirauá encontra-se a Pousada Uacari. O termo "Uacari" foi atribuído à pousada flutuante também em homenagem a uma espécie endêmica de macacos da região, o primata Uacari-branco (*Cacajao calvus calvus*). A infraestrutura da pousada foi projetada nos padrões de mínimo impacto no entorno. A maioria dos turistas estrangeiros que visita a reserva encontra as seguintes atrações: trilha de observação, passeios de canoa, pesca esportiva e degustação de pratos típicos da culinária regional. (BORGES; CALEJON, 2008). Apenas sete comunidades da reserva participam do projeto de ecoturismo e procuram interagir com diversas atividades, como: prestação de serviços de hotelaria, condução de visitantes, gerenciamento da pousada, tomada de decisão na Associação de Guias e Auxiliares de Ecoturismo - AAGEMAM, entre outras. (PERALTA, 2005).

Para Queiroz (2004), o modelo RDS desenvolvido em Mamirauá, ao longo de quinze anos de existência, vem apresentando resultados positivos, tanto do ponto de vista da conservação da biodiversidade local, quanto à melhoria da qualidade de vida da população tradicional que habita o local. Entre os impactos causados, direta ou indiretamente, Peralta (2005) registra os seguintes: novas fontes de renda que incentivam a permanência da população na área rural, o crescimento populacional e a migração de retorno, o que pode aumentar a pressão pelos recursos naturais e abalo nas relações de poder e a intensificação da estratificação social entre as unidades domiciliares.

No contexto das publicações ligadas à RDSM, menciona-se a tese de doutorado de Cristina Yumie Aoki Inoue sobre o tema Desenvolvimento Sustentável, pela Universidade de Brasília, defendida em agosto de 2003. Trata-se de uma pesquisa pertinente por abordar o "Regime Global de Biodiversidade. Comunidades epistêmicas e experiências locais de conservação e desenvolvimento sustentável: o caso Mamirauá". O estudo focaliza os fatores-chave que levaram à elaboração e instalação, tanto do Projeto Mamirauá, como da RDSM. Segundo a autora, ambas as experiências foram consideradas bem sucedidas quando correlacionadas aos parâmetros do regime global de biodiversidade.

É importante ressaltar que, pelo fato da área abranger grandes dimensões e concentrar, também, uma população enorme de moradores e usuários, alguns problemas inviabilizam a implementação da unidade de gestão apropriada. Como, por exemplo, a implantação de sistemas de controle e de vigilância eficientes e a pendência da regularização fundiária dos moradores no local.

Rabinovi, ao analisar as estratégias de estímulo ao projeto Mamirauá, discute que esse tipo de iniciativa de desenvolvimento local depende, exclusivamente, de atores “transnacionais, como pesquisadores e ONGs”. Esses atores “desempenham um papel chave ao propor e implantar um projeto de conservação e desenvolvimento sem a participação direta do Estado Nacional”. (RABINOVICI, 2009 apud INOUE, 2003, p. 320). Com esse diferencial, avalia a dificuldade de se fixar o projeto Mamirauá como modelo, principalmente aos estimuladores de projetos de ecoturismo. Os principais elementos, atipicamente identificados na proposta, são os seguintes: apoio constante de financiamento de pesquisa, trânsito internacional que lhe garante importância, grupo de pesquisadores estáveis e autônomos trabalhando no local e ajuda governamental. Incluindo ainda, direito a espaço na Universidade Federal do Pará, entre outros atributos. Na realidade, o mérito da atuação não está nas estratégias que concentram o desenvolvimento das comunidades e sim na “possibilidade de se ter Mamirauá como exemplo de ação para seus projetos”. (RABINOVICI, 2009, p. 157).

2.5 ESTADO DA ARTE DO ECOTURISMO NO AMAZONAS

A partir da exposição das principais características definidoras do ecoturismo no estado, serão analisados, a seguir, alguns indicadores conjunturais socioeconômicos que caracterizam o perfil dos destinos selecionados como componentes do Polo Amazonas. Os destinos escolhidos são: Iranduba, Itacoatiara, Manacapuru, Novo Airão, São Gabriel da Cachoeira, Manaus, Careiro, Rio Preto da Eva, Presidente Figueiredo e Barcelos. O critério de escolha desses locais levou em consideração três aspectos, a saber: maior contingente populacional, distância, considerando os municípios mais próximos da capital do estado e maior fluxo turístico. A base de investigação nesses polos voltou-se à análise do PIB *per capita*, ao reconhecimento dos meios de acesso das sedes municipais até a capital, à infraestrutura, aos aspectos educacionais e às unidades de saúde. Para tanto, serão apresentados alguns aspectos do desenho institucional que configuram o atual sistema de turismo do local.

2.5.1 Organização do sistema turístico no Amazonas

Atualmente, a Empresa Estadual de Turismo do Amazonas (AMAZONASTUR) é o órgão oficial do setor de turismo no estado e da administração indireta do poder executivo. A instituição foi criada pela Lei nº 2.797, de 09 de maio de 2003, pelo governador Eduardo Braga, com a missão de promover a política de turismo sustentável nos mercados nacional e internacional. O modelo de gestão adotada pelo referido órgão foi estimulado pelo governo federal, por intermédio da EMBRATUR, com o Plano Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) e o Programa de Incentivo ao Turismo na Amazônia/PROECOTUR/2002.

O conceito de turismo utilizado na região, segundo a AMAZONASTUR (2012)¹⁷, segue as diretrizes propostas no Plano Nacional de Turismo (PNT), baseado na compreensão de planejamento e gestão de turismo como instrumento indutor do desenvolvimento e da geração de emprego e renda no país. Com relação aos aspectos da política institucional, o conceito busca orientação no Programa de Regionalização do Turismo (PRT) - Roteiros do Brasil, criado pelo MTur (2004), subsidiado no modelo de gestão focalizado em política descentralizada, coordenada e integrada, tendo em vista os princípios da flexibilização, mobilização, cooperação intersetorial e interinstitucional e sinergia nas decisões.

As estratégias de desenvolvimento do turismo para o estado orientam-se por meio do Plano Estadual de Turismo, o qual prioriza os desdobramentos e formulações estratégicas sustentáveis por meio da análise *swot*. O referido plano encontra-se estruturado em sete capítulos e apresenta uma diversidade de ações objetivando, além do pleno desenvolvimento do destino, maximizar as potencialidades turísticas do local. Desse modo, pretende atingir metas, como por exemplo, a superação de ameaças, o envolvimento de gestores e empresários e a ampliação de suas ações por meio de uma política pública mobilizadora, sob os enfoques local, regional e nacional. Na perspectiva de operacionalizar as formulações de suas estratégias, tem como marco simbólico a “Vitória Régia”. (AMAZONASTUR, 2012).

De acordo com a referida empresa, existe uma rede de gestão descentralizada que estabelece a relação entre os parceiros dos setores do turismo no estado e o Fórum Estadual de Turismo, em permanente articulação com o MTur. O referido Fórum foi implantado na Política Nacional de Turismo em 2003, onde na estrutura de organização consta a formatação dos Fóruns Estaduais de Turismo e as Instâncias de Governança nas áreas mapeadas pelo Programa de Regionalização do Turismo. Dessa forma, com os Planos Nacionais de Turismo 2003-2007 e 2007-2010, a estrutura permanece em

¹⁷ Os informes referidos sobre o sistema da Empresa Estadual de Turismo no Amazonas foram concedidos por Thais Martins, do gabinete da presidência. (AMAZONASTUR, em 06/06/2012).

funcionamento. No que diz respeito às reuniões ordinárias, estas acontecem de dois em dois meses, com as entidades componentes do referido Fórum.

No processo de instalação das políticas de turismo no local, tanto o modelo de gestão descentralizada como o Fórum Estadual de Turismo são considerados ferramentas fundamentais no processo de interlocução nos âmbitos estadual, federal, municipal, setor privado e nas organizações representativas da sociedade civil, que vêm se organizando para a implementação das políticas de turismo nas diversas esferas de gestão. (AMAZONASTUR, 2012).

Segundo informes da empresa, o desenvolvimento da atividade turística no estado tem por base as orientações da proposta das diretrizes operacionais do Plano Regional de Turismo PNT/MTur (2004). Nessa perspectiva, empenha-se em trabalhar temáticas operacionalizadas por meio de módulos, focalizadas na sensibilização, mobilização, institucionalização de instâncias de governança regionais, elaboração e implementação de planos estratégicos de desenvolvimento turístico na região, roteirização, sistema de informações turísticas do programa, promoção, comercialização, monitoria e avaliação nos destinos. Isso se justifica em termos de reconhecimento que a referida empresa tem sobre as carências concernentes ao ordenamento da atividade turística local, principalmente no que se refere à união, motivação e envolvimento dos atores sociais da área.

Sob a lógica da nova proposta do PNT/MTur (2004), a AMAZONASTUR adotou novas estratégias classificando oito polos turísticos no estado, assim designados: (AMAZONASTUR, 2012).

- Polo Sateré: Nhamundá, Parintins, Barreirinha, Boa Vista do Ramos e Maués;
- Polo Rio Negro: Barcelos;
- Polo Amazônico: Manaus, Iranduba, Manacapuru, Novo Airão, Rio Preto da Eva, Presidente Figueiredo, Careiro da Várzea, Careiro, Itacoatiara, Autazes e Manaquiri;
- Polo Médio Solimões: Coari, Tefé, Uarini, Codajás e Alvarães;
- Polo Alto Rio Negro: São Gabriel da Cachoeira e Santa Isabel do Rio Negro;
- Polo Uatumã: Urucará, São Sebastião do Uatumã, Itapiranga, Urucurituba e Silves;
- Polo Madeira: Nova Olinda do Norte, Borba, Novo Aripuanã, Apuí, Manicoré e Humaitá; e
- Polo Alto Solimões: Fonte Boa, Tonantins, Jutai, Santo Antônio do Içá, Amaturá, São Paulo de Olivença, Tabatinga, Benjamin Constant e Atalaia do Norte.

Embora se verifique um total de 45 municípios distribuídos nesses oito polos, apenas os municípios de Manaus, Manacapuru, Novo Airão, Iranduba, Parintins, Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva, Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro foram incluídos nos

trabalhos iniciais das ações concernentes aos módulos de sensibilização e roteirização. A atenção especial, no entanto, se volta aos polos de Manaus, Parintins e Barcelos, por estarem inseridos na classificação de Destinos Indutores do Desenvolvimento do Turismo no Estado. (AMAZONASTUR, 2012).

Com relação às políticas de turismo e do ecoturismo instalados no estado, essas são estimuladas pelos seguintes programas de incentivo: Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal (PROECOTUR)¹⁸, Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil (PRT), Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar (PNTRAF), Pesca Esportiva no Amazonas, Turismo Arqueológico e Turismo em Terras e Comunidades Indígenas.

Os projetos de ecoturismo planejados entre os períodos de 2008 a 2012 foram e continuam sendo desenvolvidos em algumas Unidades de Conservação e apresentam ações direcionadas a algumas comunidades localizadas em Iranduba, Rio Preto da Eva, Manaus, Manacapuru e Novo Airão. As ações são dirigidas ao funcionamento de trilhas ecológicas, à realização de cursos de qualificação em idiomas e gestão turística, às oficinas de sensibilização e aos estudos de viabilidade do ecoturismo com base no projeto de fomento do turismo em parques nacionais e entorno.

O Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar (PNTRAF) surgiu no Brasil no ano de 2003. No entanto, somente em 2006 foi inserido definitivamente no estado do Amazonas. O programa tem como objetivo a promoção do desenvolvimento rural sustentável, por meio da implantação e fortalecimento das atividades turísticas pelos agricultores familiares. Com essa perspectiva, pretende-se a integração dos arranjos produtivos locais, agregados à renda e geração de postos de trabalho no meio rural, tendo em vista a melhoria das condições de vida das pessoas envolvidas.

De acordo com a orientação do Ministério do Turismo - MTur e do Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA, o turismo rural na agricultura familiar foi apontado como uma das vocações do estado. No Amazonas, o PNTRAF foi implantado em 15 municípios: Rio Preto da Eva, Iranduba, Autazes, Manacapuru, Novo Airão, Careiro, Presidente Figueiredo, Manaus, Maués, Tefé, Silves, Parintins, Barcelos, Manaquiri e São Sebastião do Uatumã.

¹⁸ Segundo o órgão oficial do turismo no estado, a prefeitura de Manaus aderiu à Fase II do Programa - PRODETUR - Nacional. No entanto, enfatizou que houve algumas exigências do MTur aos estados que optassem por aderir ao programa, como: elaboração de carta consulta expondo as intenções e as ações relativas aos componentes: Estratégia de Produto Turístico, Estratégia de Comercialização, Fortalecimento Institucional, Infraestrutura, Serviços Básicos e Gestão Ambiental, com prazo de execução, em média, para quatro a cinco anos. (AMAZONASTUR, 2012). Há que se enfatizar que a obtenção da proposta de financiamento internacional do programa está sob a responsabilidade da Comissão de Financiamento Externo – COFIEX, quando da identificação e avaliação de cada caso.

O Programa da Pesca Esportiva foi implementado no estado com o objetivo de gerar desenvolvimento em áreas remotas, substituindo atividades econômicas que degradam o meio ambiente. O objetivo do programa visa à geração de emprego e de renda para as comunidades tradicionais e ribeirinhas. A meta principal do plano é contribuir com a melhoria da qualidade de vida dessas populações, fortalecendo, ainda, outras atividades de apoio à promoção do turismo de esportes, à conservação do meio ambiente e garantindo, assim, a sustentabilidade dos recursos humanos, naturais e culturais. (AMAZONASTUR, 2012).

Dentre os municípios componentes do Polo Amazonas, Barcelos destaca-se como destino de referência no segmento turístico da pesca esportiva, escolhido por meio do projeto do Ministério do Turismo “Destino de Referência em Segmentos Turísticos”. Este município vem se destacando no mercado turístico nacional e internacional por reservar uma significativa concentração de peixes da espécie tucunaré-açú, peixe conhecido pela sua agressividade ao atacar as iscas e por suas bruscas arrancadas depois de fígado.

O Programa de Turismo de Arqueologia encontra-se em fase de planejamento. Para efetivação desse segmento, a empresa busca parcerias de interesse, como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a Secretaria de Estado de Infraestrutura (SEINF), a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS), os Serviços de Apoio a Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE - AM), o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM), a Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e a Universidade do Estado do Amazonas (UEA). (AMAZONASTUR, 2012).

O Programa Turismo em Áreas e Terras Indígenas encontra-se em fase de estudo do ordenamento para o desenvolvimento da atividade no estado. Embora a atividade ainda não encontre amparo legal para esse tipo de exploração foi identificada a prática de atividades turísticas em comunidades indígenas, como por exemplo, no Rio Cueiras, no ano de 2006, e a exploração da pesca esportiva, em 2007, na terra indígena Tenharim Marmelos, no município de Manicoré. Nesse sentido, têm ocorrido audiências públicas, tanto nos locais que buscam a regularização dessa atividade, como também na capital do estado. (AMAZONASTUR, 2012).

De acordo com a AMAZONASTUR (2012), desde 2005 são realizadas propostas de sensibilização, inventários, eventos, como, por exemplo, o Fórum Amazonas Indígena e o Seminário de Fortalecimento das Organizações Indígenas para o etnodesenvolvimento ocorrido em 2009. Nesse evento houve assinatura do termo de cooperação técnica para desenvolvimento e ordenamento da atividade do turismo em áreas e terras indígenas (etnodesenvolvimento) no estado do Amazonas.

A qualificação dos recursos humanos que atuam diretamente na área do turismo no estado acontece por meio de cursos de capacitação oferecidos diretamente nos municípios

amazonenses. Essa iniciativa surgiu por meio de convênio celebrado, em 2005, entre o governo do estado do Amazonas/AMAZONASTUR, a Fundação Banco do Brasil (FBB), o Ministério do Turismo - MTur e o Instituto Brasileiro de Turismo - EMBRATUR. O convênio teve como meta a implantação do projeto intitulado “Qualificação Profissional nos Municípios do Estado do Amazonas” e foi desenvolvido seguindo a ordem sequencial das etapas I, II e III. Na realização da etapa I, os cursos foram oferecidos apenas aos municípios de Manaus, Presidente Figueiredo, Novo Airão, Manacapuru, Barcelos e Iranduba. Somente em 2007 a proposta foi estendida aos municípios de Careiro Castanho, Silves, Tefé, São Sebastião do Uatumã, Rio Preto da Eva, Parintins, Maués e Tabatinga, devido a novo convênio firmado com o Ministério do Turismo.

Na dinâmica do processo de capacitação dos recursos humanos, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC/Amazonas, a Premiar Consultoria e o Centro de Educação Tecnológica - CETAM são os principais órgãos referentes à execução de diversos cursos, como: Separação e reciclagem de resíduos sólidos, garçom (Excelência no atendimento em A&B), Como tornar um atrativo em produto ecoturístico, Gastronomia típica e higiene dos alimentos, Gestão hoteleira, Organização de eventos e cerimonial, Qualidade no atendimento ao turista para taxistas, Serviço de camareira e Segurança e qualidade em ecoturismo. Esses cursos foram oferecidos aos comunitários e demais pessoas que já atuavam no turismo, direta ou indiretamente, de forma gratuita. Na etapa II do programa, foram incluídos cursos de Animação turística, Ecoturismo e Desenvolvimento sustentável, Monitor de ecoturismo, Empreendedorismo em ecoturismo, Qualidade e segurança para profissionais de embarcações turísticas, Qualidade de atendimento ao turista, Qualidade no atendimento ao turista com inglês e espanhol instrumentais e piloto.

De acordo com a AMAZONASTUR (2012), os cursos foram programados visando à melhoria da qualidade dos serviços oferecidos pelos envolvidos na cadeia produtiva do turismo. A empresa reconhece a carência prioritária de capacitação de mão-de-obra, especialmente em alguns segmentos, como guias de selva, recepcionistas, cozinheiros, comerciantes, pequenos empresários, camareiras e nas comunidades de forma geral. Nesse sentido, os cursos funcionam como ferramentas de oportunidades tanto na geração de emprego e renda, como na projeção de novos profissionais qualificados no mercado. Atualmente, buscam-se recursos para executar e implantar o Projeto Qualificação Profissional, etapa III, tendo em vista beneficiar os municípios da região metropolitana de Manaus.

Ao se reportar sobre o papel do turismo e do ecoturismo para o desenvolvimento da Amazônia, a empresa responsável pelo turismo no estado reconhece o potencial da biodiversidade, a capacidade da floresta de influenciar o clima mundial e do potencial da

água doce disponibilizada no planeta. Além desses fatores, percebe-se a preocupação da inserção dos saberes culturais e o reconhecimento da floresta amazônica como patrimônio da humanidade que precisa ser preservado.

Enfim, diante da perspectiva que se abre para o turismo em escala mundial e com ele a movimentação de recursos e geração de empregos, que no caso do Amazonas depende da gestão sustentada dos patrimônios natural e cultural, tornou-se imprescindível, nesta tese, um estudo subsidiado na proposta da técnica da construção de cenários para o local. Isto posto, a construção de cenários pode contribuir para o ecoturismo no Amazonas permitindo uma melhor visualização das atividades ecoturísticas que ainda encontram-se desordenadas e impulsionadas, quase que exclusivamente, pela oportunidade mercadológica, deixando, a rigor, de gerar os benefícios socioeconômicos e ambientais esperados, comprometendo, não raro, o conceito de imagem do produto ecoturístico brasileiro nos mercados interno e externo. Motivado por esses argumentos, apresentar-se-á, na sequência, a descrição detalhada dos principais métodos e procedimentos utilizados neste estudo.

PARTE II: CENÁRIOS DO ECOTURISMO NO AMAZONAS

3 CAMINHOS METODOLÓGICOS NA CONSTRUÇÃO DE CENÁRIOS

Neste capítulo expõem-se os métodos e as técnicas adotadas na pesquisa.

3.1 PASSOS METODOLÓGICOS DA INVESTIGAÇÃO

A metodologia é uma das etapas mais importantes da pesquisa científica. Gil (2002), Vieira e Zouain (2006), Triviños (1995) e Morin (1977) atribuem essa importância ao fato de configurar os passos em que o pesquisador deve caminhar na orientação de sua investigação científica. Na visão de Thiollent (2000), a metodologia preocupa-se em avaliar técnicas e a geração ou a experimentação de métodos inovadores de pesquisa remetendo aos modos efetivos de captar e processar informações. As vantagens desse processo concorrem na resolução de diversas categorias de problemas teóricos e práticas de investigação. Desse modo, são os métodos, enquanto esclarecedores dos procedimentos lógicos, os norteadores do processo de investigação científica da natureza e da sociedade.

A presente pesquisa foi desenvolvida a partir de uma abordagem de natureza qualitativa. Esta abordagem é importante neste estudo por apresentar um conjunto de características essenciais, tais como “o ambiente natural como fonte direta de coleta de dados, caráter descritivo, o significado que as pessoas dão às coisas e à vida como importantes ao pesquisador e o enfoque indutivo”. (GODOY, 1995, p. 1).

No processo analítico-metodológico de cenários, Buarque (2003) enfatiza a importância de o método propiciar tanto a abordagem no enfoque indutivo, como no dedutivo. Contribuem para isso, os jogos de combinações indispensáveis no desempenho dos cenários. Nesse processo, os cenários concorrem a partir da combinação de hipóteses sobre o comportamento dos principais eventos e constituem um jogo coerente de acontecimentos singulares. É importante reconhecer as vantagens desse tipo de abordagem quanto à oportunidade dada ao se pesquisar em relação “ao entendimento dos fenômenos de acordo com a perspectiva dos participantes da situação estudada e, a partir daí, situa sua interpretação de tais fenômenos”. (CARVALHO, 2007, p. 13).

Para analisar o ecoturismo do estado do Amazonas, esta pesquisa fez uso do método da construção de cenários prospectivos subsidiados nos pressupostos de Godet (2000). Porto, Nascimento e Buarque (2001) têm adotado esta técnica em diversos trabalhos publicados na área, como por exemplo, Cinco cenários para o Brasil, (PORTO et al., 2005), Cenários Socioenergéticos da Amazônia para a Eletronorte (2000-2020), 2001, entre outros.

Em uma visão geral, o estudo foi dividido em quatro etapas metodológicas. Nessa perspectiva, elegeu-se a pesquisa exploratória para dar suporte ao referido estudo.

3.2 PROCESSO DA PESQUISA EXPLORATÓRIA

Quanto aos métodos e procedimentos de coleta de dados, foram priorizados o método observacional e o estudo de caso. A pesquisa adotou um levantamento de dados secundários, por meio de investigação bibliográfica e documental, entrevistas não estruturadas durante duas visitas exploratórias de campo nos destinos selecionados, intercaladas nos períodos de dezembro/2010 e janeiro a maio/2011, entrevistas semiestruturadas com atores sociais das esferas governamentais (federal, estadual e municipal), sociedade civil e mercado e observação direta e participante na condução do evento do *Workshop* de ecoturismo e cenários. Como forma de operacionalizar as quatro etapas do plano de estudo, foram realizadas as seguintes atividades:

Etapa I - Análise de documento, tais como: histórico dos destinos, artigos, manuais, planos e programas de turismo, revistas e periódicos, relatos de experiência em projetos, marcos legais, manual de diretrizes do ecoturismo, análise de estudo de mercado, relatório de estudo da oferta de atrativos PROECOTUR, plano de gestão e demais documentos oficiais disponíveis no meio eletrônico/digital. Os documentos coletados corresponderam àqueles produzidos, em sua maioria, durante a época da elaboração dos projetos, programas e metodologias das oficinas do PROECOTUR, a partir da década de 1990 até o final de 2012. Desde modo, reservaram-se, para a sistematização dos dados desta tese, os estudos relativos à implementação do referido programa.

Etapa II - Pesquisa de campo: essa etapa permitiu a identificação dos atores sociais representantes do segmento turístico, o reconhecimento das especificidades turísticas nos destinos, conversas com os representantes das Secretarias Municipais de Turismo (SECTUR) e com alguns líderes comunitários, entrevista não estruturada, durante duas visitas exploratórias de campo nos destinos selecionados, intercaladas nos períodos de dezembro/2010 e janeiro a maio/2011. Após a identificação dos atores, foram feitos contatos pessoais e por *e-mail*, a partir dos quais foram agendados novos encontros. Em decorrência da segunda visita, foi solicitado aos representantes das secretarias o preenchimento de uma ficha/diagnóstico sobre as seguintes informações: realidade do ecoturismo local, infraestrutura, serviços oferecidos aos turistas, tipo de serviço público oferecido aos turistas, mobilidade, presença do poder público e a existência de plano de turismo nos destinos. As informações solicitadas aos representantes municipais foram apresentadas na programação do evento *Workshop* de ecoturismo e cenários, no item “Diagnóstico” (primeira etapa do

modelo de cenários). Recursos tecnológicos foram utilizados para filmagens e gravações dos depoimentos e contou-se com uma equipe de relatores, uma vez que houve a preocupação de coletar e registrar informações necessárias e de interesse do estudo.

Na condução desse processo e após reconhecer as especificidades e a exploração das atividades ecoturísticas nesse destino, realizou-se uma pesquisa no polo de Iranduba. A escolha desse polo deu-se em virtude do município abrigar a maior concentração de hotéis de selva e uma diversidade de comunidades ao seu redor. As questões de debate foram: atividades desenvolvidas pelos participantes, dinâmica econômica das comunidades e do município, benefícios e impactos das atividades turísticas para as comunidades locais, contribuição das comunidades para o desenvolvimento do ecoturismo, programas ou projetos ecoturísticos desenvolvidos pelo governo do estado e por empreendedores dos hotéis de selva e existência de etnias indígenas no entorno desses hotéis. Com base na metodologia do Grupo Focal foi possível reunir, no Centro de Atendimento ao Turista – CAT, representantes das associações comunitárias de São José, Alto de Nazaré, Caldeirão, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, São Pedro e Cacau Pereira. Três dessas comunidades localizam-se no entorno dos hotéis de selva e três situam-se na sede do município da Iranduba, em um total de seis. Os representantes da gestão pública foram um turismólogo do Centro de Atendimento ao Turista, um integrante da Secretaria Municipal de Turismo e um da Secretaria de Meio Ambiente local. A proposta do estudo foi analisar o impacto do Polo Ecoturístico de Iranduba nas comunidades da região. Esse estudo serviu de apoio à análise da sustentabilidade dos cenários de referência proposta ao objeto de estudo discutido no capítulo 5.

Etapa III - Realização do Workshop de ecoturismo no Amazonas. Este evento foi realizado no contexto do III Seminário Internalização de Competências Regionais. As discussões tratadas no evento envolveram temáticas interdisciplinares relacionadas às estratégias de desenvolvimento para o turismo no estado do Amazonas. O seminário aconteceu no auditório da reitoria da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) nos dias 19 a 21/07/2011, com observação direta e participante na condução do evento. O *Workshop* foi dividido em três momentos: a) diagnóstico; b) oficina de análise estratégica; e c) condicionantes, incertezas críticas e análise morfológica, produzindo-se insumos para a elaboração de cenários. O evento contou com a participação de convidados da Universidade Federal do Acre, Universidade Federal do Pará, Universidade de Brasília, especialistas em metodologia de cenários da UnB, professores doutores da Universidade de Brasília, doutorandos do Dinter/UnB/UFAM-UEA, além de representantes governamentais e não governamentais, entidades de fomento, universidades locais, órgãos ligados ao setor de

turismo, empresários de turismo, comunidades e líderes dos polos de ecoturismo, agentes de viagens, empresas de turismo e outros.

Etapa IV - Entrevistas semiestruturadas e gravadas. As entrevistas aconteceram em dois momentos. Na realização da primeira etapa de entrevistas, onde foi estabelecido o seguinte critério: a) agendamento com atores entrevistados nos seus respectivos locais de trabalho e b) aplicada aos atores sociais participantes do evento. Na segunda etapa, as entrevistas foram aplicadas aos atores sociais atuantes no Ministério do Turismo. Cabe salientar que o critério estabelecido a essa etapa de entrevista dirigia-se aos atores sociais que atuaram no programa PROECOTUR. As entrevistas-roteiro foram aplicadas com o objetivo de apurar a compreensão dos atores sociais sobre o ecoturismo no mundo, no Brasil e no Amazonas, nos últimos 10 anos.

Dentre os participantes da primeira etapa de entrevista, encontraram-se os seguintes atores sociais: 01 representante do Sistema de Vigilância da Amazônia (SIPAM/SIVAM), 01 representante da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), 01 representante da AMAZONASTUR, 01 representante da Secretaria do Estado da Cultura (SEC), 01 representante do SEBRAE, 01 representante do Centro Tecnológico do Amazonas (CETAM), 01 representante dos empreendedores na área de turismo e 01 representante da Universidade do Estado do Amazonas.

Com relação às entrevistas com atores atuantes no Ministério do Turismo, encontram-se: 01 representante do Ministério do Meio Ambiente, 01 representante do Ministério do Turismo, 01 representante do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 01 representante atuante no programa PROECOTUR, 01 representante da Coordenação do Programa de Regionalização do Turismo e 01 representante da EMBRATUR. Essas entrevistas foram aplicadas em Brasília no período de 20 a 30/10/2011.

Além das entrevistas, foram coletados depoimentos em decorrência da condução das etapas da oficina, os quais oferecem substrato na construção do quadro das condicionantes de futuro internas e na análise das dimensões da sustentabilidade nos cenários de referência.

A fim de interpretar a percepção dos atores entrevistados, o estudo valeu-se da técnica da análise de conteúdo (BARDIN, 1979). Os conteúdos obtidos passaram pelo processo de codificação com a identificação dos atores divididos em seis grupos: i) órgãos governamentais federais, ii) órgãos governamentais estaduais, iii) organizações privadas e mistas, iv) organizações de classes, v) entidades educacionais e vi) órgãos governamentais municipais. Seguidos pela pré-análise, transcrição e tabulação qualitativa das falas.

3.3 CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA

Para analisar uma atividade relevante e, ao mesmo tempo, incerta e complexa como o ecoturismo para o Amazonas, esta pesquisa apoia-se nas abordagens de sistema turístico. A análise sistêmica das relações estabelecidas entre o fenômeno turístico compreendido na sua totalidade surgiu, justamente, em função das divergências e interesses priorizados nos planos turísticos excessivamente voltados aos aspectos econômicos e físicos.

As contribuições de Gontijo sobre a investigação no âmbito de temas complexos refletem sobre o respeito à singularidade do local. Analisa que o próprio local contém o todo no qual se inscreve, sendo um ponto singular de uma imagem. Assim, contém quase toda a informação da imagem do conjunto, além disso, evidentemente, o “sistema local é aberto e apenas vive no âmbito da intercomunicação com a sociedade regional, qual ela mesma”. (GONTIJO, 2003, p. 23). Ao pesquisador, cabe a tarefa de considerar essas duas características sem afogá-las ou procurar dissolvê-las. É nesse aspecto que a “pesquisa local demanda muito de estratégia, de invenção e, se ela quer ser ciência, ela deve ser arte”. (GONTIJO, 2003, p. 23).

O sistema turístico pode ser definido como “o conjunto de procedimentos e doutrinas, ideias ou princípios, logicamente ordenados e coesos com a intenção de descrever o funcionamento da atividade turística como um todo”. (BENI, 1987, p. 26). A visão sistêmica é comumente adotada em razão do grande número de interações entre aspectos distintos da atividade e da necessidade da organização do estudo dele como fenômeno. (BENI, 2003, p. 26).

Costa (2009) discute o modelo sistêmico turístico no contexto do espaço físico-geográfico, base material de uma atividade inerentemente ligada aos deslocamentos e integrada a dimensões importantes, para tratar questões como a sustentabilidade nos ambientes naturais, sociais e econômicos, os atores sociais e seus múltiplos impactos. Esse modelo representa, com clareza e simplicidade necessárias, o fluxo de turistas que sai de uma origem, a sua residência permanente, em direção a um destino por meio de uma rota que fornece uma noção dinâmica própria do turismo.

Enfim, a ideia do todo, defendida na abordagem sistêmica de turismo, prioriza um desenvolvimento coeso envolvendo elementos físicos, econômicos, sociais, culturais, técnicos e ambientais, de modo a satisfazer os turistas, os empreendedores e as comunidades, sem deixar de enfatizar, nesse contexto, a manifestação de uma política global, compromissada principalmente pelo governo. (LUNAS, 2006, p. 56). Visto nessa ótica, o processo sistêmico tende a facilitar os estudos multidisciplinares de aspectos

particulares do turismo, demonstrando seu potencial no cumprimento de análises interdisciplinares, a partir de várias perspectivas com poder de referência comum.

3.4 PROCESSOS DE CENÁRIOS

Nesse contexto de análise, o estudo baseado em cenários apresenta-se como indicado para minimizar e trabalhar as incertezas futuras, diante de uma era de complexidade crescente e de ambientes turbulentos, incertos e de mudança em ciclo rápido. Construir e utilizar cenários prospectivos concorre para a análise de múltiplos futuros (HEIJDEN, 2009), com adoção de visão a longo prazo (com arte e criatividade). A partir desse jogo de combinações, o próprio processo metodológico de cenários permite, na prática, reservar um espaço de diálogo e reflexões projetadas em um mundo de grande incerteza política, social, econômica e tecnológica, (SCHWARTZ, 2004, p. 15).

O vocábulo “cenário” originou-se da palavra teatral *scenary*, que significa roteiro para um filme ou peça teatral. Nesse conjunto de interpretações, encontram-se elementos-chave, análogos aos componentes dos teatros modernos, que são cenários, cenas trajetórias e atores (NASCIMENTO, 2008, p. 8).

Gaston Berger¹⁹ é considerado, por muitos autores, como o “pai” da prospectiva. Em uma visão global, as intenções do autor baseiam-se na descrição de um futuro desejável para o mundo e encontram-se definidas nos seguintes aspectos:

A atitude prospectiva significa olhar longe, preocupar-se com o longo prazo; olhar amplamente, tomando cuidado com as interações; olhar a fundo, até encontrar os fatores e tendências que são realmente importantes; arriscar, porque as visões de horizontes distantes podem fazer mudar nossos planos de longo prazo; e levar em conta o gênero humano, grande agente capaz de modificar o futuro. (GALAZZI, 2009, p. 27 apud BERGER, 1957).

O termo “prospectivo” foi empregado, pela primeira vez, na obra de Gaston Berger *A Atitude Prospectiva* (1957). Além de Schwartz (2004) e Heijden (2009), autores como Godet (2000), Merwe (2008), Chermack (2005) e Porter (1989) são apontados como referências-chave no contexto da literatura internacional sobre planejamento por cenários.

Godet pontua duas situações diante da resistência ao uso da prática da antecipação pelos tomadores de decisão: quando as coisas estão indo bem, eles podem administrar sem ela e quando as coisas estão indo mal, é tarde demais para saber o que vem pela frente. Para este autor, “um cenário é um conjunto formado pela descrição de uma situação futura e o curso de eventos que permite progredir da situação atual para situação futura”. (GODET, 2000, p. 29).

¹⁹ Gaston Berger foi diretor/fundador do “*Centre International de Prospective*” e da Revista “*Prospective*”, editada entre 1958 e 1969. (ALVARENGA; CARVALHO, 2004).

A utilização da prospectiva se constitui como um instrumento privilegiado na compreensão das dinâmicas territoriais, num contexto sempre mais marcado pela descentralização, pela autonomia de decisão e pela necessidade de cooperar. Na gestão estratégica dos territórios, a prospectiva tem um papel de maior importância a desempenhar, principalmente no que se refere à avaliação das políticas públicas territoriais. O conceito de governança nesse contexto articula e associa instituições políticas, atores sociais e organizações privadas, em processo de elaboração e de implementação de escolhas coletivas, capaz de provocar uma adesão ativa dos cidadãos. (GODET; DURANCE, 2011, p. 92).

Schwartz entende por cenários prospectivos uma técnica utilizada para reduzir e trabalhar as incertezas futuras, diante de uma era de complexidade crescente e de ambientes turbulentos, incertos e de mudanças em ciclo rápido. Planejar sobre a estratégia de cenários, diz respeito a fazer escolhas hoje, compreendendo o que pode acontecer com elas no futuro. Portanto, essa técnica pode funcionar como uma ferramenta de orientação às percepções das pessoas sobre ambientes futuros nos quais as consequências de sua decisão vão acontecer. (SCHWARTZ, 2004, p. 16). Essa estratégia tem mais sentido se for usada para esclarecer a ação. Essa é a razão pela qual visão e estratégia são normalmente inseparáveis. (GODET, 2007, p. 15).

Nessa perspectiva, no contexto de qualquer organização, o estudo de futuros possíveis e desejáveis tende a permanecer com interesse limitado se não for destinado a influenciar uma determinada atuação. A fim de garantir uma estratégia adequada à realidade atual e futura da organização, deve ser compartilhado um conhecimento profundo da dinâmica do ambiente. Note-se que há indivíduos que usam visão estratégica como uma ferramenta simples para um sonho coletivo ou compartilhado. (COATES; DURANCE; GODET, 2010, p. 1.425).

Contrário às ideias de Schwartz, Heijden entende que planejar sob a perspectiva de cenários não se restringe apenas a uma ferramenta e sim a uma forma de paradigma de pensamento estratégico no qual se reconhece a incerteza com todas as consequências que isso acarreta. Assim, define-se cenário “como uma história plausível e internamente consistente a respeito do futuro”. (HEIJDEN, 2009, p. 36). Para esse autor, a invenção e o desenvolvimento dessa estratégia emergem subsidiados em um modelo de organização equivalente a um organismo vivo e que aprende com seu propósito final inerente de sobrevivência e autodesenvolvimento.

A contribuição de Chermack (2005) volta-se à pesquisa da construção de um modelo teórico baseado em planejamento de cenários. Isso se justifica em razão das críticas emitidas pelo autor quanto à inexistência de parâmetros teóricos que fundamentem essa

prática. Nesse sentido, apresenta um modelo metodológico com base no método de Dubin, assim relacionado: a) modelo teórico: unidades, leis de interação, limites, estados de sistemas e proposições e b) pesquisa de teoria: indicadores empíricos de termos-chave, hipóteses e testes. Ainda com base nas unidades de teoria, o autor expõe cinco estratégias fundamentais de análise, são elas: história de cenários, aprendizagem, modelos mentais, decisões e desempenho.

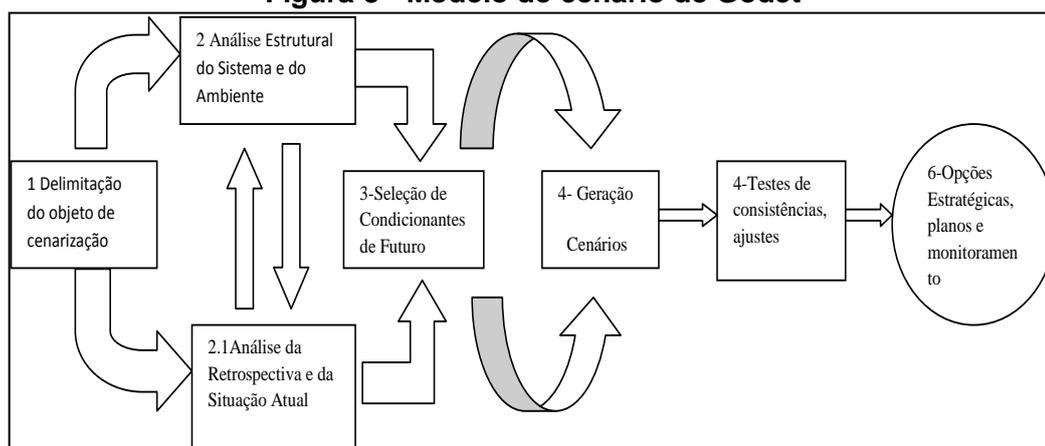
No que concerne às tipologias de cenários, autores como Marcial e Grumbach (2005), Galer e Heidjden (2003), Godet e Roubelat (1996) e Buarque (2003), embora reconheçam a inexistência de consenso em relação às tipologias, mostram-se favoráveis ao esclarecimento das características das tipologias utilizadas no desenvolvimento de cenários. Buarque identifica dois grandes grupos que podem ser cenários exploratórios e normativos ou desejados. O primeiro caracteriza-se pelo seu caráter eminentemente técnico, com tratamento analítico e racional das probabilidades, cujas intenções tendem a excluir as vontades e os desejos dos formuladores dos desenhos e das descrições dos futuros. Já o segundo, o cenário normativo, caracteriza-se por aproximar-se das aspirações do decisor em relação ao futuro. Isso tende a possibilitar uma melhor reflexão das previsões possíveis. (BUARQUE, 2003, p. 36).

A propósito dessa discussão, Godet e Roubelat (1996) apresentam três classificações tipológicas de cenários, são elas: cenários possíveis, cenários realizáveis e cenários desejáveis. Nesse aspecto, consideram-se cenários possíveis àqueles que a mente humana puder imaginar; nos realizáveis, além da concretização de todos os possíveis cenários, leva-se em conta as condicionantes do futuro. E os desejáveis “encontram-se em qualquer parte do possível, mas nem todos são necessariamente realizáveis”. (GALAZZI, 2009, p. 36).

Para construir os cenários para o ecoturismo do Amazonas, foi selecionado o modelo prospectivo e exploratório de Godet²⁰, Figura 3. De acordo com esse autor, “uma prospectiva exploratória é um panorama dos futuros possíveis (futuríveis). Isto é, dos cenários não improváveis, tendo em conta o peso dos determinismos do passado e da confrontação dos projetos dos atores”. (GODET, 2000, p. 34). Cada cenário (jogo de hipóteses coerentes) pode ser objeto de uma apreciação cifrada, ou seja, de uma previsão.

²⁰ Michel Godet é considerado a principal referência da escola “La prospective”, professor no Conservatoire National des Arts et Métiers (CNAM) e responsável pela Chaire de Prospective industrielle no Laboratoire d’Investigation en Prospective et Organisation (LIPSOR). Publicou algumas obras de referência desta escola, entre elas, dois volumes editados em 1997: Manuel de Prospective Stratégique – Tome 1: Une discipline intellectuelle e; Manuel de Prospective Stratégique – Tome 2: L’art et la méthode. (ALVARENGA; CARVALHO, 2004, p. 11).

Figura 3 - Modelo de cenário de Godet



Fonte: Godet (2000).

O modelo de Godet, exposto acima, exige interação entre as diversas fases e flexibilidade o suficiente para apurar a análise em torno de novas informações ou descobertas. As quatro etapas desse processo foram operacionalizadas no item 3.3.2, a seguir, quando se trata da transposição da técnica de análise de cenários, o objeto de estudo desta tese.

Segundo Nascimento e Drummond:

Cenários são hipóteses coerentes e consistentes de futuro. Mais do que adivinhar o futuro, pretendem reduzir as suas incertezas para possibilitar, entre outros, um planejamento estratégico flexível, que leve em consideração a constante mudança que marca nossa sociedade moderna desde os fins do século XX. É a forma técnica mais razoável que homens e mulheres encontram para antecipar ações em momento de grande turbulência e incerteza. (NASCIMENTO; DRUMMOND, 2004, p. 346).

Nascimento (2012)²¹, ao expor sua concepção de cenário, apoia-se na visão sistêmica, ressaltando que a principal função do cenário está na tentativa de se administrar o impossível por meio das incertezas críticas. Assim:

Cenário não é uma ciência, pois se trabalha com hipóteses que não podem ser demonstradas. No entanto, trata-se de uma descrição sistêmica, pois não é uma hipótese qualquer, tenho que entender o presente e o futuro como componentes sistêmicos. [...] o presente é grávido de muitos futuros. Futuros prováveis. Tenho que trabalhar com probabilidade, tentar ater-me àquilo que é mais provável. Vou desenhar hipóteses de futuro a, b, c, d, e, f, g, h e dizer, h tem menos chance de ocorrer. [...] só tem uma função: tentar administrar o impossível, que são as incertezas e a partir daí tomo minhas decisões. Se eu chego à conclusão que o ecoturismo é uma potencialidade econômica na Amazônia, quais são as políticas, o que é que o governo, os empresários, os sindicatos, a sociedade em geral deveriam fazer para

²¹ A concepção de Elimar Pinheiro do Nascimento sobre cenários foi gravada no momento em que explicava os passos metodológicos da construção de cenários a todos os participantes do evento *Workshop* de ecoturismo e construção de cenários para o Amazonas, em 21/07/2011, no Auditório da UEA.

acontecer o melhor cenário no ecoturismo? Eu posso fazer isso, se eu tiver um cenário, sobre o ecoturismo. Posso ver os pontos mais interessantes e trabalhar para que eles aconteçam. Não significa que eles vão acontecer, mas eu posso trabalhar para que eles venham a acontecer. O futuro é uma construção socioambiental que não conseguimos adivinhar. É construído pelos atores que tecem a dinâmica social, no contexto físico (biótico e abiótico) em que se encontram. (Informação verbal).²²

Embora no contexto da literatura específica sobre o método de construção de cenários, a utilização dessa estratégia seja mais precisamente aplicada nas empresas, Nascimento (2008, p. 61) chama a atenção para mais duas utilidades dessa técnica, a saber: instrumento de aprendizagem e mecanismo de negociação e conflito. Relevante ainda se faz discutir, nesse contexto, os questionamentos: para que servem os cenários? Nascimento (2008), Heidjden (2009), Courson (2005) e Godet (1993), ao colaborarem com algumas sugestões, apontam a utilidade desse recurso para:

- Planejamento estratégico, focado na visão de futuro, promovendo e definindo ações a serem adotadas desde o presente para se criar um futuro mais favorável para a empresa, estado ou grupo social. Uma das questões defendidas pelos planejadores é a crença na possibilidade de os cenários permitirem a visualização onde se deve agir para se obter determinados resultados em longo prazo;
- Antecipação da crise no sentido de minimizar possíveis desdobramentos da evolução de determinadas variáveis ou ações de atores. Uma das questões lembradas nesse âmbito referem-se aos escândalos brasileiros e sua demonstração de um lado, a previsibilidade em uma visão de cenários, e de outro, “como seus atores funcionam como ‘cegonhas’, motivados, evidentemente, pela impunidade”. (NASCIMENTO, 2008, p. 59); e
- Análise de projetos: existem empresas multinacionais que adotam essa estratégia com o intuito de avaliar seus projetos em função do comportamento dos mesmos no jogo de cenários. Após passarem pelo crivo de melhor desenho em todos os cenários, ou em sua maioria, servem de parâmetros na tomada de decisões.

Mesmo que a temática da construção de cenários continue atraindo o interesse de pesquisadores, ainda se verifica, no contexto dessa literatura, fragilidades as quais resultam em críticas e alertas. Exemplo disso é a preocupação do uso abusivo da abordagem de cenários prospectivos e os consequentes riscos e perigos que podem comprometer a base científica desse pressuposto pela mídia (GODET, 2000, p. 07). Outra crítica refere-se às barreiras e lacunas existentes nas relações que se estabelecem entre as incertezas no

²² Depoimento coletado pela autora no *Workshop* de ecoturismo, em 21/07/2011.

ambiente contextual, o planejamento com base em cenários e as categorias de aprendizagem organizacional.

A esse respeito, Galazzi (2009), citando Burt & Chermack (2008), expõe seis itens relativos à aprendizagem de cenários, entre os quais se encontram: a falta de um modelo unificador das melhores práticas, a falta de clareza na integração dos resultados de cenários nas organizações, a questão da credibilidade, a ausência de literatura relativa ao método de avaliação, as barreiras cognitivas e seu impacto na aprendizagem de cenário e o foco interativo na aprendizagem que ocorre por meio da metodologia baseada em cenário.

Enfim, um cenário se constitui em um conjunto de descrição de um estado futuro e o curso de eventos que se permite desenvolver da situação atual para a situação futura. Nessa perspectiva, além dos cenários não representarem a realidade futura, mas um modo de prospectá-lo, a sua eficácia e efetividade consolidam-se apoiadas em cinco pré-requisitos aqui expostos: relevância, importância, coerência, plausibilidade e transparência.

4 CONSTRUINDO CENÁRIOS DE ECOTURISMO NO AMAZONAS

A proposta de cenários para o ecoturismo no Amazonas foi viabilizada com base no modelo Godet. A etapa II constante da técnica é a análise estratégica (AE) apresentada neste capítulo, em três momentos distintos, mas inter-relacionados entre si, assim identificados: no primeiro (AE-1) serão apresentados os processos concorrentes para a identificação dos atores sociais relevantes no processo; no segundo momento (AE-2) propõe-se a análise *swot*, como forma de identificar as condicionantes de futuro, a partir das principais variáveis-chave, como também conhecer a percepção dos atores sociais como apoio às estratégias e ações para o segmento da atividade na região; e no terceiro (AE-3), a análise morfológica do sistema ecoturístico local. Nesse processo, as principais condicionantes de futuro e as incertezas críticas são combinadas concorrendo na geração e na identificação dos principais cenários de referência ao ecoturismo do Amazonas, a partir do reconhecimento da ambiência de cenarização e segmentação regional.

4.1 AMBIÊNCIA DE CENARIZAÇÃO E SEGMENTAÇÃO REGIONAL: ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA PESQUISA

O estado do Amazonas localiza-se na região Norte do Brasil e ocupa uma área de 1.570.745,680 km², abrigando a maior floresta tropical do planeta. A bacia hidrográfica (6.217.220 km²) possui mais de 20.000 km de vias navegáveis. Seus principais rios são o Negro, o Solimões, o Purus, o Juruá e o Madeira.

Atualmente, a população amazonense, segundo o IBGE (2010), é constituída por 3.341.096 habitantes, distribuídos em 62 municípios, com densidade demográfica de 2,05 hab./km². Desse contingente populacional, 78,4% vive na capital, cidade de Manaus, enquanto 17,3% vivem na área rural. Quando se analisa a evolução dos indicadores da população rural no estado, observa-se uma retomada de crescimento em 2010 em relação a 2008, de 26,86%. (IBGE, 2010).

Diferente da maioria dos estados brasileiros, o Amazonas apresenta clima predominantemente equatorial com duas variações. Na porção oeste o clima é equatorial úmido, sem estação seca definida, devido ao fato do estado ser cortado, ao norte, pela linha do Equador. O regime pluviométrico apresenta-se elevado, com índices superiores a 2.000 mm/ano. As temperaturas também são elevadas, variando entre 25° e 27° C durante os meses de maio a setembro. As chances de ocorrer o fenômeno da “friagem” são grandes e quando ocorre, com duração média de três a quatro dias, as temperaturas diminuem, chegando a 10° C (mínima). Na porção leste, o clima é equatorial, com pequena estação

seca e chuvas acentuadas, registrando-se índices superiores a 2.500 mm/ano e temperaturas de 26° C. A estação seca ocorre na primavera (norte do Amazonas) e no verão (sul do rio Amazonas).

Optou-se por descrever o local de estudo, o Polo Amazonas, a partir de uma visão integrada, proporcionada pela abordagem de sistema. Essa abordagem serve para compreender o contexto e retratar relacionamentos entre as partes constituintes. No turismo, a visão sistêmica é comumente adotada em razão das diversas influências entre aspectos distintos da vida e da necessidade da organização do estudo dele como fenômeno. (BENI, 2003, p. 11). Essa compreensão contribui para o reconhecimento dos fatos sociais, que não podem ser entendidos isoladamente, principalmente quando se busca entender a percepção de um grupo de pessoas sobre determinado fenômeno turístico.

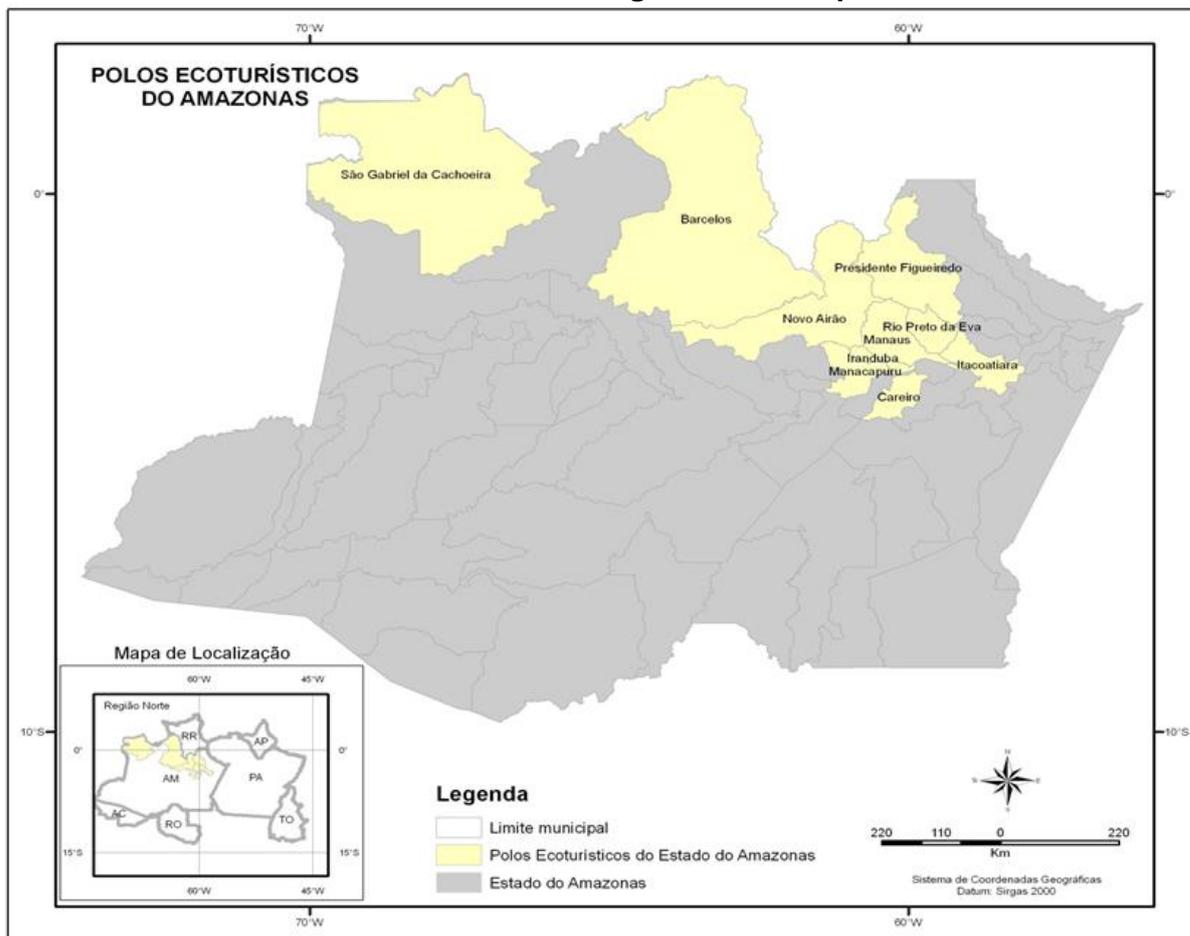
Do total de 14 municípios componentes do Polo Amazonas, foram selecionados 10: além de Manaus, os municípios de Barcelos, Careiro, Iranduba, Manacapuru, Novo Airão, Itacoatiara, Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva e São Gabriel da Cachoeira. Grande parte desses municípios concentra-se às margens dos três maiores rios da Amazônia: o Negro, o Solimões e o próprio Amazonas (Figura 8).

Sob a ótica de área geográfica, o referido polo representa 15,3% da área do estado. Alguns critérios de seleção e inclusão dos municípios nessa proposta foram estabelecidos a partir de estratégias, como a proximidade da capital Manaus (portão de entrada de turistas), municípios que dispusessem de UCs (federal, estadual ou municipal), a existência de infraestrutura mínima de acesso terrestre, fluvial ou aéreo e a questão de fluxo existente na primeira rota turística da região metropolitana de Manaus, (Figura 4). O município de Barcelos, por exemplo, tem o produto da pesca esportiva apontado, futuramente, como um destino indutor do turismo. Um dos critérios foi o fluxo turístico existente para esses destinos, conforme depoimento a seguir:

[...] e, nesse caso, teriam um ordenamento rápido das atividades. Por exemplo, Iranduba tem a concentração de hotéis de selva e acesso fácil. Principalmente agora, com o advento da ponte, ficou melhor. E em Novo Airão, com o Parque Nacional de Anavilhanas, e tem também o Parque Nacional do Jaú. Esses municípios já apresentavam incrementos mínimos de infraestrutura necessária para acontecer o turismo, como, por exemplo, acesso, comunicação, transporte, energia. Então o papel do governo é o de coordenar e organizar esses serviços. (Informação verbal).²³

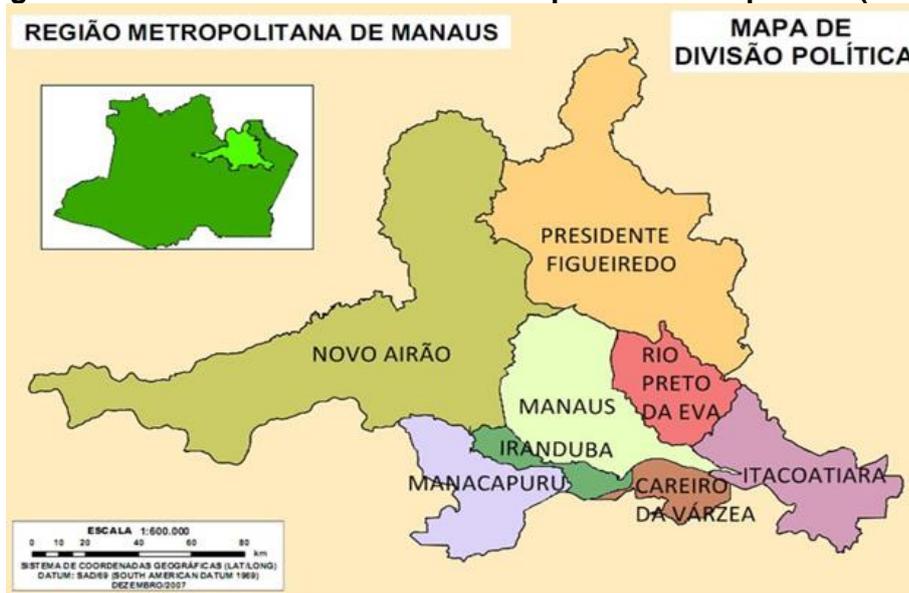
²³ Entrevista concedida por Francisco Everardo Girão à autora, em 12/05/2012.

Figura 4 - Mapa da área geográfica englobada nos cenários - Polo Amazonas de ecoturismo/Área Abrangência da Pesquisa



Fonte: Argemiro Neto/IBGE, 2010.

Figura 5 - Primeira rota turística/AM - Mapa de divisão política (RMM)

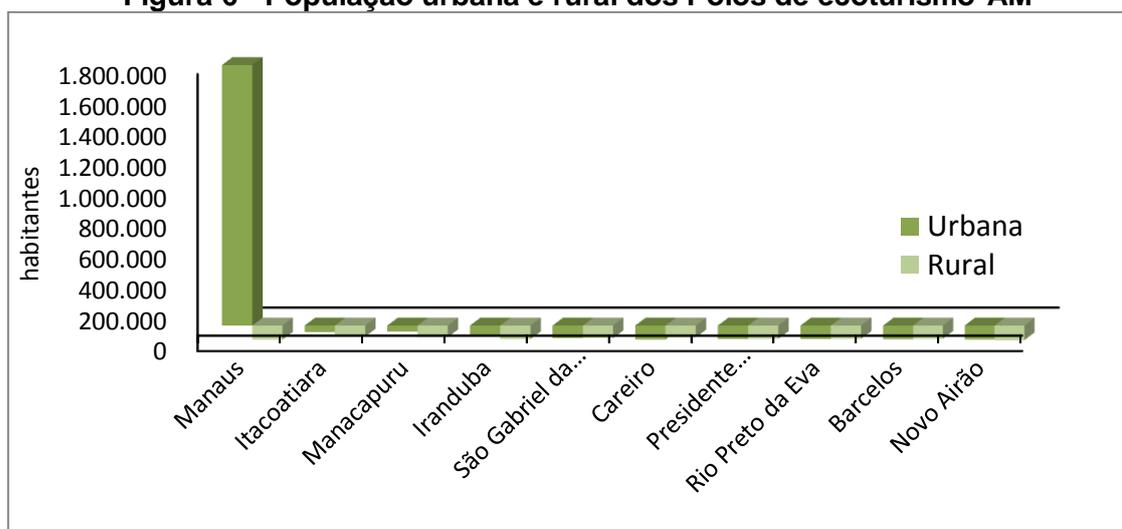


Fonte: IBGE, 2011.

A partir de uma breve análise socioeconômica dos 10 destinos ecoturísticos selecionados e mencionados anteriormente, consegue-se identificar o perfil que caracteriza as reais condições da população residente nesses locais, bem como os aspectos da infraestrutura dos serviços turísticos e a presença do poder público.

Quando analisados os aspectos populacionais desses municípios, constatou-se que cerca de 83% das pessoas concentram-se na capital. Dentre os seis primeiros locais mais populosos (Figura 6), destacaram-se Manaus, com 1.802.525 habitantes, Itacoatiara, com 86.840, Manacapuru, com 85.144, Iranduba, com 40.735, São Gabriel da Cachoeira, com 37.300 e Presidente Figueiredo, com 27.121 habitantes. O menos populoso foi o município de Novo Airão, com 14.780 habitantes. (IBGE, 2010). Há que se enfatizar que os municípios de Barcelos, Careiro e Novo Airão apresentaram indicadores com os piores níveis de pobreza absoluta 0,59, 0,63 e 0,65, respectivamente. Esses municípios possuem menor Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, que é o indicador responsável pela medição da qualidade de vida de uma população.

Figura 6 - População urbana e rural dos Polos de ecoturismo-AM

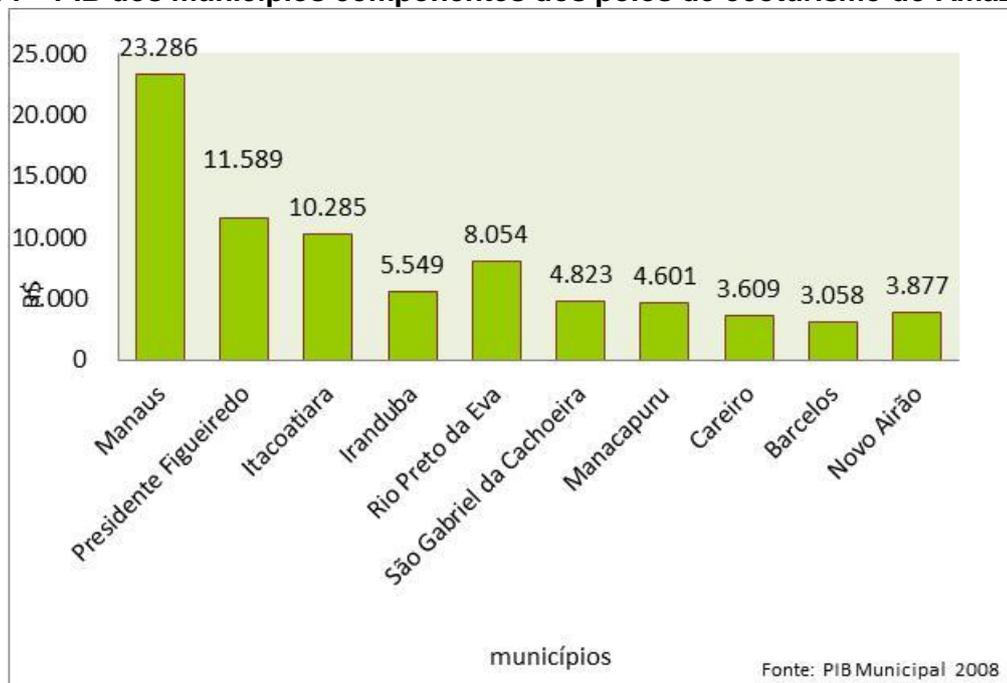


Fonte: Censo Demográfico 2010.

Só para efeito de comparação, o Produto Interno Bruto (PIB) do estado foi de R\$ 58.290 bilhões de reais. Essa participação ao longo dos últimos cinco anos, avaliada em relação ao PIB nacional, ficou em torno de 1,58%. Contribuiu para isso a distribuição percentual dos respectivos setores econômicos: serviços, com 41,9%, indústria, com 37,3%, impostos, com 16,7% e agropecuário, com 4,1%. Somente o município de Manaus foi responsável por 81,87%. Com esse indicador, a capital foi classificada como a sexta maior economia do país nesse período. (IBGE, 2010). Quando comparado aos demais PIB *per*

capita dos municípios analisados, consegue-se visualizar o efeito econômico concentrador na capital do estado (Figura 7). (IBGE, 2010).

Figura 7 - PIB dos municípios componentes dos polos de ecoturismo do Amazonas

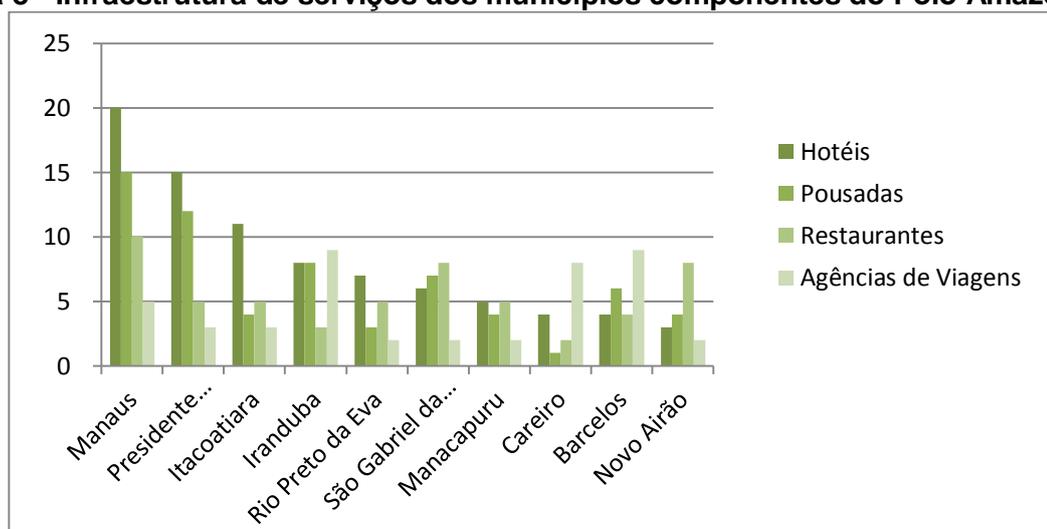


Fonte: Censo Demográfico, IBGE – PIB Municipal 2010.

No que se refere à infraestrutura relacionada à oferta de restaurantes, hotéis, pousadas e agências de viagens, constatou-se, junto ao Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos (CADASTUR)²⁴, MTur (2011), a precariedade na oferta desses serviços. Há que se enfatizar, no entanto, que embora se verifique a presença de Secretarias Municipais de Turismo, os Centros de Atendimento ao Turista – CAT só existem em cinco municípios, entre eles: Iranduba, Presidente Figueiredo, Novo Airão, Manacapuru e Barcelos. Cabe salientar, ainda, a existência de oferta de serviços de energia elétrica, telefonia fixa, cobertura de *Internet* (precária), postos policiais e algumas lojas diversificadas de produtos artesanais locais. Como se pode constatar, Manaus detém o maior índice de concentração desses serviços em relação aos demais municípios pesquisados. O resultado dessa diferença pode ser visto na Figura 8.

²⁴ CADASTUR é um cadastro executado pelo Ministério do Turismo, em parceria com os órgãos oficiais de turismo das unidades da federação. A análise da documentação e a homologação do cadastro e disponibilização do certificado ficam sob a responsabilidade dos órgãos delegados nos estados e Distrito Federal. (www.turismo.gov.br).

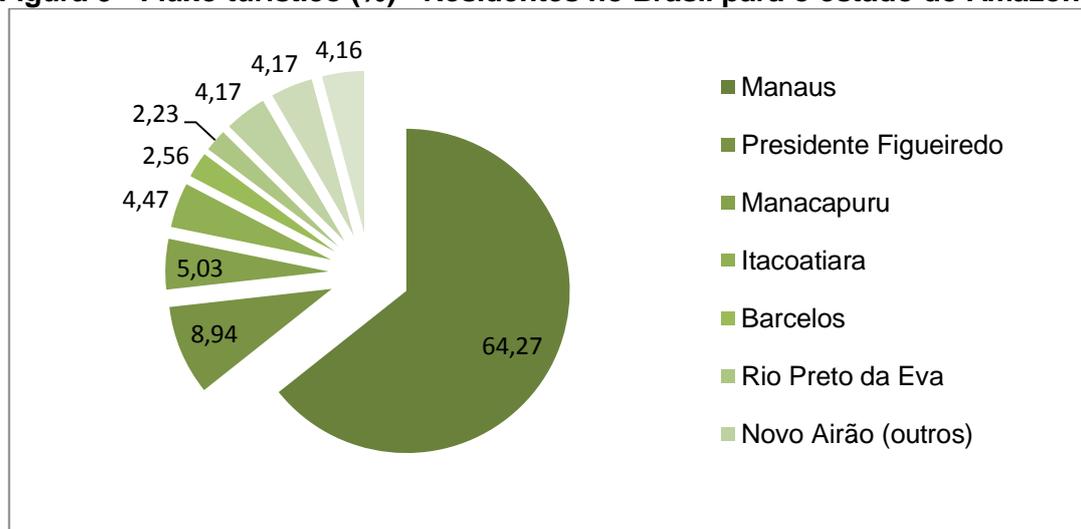
Figura 8 - Infraestrutura de serviços dos municípios componentes do Polo Amazonas



Fonte: <http://www.cadastur.turismo.gov.br>, 2011.

Com respeito ao fluxo turístico nesses destinos, utilizou-se, como parâmetro, o resultado de uma pesquisa realizada pela AMAZONASTUR (2010) sobre a satisfação do turista. Participaram dessa entrevista um total de 635 turistas, tanto residentes no Brasil, como no exterior. O resultado sobre os residentes no Brasil apontou maior fluxo turístico em Manaus, com 64,27%, seguido de Presidente Figueiredo, com 8,94%, Manacapuru, com 5,03%, Itacoatiara, com 4,47%, Barcelos, com 2,56% e Rio Preto da Eva, com 2,23%. Os municípios de Novo Airão, Careiro e São Gabriel da Cachoeira representaram o total de 12,50%, Figura 9.

Figura 9 - Fluxo turístico (%) - Residentes no Brasil para o estado do Amazonas



Fonte: Pesquisa de demanda AMAZONASTUR - julho/2010.

Nesse estudo ainda foi possível identificar o perfil dos turistas brasileiros que visitam o Amazonas, em relação aos seguintes aspectos: i) procedência: da região sudeste, São Paulo, com 33,10% e Rio de Janeiro, com 15,88%; ii) sexo: predominância masculina, 64%; iii) faixa etária dessa demanda turística foi de 40 a 50 anos; iv) grau de instrução dos entrevistados: 54,19% possuíam nível superior completo, identificados nas seguintes profissões: engenheiros, militares, empresários, estudantes, professores, administradores, comerciantes e funcionários públicos; v) a renda familiar média mensal foi de R\$ 5.571,05. Já a média diária dos gastos ficou em R\$ 167,31. Vale salientar que a motivação dessa demanda foi o turismo de negócio/trabalho. O tempo médio de permanência dos brasileiros foi de três a seis dias, com preferência de hospedagem nos hotéis urbanos.

No que concerne ao resultado dos residentes no exterior, observou-se maior fluxo turístico em Manaus 59,15%, seguido de Presidente Figueiredo 7,34%, Rio preto da Eva 6,62%, Iranduba 6,17%, Manacapuru 4,17%, Itacoatiara 3,45% e Barcelos 3,45%. Os municípios de Novo Airão, Careiro e São Gabriel da Cachoeira representam o total de 9,65%.

Com relação ao perfil dos turistas estrangeiros, 34,19% provêm dos Estados Unidos, com predominância do sexo masculino e média de idade de 47 anos. Dos entrevistados, 73,15% possuíam nível superior completo e ocupações diversas como: engenheiros, aposentados, empresários, médicos, comerciantes, funcionários públicos, economistas e administradores. A renda familiar mensal foi estimada em US\$ 8.202,75 (R\$ 14.404,03). O gasto médio diário foi de US\$ 145,15 (R\$ 254,88). Nesse universo de pesquisa verificou-se que a maioria dos entrevistados não utilizou serviços de agências de viagens e atribuíram destaque à *Internet* como forma de divulgação desse destino. O turismo de lazer destacou-se como motivador da viagem e o tempo médio de permanência foi de 3,83 dias. Verificou-se, também, que a maior parte desses turistas viaja com familiares e preferem o hotel urbano como meio de hospedagem. (AMAZONASTUR, 2010).

No que diz respeito ao fluxo de turistas estrangeiros no Estado do Amazonas constataram-se dados conflitantes entre as instituições responsáveis por esse levantamento. Por meio do Anuário do MTur, o fluxo de turistas estrangeiros caiu 28% em 2010, em comparação com o ano anterior. Com base nessa avaliação, o Ministério do Turismo²⁵ chegou à conclusão que o número de turistas que visitaram o Amazonas em 2010 apresentou um sentido contrário da tendência observada nacionalmente. Em 2009, o

²⁵ Os dados do MTur resultaram do cruzamento de informações de dez entidades nacionais e internacionais, como a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), o Banco Central do Brasil (BCB), o Departamento de Polícia Federal (PF), a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) e a Organização Mundial de Turismo (OMT). Os dados da assessoria de comunicação da AMAZONASTUR, divulgados pela EMBRATUR, consideram apenas os registros de entradas e saídas feitos nos aeroportos do país. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010).

número de turistas de outros países que visitaram o Amazonas chegou a 37,1 mil, representando um aumento de 7,4% em comparação a 2008. Mas em 2010, o estado recebeu 10,7 mil turistas a menos, encerrando o ano com o saldo de 26,4 mil visitantes estrangeiros.

Os dados levantados pela AMAZONASTUR (2010) revelam que esse fluxo turístico no Amazonas tem evoluído, como se vê na Tabela 10. A coleta de dados desse levantamento é feita por meio do Boletim de Ocupação Hotelaria (BOH), pela Ficha Nacional de Registro de Hóspedes (FNRH) e por meio da movimentação de passageiros no Aeroporto Internacional Eduardo Gomes.

Tabela 2 - Demanda turística - Evolução/AM

Ano	Demanda Turística (visitantes)
2003	283.018
2004	307.996
2005	349.719
2006	377.202
2007	495.084
2008	494.084
2009	561751
2010	675.713
2011	755.058

Fonte: AMAZONASTUR, 2010.

Quando se comparam, respectivamente, os quatro últimos indicadores correspondentes aos anos de 2008 a 2011, verifica-se maior crescimento de fluxo no ano de 2009, com 13,47%, contra 12% do fluxo de 2011 em relação aos indicadores de 2010, ano em que o estado recebeu um fluxo de 675.713 turistas, tanto residentes no exterior como no Brasil.

Na composição dos dados que caracterizam o perfil dos polos-destinos analisados neste item, ainda se fez um levantamento dos aspectos educacionais (Quadro 2), e das Unidade de Saúde. Com relação aos aspectos educacionais, constatou-se a oferta do ensino básico em todos os municípios. No entanto, os ensinos profissionalizante e superior ainda aparecem em números bem reduzidos. Com relação às Unidades de Saúde, pode-se observar a existência de unidades públicas em todos os municípios. Nos municípios mais populosos, como Manaus, Itacoatiara, Presidente Figueiredo e São Gabriel da Cachoeira,

verificou-se a existência de Unidades de Saúde privada. Vale ressaltar que todos os municípios pesquisados oferecem serviços de internações. (IBGE, 2010).

Quadro 2 - Demonstrativo da educação dos polos ecoturísticos - AM

Nome do Polo	Educação Básica		Ensino	
	Modalidade	Quantidade	Profissionalizante (Quantidade)	Superior (Quantidade)
Barcelos	Pré-Escolar	42	1	1
	Fundamental	55		
	Ensino Médio	3		
Careiro	Pré-Escolar	34	1	2
	Fundamental	56		
	Ensino Médio	6		
Iranduba	Pré-Escolar	56	1	1
	Fundamental	61		
	Ensino Médio	3		
Itacoatiara	Pré-Escolar	105	1	2
	Fundamental	166		
	Ensino Médio	7		
Manacapuru	Pré-Escolar	114	2	2
	Fundamental	171		
	Ensino Médio	5		
Novo Airão	Pré-Escolar	27	0	1
	Fundamental	23		
	Ensino Médio	1		
Presidente Figueiredo	Pré-Escolar	38	1	1
	Fundamental	50		
	Ensino Médio	2		
Rio Preto da Eva	Pré-Escolar	8	1	1
	Fundamental	29		
	Ensino Médio	2		
Manaus	Pré-Escolar	465	13	35
	Fundamental	683		
	Ensino Médio	160		

Fonte: IBGE, 2010.

Como se pode observar, a oferta de cursos profissionalizantes é precária. A maioria dos cursos é realizada na capital. Inclusive, chama a atenção o município de Novo Airão, sem registro de cursos profissionalizantes. Esse destino faz parte do Projeto Copa do Mundo 2014, pois contempla um dos mais importantes atrativos turísticos da região: o Parque Nacional de Anavilhanas. Outro dado curioso diz respeito à oferta do ensino médio. Nos municípios de Barcelos, Iranduba, Presidente Figueiredo e Rio Preto da Eva os dados apontam poucas escolas dessa modalidade. Já com relação ao ensino superior, os

municípios de Manacapuru, Careiro e Itacoatiara possuem um maior número de instituições (pública e federal).

Com relação à distância dos meios de acesso das sedes até a capital do estado, constatou-se que a cidade mais próxima é Iranduba (Tabela 3). Entretanto, o acesso a este município, como também a Careiro, Manacapuru e Novo Airão, realiza-se por via fluvial e rodoviária. Os polos de São Gabriel da Cachoeira e Barcelos são os mais distantes. Nestes municípios o acesso pode ser aéreo e fluvial. Nesta última modalidade, o percurso pode durar até cinco dias de viagem se o transporte for via navio e um dia e meio se a viagem for realizada por lanchas mais velozes; as preferidas pelos turistas. Já nos polos de Rio Preto da Eva e Presidente Figueiredo, o acesso ocorre exclusivamente por meio de rodovias, enquanto que para Itacoatiara se dá por meio de via fluvial e rodoviária.

Tabela 3 - Distância da sede dos polos destinos ecoturísticos para a capital Manaus

Nome dos Polos	Distância - linha reta	Distância via Terrestre	Distância Fluvial
Barcelos	399 Km	-	454 Km
Careiro	-	102 Km	168
Iranduba	-	13 Km	39 Km
Itacoatiara	-	176	211Km
Manacapuru	-	84 Km	86Km
Novo Airão	-	115 Km	-
Presidente Figueiredo	-	118 Km	-
Rio Preto da Eva	-	57 Km	-
São Gonçalo da Cachoeira	858 Km	-	1.064 Km

Fonte: Associação dos municípios/IBGE - 2010.

Quanto à integração do Polo Amazonas com outros polos e estados, pode-se observar o potencial para a sua integração com o Polo Sateré, no próprio estado, devido à proximidade de algumas cidades desses dois lugares. Essa integração de roteiros dependerá de um estudo mais pormenorizado das condições de acesso entre as cidades. Uma vez que o Polo de Sateré ainda não possui estratégia de ecoturismo, não é possível, hoje, analisar se isso será possível na prática. No entanto, verifica-se que o Polo Sateré foi definido pela Política Estadual de Turismo do Amazonas, compondo os Destinos Indutores de Desenvolvimento Turístico pelo Programa de Regionalização e Roteiros Prioritários. Com relação ao estado vizinho, onde se insere o Polo Roraima, dificilmente haverá uma maior integração nos roteiros, visto que os municípios dos dois Polos ficam relativamente distantes entre si. (PROECOTUR, 2009, p. 22).

Apesar das grandes distâncias, o acesso rodoviário torna-se uma importante alternativa para se chegar aos atrativos próximos dos centros urbanos e capitais, assim como para grande parte do turismo doméstico intrarregional. As rodovias que ligam as capitais aos atrativos localizados nos arredores são bem melhores que a malha existente para áreas mais distantes, que se encontram, muitas vezes, em péssimas condições de conservação, em consequência das dificuldades impostas pelas características naturais e da dinâmica econômica regional.

O transporte fluvial é o meio de maior relevância para o turismo, uma vez que permite chegar às áreas mais remotas, nas quais se localizam grande parte dos atrativos. No Amazonas, barcos-hotéis e transatlânticos que realizam cruzeiros marítimo-fluviais são considerados um atrativo turístico à parte. Mas nem sempre a condição de navegabilidade dos rios amazônicos é boa e o estado dos portos de atracação e de seus equipamentos é precário para a recepção de turistas. O interesse de transatlânticos provenientes do Caribe, por exemplo, tem sido crescente na região, o que demandaria melhoria na infraestrutura das vias navegáveis e dos portos.

Cabe salientar que há um bom número de rios navegáveis que podem atender ao deslocamento de turistas. Todos os estados da Amazônia possuem rios navegáveis e as hidrovias de maior importância encontram-se nos estados do Amapá, Amazonas, Maranhão e Pará. Neles, as hidrovias surgem como alternativa de navegação para embarcações de diferentes portes e para a ligação com o Oceano Atlântico, favorecendo o acesso de navios de cruzeiros a seus portos. Os principais portos da região localizam-se em Manaus, Belém, São Luís, Macapá e Santarém, mas apenas o da capital amazonense conta com um terminal de passageiros considerado internacional.

Quanto ao acesso aéreo²⁶, este se reveste de maior importância em territórios extensos como o da Amazônia. Apesar do crescimento da malha aérea na região, o custo das passagens aéreas dos principais mercados emissores ainda é altíssimo e existe carência de voos regulares para muitas localidades. Exemplo disso, a exclusividade da empresa Trip Linhas Aéreas no atendimento da demanda intermunicipal. Comumente ocorre o uso de táxis-aéreos e o frete de pequenas aeronaves para acessar áreas turísticas remotas, o que torna a acessibilidade dos destinos por meio aéreo custosa, restringindo, em muitos casos, o atendimento à grande parte da demanda.

²⁶ De acordo com a AMAZONASTUR (2011), existem voos nacionais diários e diretos entre as cidades de Brasília/Manaus; São Paulo/Manaus; Campinas/Manaus; Rio de Janeiro/Manaus; Cuiabá/Manaus; Belém/Manaus e voos com escalas entre Salvador/Manaus; Fortaleza/Manaus -ambos com escala em Brasília. Já voos internacionais diários e diretos existem entre Miami/Manaus; Atlanta/Manaus; Bogotá/Manaus; Caracas/Manaus e Panamá/Manaus.

Outra questão importante a ser considerada está relacionada às interferências causadas pelas queimadas ou pelas condições climáticas. As condições climáticas podem impedir ou retardar deslocamentos aéreos, além de tornarem indisponíveis muitas pistas de pouso fora das capitais, as quais não são asfaltadas. A regularização dos equipamentos de transporte é pequena, com baixo índice de cadastramento em órgãos oficiais de turismo e predominância da oferta desses serviços por empresas turísticas de micro e pequeno porte. Por fim, há a necessidade do uso cada vez mais intenso dos três modos de transporte, demandando a criação de um sistema intermodal desenhado de acordo com as características físicas e econômicas da região.

Considerando os aspectos atuais que configuram o ecoturismo no estado, analisados a partir da divulgação de suas experiências alternativas de turismo, juntamente com a identificação de seu potencial de atrativos presentes nos patrimônios natural e cultural, verifica-se um quadro promissor, pois esses são identificados como espaços de grande relevância para o turismo na região. No entanto, com relação aos aspectos socioeconômicos, os dados são preocupantes. Principalmente no que diz respeito à geração de emprego e renda nesses destinos. Como se pode observar, a grande concentração econômica fica limitada apenas à cidade de Manaus.

Conforme visita de campo, observou-se, ainda, nos municípios considerados polos de ecoturismo, a inexistência de critérios bem definidos para a coleta de informações sobre o fluxo e o perfil do turista. Os dados na computação da entrada de turista no estado são dispersos, o que dificultou avaliar resultados mais eficientes de análise nesse estudo. Os turistas que se deslocam, como por exemplo, para os hotéis de selva no município de Iranduba não adentram a cidade. O deslocamento acontece diretamente do *píer*, em Manaus, para o referido destino, ou seja, não há uma conexão de informações com o Centro de Atendimento ao Turista - CAT, disponibilizado na cidade de Iranduba, para a demanda de hotéis de selva que se concentram naquele município. O controle de saída e entrada desse fluxo turístico fica sob a responsabilidade exclusiva dos gestores desses hotéis. Exemplo disso foi observado no Polo de Presidente Figueiredo. Nesse local, os CATs ficam mal localizados. Os turistas que se deslocam para o destino turístico da Hidrelétrica de Balbina não são registrados, pois o acesso a esse local antecede a entrada da cidade e do CAT. Fatores como sinalização indicativa desses destinos e articulação entre as Secretarias Municipais de Turismo - SECTUR e a AMAZONASTUR, quanto ao estabelecimento de planejamento, diretrizes e normas de controle de entrada e saída dos turistas, inexistem nesses locais. A infraestrutura de algumas secretarias é precária e com disposição de pessoal não qualificado para a área.

4.2 MATRIZ DE ATORES SOCIAIS E PESOS

Um dos principais elementos enfatizados na consolidação do processo metodológico encontra-se refletido na concepção de atores sociais. No contexto semântico dessa iniciativa, atores sociais encontram-se definidos como “indivíduos ou conjuntos sociais que apresentam pelo menos três qualidades: têm identidade própria, são reconhecidos pelos outros atores e são capazes de modificar o ambiente em que estão inseridos”. (NASCIMENTO, 2008, p. 58).

Lunas reconhece o espaço da arena de embate dos atores, no processo de análise de cenários, como propício à seleção dos elementos de controle. Isso concorre, portanto, para a obtenção do poder de decisão, de preferência em favor de seus objetivos específicos, inserindo-se, também, a questão das perspectivas de sustentabilidade. Assim, Matus (1993) define atores sociais como sendo forças sociais e personalidades que controlam os centros de poder e, assim, são produtores de eventos que alteram a situação “mas não só produzem eventos; alteram-se a si mesmos como fenoestruturas²⁷, produzem outras fenoestruturas e competem pela posse dessa e da natureza”. (LUNAS, 2006, p. 102).

Para Carvalho (2007), a inclusão dos atores sociais na análise de sistema de turismo é fundamental, pois é por meio deles que se consegue entender os processos de interpretação da realidade local do turismo. Os entendimentos, percepções e ideias externadas pelos diversos atores são a matéria-prima para a construção de cenários futuros.

Rosa (2002), ao reconhecer a diversidade de modelos de participação social no planejamento e na gestão pública do desenvolvimento local, justifica ser relevante distinguir os conceitos de atores sociais e estado. Assim, pode-se chegar a um melhor entendimento da lógica e funcionamento de cada instância.

Na tentativa de esclarecer essa questão, Buarque define atores sociais como:

[...] grupos e segmentos sociais diferenciados na sociedade que constituem conjuntos relativamente homogêneos segundo sua posição na vida econômica e na vida sociocultural e que, por sua prática coletiva, constroem identidades e espaços de influência dos seus interesses e suas visões de mundo. Nesse sentido organizam-se e manifestam-se por intermédio de entidades, organizações, associações, *lobbies* e grupos de pressão política, expressando, sempre, interesses e visões de mundo diferenciados segundo o corte temático ou espacial, compreendido em três conjuntos: cooperativos, comunitários e temáticos. (BUARQUE, 1999, p. 27).

²⁷ Lunas (2006 *apud* MATUS 1993, p. 228) entende por fenoestrutura um plano da situação em que as acumulações sociais (humanas, físicas, valores fenomênicos etc.) condicionam a quantidade e a qualidade dos fluxos de produção social. A fenoestrutura é uma instância de represamento ou acumulação de diferentes tipos de capacidade.

Na visão do autor, estado é uma instância jurídico-política sintetizada no jogo de interesses e poderes dos atores sociais em conflito e cooperação, consolidando e expressando uma estrutura de poder na sociedade. Dessa forma, “não é um ator, mas uma expressão dos seus interesses e poderes diferenciados e a representação do projeto e vontade dominante na sociedade em cada momento”. (BUARQUE, 1999, p. 27).

O importante é considerar que as formas de participação e de representação no processo decisório dependem da ação dos atores sociais, que devem contribuir na consecução e no sucesso das estratégias negociadas por meio de parceria. Na verdade, a parceria nesse contexto se constitui um elemento chave dos processos de inovação no desenvolvimento local sustentável (RIBEIRO, 2008, p. 22).

Para a construção dos cenários do ecoturismo no Amazonas foram realizadas duas análises diferenciadas dos atores sociais. A primeira levou em consideração a relação dos atores entre si, objetivando compreender a estrutura do poder e os pesos que os diferenciam. A segunda procurou compreender os atores sociais articulados em subsistemas, como forma de identificar a capacidade de influência e a potência sobre o sistema-objeto.

A operacionalização da fase de identificação da hierarquia dos pesos dos atores ocorreu, inicialmente, por meio de seleção e atribuição de notas solicitadas na escala de 1 a 10 pontos. Na sequência, foram esquematizadas matrizes para que se pudesse processar uma lógica mais apurada na identificação da relevância dos atores no estado. Três foram as etapas priorizadas na análise desse processo: a) a matriz global, a partir do levantamento dos atores e das respectivas atribuições dos pesos; b) a identificação dos atores por categorias/semelhanças nas esferas governamentais, federal, estadual e municipal; e c) a matriz dos atores e pesos (Tabela 4), organizada em seis grandes grupos distribuídos nas seguintes subclassificações: grupo A (GA): órgãos governamentais federais; grupo B (GB): órgãos governamentais estaduais; grupo C (GC): organizações privadas e mistas; grupo D (GD): associações de classes; grupo E (GE): entidades educacionais e grupo F (GF): órgãos governamentais municipais.

Tabela 4 - Matriz dos atores e peso

GA: Órgãos Governamentais Federais		
	Atores	Peso
1	Ministério do Meio Ambiente.	9
2	Ministério do Turismo.	9
3	Órgãos do Meio Ambiente (ICMbio, IBAMA).	9
4	Sistema de Vigilância da Amazônia (SIPAM/SIVAM).	9
5	Agência Nacional do Índio (FUNAI).	7
6	Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA).	7
7	Superintendência de Desenvolvimento da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA).	6
GB: Órgãos Governamentais Estaduais		
	Atores	Peso
8	Órgãos de Meio Ambiente (SDS, FAS).	9
9	Secretarias Governamentais (SCE; SSP, SEIND).	9
10	Órgão Oficial de Turismo Estadual (AMAZONASTUR).	8
11	Agências de Fomento (FAPEAM).	7
GC: Organizações Privadas e Mistas		
	Atores	Peso
12	Agência de Turismo.	9
13	Sistema "S" (SEBRAE).	8
14	ONGs (Fundação Vitória Amazônica (FVA), Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ), Projeto Saúde e Alegria, ONG Nymuendaju).	8
15	Empreendedores na área de Turismo.	8
16	Meios de Comunicação (Mídia).	8
GD: Organizações de Classes		
	Atores	Peso
17	Associações na Área de Turismo: Associação Brasileira de Restaurantes e Empresas de Entretenimento (ABRASEL); Associação Brasileira da Indústria Hoteleira (ABIH); Associação Brasileira de Agentes de Viagem (ABAV); Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura/AM (ABETA).	9
18	Associações Comunitárias dos Polos Ecoturísticos.	9
19	Comunidades Indígenas.	8
20	Povos Tradicionais da Amazônia.	4
GE: Entidades Educacionais		
	Atores	Peso
21	Entidades Educacionais Federais (UFAM, IFAM); Entidades Educacionais Estaduais (UEA), (CETAM), Centro Universitário do Norte (UNINORTE).	9
GF: Órgãos Governamentais Municipais		
	Atores	Peso
22	Prefeituras Municipais (Secretarias Municipais de Turismo – SEMTUR).	10
23	Órgãos do Meio Ambiente (SEMMAS).	9
24	Órgãos de turismo (MANAUSCULT; MANAUSTUR).	8

Fonte: elaboração própria.

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) está à frente de importantes iniciativas no fomento de políticas públicas, de forma transversal e participativa, em todos os níveis e instâncias de governo e sociedade. Como por exemplo, o programa piloto para proteção das florestas tropicais do Brasil - PP/G7, as áreas protegidas da Amazônia - ARPA e o Programa Amazônia Sustentável - PAS. Esse Ministério implantou o turismo sustentável na Amazônia, por meio do Programa para o Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal (PROECOTUR) e coordena, desde 2002, o Projeto Corredores Ecológicos com o objetivo de demonstrar a viabilidade desses corredores como instrumentos para a gestão territorial.

O Ministério do Turismo (MTur) tem por competência estimular a política nacional de desenvolvimento do turismo. O MTur promoveu o Programa de Regionalização do Turismo (PRT) - Roteiros do Brasil e propôs o estabelecimento de algumas metas do Plano Nacional de Turismo 2003-2007 e 2007-2010 com foco no Macroprograma de Estruturação e Diversificação da Oferta Turística no país, reinserindo os polos de ecoturismo, como proposta de desenvolvimento.

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) está vinculado ao MMA. Na área do turismo, o ICMBIO, em parceria com o MTur e demais instituições locais, empenham-se na realização do projeto Parques da Copa 2014, visando o turismo responsável, integrado à diversidade sociocultural e à conservação da biodiversidade.

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA) aparece como um forte ator responsável pela prática de políticas de ecoturismo no Brasil e integrou o Grupo Técnico de Coordenação de Ecoturismo para a Amazônia Legal (GTC - Amazônia).

O Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM/SIPAM) e o Sistema de Proteção da Amazônia são projetos do governo brasileiro que surgem com o objetivo de proteger a soberania nacional na Amazônia.

A Fundação Nacional do Índio (FUNAI) tem como missão efetivar os mecanismos de controle social e de gestão participativa visando à proteção e promoção dos direitos desses povos.

O Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA) realiza estudos relacionados à área científica do meio físico e das condições de vida da região amazônica.

A Superintendência de Desenvolvimento da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), no caso específico de apoio ao desenvolvimento do turismo, tem dispensado razoável ajuda financiando projetos em infraestrutura turística, qualificação profissional, promoção da agricultura familiar e do turismo para diferentes mercados internacionais.

A Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS) formula, coordena e implementa política estadual de meio ambiente e desenvolvimento

sustentável. Estimula iniciativas para a formalização de estratégias de geração de renda para as populações das UCs no Amazonas, incluindo projetos na área de ecoturismo.

A Fundação Amazonas Sustentável (FAS) promove o desenvolvimento sustentável e a conservação ambiental das comunidades moradoras das UCs no Amazonas. Coordena o projeto de Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD) da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Juma, no município de Novo Aripuanã. Como parceiros desse projeto estão a SDS, responsável pelo desenvolvimento do projeto criado em 2008, e a rede *Marriott International* de hotéis.

A Secretaria de Estado da Cultura (SEC) planeja, executa e acompanha as políticas culturais e artísticas do estado, na capital e no interior.

A Secretaria de Estado de Segurança Pública (SSP) tem como foco de atuação as atividades de natureza policial ou correlata.

A Secretaria de Estado para os Povos Indígenas (SEIND) empenha-se na elaboração de projetos de turismo em terras indígenas com vistas a atender aos povos Parintins, Tikuna (Tabatinga), Javary (Atalaia do Norte), Baniwa (Barcelos) e Baré/Tukano, do Alto Rio Negro (São Gabriel da Cachoeira).

A Empresa Estadual de Turismo do Amazonas (AMAZONASTUR) é o órgão oficial do turismo no Amazonas. Promove a "Marca Amazonas" nos mercados turísticos nacional e internacional. Prioriza, no seu Plano Estadual de Turismo, estratégias sustentáveis de turismo e ecoturismo, tendo, como exemplo, os programas de turismo arqueológico e o turismo em terras e comunidades indígenas.

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) tem por finalidade o amparo à pesquisa científica básica aplicada, a capacitação de recursos humanos com concessão de bolsas de estudo e o auxílio à pesquisa e apoio.

As associações comunitárias dos polos de ecoturismo, nesse contexto, são destinadas às populações tradicionais (ribeirinhas, pescadores, artesanais, extrativistas e indígenas) e não tradicionais (servidores públicos, fazendeiros, comerciantes, madeireiros, empresários, entre outros) localizadas na capital e no interior dos municípios amazonenses, tanto na várzea como em terra firme.

A Universidade Federal do Amazonas (UFAM) promove o estímulo à prática do ecoturismo no estado por meio de projetos, pesquisas e extensões viabilizados nos estudos de graduação e pós-graduação (Geografia).

A Universidade do Estado do Amazonas (UEA) promove a prática do ecoturismo desenvolvendo o conhecimento por meio curso de Turismo, na modalidade bacharelado com projetos, pesquisa e extensão (graduação).

Deve-se ter presente que a participação e contribuição dos atores no desenho de cenários de futuro ao objeto de estudo não são construídas apenas pelos atores acima referidos. Há um conjunto de outros atores que, embora não tenham recebido o mesmo peso, possuem relevância sobre o desenrolar dos acontecimentos futuros. Exemplo disso, os agentes dos sistemas bancários, tais como: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Caixa Econômica Federal (CEF), Banco do Brasil (BB) e Banco da Amazônia S.A. (BASA).

A análise do quadro de atores indica que o setor público federal constitui o mais importante ator presente no Amazonas, tendo grande capacidade de influenciar o futuro do ecoturismo na região, como os órgãos ambientais MMA, IBAMA, ICMBio e MTur, bem como os respectivos atores no setor público estadual, o órgão oficial do turismo (AMAZONASTUR) e a Secretaria de Estado e Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS).

Nos órgãos de desenvolvimento de caráter misto (público e privado) destaca-se o SEBRAE. Os empresariados internacionais e nacionais também possuem uma posição destacada na hierarquia, principalmente no setor hoteleiro e promotor de agentes de mercado nacional. No geral, o maior destaque cabe aos atores externos (Tabela 5).

Tabela 5 - Matriz de Descrição dos Atores e inserção com o objeto de estudo

Dimensões	Atores	Ambientais		Tipo de inserção com objeto			Potencialidade		
		Exógeno	Endógeno	Fraca	Média	Alta	Fraca	Média	Alta
Econômico	Empreendedor Internacional	X			X				X
	Empreendedor Nacional	X			X				X
	Empreendedor Local		X		X				X
	Bancos Internacionais (BID)	X				X			X
	Bancos Nacionais (BNDES, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil)	X				X			X
	Bancos Regionais (Banco da Amazônia)	X				X			X
	Banco da Amazônia		X		X			X	
	Promotores e Agentes de Mercado Nacional	X			X			X	
	Agência de Turismo		X		X				X
	Setor Hoteleiro		X		X				X
	Meios de Comunicação		X		X				X
Sociocultural	Associações Comunitárias		X	X					X
	Associações da Área de Turismo	X			X			X	
	Comunidades Indígenas		X		X			X	
	Povos Tradicionais da Amazônia		X	X			X		
	Associação dos Artesãos		X		X			X	
Superestrutura	Ministério do Meio Ambiente	X				X			X
	Ministério do Turismo	X				X			X
	Ministério da Pesca e Aquicultura	X		X					X
	Órgãos do meio Ambiente	X				X			X
	Sistema de Vigilância da Amazônia	X		X					X
	Sistema Nacional do Índio	X		X			X		
	Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia		X	X				X	
	Agências de Fomento Nacional	X			X				X
	Agência de Fomento Local		X		X			X	
	Sistema "S"	X			X			X	
	Entidades Educacionais Federais	X			X				X
	Entidades Educacionais Estaduais		X		X				X
	Órgãos de Turismo Estadual		X		X				X
	Órgãos de Turismo Municipal		X	X				X	
	Secretarias Governamentais Estaduais		X	X					X
Secretarias Governamentais Municipais		X	X					X	
Prefeituras Municipais		X	X					X	
Ambiental	ONGs Nacionais	X				X		X	
	ONGs Regionais		X			X		X	
Infraestrutura	Setor Hoteleiro		X		X			X	
	Setor Transporte Portuário		X	X				X	
	Setor de Transporte Aéreo	X			X			X	
	Setor Gastronômico	X				X			X

Fonte: elaboração própria a partir das aulas da disciplina de Cenários.

A divisão proposta na matriz Descrição dos Atores Sociais encontra-se ancorada na subclassificação das ambiências econômica, ambiental, política, institucional, sociocultural e infraestrutura, levando-se em consideração a força das alianças em torno de objetivos e das estratégias na área específica de atuação. Para Godet, não é fácil fazer com que o ator revele seus propósitos e meios, pois o poder de decisão envolve diversos interesses. Assim, torna-se mais prudente explorar a opinião sobre a ação dos demais atores, pois não compromete a imagem da instituição que está participando do jogo. (GODET, 1993, p. 12). A matriz (Tabela 4) foi construída com base na análise dos jogos dos atores.

A partir de uma breve análise da matriz dos atores e sua inserção com o objeto de estudo e respectivas estratégias de ação, constata-se um panorama controverso, o que comprova o resultado da análise apresentada na Tabela 1, “Matriz Atores e Peso”. Essa constatação está no peso atribuído aos órgãos federais, estaduais, entidades privadas e mistas. Há uma sinalização significativa na participação desses órgãos no estímulo e na promoção da atividade ecoturística no estado. No entanto, quando se avalia o poder de inserção desses respectivos atores na matriz de descrição/inserção, principalmente na ambiência econômica e na superestrutura, os atores exógenos aparecem com alto poder de influência no que se refere ao estímulo de financiamento por meio de instituições internacional e nacional e no incentivo de programas e políticas públicas para o segmento do turismo no local.

Com relação à dimensão ambiental, as ONGs apresentam potencial mediano, com forte poder de inserção com o objeto. Já na infraestrutura, os atores, em sua maioria, apresentam média potencialidade e oscilam entre fraca, média e forte inserção com o objeto. Um item que chama a atenção são as agências de viagens locais, apontadas com alta potencialidade, porém aparecem com fraca inserção com o objeto em análise. Com relação ao aspecto sociocultural, os atores, em sua maioria, são endógenos e apresentam uma média influência, tanto no item potencialidade como no tipo de inserção.

4.2.1 Condicionantes de futuro

O futuro do ecoturismo do Amazonas depende diretamente de um conjunto de condições que indicam os prováveis caminhos que a região deve seguir no horizonte em análise. “Condicionantes de futuro” são entendidas como processos sistêmicos, contínuos ou pontuais, de natureza social, cultural, econômica, política ou tecnológica, percebidos como relevantes para o ambiente de cenarização. Tais processos são provocativos de mudanças ou descontinuidades significativas na trajetória rumo ao futuro. Na realidade, essas condições de futuro traduzem-se, também, em variáveis-chave indicativas de

sinalização dos indicadores empíricos imprescindíveis para o desenho dos cenários. Nessa perspectiva, encontram-se classificados em: condicionantes internas e externas. Estas, referem-se aos processos internacionais e nacionais, em maturação, que terão impactos diretos no Amazonas e estão identificadas nas oportunidades e nas ameaças de um determinado sistema, que, no caso desta tese, é o ecoturismo no Amazonas. As condicionantes internas identificam-se nas potencialidades e fraquezas. Essas variáveis são resultados de processos emergentes ocorridos na história recente da Amazônia, dominada pela modernização e integração à economia nacional e as fortes pressões da ação do homem sobre os ecossistemas. (PORTO; NASCIMENTO, 2001, p. 20).

O sistema a ser analisado, no caso o ecoturismo no Amazonas, pode ser caracterizado, inicialmente, por um conjunto de 29 variáveis, entre elas, 14 foram consideradas variáveis externas à região e 15 identificadas como variáveis internas. Na sequência apresenta-se o Quadro 3, com as variáveis de maior poder de determinação do sistema-objeto, agrupadas em dois grandes conjuntos: externas e internas.

Quadro 3 - Análise estratégica Swot

Ambiência Externa	
Oportunidades	Ameaças
Apelo Ambiental pela Amazônia	Risco da internacionalização
Copa 2014	Falta de compromisso dos três poderes (Governo, Estado, Município) com o ecoturismo local
Crescimento da C& T	Economia da contravenção
Articulações internacionais para o fomento da atividade ecoturística	Desmatamento
Mídia (Festival de Parintins)	Avanço da fronteira agrosilvopastoril
Mudanças climáticas no sentido de contribuir na minimização dos efeitos das mudanças climáticas	Mudanças climáticas ocorrer na maximização das causas das mudanças climáticas
Bioprodutos	Biopirataria e hidropirataria
Ambiência Interna	
Potencialidades	Fraquezas/Entraves
Biodiversidade Amazônica	Debilidade de gestão local
Riqueza paisagística	Meios de Acesso
Patrimônio Histórico Cultural	Infraestrutura de serviços
Recursos Hídricos	Não existe identificação minuciosa dos atrativos turísticos
Estado mais preservado da Amazônia Legal	Impactos ambientais e culturais ,perda de identidade
Sítios Arqueológicos	Vendas de terra para estrangeiros
Unidades de Conservação	
Hoteis de Selva	
Formação de pessoal	

Fonte: elaboração própria a partir das aulas da disciplina de Cenários

Após a análise das principais variáveis sinalizadas e levando-se em consideração os processos e as tendências em maturação da realidade e do contexto do objeto-pesquisa, foram identificadas 10 condicionantes do futuro, sendo quatro externas e seis internas. Para uma melhor compreensão dessas tendências, apresenta-se, a seguir, uma breve descrição das condições favoráveis ao desenvolvimento do ecoturismo no estado (Quadro 4).

Quadro 4 - Principais condicionantes de futuro para o desenvolvimento do ecoturismo no Amazonas

Condicionantes de Futuro	Condicionantes de Futuro
EXTERNAS	INTERNAS
Crescimento da demanda externa por ecoturismo	Criação de uma Política Estadual para o Desenvolvimento do Ecoturismo/AM
Intensificação do <i>Marketing</i> Nacional e Internacional do ecoturismo do Amazonas	Normatização e Regulamentação da Política Estadual para o Desenvolvimento do Ecoturismo
Crescimento da sensibilidade ambiental entre os ecoturistas em potencial	Parceria Pública Privada e Comunitária (PPPCs) para o fortalecimento do ecoturismo no AM.
Crescimento da renda dos turistas em potencial do ecoturismo	Qualificação profissional do pessoal existente nos polos de ecoturismo
-	Criação e fortalecimento de Associações locais na área de ecoturismo
-	Educação Ambiental

Fonte: elaboração própria

4.2.2 Condicionantes de futuro externo

a) Crescimento da demanda externa por ecoturismo

O envelhecimento e o aumento do tempo livre da população mundial, juntamente com a evolução da renda média dos países emergentes, estão tornando o turismo o mais dinâmico e florescente segmento da economia contemporânea. Todas as expectativas indicam que haverá a continuidade do crescimento do turismo nas próximas décadas, intensificando-se viagens e a busca por novos produtos. Nessa perspectiva, o crescimento da consciência ambiental em todo o mundo tende a aumentar o interesse pelas diversas formas de turismo, principalmente o orientado para a natureza, atividade econômica favorável à conservação dos ecossistemas.

No que se refere à receita auferida com o turismo internacional, estima-se que tenha sido registrado US\$ 852 bilhões em 2009, contra US\$ 942 bilhões em 2008. Em termos absolutos, houve um declínio de US\$ 90 bilhões devido à depreciação do dólar em relação a diversas moedas. Atualmente, o mercado de viagens representa 30% das exportações

mundiais de serviços e 6% das exportações totais. Como categoria de exportação, o turismo situa-se em 4º lugar, abaixo apenas dos combustíveis, produtos químicos e automóveis (UNWTO, 2010, p. 2).

Com relação ao fluxo de turistas internacionais, as estimativas registram uma escala crescente. Por exemplo: de 25 milhões em 1950; 277 milhões em 1980; 438 milhões em 1990 e 682 milhões em 2000, atingindo a cifra de 920 milhões em 2008. Em 2009 houve uma redução para 880 milhões, ou seja, 40 milhões de turistas a menos que em 2008. Em 2010, houve uma alta para 935 milhões de turistas. Dados da OMT revelam que ocorreu um aumento recorde no turismo internacional, no primeiro semestre de 2011, com 980 milhões. Com base no comportamento das tendências estatísticas atuais, estima-se que a chegada de turistas internacionais chegue a 1,6 bilhões em 2020 (OMT, 2012, p. 5).

Esse dinamismo vem contribuindo na geração de cerca de 235 milhões de empregos, correspondendo a 10% do PIB mundial, e com expectativa de crescimento de 5% ao ano, até 2015. De acordo com este órgão, a maioria das regiões do mundo obteve um aumento significativo do turismo em 2011, com exceção do norte da África e do Oriente Médio, regiões as quais foram marcadas por conflitos no início desse período. A América do Sul, por exemplo, registrou um aumento de 15%, enquanto a África Subsaariana, a Europa Central e Oriental tiveram um crescimento de 9% (OMT, 2012, p. 5).

Segundo dados do *World Travel & Tourism Council (WTTC)*, o Brasil apresenta-se, atualmente, como a sexta economia de turismo no mundo. O Banco Central do Brasil (BCB) registrou, no ano de 2010, entrada recorde de dólares no país por meio de despesas de turistas estrangeiros, cerca de US\$ 5,919 milhões em divisas. Esse valor representa 11,58% a mais no resultado de 2009, ano em que o turismo internacional gerou, no país, US\$ 5,305 milhões. Com esse resultado, o ano de 2010 tem se destacado como o período do recorde histórico da série iniciada em 1947. (EMBRATUR, 2012, p. 8).

As perspectivas do relatório WTTC (2010) indicam o Brasil como um dos países onde o turismo deve contribuir para o crescimento de empregos ligados ao setor, nos próximos 10 anos. Fatores como a crescente inclusão social e o momento favorável por que passa a economia do país explicam a clara evolução do turismo doméstico, tanto em termos qualitativos como quantitativos. Tais fatores têm influenciado favoravelmente o turismo de natureza. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2011, p. 10).

Nesse contexto de análise, o ecoturismo consegue responder por cerca de 7% das chegadas turísticas mundiais. Isso equivale a algo em torno de 48 milhões de desembarques em 2009. (WTO, 2010, p. 2).

Como resultado desse crescente interesse pela atividade, percebe-se o aumento de estudos de mercado. O “Ecoturismo Internacional” (PCTS/APEX, 2006, p. 5) mostra o crescimento da variedade de destinos entre 1995 e 2002, conforme especificado abaixo:

- Na Ásia – Pacífico: o destaque dirige-se para a China (o novo grande destino), Camboja e Irã (abertura para o turismo exótico) e Nova Zelândia (turismo de aventura);
- Na África: destacam-se Botswana e Zâmbia (turismo de natureza), Algéria (turismo de praia e cultura) e Angola e Cabo Verde (novidades);
- Nas Américas: Canadá (turismo de aventura), Cuba e El Salvador e Peru (turismo cultural e ecoturismo);
- Na Europa: Holanda e Suécia destacam-se por serem destinos mais conhecidos, enquanto Azerbaijão e Bósnia podem ser considerados “novidades”.

Dentre os principais países emissores de turistas ao Brasil, com motivo de viagem de turismo de natureza (natureza, ecoturismo e aventura), destacam-se na Europa: Alemanha, Espanha, França, Inglaterra, Itália, Holanda, Portugal e Suíça; na América do Norte: Estados Unidos, Canadá e México; América Latina: Argentina, Paraguai, Uruguai e Chile. (MTUR/FIPE, 2010, p. 17). Como se observa no Estudo da Demanda Turística Internacional de 2004 a 2010 (Tabelas 6, 7 e 8), as estimativas dentre os principais emissores de turistas ao Brasil vêm crescendo e conseguindo definir uma demanda exclusiva interessada por viagens no segmento ecoturístico. Os indicadores abaixo mostram a evolução anual positiva dos percentuais de cada país com destino ao Brasil. Vale salientar, ainda, que não existem dados objetivos e mais específicos para que se avalie o crescimento da atividade no mercado.

Tabela 6 - Estudo da demanda turística internacional - Principais emissores (síntese Brasil)

Europa			Motivo da viagem: turismo de natureza a lazer (natureza, ecoturismo ou aventura) (%)				
Países Emissores	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Alemanha	14,1	30,9	35,6	32,6	36,7	37	49,3
Espanha	18,3	22,8	32,4	35,7	32,4	38,8	47
França	12,6	16,3	23,8	24,3	25,3	25,6	36,4
Inglaterra	20,2	22,1	21,5	20,1	18	25,9	24,9
Itália	8,6	20,7	18	21,4	25,9	23,2	20,8
Holanda	14,3	21,9	29	31	31,4	29,1	33,6
Portugal	4,3	14,9	17,1	19,1	21,5	10,9	14,9
Suíça	15,5	27,3	24	30,4	32,5	36,9	33,2

Fonte: Elaborado a partir do Estudo da Demanda Turística Internacional do MTur/ FIPE (2004-2010).

Tabela 7 - Estudo da demanda turística internacional - Principais emissores (Síntese Brasil)

Países da América do Norte			Motivo da viagem: turismo de natureza a lazer (natureza, ecoturismo ou aventura) (%)				
Países Emissores	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Estados Unidos	2,6	16,5	17,2	21,9	23,1	25,8	24,8
Canadá	14,5	26,6	19,9	30	27,6	27,7	30,7
México	10,4	28,5	28,4	25	23,8	35,4	35,6

Fonte: Elaborado a partir do Estudo da Demanda Turística Internacional do MTur/ FIPE (2004-2010).

Tabela 8 - Estudo da demanda turística internacional - Principais emissores (Síntese Brasil)

Países da América do Sul			Motivo da viagem: turismo de natureza a lazer (natureza, ecoturismo ou aventura) (%)				
Países Emissores	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Argentina	7,2	8,8	7,7	12,6	14,4	20	25,7
Paraguai	23,9	28,2	9,9	17,3	8,9	20,1	19,3
Uruguai	13,4	21,8	12,4	26,6	16,4	11,1	15,2
Chile	13,2	13,6	16,4	19,8	12,6	18,3	17,4

Fonte: Elaborado a partir do Estudo da Demanda Turística Internacional do MTur/ FIPE (2004 -2010)

Com base nesse estudo, a predominância da preferência “motivo de viagem a lazer” estimula uma demanda de turistas interessados por áreas naturais, em particular as legalmente protegidas, juntamente com os elementos culturais existentes, têm proporcionado grandes atrações, tanto para os habitantes dos países aos quais as áreas pertencem, como para turistas internacionais.

De acordo com a AMAZONASTUR (2009), 55,98% dos turistas que vêm ao Amazonas são motivados pelo turismo de natureza ligado ao turismo de lazer que, em sua grande maioria, 70,26%, são demandados por turistas estrangeiros advindos do exterior.

Os dados de fluxo turístico para a Amazônia, refletidos no contexto de algumas estimativas mundiais sobre o segmento do ecoturismo – as quais calculam cerca de 35 milhões de ecoturistas no mundo (5% do fluxo turístico global), com taxa de crescimento de 10 a 15% anuais (MTUR, 2009, p. 15) –, permitem perceber o grau de capacidade ociosa do potencial turístico da Amazônia e a conseqüente necessidade de maior divulgação do turismo na região Norte.

De acordo com o Anuário Estatístico do MTur (2010), a maior parte dos visitantes ao Amazonas, procedeu dos Estados Unidos, totalizando 12,7 mil turistas. Este segmento, que possui a maior representatividade turística no Amazonas, foi o que teve a maior queda no ano de 2010, 29%, ou 5,1 mil de turistas norte-americanos a menos. O fluxo de turistas italianos, ingleses, portugueses, colombianos e bolivianos também apresentou queda no ano de 2010. No entanto, entre os poucos países que apresentaram aumento no fluxo de

turistas estão a Alemanha, com crescimento de 200%, a Coreia do Sul, com aumento de 298% e Argentina, que trouxe 873% mais turistas ao estado em 2010. A expressiva alta ocorreu pela base de comparação de 2009, que registrou baixo fluxo desses visitantes. Juntos, estes três países trouxeram 3,4 mil turistas a mais no ano de 2010. Com os dados fornecidos pela AMAZONASTUR (2010), Tabela 9, consegue-se visualizar a distribuição dos turistas residentes no exterior, por procedência, para o estado do Amazonas.

Tabela 9 - Distribuição dos turistas residentes no exterior, por procedência

PAÍSES	TURISTAS %
Estados Unidos	34,19
França	13,63
Japão	9,57
Itália	7,27
Espanha	5,88
Alemanha	5,22
Outros	7,1

Fonte: Pesquisa de Demanda AMAZONASTUR (julho/ 2010).

Conforme o Plano Aquarela, do (MTUR, 2009), responsável pela definição das diretrizes da promoção turística internacional do Brasil, a Amazônia, em especial o Amazonas, apresenta-se como uma das cinco marcas brasileiras mais importantes e com grande potencial para o desenvolvimento da atividade turística.

Uma pesquisa realizada para se conhecer o potencial de viagens internacionais apresentou significativa demanda por viagens para a Amazônia (PROECOTUR-IPK, 2009, p. 12). Quando indagados sobre a possibilidade de viajar para a região, quando se encontrassem viajando pela América do Sul, 52% dos turistas europeus, 41% dos americanos e 43% dos asiáticos responderam afirmando que sim. Adicionalmente, 36% dos turistas europeus, 37% dos americanos e 47% dos asiáticos considerariam a possibilidade de realizar uma viagem específica para o lugar.

De acordo com Estudo de Caracterização e Dimensionamento do Turismo Doméstico no Brasil (PROECOTUR/MTUR/FIPE, 2009, p. 20), o turismo na região ainda se encontra em estágio incipiente. Apesar de seu potencial para a atração de turistas, o estudo mostra que a região ainda não alcançou posição de destaque no mercado turístico nacional. Sabendo que, na média do país, cerca de 75% dos fluxos turísticos domésticos, em número de turistas, são da própria região, é razoável esperar que a Amazônia Legal não apresente posição de destaque no mercado receptivo.

De fato, do fluxo total de viagens domésticas do país, a região da Amazônia Legal responde por apenas 4,8% do número de turistas e 5,4% das receitas geradas, com predomínio de viagens intrarregionais (entre os estados da região amazônica), com 56,3% dos fluxos turísticos, e inter-regionais (das demais regiões brasileiras), com 43,7%, gerando pouco valor agregado. Alguns dados adicionais ilustram esta questão, tais como o percentual maior que em outras regiões do Brasil (Tabela 10) do tipo de hospedagem “casa de amigos e parentes”, utilizados pelos turistas no norte do país (o Norte é a única região brasileira onde este tipo de viagem situa-se acima da faixa de 60%).

Tabela 10 - Motivos para a realização da principal viagem doméstica

	Região					Total
	S	SE	NE	N	CO	
Visitar amigos e parentes	54,50%	50,70%	57,00%	74,20%	52,90%	52,80%
Sol e praia	45,60%	44,10%	35,30%	37,70%	34,90%	42,50%
Turismo cultural	12,20%	14,40%	19,70%	19,80%	15,00%	14,80%
Eventos culturais/ esportivos/ sociais	10,60%	12,30%	15,10%	13,70%	8,10%	12,00%
Saúde	8,80%	12,60%	11,60%	12,60%	10,10%	11,60%
Negócios	8,80%	7,00%	12,40%	28,00%	11,90%	8,80%
Compras pessoais	8,20%	6,30%	18,30%	17,10%	8,00%	8,50%
Ecoturismo	4,10%	8,20%	4,50%	8,10%	4,00%	6,60%
Eventos profissionais	5,30%	4,90%	9,50%	14,20%	5,50%	5,70%
Turismo rural	3,60%	6,70%	4,30%	5,40%	6,20%	5,70%
Estâncias climáticas/ hidrominerais	2,40%	6,00%	2,70%	2,30%	6,60%	4,90%
Religião	3,50%	2,10%	6,00%	2,40%	3,10%	3,00%
Parques temáticos	1,20%	3,50%	1,60%	1,20%	3,70%	2,80%
Resort/ hotéis fazenda	0,90%	2,90%	2,90%	0,70%	2,30%	2,40%
Cursos/ estudo	2,50%	1,50%	3,60%	2,20%	1,80%	2,00%
Praticar esporte	2,40%	1,30%	1,90%	2,10%	1,40%	1,60%
Outro	1,90%	4,90%	13,30%	4,40%	4,10%	5,30%
Total	176,50%	189,60%	219,70%	246,20%	179,60%	190,90%

Fonte: FIPE/MTur, 2009.

Também chama a atenção o fato dos fluxos com motivação de lazer serem ainda menos representativos, chegando a apenas 2,3% do fluxo nacional. Somente 19,9% do fluxo de viagens domésticas com destino à Amazônia tem o lazer como principal motivo, número consideravelmente abaixo da média nacional, de 42,1%, o que confirma que a

região ainda não é considerada como um destino de lazer consolidado. (PROECOTUR/FIPE/MTUR, 2009, p. 22).

Por outro lado, chamam à atenção as motivações específicas de lazer. O ecoturismo, o turismo cultural e os eventos de lazer apresentam, no fluxo receptivo de lazer da Amazônia, participações relativas bem acima da média nacional (14,5% contra 4,1%, 14,8% contra 8,4% e 18,7% contra 8,5%, respectivamente). Se comparado a outras regiões brasileiras, o *market share* do ecoturismo para a Amazônia é o maior do país (Tabela 6).

b) Intensificação do *marketing* nacional e internacional do ecoturismo do Amazonas

De acordo com pesquisa realizada pela TC/BR/PROECOTUR (2009), a divulgação, pela mídia, de imagens de devastação e do aproveitamento inadequado do solo para a atividade agrícola ou para a pecuária extensiva interfere, e muito, nas decisões de viagem dos turistas (nacionais e internacionais) para este destino. Conforme dados da pesquisa, apesar de muitos desconhecerem a imensidão territorial da floresta e conhecerem apenas o que se apresenta aos seus olhos, preocupam-se com o futuro da região a curto e longo prazos.

No mercado do turismo nacional, a imagem da região é associada aos aspectos da floresta em si, considerada ainda muito “selvagem”, às terras indígenas (que têm a visitação turística proibida) e ao entendimento de que a região é muito pobre, isolada e com poucos recursos – para nela se viver ou visitar.

No mercado internacional, os entrevistados da Europa e da América do Norte consideram a região amazônica um “mito” (algo distante, mágico, floresta intocada e inacessível) e aqueles da Ásia a consideram a “terra intocada”. O mercado turístico internacional, como um todo, tem uma imagem da região relacionada a um local onde o processo de desmatamento é intenso, perigoso, em função dos animais selvagens e das doenças tropicais e, ainda, com um desenvolvimento inapropriado para atrair fluxos internacionais específicos para o ecoturismo/turismo de natureza.

Os estudos revelam, ainda, que a imagem da região não é propícia para o turismo de massa e que o produto turístico oferecido pela Amazônia conflita com a presença maciça de visitantes. Embora receba grandes fluxos de visitantes em alguns locais ou eventos específicos da região Norte, como no Festival de Parintins (AM) e no Círio de Nazaré (PA), o principal potencial da região está no ecoturismo e em seus segmentos correlatos. Os turistas que visitam a região têm perfis específicos e em quantidades ainda adequadas às suas potencialidades, fragilidades e busca de melhores resultados, em termos de preservação ambiental e cultural, além dos benefícios à população. (TC/BR/PROECOTUR, 2009, p. 22).

c) Crescimento da sensibilidade ambiental entre os ecoturistas em potencial

Precisamente na última década, formaram-se, na comunidade científica, alguns consensos com relação ao processo de aquecimento global derivado das emissões antrópicas de gases de efeito estufa (GEE). (GIAMBIAGI; SANTOS-BELFORT, 2011, p. 21).

De acordo com Nascimento e Andrade, “um forte sentimento de risco ambiental começa a ganhar forma no mundo, sobretudo o desenvolvido”. (NASCIMENTO; ANDRADE, 2011, p. 203). Para estes autores, esse fator tem sua marca maior no risco das mudanças climáticas, estando seus possíveis impactos ligados diretamente ao campo das incertezas. Assim:

Talvez estejamos iniciando um novo ciclo de extinção biológica, como já ocorreu seis vezes na história de nosso planeta Terra. Nesse caso, estaríamos vivendo o ciclo denominado por Paul Crutzen, prêmio Nobel de química, antropoceno: a extinção maciça de espécies biológicas resultante da ação antrópica, em que a própria humanidade coloca-se no centro dos riscos, em especial as populações hoje mais socialmente vulneráveis. (NASCIMENTO; ANDRADE, 2011, p. 203).

As drásticas consequências do apelo ambiental, principalmente no que se refere à necessidade de redução da emissão dos gases causadores do efeito estufa, têm influenciado vários debates entre líderes, no contexto mundial, os quais definem metas ambiciosas de redução da emissão. Alguns estudos apontam impactos negativos a longo prazo no tocante à produção agrícola, inclusive no Brasil. (PORTO; GIAMBIAGI; SANTOS-BELFORT, 2011, p. 21).

Porto, Giambiagi e Santos-Belfort (2011) reconhecem que o desmatamento da Amazônia é a maior causa de emissões de GEE no Brasil. Os dados evidentes nos estudos dos autores comparam que, de 2003 a 2007, quase 100 mil km² de floresta foram destruídos. E esse fator não caminha isolado, pois existe forte pressão sobre o meio ambiente relacionada ao acúmulo de lixo e esgotos.

Nascimento e Andrade (2011), ao corroborarem com as ideias, complementam enfatizando que a maior parte dos gases de efeito estufa produzidos no Brasil deve-se à destruição da cobertura vegetal, devido à ocupação irregular do solo, ao desflorestamento e às queimadas, provenientes da expansão da pecuária e da agricultura.

Nesse cenário, a Amazônia e o cerrado representam um papel importante no equilíbrio climático regional e nacional. Há possibilidade de desaparecimento de milhões de espécies da fauna, flora e micro-organismos até então desconhecidos, sem nunca terem sido registrados. Ainda para os autores, a legislação ambiental brasileira tem se destacado como

uma das mais avançadas do mundo e cerca de 1/3 do território já se encontra sob áreas protegidas com ênfase na Amazônia. (NASCIMENTO; ANDRADE, 2011, p. 207).

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente, com base nos dados preliminares do Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (DETER, 2011, p. 5), a seca intensa de 2012, o aumento do garimpo e da plantação de soja, impulsionados pela alta dos preços internacionais de grãos e do ouro, levaram o desmatamento da Amazônia Legal a atingir, em agosto de 2012, o maior nível desde julho de 2009. Naquele mês, o pico do desmatamento ocorrido no sul do Pará atingiu a marca de 522 km², um aumento de 220% em relação a agosto de 2011. Em julho de 2009, as causas identificadas na exploração do garimpo, na plantação de soja e pecuárias, levadas pela alta dos preços desses produtos no mercado internacional, contribuíram para o desmatamento de uma área de 835 km². Em setembro de 2012, a área desmatada diminuiu para 282 km². (INPE, 2010, p. 5). Por fim:

Mesmo com uma legislação ambiental severa, o país não consegue efetivar suas leis. O sistema de vigilância e fiscalização ambiental é reconhecidamente ineficaz. Recentemente o governo federal vem tentando uma matriz política diferenciada em relação à conservação florestal na Amazônia, expressa na lei de concessão das florestas (Lei nº 11.284/2006) e, mais recentemente, na lei de regulação fundiária na Amazônia Legal (Lei nº 11.952/2009). (NASCIMENTO; ANDRADE, 2011, p. 211).

Estudos sugerem que condições climáticas que promovem secas na Amazônia, como o *El Niño*, por exemplo, podem ocorrer com maior frequência no futuro. Isso torna a conservação da floresta ainda mais crucial.

Enfim, os estudos realizados pela comunidade científica mostram que há uma tendência de crescimento da consciência ambiental em todo o mundo, concorrendo no aumento e interesse pelas formas de turismo orientadas para a natureza. Especialmente, o ecoturismo, o qual se apresenta como uma atividade econômica favorável à conservação dos ecossistemas. Assim, o turismo de qualidade pode tornar-se economicamente viável, desde que associado à proteção dos espaços naturais e com serviços e equipamentos dentro de uma operação voltada para a sustentabilidade ecológica, sociocultural e econômica, em todos os seus aspectos e abrangência.

d) Crescimento da renda dos turistas em potencial

De acordo com o Banco Central do Brasil (2011), os indicadores sobre os gastos dos turistas em visita ao Brasil têm apresentado registros recordes. Exemplo disso foi constatado em março de 2011, quando esse valor atingiu US\$ 630 milhões. Se comparado ao mesmo mês de março, em 2010, US\$ 576 milhões foi o valor deixado pelos visitantes.

Segundo o BACEN, no primeiro trimestre de 2011 foram gastos US\$ 1,797 milhão, valor 8,8% maior que o obtido no mesmo período de 2010, que foi de US\$ 1,651 milhão. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2011, p. 11).

Embora esses dados tenham sido comemorados pelo MTur e demais setores do segmento turístico, existe uma preocupação em escala mundial sobre o futuro do comércio global. Como se sabe, o ímpeto da retomada pós-crise não se sustentou e hoje as perspectivas de crescimento global seguem incertas. De acordo com Canuto e Reis, ocorre muitas vezes que:

A evolução futura do comércio global será ditada, sem dúvida, pelo ritmo de recuperação da economia mundial. Como se sabe, o ímpeto da retomada pós-crise não se sustentou e hoje as perspectivas de crescimento global seguem incertas. Enquanto as perspectivas e crescimento global seguem ancoradas no robusto crescimento das grandes economias emergentes e, em menor medida, na recuperação da economia dos EUA, a grande incerteza segue sendo a crise europeia e seus desdobramentos. [...] o que teria consequências desastrosas para a recuperação da produção e do comércio mundial. [...] a verdade é que há crescente preocupação com os problemas de solvência de bancos e governos na Europa. (CANUTO; REIS, 2011, p. 5).

Os autores interpretam esse cenário como um processo de desalavancagem bancária e alertam sobre as possíveis consequências se refletirem em toda a economia global, inclusive por meio do encolhimento do setor de financiamento ao comércio (*trade finance*). Por mais que ocorram alternativas de mudanças nesse cenário, com a provável administração dos problemas europeus, a incerteza reside ainda em fatores relacionados aos elevados níveis de endividamento na periferia da área do euro e podem transformar-se em obstáculos significativos ao crescimento, dada a interdependência com os demais blocos de países.

No que diz respeito ao cenário econômico brasileiro, Porto, Giambiagi e Santos-Belfort (2011) concordam que houve uma trajetória positiva das estimativas do potencial econômico brasileiro, passando de 2,2% ao ano, no período de 1995 a 2000, para 4,2% no período de 2005 a 2012. Embora esses dados sejam otimistas, alguns analistas mostram-se pessimistas por entenderem que a inflação atual está em média 6% ao ano, apesar da tentativa do governo de adotar medidas para impedir o aumento desse índice.

Alguns aspectos desse novo cenário brasileiro nos últimos dez anos são merecedores de destaque pelos autores, como o aumento da economia chinesa na pauta comercial do país. Esse fator só veio a contribuir com a diminuição da importância relativa dos Estados Unidos. Outros dois elementos aqui avaliados são o reconhecimento internacional da qualidade da matriz energética brasileira, inclusive sendo requisitada como modelo padrão de desenvolvimento menos intensivo no uso de carbono, principalmente a partir da

exploração intensa do etanol, e a inserção do Brasil no contexto mundial, a partir da imagem que o país projetou neste século. O modelo de superação adotado no Brasil despertou um interesse crescente no mundo, principalmente, diante da sua popularidade e ascensão junto aos BRICs (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e a escolha do país para sediar a Copa do Mundo de Futebol de 2014 e do Rio de Janeiro para cidade responsável pelos Jogos Olímpicos de 2016 apresenta-se como oportunidade propícia para que a autoestima do país e a imagem internacional “seja revigoradora, alicerçando processos e mudanças da forma como um país se vê e é visto pelo mundo”. (PORTO; GIAMBIAGI; SANTOS-BELFORT, 2011, p. 7).

Na realidade, quatro são os fatores que concorreram para essa mudança: a) a elevada expansão do gasto público; b) a destinação de parte desses gastos diretamente às famílias; c) a expansão do crédito, avaliada como forte componente de estímulo ao consumo, principalmente com relação à venda de automóveis e do consumo de eletrodomésticos e, finalmente, d) o aumento real do salário mínimo.

Enfim, é inegável o reconhecimento das mudanças ocorridas, tanto na dinâmica econômica mundial e, principalmente, na dinâmica econômica brasileira. Vale lembrar, também, que o contexto dessas mudanças tem peso maior direcionado aos vários países do mundo em desenvolvimento no crescimento e no comércio mundial. Nesse contexto de incertezas, o cenário não parece muito animador. Há indícios de que, por mais que se projete a recuperação desses fluxos de comércio, como por exemplo, na Europa, a trajetória evolutiva do processo econômico sinaliza a desaceleração em países considerados de mais alta renda, entre eles, a França e a Alemanha, grandes emissores de turistas para o Brasil. É possível, no entanto, que países emergentes como Índia, China, Rússia e África do Sul aumentem seus contingentes de turistas no Brasil.

4.2.3 Condicionantes de futuro internas

Nesta seção expõem-se as condicionantes de futuro internas para o desenvolvimento do ecoturismo na região, com o apoio dos depoimentos coletados dos participantes do *workshop* “Ecoturismo e Cenários para o Amazonas”. Para manter a originalidade do texto oral, as declarações dos atores sociais fornecidas durante a entrevista não foram corrigidas para a norma culta da língua portuguesa.

a) Criação de uma política estadual para o desenvolvimento do ecoturismo

Para que se possa entender a estrutura econômica e demais fatores condicionados na promoção do desenvolvimento do ecoturismo no estado, não há como negar a importância do processo de ocupação da região.

Registros históricos apontam que até meados do século XVIII o interior da região amazônica permanecia praticamente desconhecido. No entanto, a tranquilidade desse cenário de vez em quando era quebrada por incursões isoladas pelos rios e pelo estabelecimento de fortificações com pequenos povoados em seu entorno, com o intuito de garantir a posse do território. A partir do final do século XVIII, a região começa a receber acentuadas visitas de expedições de naturalistas, atraídos por sua grande diversidade de flora e fauna. Pode-se afirmar que uma incursão mais profunda só acontece a partir de 1830, registrada pela intensificação do processo de colonização na região motivada pela extração do látex. Com o desenvolvimento do processo de vulcanização, em 1839, esse produto passou a ter grande demanda internacional por parte das nações emergentes industrializadas. Uma grande quantidade de imigrantes, principalmente da região Nordeste do Brasil, chegou à região para trabalhar nos seringais.

Dados históricos mostram que esta mão-de-obra era análoga à escravidão, diante das condições e imposições dos proprietários das terras. À custa da exploração desse trabalho e graças à elevada procura, a extração do látex trouxe grande riqueza para a região. Exemplo disso, a cidade de Manaus destaca-se nesse cenário diante de seu rápido crescimento e consegue propiciar conforto aos grupos beneficiados pelo chamado “ciclo da borracha”. Um dos pontos turísticos resultado do *glamour* refletido na cidade é o “Teatro Amazonas”. Com efeito, Manaus foi a segunda cidade brasileira a ser beneficiada com energia elétrica, a primeira a receber este benefício foi a cidade do Rio de Janeiro. (PEREIRA, 2006, p. 35).

Cabe salientar que as primeiras tentativas de planejamento socioeconômico para a Amazônia iniciaram na década de 1950 e intensificaram-se entre as décadas de 1960 e 1970. Nesse contexto de análise, verifica-se haver recorrência na literatura sobre as implicações das propostas de planejamento com fins de desenvolvimento na região como forma de garantir a soberania nacional e, conseqüentemente, preencher seus imensos vazios demográficos. Exemplo disso, a “Operação Amazônia”²⁸, concebida sob a ótica do nacionalismo militar desenvolvimentista e conduzida pelo ministro Roberto Campos, investiu na lógica de estratégia política de desenvolvimento regional baseada na instituição de “polos

²⁸ A Operação Amazônia e a implantação da Zona Franca de Manaus, um de seus mais emblemáticos capítulos, despertaram essas expectativas, mas também suscitaram desconfianças. O que aparentemente é um problema – a cooperação entre o militarismo, a economia mundial e o nacionalismo – faz parte de um momento definido da ordem internacional. O que importa é reforçar que a concepção e a decisão de implantação da Zona Franca de Manaus são oriundas de processos e relações mais amplos que efetivam um movimento de descentralização da produção capitalista fora das suas zonas originárias. (SERÁFICO; SERÁFICO, 2005, p. 33).

de desenvolvimento” visando promover a imigração, o incentivo ao capital privado, o desenvolvimento da infraestrutura e a pesquisa dos recursos naturais. (MAHAR, 1978, p. 22).

A partir de uma breve análise com relação à criação de planos de desenvolvimento econômico para a região, constata-se o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, criado em 1953, cujo objetivo foi o de desenvolver sistemas produtivos diversos. Para administrar esse plano, foi criada a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), conhecida, atualmente, como Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e o Plano Quinquenal (1955-1959). O objetivo desse plano foi desenvolver a infraestrutura urbana e a construção de grandes estradas como forma de integrar a região às demais regiões brasileiras. Em paralelo à criação desses planos, foi criado o Banco da Amazônia (BASA) com o objetivo de financiar projetos visando o desenvolvimento da Amazônia.

Pereira chama a atenção da constituição dos “polos de crescimento” basear-se na ampliação da concepção desenvolvimentista de Schumpeter (1982). De acordo com Perroux (1967), a teoria dos polos de desenvolvimento, por razões diversas, concentra-se em pontos determinados de variadas intensidades. Nessa perspectiva, a conceituação de indústria motriz passa por três características. A primeira refere-se ao fator da participação expressiva no total da produção de determinada região polarizada. A segunda, diz respeito à taxa de crescimento superior à média regional. E a terceira, trata das importantes ligações técnicas com várias outras indústrias, permitindo a constituição de um complexo industrial. Essa ideia, somada à concepção de espaço econômico²⁹, permite relacionar teoricamente a Zona Franca de Manaus.

Apesar de a definição de polarização não implicar obrigatoriamente a existência de concentração geográfica, uma vez que uma indústria dominante pode comandar empresas espalhadas por várias regiões, há uma tendência de concentração das atividades em termos geográficos, podendo essa concentração confundir-se com uma determinada cidade, dado que a constituição de polos de crescimento gera economias externas, o que favorece a indústria motriz e outras a ela relacionadas. É o caso, aqui, do próprio nome da cidade de Manaus, simbolizando a Zona Franca. O polo dominante, conduzindo a efeitos de aglomeração, permite a atração de novas firmas e efeitos de ligação, proporcionando um acesso mais fácil aos mercados já existentes ou em criação. (PEREIRA, 2006, p. 35).

Dentre as várias justificativas que fundamentam o modelo ZFM, como bem apresentadas por Pereira, Cláudio Graça d’Almeida, em sua obra “Zona Franca - de onde

²⁹ Espaço econômico trata-se de um conjunto de relações abstratas o qual não se relaciona diretamente com a localização geográfica. Nessa abordagem, são três os tipos de conceitos que avaliam esse universo, a saber: espaço de planejamento, espaço polarizado e espaço homogêneo. (PERROUX, 1967, p. 12).

para onde”, chama a atenção sobre a criação de a ZFM decorrer da compreensão e ciência do governo federal acerca das dificuldades que acometeram a região amazônica após a época áurea da borracha. Criada em 1967³⁰, suas ações voltam-se para objetivos nacionais na região amazônica. Com base neles estão especificados seus objetivos de curto prazo.

Benchimol (1999) chama a atenção sobre a capacidade do projeto ZFM como gerador de receitas, empregos e como atrativo de incentivos fiscais de impostos. Mas observa a fragilidade da instituição quanto à ausência de políticas públicas direcionadas aos recursos gerados pelo modelo, o qual tem provocado uma concentração de renda na capital do estado, contribuindo com o êxodo rural e, conseqüentemente, com o desequilíbrio em seu desenvolvimento urbano.

Quanto ao turismo, um dos objetivos do projeto da SUFRAMA, essa Superintendência tem dispensado razoável apoio em todas as unidades estaduais da Amazônia Ocidental. No que concerne ao estado do Amazonas, constata-se projetos financiados com recursos da autarquia na melhoria de infraestrutura, como: ampliação de aeroportos, cursos de qualificação, projetos de assistência técnica e extensão rural para a agricultura familiar e outros.

Atualmente, o órgão oficial do turismo no Amazonas é a Empresa Estadual de Turismo do Amazonas (AMAZONASTUR), subordinada à Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico (SEPLAN). Por meio do Plano Estadual de Turismo, o referido órgão prioriza metas e estratégias sustentáveis como forma de minimizar problemas que possam comprometer o desenvolvimento da atividade e busca ampliar suas ações por meio de uma política pública mobilizadora, sob os enfoques local, regional e nacional. As ações previstas no referido plano, bem como as relações a qual estabelece entre os atores sociais parceiros do setor do turismo, são operacionalizadas por meio de uma rede de gestão descentralizada viabilizada pelo Fórum Estadual de Turismo em permanente articulação com o MTur.

Na opinião das equipes, a principal condição de futuro para o ecoturismo da região deve estar alicerçada na existência de um:

[...] Plano de Desenvolvimento para o Estado. [...] quando uma empresa resolve se instalar no Amazonas, ou quando um empresário decide empreender, o Plano de Desenvolvimento vai indicar se essa empresa ou esse setor está no momento de ser desenvolvido, de ser implantado no estado. E não devem esquecer o comprometimento por parte da sociedade, instituições de ensino, instituições privadas, empresas e etc. [...] com as políticas públicas voltadas para o turismo. Se não houver participação de

³⁰ Há controvérsias com relação à criação da ZFM. Há indicativo de sua criação na Lei nº 3.173, de 06/06/1957, iniciativa do deputado federal Francisco Pereira da Silva (bancada do estado do Amazonas) e outra no Decreto-Lei nº 288/67, de 28/02/1967, assinado pelo presidente Castelo Branco.

toda essa sociedade, não adianta falar de turismo. Tem que haver um entendimento do que significa o turismo, que tem que ser entendido como uma atividade econômica, investimento em ciência e tecnologia. Sem isso não há avanço, nem desenvolvimento. Nossa região é muito propícia ao ecoturismo, mas cadê o estudo? É preciso mostrar para o empresariado que seu hotel na floresta não pode despejar dejetos no rio, pois está colocando a área em risco. O turista quer ver a natureza preservada, quer ver animais. É preciso perceber que sem a ciência e tecnologia, sem a inovação, qualquer atividade fica prejudicada. (Informação verbal)³¹.

Quando Gastal e Moesch (2007) discutem sobre políticas públicas democráticas, reconhecem que, nesse caso, essas não podem ficar limitadas e nem restringidas ao imediatismo, ao localismo das reivindicações e às demandas. Mas devem atuar como um instrumento de transformação, planificação e apropriação dos grandes e variados problemas de gestão urbana, ambiental, social, econômica e humana, bem como ser de domínio sobre o aparato do estado, tradicionalmente afastado e isento à participação e ao controle popular.

b) Normatização e regulamentação da política estadual para o desenvolvimento do ecoturismo em áreas protegidas

Na literatura especializada que aborda o assunto das áreas protegidas, comumente utilizam-se os termos “áreas protegidas” ou “unidades de conservação” para se fazer referência a parques, reservas, áreas indígenas, entre outros. No entanto, existe diferença entre ambas as concepções.

No Brasil, área protegida tem um sentido amplo, envolvendo áreas com o objetivo de conservação diversificada nas diferentes esferas administrativas. De acordo com a IUCN, área protegida pode ser definida como “uma área dedicada, principalmente, à proteção ao aproveitamento do patrimônio natural ou cultural, à manutenção da biodiversidade, e/ou à manutenção dos serviços ecológicos”. (IUCN, 1985, p. 5). As Unidades de Conservação, por sua vez, compõem um tipo especial de área protegida, dividida em categorias de manejo definidas pela Lei nº 9.985/2000, a qual instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

As terras indígenas, a reserva legal e a área de preservação permanente caracterizam-se como áreas protegidas regulamentadas por legislação própria. Em cumprimento aos direitos constitucionais e ao Estatuto do Índio, as terras indígenas são geridas pelas populações indígenas de acordo com suas tradições, mas não são oficialmente reconhecidas como parte do SNUC. Contudo, essas terras em sua maioria, são razoavelmente preservadas e importantes para a conservação da biodiversidade, tendo sido reconhecidas pela CDB como áreas protegidas. Portanto, o Plano Estratégico Nacional de

³¹ Depoimento coletado pela autora em 21/07/2011. Barbosa: economista, administrador, mestre em educação e professor de ensino superior do Centro Universitário Luterano de Manaus.

Áreas Protegidas (PNAP, instituído pelo Decreto 5.758/2006) inclui as terras indígenas no planejamento e na implementação da conservação e gestão integrada da biodiversidade. (MMA, 2011, p. 33).

A Reserva legal (RL) são áreas de cada propriedade privada, onde não se permite desmatamento (corte raso), mas que pode ser utilizada por meio de uso sustentável. Estas áreas são necessárias à manutenção do equilíbrio ecológico das regiões do entorno e dos recursos naturais. (MMA, 2011, p. 30). Já as Áreas de proteção permanente são áreas onde devem ser mantidas todas as florestas e demais formas de vegetação natural. Em resumo, definem-se como áreas de proteção especial, considerando a fragilidade, referindo-se à estratégia de viabilidade da conservação ambiental, não devendo ser modificada para outros fins de ocupação. (MMA, 2011, p. 33).

As UCs são regulamentadas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e podem ser criadas e administradas pela União, estados ou municípios. Para o SNUC, uma UC pode ser definida como:

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. (BRASIL, 2000, p. 14).

Entre os diversos objetivos constituídos pelo SNUC, constata-se duas metas as quais estabelecem relação direta com os princípios do ecoturismo, são elas: a) promoção da educação da interpretação ambiental e da recreação em contato com a natureza e do turismo ecológico; b) proteção dos recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura, promovendo-as social e economicamente.

Com base nessa perspectiva, o SNUC instituiu, no âmbito federal, categorias de manejo divididas em dois grupos com características peculiares: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável. Nas UCs de Proteção Integral, além do compromisso fixado na preservação da natureza, permite-se, tão-somente, o uso indireto³² dos seus recursos naturais. Nesse conjunto observam-se as seguintes UCs: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio da Vida Silvestre. As UCs de Uso Sustentável buscam compatibilizar o equilíbrio entre conservação da natureza e o uso sustentável de parte de seus recursos naturais. Compõem este grupo sete UCs: Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta

³² Uso indireto, nesse contexto, refere-se a não utilização de consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais (BRASIL, 2000, p. 56).

Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPNs).

As RPPNs são viabilizadas por áreas de conservação em propriedades privadas, para as quais existe uma legislação federal específica. A expectativa prevista nas intenções da lei diz respeito à criação de uma rede particular de unidades de conservação onde o proprietário, por sua livre iniciativa, grava de perpetuidade³³ parcela representativa de sua propriedade como Reserva Particular do Patrimônio Natural. Concebido pelo IBAMA, este programa já conta com mais de 100 reservas particulares bastante expressivas do ponto de vista ecológico e paisagístico, e seus proprietários recebem o incentivo de isenção do Imposto Territorial Rural (ITR). (MMA, 2011, p. 40).

Vale salientar que em algumas dessas áreas protegidas, em especial nos parques nacionais, estaduais e municipais, nas florestas nacionais e nas áreas de proteção ambiental (APAs), ocorre a prática do ecoturismo. Estas áreas tornam-se o primeiro destino ecoturístico procurado pelos fluxos de turistas nacionais e internacionais. No entanto, em algumas áreas protegidas, como as reservas biológicas e estações ecológicas, torna-se inadmissível essa atividade ficando condicionada sua realização à elaboração do plano de manejo para sua regularização. Tais exigências justificam-se devido à fragilidade destes ecossistemas, onde a visitação se traduz na incompatibilidade dos objetivos de manejo preconizados para estas UCs.

No contexto dos atrativos naturais, identificados como alto potencial para atração turística localizada principalmente no interior das UCs, a Amazônia Legal possui a maior concentração territorial dessas áreas no Brasil, contemplando grande diversidade biológica e importantes acervos geológicos, que se complementam com os demais atrativos da região. (PROECOTUR/FGV, 2009, p. 36).

Tendo em vista o aprimoramento dos benefícios turísticos e ecoturísticos nessas áreas, observam-se algumas orientações priorizadas para esses destinos, como:

- a) A importância da estruturação das UCs para visitação, como condicionante para o desenvolvimento do turismo na região, seja pelo lado da oferta, seja pelo lado do mercado;
- b) A importância das UCs de uso sustentável, por possuírem, em sua atratividade, a cultura associada ao patrimônio natural, com base nos saberes e fazeres das comunidades que nelas vivem;

³³ Gravar a reserva em caráter perpétuo, ou gravame de perpetuidade, é uma exigência decorrente do art. 6º da Lei 4.771/65. Isso quer dizer que no momento em que você decide criar uma RPPN, você deve saber que a RPPN será para sempre.

- c) A recente transformação da estação ecológica de Anavilhanas em parque nacional, regularizando a visitação já existente e possibilitando o incremento turístico, já que é uma das Unidades mais próximas de Manaus, principal portão de entrada na região amazônica;
- d) A possibilidade de fomento à utilização das UCs para visitação científica, como forma de, por um lado, incentivar a pesquisa e a conservação ambiental e, por outro, qualificar as informações para a formatação de produtos especializados para as práticas relacionadas ao turismo de natureza;
- e) A concentração de UCs em determinados municípios e/ou a importância turístico-ambiental de determinadas UCs sugerem a prioridade de desenvolvimento desses destinos como “portão de entrada”, como base para a estruturação da visitação turística nessas áreas. Destacam-se, nesse sentido, os municípios de Novo Airão (AM), São Gabriel da Cachoeira (AM), entre outros; e
- f) A necessária elaboração dos planos de manejo, a implementação dos Planos de Uso Público destas UCs, a pesquisa e a avaliação do tipo e das condições da visitação turística existente nessas áreas.

Os órgãos responsáveis por essas áreas, no que diz respeito à integração de ações e políticas públicas, têm apresentado novas bases de referência em que se articulam o tema da conservação das UCs e a inserção produtiva do turismo nesses espaços, com vistas a propiciar exercício da cidadania e a participação democrática. Alguns avanços podem ser constatados a partir das seguintes ações: a criação da SNUC, por meio da Lei nº 9.985, de 18/07/2000; a criação do Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP), em 17/04/2006, cujo objetivo é a definição de diretrizes e estratégias para as áreas terrestres e marinhas do SNUC; a integração das demais áreas protegidas, como terras indígenas e quilombolas, em um sistema ecologicamente representativo e efetivamente manejado; a elaboração das diretrizes para a visitação em Unidades de Conservação, pelo MMA, em abril de 2008, com regras e princípios para a orientação da visitação e ordenamento, com o objetivo de assegurar a sustentabilidade do turismo nestas áreas protegidas.

No que diz respeito às UCs no estado do Amazonas, verifica-se um conjunto de 27% de seu território protegido por Unidades de Conservação, sendo 15% federais e 12% estaduais, totalizando 42.335.533 milhões de hectares. Os investimentos majoritários nessas áreas aconteceram a partir de 2003, quando do incremento de 157% no número de UCs, com vistas ao estabelecimento de estratégias de conservação da biodiversidade, ao reconhecimento e valorização das populações tradicionais e ao controle do desmatamento

que, àquela época, apresentou um registro de 1.552 km² de área desmatada, principalmente no sul do estado.

Atualmente, a gestão das áreas protegidas estaduais encontra-se sob a coordenação da Secretaria do Estado do Meio Ambiente Sustentável (SDS), por meio do Centro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC). Entre as instituições parceiras envolvidas com propostas de conservação no Amazonas destacam-se o Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ), a Fundação Vitória Amazônica (FVA), o Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM), o Instituto Piagaçu-Purus (IPI), o Instituto Ecológico e Comunitário da Amazônia (IECAM), o Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (IDESAM) e a Fundação Amazonas Sustentável (FAS). As atividades propostas pela SDS e demais parcerias são realizadas nas unidades dos parques estaduais Rio Negro Setor Sul, Rio Negro Setor Norte, Sumaúma e Serra do Aracá, Floresta Estadual de Maués, RDS Mamirauá, Amanã, Canumã, Rio Negro, Rio Madeira, Uatumã, Cujubim e Juma, APA Estadual Margem Esquerda do Rio Negro - Setor Aturiá Apuauzinho e Margem Direita do Rio Negro Setor Puduari-Solimões.

Ainda se observam iniciativas concernentes ao incentivo de geração de renda em UCs estaduais de uso sustentável. Exemplo disso é o Programa Bolsa Floresta, aplicado em 15 UCs e coordenado pela Fundação Amazonas Sustentável (FAS), instituição vinculada à SDS. Somente no ano de 2010, foram investidos R\$ 7,5 milhões em UCs provenientes desse programa. Instituído pelo governo do Amazonas em 2007, o programa destaca-se como pioneiro no pagamento de serviços ambientais para as populações que vivem na floresta e que se comprometem com a redução do desmatamento. Como parte de uma estratégia pioneira mundial, o programa é direcionado para o desenvolvimento da cadeia produtiva dos serviços e produtos ambientais de base florestal, atuando sob quatro componentes, sendo eles: o associativismo, a geração de renda, a produção sustentável e os benefícios sociais básicos. A evolução do programa, organizado em quatro modalidades, resultou em um sistema mais completo de concessão dos benefícios, estruturado de modo a propiciar, com mais clareza, o associativismo, a renda, a produção sustentável e os benefícios sociais básicos.

De acordo com a opinião das equipes participantes do *workshop*, medidas e práticas devem estimular o andamento do processo, sobretudo se:

Trabalhar gestão nas áreas naturais protegidas com base na Legislação Ambiental Brasileira. [...] se a gente está falando de sustentabilidade, se a gente não tiver a questão da gestão envolvida, das instituições envolvidas, tanto ambiental e principalmente casada com o turismo. [...] a legislação não é cumprida, isso é um problema muito sério na Amazônia. Hoje, a nossa legislação brasileira está avançada, ela existe, tanto a ambiental quanto a

turística, porque não se cumpre? Falta trabalhar essa gestão. (Informação verbal)³⁴.

Nessa linha de pensamento, Mowforth (1993), Crosby et al. (1993) e Lindberg e Hawkins (2005) analisam a dimensão efetiva dessa atividade introduzindo as variáveis, gestão e planejamento³⁵. Essa preocupação traduz-se no reconhecimento do ecoturismo tratar-se, atualmente, de um modelo de desenvolvimento, no qual áreas naturais integram ações de projetos componentes da base turística, cujos recursos biológicos vinculam-se claramente aos setores socioeconômicos. “Se, pelo lado da demanda, a motivação pelo contato com a natureza se torna cada vez mais intensa, a natureza intacta e protegida passa a ser um argumento comercial valioso”. (RUSCHMANN, 2010, p. 27). Esse fator torna-se o principal atrativo “[...] é a garantia básica que necessita para o ecoturismo progredir”. (BOULLÓN, 1997, p. 44).

c) Parceria pública, privada e comunitária para o fortalecimento do ecoturismo no Amazonas

De acordo com Beni (2004), as políticas públicas de turismo no Brasil precisam ser reavaliadas. A própria dinâmica da atividade e das ações estratégicas sustentáveis, as quais se voltam à regionalização, implica no repensar das dificuldades e obstáculos da ação integradora e intersetorial do sistema de institucionalização público-privada.

A ausência de uma diretriz e a falta de uma ação intersetorial entre órgãos públicos de turismo favorecem o crescimento isolado do setor. Nesse sentido, os planos e programas apresentam-se descaracterizados e dissociados da realidade econômica, política, cultural e social do país. Essa fragilidade tem afetado os fundos orçamentários dos órgãos públicos, os quais contemplam o setor de turismo apenas marginal e subsidiariamente, e são aplicadas com objetivos não integrados. “É justamente na falta de intersetorialidade da ação conjunta e integrada dentro do próprio governo com o setor privado que reside, até hoje, o maior gargalo para atuação eficaz dos órgãos públicos de turismo no Brasil”. (BENI, 2004, p. 12).

Para ocorrer o exercício da gestão compartilhada entre o público e o privado é fundamental um sistema integrador, já que as fronteiras físicas entre as localidades tendem a ser reduzidas ou eliminadas. (GASTAL; MOESCH, 2007, p. 16). Nesse sentido, o desafio está na capacidade do sistema conciliar as diversidades territoriais e as rivalidades intermunicipais numa mesma região para a obtenção de maior equilíbrio e competitividade

³⁴ Depoimento coletado das equipes participantes do *workshop*, em 21/07/2011.

³⁵ De acordo com Santos (2004), o planejamento é um processo contínuo que envolve a obtenção, a organização e a sistematização das informações, por meio de procedimentos e métodos, para se chegar a decisões ou escolhas das melhores alternativas para o uso dos recursos disponíveis. Já a gestão sustentável, trata-se de um sistema cujo objetivo visa assegurar o bom funcionamento e o melhor rendimento, além da perenidade e o desenvolvimento das instituições. (VIEIRA; WEBER, 2002, p. 9).

regional. Essa lógica tende ao fortalecimento da correta aplicação dos investimentos públicos na super e infraestrutura de apoio ao turismo, para promoção do desenvolvimento sustentável ambiental, econômico e social, juntamente com a consequente e necessária orientação aos empreendimentos da iniciativa privada. (BENI, 2007, p. 22).

É necessário, portanto, atualizar potencialidades e construir-se, enquanto produto turístico em condições de competitividade, sem perder a hospitalidade e humanização. A concepção sistêmica do turismo e o desenvolvimento da base local com ênfase na cidadania devem vir acompanhados de um planejamento turístico que assegure a própria comunidade. (GASTAL; MOESCH, 2007, p. 18). A participação, entretanto, só se efetivará a partir do domínio dos atores sociais sobre a realidade concreta dos espaços onde estão inseridos.

No Manual de Ecoturismo de Base Comunitária (2000) duas são as premissas básicas garantidoras do turismo sustentável: a participação comunitária e as parcerias. A participação, nesse processo, fica condicionada ao interesse efetivo dos diferentes segmentos da comunidade por meio de um de seus representantes. É a ele que se confere legitimidade às decisões do grupo, reconhecendo sua pertinência e autoridade nos procedimentos e nas pessoas.

A identificação de formas e parcerias com outros setores públicos também são fatores imprescindíveis, principalmente quando se leva em consideração:

Políticas públicas de incentivo ao desenvolvimento do ecoturismo. [...] deveriam ser elaboradas a partir da integração, da parceria entre poder público e privado, onde as comunidades seriam participantes. Sabemos que na atualidade há uma dificuldade muito grande em implementar ações de ecoturismo levando em consideração o conhecimento e a cultura da comunidades. Esse turismo ocorre independente das comunidades. Mas elas “tão” ali e não conseguem participar como deveriam. Portanto, pensar em ecoturismo para o futuro é entender que, se as comunidades participam, você provavelmente terá um trabalho com maior sustentabilidade. (Informação verbal).³⁶

Sob essa ótica, Rabinovi reforça o processo pressupondo ser a representatividade “certa organização preliminar de demandas comunitárias e também autonomia da coletividade organizada sob formatos diferentes e de acordo com suas características”. (RABINOVICI, 2009, p. 101). Cabe à demanda do local identificar e expressar, como necessidade, o desejo de ser representada em processo político. Afora isso, a representatividade supõe um processo de diálogo minimamente instaurado entre mediado e mediador.

³⁶ Depoimento coletado das equipes participantes do *workshop*, em 21/07/2011.

A autora afirma que há uma ideologia por trás das metodologias participativas que determina o tipo de poder que se quer hegemonizar. Esses fatores tendem a desvalorizar formas diversas e tradicionais de poder e, assim, têm potencial de acabar com possíveis formas de tomada de decisão muito mais democráticas e participativas do que as propostas pelos projetos.

Reconhecer bem as nuances e práticas é fundamental para que se possa estabelecer o processo da participação. Nesse sentido, Rabinovici introduz a discussão da participação no contexto da noção de governança global. O que está em jogo é a descentralização e a desconcentração do poder como condição fundamental no direcionamento da articulação dos principais atores, visando regular as atividades humanas com base na cooperação e diálogo para superação de eventuais problemas e conflitos. Assim, governança “é uma ampliação do conceito de democracia, o qual seria a articulação e governança dos interesses humanos, sem a eliminação da diversidade e minorias”. (RABINOVICI, 2009, p. 101).

d) Criação e fortalecimento de associações locais na área de ecoturismo

Uma das condições de futuro sinalizadas pelas equipes participantes do *workshop* diz respeito ao fortalecimento das associações locais. Entende-se que as políticas públicas do Amazonas são criadas em cima de demanda, assim, somente uma sociedade organizada tem condição de pressionar o gestor público na elaboração de políticas de desenvolvimento do ecoturismo, pois:

[...] o pouco interesse em integrar a comunidade no turismo faz com que o empresário invista em um conjunto de ferramentas de estratégias e planejamentos que já foram consolidados em todo o mundo. Ele chega pra trabalhar com a empresa dele e implanta todo esse sistema e faz aquilo produzir. O empresário está inserido em um sistema que já está consolidado para ele ter aquele tipo de resultado. [...] as comunidades têm que se desenvolver e crescer de maneira tal que entrem nesse jogo de capitalismo e gritando pela sustentabilidade. (Informação verbal).³⁷

As reivindicações presentes no discurso acima podem encontrar resposta nos pressupostos de Buarque (1999), quando discute sobre o Desenvolvimento Local Sustentável (DLS). Para o autor, esse paradigma, enquanto processo endógeno, tem seu registro em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capazes de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população.

Por emergir de um movimento construído e por interagir com as complexas e conflitantes condições contemporâneas da globalização, o DLS também interage

³⁷ Depoimento coletado das equipes participantes do *workshop*, em 21/07/2011.

economicamente com o contexto regional e nacional. Essas ideias, na visão de Harvey, podem contribuir com forte influência e pressões positivas e negativas, justamente por entender que o desenvolvimento local está associado, normalmente, a iniciativas inovadoras e mobilizadoras da coletividade, articulando as potencialidades locais nas condições dadas pelo contexto. Assim, “as comunidades procuram utilizar suas características específicas e suas qualidades superiores e se especializar nos campos em que tem uma vantagem comparativa com relação às outras regiões”. (HARVEY, 2000, p. 23).

Buarque (2003) considera as decisões coletivas um dos pontos fundamentais nesse processo. Caso não haja vontade conjunta da sociedade em viabilizar uma política de sustentabilidade real para o local, por meio de um projeto coletivo, logicamente que as pressões externas falarão mais alto. Nesse caso, os esforços pensados no desejo de mudança continuarão revestidos de interesses dissimulados e induzidos pelas pressões políticas externas.

Como alternativa de aprendizado em tempos globais, duas estratégias são sugeridas como competência de articulação necessária na mediação do desenvolvimento das habilidades e competências: projetos coletivos e redes sociais. A primeira estratégia representa a capacidade de formulação de referências conceituais formais e informais, visando orientar e inspirar o alcance dos objetivos em função de acordos previamente estabelecidos e selecionados. Nesse processo, os significados pessoais e coletivos aos processos de mudança impõem sentido à imaginação, à vontade, aos valores e à identidade cultural local. (TEISSETENC, 1994, p. 40). Já a segunda estratégia pode ser compreendida como formas independentes de coordenação e interações. A marca central da rede é a cooperação baseada em confiança entre atores autônomos e interdependentes. É em função dessa capacidade de agregação que as redes têm um grande potencial para instigar processos de aprendizagem e são defendidas para a implementação de projetos de inovação, nos casos em que os riscos envolvidos apresentarem-se alto demais para cada um dos parceiros, individualmente. (CASTELLS, 1999, p. 15).

Nesse sentido, o fortalecimento das associações com base no paradigma de desenvolvimento local, significa, antes de tudo, a capacidade de ampliação da massa crítica de recursos humanos, domínio de conhecimento e da informação, elementos centrais da competitividade sistêmica. No próximo item serão discutidas as duas últimas condições, as quais envolvem assuntos relativos à qualificação profissional e à educação ambiental.

e) Qualificação profissional e investimento na educação formal do pessoal nas comunidades destino de ecoturismo

A qualificação profissional é um dos indicadores que tem impulsionado as diversas estratégias presentes nos programas, projetos e planos de turismo no Amazonas. Diferentemente do que se pode imaginar, a educação ambiental é pressuposto da atividade ecoturística, o que implica no compromisso de propor estratégias, tendo em vista que o exercício dessa prática pressupõe mão-de-obra qualificada dos envolvidos no segmento do setor.

Os fundamentos das estratégias educativas da atividade em foco não se propõem a avaliar, apenas, a qualificação do profissional em si. Mas, sobretudo, a integrar diversas estratégias no compromisso de envolver planejadores, prestadores de serviços, visitantes, agências de viagens, empreendedores, associações, comunidades, governos, sociedade civil organizada, entre outros, como forma de possibilitar reflexões viabilizadoras no fortalecimento da compreensão de planejamento e gestão integrados e participativos.

Como ficou evidente nas discussões anteriores, o domínio do conhecimento e da informação impulsiona o ser humano rumo à emancipação e a educação ambiental, nesse processo, exerce um papel transformador na medida em que funciona como estratégia de aproximação entre pessoas e natureza. Os recursos e as ações estratégicas utilizados na condução desse processo podem ser entendidos como oportunidades, tanto na geração de emprego e renda, como na projeção de novos profissionais qualificados no mercado.

É praticamente impossível pensar na qualidade da mão-de-obra sem investimento em educação, principalmente com relação à oferta de ensino profissionalizante. Essa constatação ficou evidente nas discussões das equipes participantes do *workshop*. Como se observou neste estudo, o quadro demonstrativo que caracteriza a oferta de ensino nos destinos polos de ecoturismo é precário. Os cursos são descontínuos e oferecidos em Manaus. Esse reflexo tem afetado o desenvolvimento da atividade, principalmente quando se constata que, em algumas secretarias de turismo dos polos destinos, o representante não tem formação e conhecimentos específicos na área de atuação.

[...] Quando se cria a oportunidade de um professor, instrutor no local há troca de informações no *locus*. Essas informações enriquecem tanto o comunitário quanto a pessoa que está trabalhando com aquilo ali. (Informação verbal).³⁸

Neiman e Rabinovici (2008) reconhecem ser um desafio a inserção da educação ambiental na prática do ecoturismo, até porque a atividade tem o papel fundamental de mobilizar e sensibilizar, com muita competência, toda a comunidade, atribuindo papéis a cada membro, valorizando essa nova prática, dando vez e voz àqueles que têm dificuldades

³⁸ Depoimento coletado das equipes participantes do *workshop*, em 21/07/2011.

de participar, mas, que de certa forma, podem muito contribuir com seus pontos de vista no processo de elaboração do projeto.

Assim, a educação pode chegar ao seu topo se houver um grande empenho da sociedade, em uma força conjunta no aprimoramento de conhecimentos da sua realidade identificada nos valores socioculturais, econômicos e ambientais.

Enfim, são essas as condicionantes de futuro confortantes das incertezas críticas relativas ao ecoturismo do Amazonas no horizonte dos próximos 10 anos. Cabe, agora, combinar as incertezas e construir os cenários delas resultantes. A seguir, apresenta-se o quadro síntese da percepção dos atores sociais sobre o objeto de estudo em questão.

4.2.4 Percepção dos atores sociais

A percepção dos atores sociais assume, neste estudo, um papel importante, pois, além de remeter a uma análise profunda da realidade local, projeta um conjunto de ideias fundamentais de apoio às estratégias e ações para o segmento da atividade local. Com relação ao conteúdo da entrevista, pretendeu-se conhecer as percepções dos atores a respeito do ecoturismo no mundo, no Brasil e no Amazonas, nos últimos 10 anos. Mais uma vez, para manter a originalidade do texto oral, os depoimentos não serão alterados para a norma culta.

- Ministério do Meio Ambiente

No mundo:

[...] a consciência do turista está melhorando e há espaço para a expansão do turismo no mundo. Tem que saber se o paraíso paisagístico vai atender à demanda. Há preocupação pela condição da atividade ser direcionada a ambientes conservados. Então, há necessidade de elevar o potencial da biodiversidade. A Amazônia tem uma parte significativa no mercado e há uma tendência desse mercado sim. Desde que razoável e canalize esforços orientados para a formatação desses produtos turísticos e que se resume em planejamento.

Hoje:

Apresenta um fortalecimento em nível estadual. Tem empreendedores em hotel de selva. Tem o potencial da RDS de Mamirauá. Então já possui belas experiências piloto para começar no caminho certo sobre o planejamento competitivo. As orientações estão dadas. Tem que ter o investimento de políticas para acontecer os mercados. O estado que tem todas as condições é o Amazonas. [...] sai na frente por ser um estado institucionalmente instalado.

Futuro:

[...] os grandes segmentos são o turismo de aventura, os esportes náuticos, o aproveitamento das cachoeiras. Ou seja, a invenção do mercado é enorme. O mercado tem potencial para reinventar esses segmentos. As perspectivas são boas. O turismo deve ser entendido como o desenvolvimento econômico.

- Ministério do Turismo

No mundo:

O ecoturismo é referencial no mundo, porque existe destino para isso. Por exemplo: Galápagos e Fernando de Noronha, no Brasil. Existe até porque a biodiversidade é tudo. Mas existe risco quando se criam apenas atividades homogêneas. Então a sugestão é diversificar para outros segmentos. O Amazonas tem destino para se realizar isso. O Amazonas é um referencial mundial.

Hoje:

[...] o ecoturismo está estratificado e é um produto caro. Isso inibe eventuais ecoturistas de procurar o fascínio da Amazônia e fica redundante por ser difundido como um destino sustentável. Alguns problemas visíveis, por exemplo: a questão dos barcos. [...] isso deixa uma imagem negativa. A Amazônia é inacessível para os próprios brasileiros. Mas sem conhecer a região não dá. Os brasileiros devem conhecer a Amazônia, e a pressão maior vem dos países, cuja biodiversidade já foi exterminada.

Futuro:

É preciso que se defina o destino para o Amazonas. A definição da instância de governança é crucial para a realização dessa atividade, como associação, cooperativa, etc. Dentro dessa instância, o poder público vai fazer sua parte. Saber o que quer trabalhar. A tendência é o povo buscar o turismo cultural. Há tendência que alguns destinos sejam consolidados (fora de Manaus) e acredito na existência de maior fluxo com surgimentos de novos segmentos, além do ecoturismo, o turismo social, turismo cultural, turismo de base comunitária. [...] o ideal seria que a Amazônia tivesse mais turismo de intercâmbio.

- ICMBIO

No mundo:

O potencial de ecoturismo é incomparável, até por que temos rios e uma mata preservada. O que falta? Falta estruturar. As distâncias são muito grandes. A gente tem que criar coisas e na Amazônia já está tudo pronto. Mas quando acontece mudança de governo não se avaliam o que é bom.

Hoje:

Em termos de Amazônia, após o PROECOTUR, o estado do Acre foi o que mais correu atrás para desenvolver seu potencial ecoturístico. Nos últimos anos, em termos de políticas públicas, a Amazônia como um todo, deu uma esfriada bastante grande, com exceção do Acre. Na segunda fase do programa, acabou. [...] na segunda fase (PROECOTUR) quando ia acontecer o investimento das obras, aí acontece mudança de governo as pessoas saíram e infelizmente as instituições não estão preparadas. As mudanças políticas são muito drásticas nesse aspecto. Não avaliam as competências e o negócio ficou parado por muito tempo, até a coisa pegar pé de novo... Era o MMA que ia cuidar disso. Em 2005, o PROECOTUR voltou para o Mtur. Durante todo o tempo existiu um consenso que as coisas estariam indo muito bem e que era o MMA que ia cuidar. E de repente tudo parou. Essa descontinuidade é muito ruim e esse processo demora.

Futuro:

O ecoturismo, de qualquer forma, é o segmento que mais preserva o meio ambiente, até porque ele só existe em ambiente preservado. Então eu entendo que o ecoturismo é o grande segmento pra nós. E junto com o

ecoturismo, o turismo de aventura que também não degrada. Para a Amazônia e pro Amazonas, que eu acho que são o cultural, o turismo religioso, o turismo de saúde, que ainda não foi explorado o potencial desses recursos que a Amazônia tem. Por exemplo, o bioproduto.

- PROECOTUR

No mundo:

O Amazonas é o estado que tem os principais empreendimentos do ecoturismo no Brasil. Acho que a Amazônia olhou pouco pra importância do turismo. Mas não conseguiram transformar essa realidade porque faltou empenho geral do estado. Agora, a iniciativa privada investiu e estão indo bem e transformaram o Amazonas em base de referência.

Hoje:

O governo do estado deve pensar atividade para fomentar atividade sustentável para o turismo. Cosméticos, pescado, uma cadeia produtiva rica, mas o turismo ainda é rudimentar. Pra remediar isso tem que ser política de estado. Subsídios, geração de impostos... E é isso que o observatório pode fomentar. A questão dos serviços [...] então o governo pode fomentar uma atividade de turismo sustentável para o Amazonas. Uma cadeia produtiva, que a Amazônia é rica, mas o turismo é rudimentar. Então, pra transformar isso, tem que ter política de peso.

Futuro:

O governo que quiser mudar essa realidade tem que sentar-se à mesa. O grande problema está na carga tributária. Para o futuro, a região deve dar importância às riquezas naturais e culturais. Alternativas de segmento turístico para o Amazonas é potencial da cultura e de eventos. [...] ao longo desse processo do PROECOTUR observou-se que a Amazônia é mais cultura que meio ambiente. A gente percebeu isso em vários levantamentos. A história da ocupação da Amazônia. Deparou-se com sítios arqueológicos. Manaus é o município mais estruturado. Inclusive está perdendo para Belém (PA), que fez seu hangar e está dando mais importância para o turismo.

- Coordenação do Programa de Regionalização do Turismo

No mundo:

O ecoturismo é o segmento que mais cresce no mundo, até porque pela questão da necessidade e importância da atividade turística. Isso tudo desde a Rio-92. Houve, a partir desse evento, uma tomada maior de consciência sobre o meio ambiente.

Hoje:

Ecoturismo hoje passa efetivamente pelo envolvimento das comunidades. Então os visitantes vão para esses destinos por ser singular. O mercado americano fala muito sobre a Amazônia e o Rio de Janeiro. Outra coisa diz respeito também à preocupação do empreendimento assegurar o visitante que se dispõe a pagar por uma infraestrutura mínima. O turista tem que ter uma estrutura boa. Então o trabalho na comunidade deve atentar para o fato dos cuidados mínimos com segurança alimentar. O lugar não precisa ser luxuoso, mas simples. Principalmente em capacitar o morador para ensinar a cultura local ao turista. Tem que ter alguém preocupado para

ensinar sobre a trilha, se ela é sinalizada, etc. No Amazonas ainda não têm produto por não estar apto a responder ainda: onde eu compro? Com quem compro e quanto custa? E ainda que horas funciona? Isso tudo reflete ao pecado de profissionalismo. Esse é um dos grandes problemas. Será que essas questões estão ligadas a colonização?

Futuro:

O poder público e a iniciativa privada têm de trabalhar juntos. Os três poderes (governo, estado e município) têm que sentar e discutir essas questões. Mas um alerta: é preciso ter cuidado para não adentrar em conflitos, pois, em se tratando de turismo, esbarra em vários setores com determinados órgãos. No entanto, a vontade política e compromisso de fazer devem existir. [...] mas sabe-se que existe sempre interesse político. As perspectivas e surgimento de novos segmentos para o Amazonas no futuro são: turismo de pesca, turismo cultura, turismo cultural étnico, turismo de base comunitária - esse é transversal e turismo de eventos.

- EMBRATUR

No mundo:

O ecoturismo é o segmento turístico que proporcionalmente mais cresce no mundo, enquanto o turismo convencional cresce 7,5% ao ano, o ecoturismo está crescendo cerca de 15 a 25% por ano. Para a prática de ecoturismo no Brasil, a Amazônia é o bioma mais procurado, ainda mais por carregar o título de “pulmão” do mundo, devido a sua dimensão. Nos últimos 10 anos, a Amazônia vem atraindo visitantes do mundo todo seja ele turista, pesquisador, observador, praticante de atividades de aventura etc.

Hoje:

O ecoturismo é o principal atrativo dos roteiros do Amazonas. O visitante tem a oportunidade de conhecer, aprender e valorizar a importância da floresta tropical e os habitantes que nela vivem, que são os principais responsáveis pela sua conservação. Além disso, também possui grande diversidade de atividades ecoturísticas como: hotéis de selva, observação de pássaros, pesca esportiva, turismo de aventura, turismo fluvial, turismo de cruzeiros, cultura e gastronomia.

Futuro:

Primeiramente, é necessário deixar claro que é impossível prever como estará o ecoturismo no Amazonas nos próximos anos, porque toda e qualquer ação de preservação/conservação depende do manejo humano e principalmente da conscientização no que tange à importância de conservar o maior “pulmão do mundo”. Cada região possui sua peculiaridade quando falamos de Brasil, cabendo ao governo local tomar medidas que preservem o que hoje é um atrativo turístico de referência mundial que contempla os segmentos de ecoturismo, esportes de natureza, cultura e gastronomia.

- Sistema de Vigilância da Amazônia (SIPAM/SIVAM)

No mundo:

O ecoturismo é uma potencialidade econômica que precisa ser melhor explorada na região.

Hoje:

Está em crescimento, mas precisa evoluir muito.

Futuro:

Se depender dos profissionais de turismo que participaram do *workshop*, o ecoturismo será mais uma fonte de emprego e renda para os moradores da região.

- Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA

No mundo:

Há necessidade de identificar os locais exatos onde o ecoturismo já existe e onde há potencialidade para desenvolvê-lo.

Hoje:

Pouco desenvolvido, pouco compreendido, pouco praticado, pouco incentivado.

Futuro:

Se houver investimentos e incentivos poderá se desenvolver entre 70 a 80% nos próximos 10 anos. No futuro, as sugestões são para os seguintes segmentos turísticos: turismo de aventura, ecoturismo, turismo rural, turismo cultural e o etnoturismo.

- AMAZONASTUR

No mundo:

A nível mundial, a gente tem parâmetro dos grandes produtos. Assim, temos conhecimento das grandes referências, como a Costa Rica. Mais de 30 anos trabalham com isso, muito profissionalmente, principalmente com relação à pesquisa científica. Espanha, França, até o continente africano tem experiências de ecoturismo bem exitosas. Peru, nossos vizinhos, têm experiência em alguns parques nacionais, áreas indígenas e ecoturismo.

Hoje:

Numa perspectiva de dez anos atrás, se pode dizer que no Amazonas até hoje, evidentemente aconteceram alguns avanços, com algumas experiências. Confesso a você que no Amazonas a gente ainda está engatinhando... Eu vejo dessa forma. Por quê? Pela quantidade de turista que a gente recebe nesse segmento. Então os números são importantes no turismo e as estatísticas podem até mensurar dados e projeções futuras. Então, a gente ainda recebe pouca gente em função do grande potencial que nós temos e do grande desafio de transformar nosso potencial em produto. Como eu vejo, o turismo é uma iniciativa da iniciativa privada... Então, se não houver a parceria, se não houver o entendimento de todas as partes, poder público, privado, comunidades, ONGs, a gente vai continuar engatinhando.

Futuro:

Então a projeção pra futuro, a gente está no caminho bom, que a gente tem esse entendimento que a gente precisa trabalhar e arregaçar as mangas. Precisa fazer as parcerias, precisa de pesquisa científica, precisa transformar o potencial em produto senão a gente não vende. Se não tá na prateleira não vende, se não tiver a acessibilidade, transporte, infraestrutura, comunicação [...] enfim, o que a gente sabe para o futuro do turismo? Então não adianta nem sonhar se a gente não tiver o pé no chão e ver até aonde chegamos até agora e a posição futura. Repito, a Copa é um

indicador, é nesse momento que a gente vai saber o que está faltando pra gente decolar no ecoturismo. Então, eu vejo assim, tem que ser realmente em Unidade de Conservação, tem que envolver as comunidades com gestão. Se não tiver esses incrementos e os atrativos reconhecidos pelas comunidades, gestão participativa, não é ecoturismo. Por isso que eu acredito muito no futuro dos segmentos, como: turismo de base comunitária, turismo rural e turismo na agricultura familiar.

- Secretaria do Estado da Cultura (SEC)

No mundo:

Constato que o que ocorreu há dez anos não mudou em nada as questões que sempre ficam ou ficaram sem soluções atualmente. Os programas que foram estabelecidos há dez anos até hoje não têm andamento. Um dos problemas que foco é justamente com relação aos cursos oferecidos no ensino superior para turismo. Essas instituições não preparam e não dão assistência básica para o aluno ingressar profissionalmente na área. Como por exemplo, a intensificação do domínio da língua estrangeira. O que se constata é um razoável domínio teórico, o que leva a maioria dos jovens que apostam no segmento esquivarem-se para outros rumos profissionais. Muitas vezes preferem atuar como cerimonialistas ou outros serviços afins. Na realidade, as políticas públicas do turismo precisam de um plano de longo prazo. O que temos é uma sequenciada interrupção das políticas de turismo na Amazônia. Não tem uma classe patrimonial que assegure essas políticas. Sem falar nos obstáculos que interferem na vinda do turista, como preços altos e a qualidade dos serviços.

Hoje:

Atualmente, o turismo retrocedeu há 10 anos. Antes, pelo menos, havia um convênio com o governo da Suíça para com o setor hoteleiro. Era um apoio que visava preparar o pessoal a falar língua estrangeira. Hoje não temos mais esse apoio. E o aeroporto? Antes tinha dimensão e suporte, hoje tanto o aeroporto como os portos estão estrangulados. Das vantagens que podemos falar são os equipamentos tecnológicos e culturais. Essa é uma promoção positiva. O que se constata é uma mídia favorável em defesa da Amazônia. Existem leis ambientais, políticas de manter a floresta em pé, política de governo altamente festejada e que não se traduz em turismo. As questões urbanas dificultam a promoção do turismo. Existem projetos como o Prosamim e outros que não têm aproveitamento turístico.

Futuro:

Como falei anteriormente, antes havia deficiência, mas havia condições favoráveis. Antes havia a junção do turismo e cultura. O sucesso do setor turístico da Bahia está justamente na articulação desses dois segmentos. Aqui, atualmente, se vende a natureza, mas está longe de realmente falar que existe um turismo na região. Os hotéis, por exemplo, estão em desníveis econômicos. O acesso a esses hotéis são difíceis e caros (Barcelos); em minha opinião, é que com a Copa do mundo esse quadro possa ser revertido... Até porque no momento não há profissionais competentes para atender à demanda no estado. Penso que até lá vão investir em profissionais para atender à demanda. Agora, o que falta mesmo, é uma política de *marketing* turístico.

- SEBRAE

No mundo:

Vejo que há certa estagnação nesta atividade nos últimos anos, tendo em vista ser algo muito “conceitual”, sua formatação. Enquanto produto turístico é difícil e os destinos realmente ecoturísticos são raros e caros. O Amazonas não foge à regra, em que pese o fato de ter sido eleito há anos como estado referência para o ecoturismo, até hoje não se conseguiu implantar, de fato, esta atividade. Afirmando isso, devido ao fato de que hoje as atividades ditas de natureza são sempre acompanhadas por esporte de aventura e se têm mesclado muito estes dois segmentos para se conseguir vender o ecoturismo.

Hoje:

Infelizmente, ecoturismo como produto definido, não temos! Acrescente-se a isso o fato de vendermos um produto ecologicamente correto e não termos em nossas cidades nenhum tipo de ação voltada à proteção dos recursos naturais. Como podemos vender um destino verde tendo nossos igarapés todos poluídos? Sem termos reciclagem de materiais? Sem coleta seletiva de lixo? Isto, fora diversas outras ações que poderiam ser feitas... É propaganda enganosa!

Futuro:

Temos uma grande chance de nos tornarmos um produto turístico referência no mundo, porém temos de resolver diversos problemas estruturais e culturais para isso. Vejo com bons olhos a junção do turismo de aventura com o ecoturismo, desde que um não ultrapasse os limites do outro. Temos de apostar em algum diferencial nosso, tendo em vista que a Amazônia não existe apenas em nosso estado e todos acabam por serem concorrentes entre si. Fora as questões conceituais, a atividade de pesca esportiva em sua essência é ecoturística e aí sim, temos um diferencial enorme em nossa região. Quanto às providências necessárias para que se projete o turismo e o ecoturismo como uma das alternativas de estratégia de desenvolvimento para o estado do Amazonas, deve-se pensar primeiro. Temos de organizar o mercado turístico local.

- Empreendedores na área de turismo

No mundo:

É porque a floresta amazônica é quem capta o carbono e sem ela esse carbono se acumularia e terminaria por acabar com o ser humano na face da terra. Na universidade George Washington, nos EUA, há quatro anos reuniu-se uma comissão de 10 professores pra fazer uma pesquisa: qual a melhor forma de se preservar o meio ambiente e suas florestas, principalmente da floresta amazônica? E concluíram que a melhor forma de preservar a custo mais baixo possível, principalmente gerando emprego, gerando rentabilidade, gerando impostos fazendo circular as riquezas e preservar a floresta seria através de empreendimento turístico.

Hoje:

Há 28 anos que trabalho no Hotel de Selva Ariáú Tower e ele possui mais de 300 apartamentos. Esse hotel já trouxe mais de um milhão de turistas para o Amazonas nos últimos 28 anos. Ao longo desse tempo, tivemos sorte porque todos os nossos políticos e tantas outras pessoas nos ajudaram muito.

Futuro:

Há três décadas o ecoturismo era zero. Há 20 anos o ecoturismo já tinha tomado certo impulso com a criação do Hotel Ariaú. Há 10 anos o Ariaú já recebia bastantes turistas internacionais. Hoje, quase 30 anos depois, só nos falta uma coisa: liberar os vistos dos americanos, canadenses e japoneses. E aí, com certeza, o turismo terá um desenvolvimento bastante grande e gerará bastante emprego para o bem do nosso povo.

- Centro Tecnológico do Amazonas (CETAM)

No mundo:

O potencial existente é grande, porém só recentemente começou o trabalho para formatá-lo em produto turístico. Acho que estamos caminhando.

Hoje:

O ecoturismo só é real quando as comunidades e a natureza são respeitadas. Muitas das atividades existentes usam o “ecoturismo”, mas, na realidade, não são.

Futuro:

As academias, as comunidades e alguns empresários estão se articulando, isso é bom e com certeza trará bons frutos. O poder público também poderia aderir e fortificar essa ideia.

- UEA

No mundo:

O berço do ecoturismo é a Costa Rica, que é minúsculo, mas conseguiram fazer em todos os espaços a exploração do ecoturismo. Em Belize e vários outros lugares no mundo. No Brasil, temos exemplos interessantes, como o Parque Nacional do Iguaçu, Bonito em Mato Grosso. No Amazonas nós usamos a chancela de ecoturismo, mas não temos ecoturismo. Temos vocação para o turismo de natureza. Nos hotéis de selva, por exemplo, se verifica a cama feita com material local, mas os lençóis de cetim, plantas feitas com plástico. Para o turista que vem ao Amazonas, isso é contraditório. Aquele turista que tem o foco mais voltado para o ecoturismo quer usufruir da natureza, ele quer ter um lugar limpo, com segurança pra vivenciar a natureza. E o nosso povo ainda não percebeu isso.

Hoje:

Tivemos pessoas na área de turismo que não sabem o que é realmente turismo. A maioria dos nossos dirigentes usa e faz do órgão de turismo uma catapulta de autopromoção para conhecer o mundo inteiro. Não adianta vender o meu destino se ele não está preparado para atender ao turista. Você sabe que temos um atendimento de péssima qualidade. Você entra numa loja e, caso esteja trajando roupas que não chamem atenção, você é destratada, não dão importância. O turista quer ser bem recebido. E a qualidade do nosso serviço é péssima. Então temos que ter muita capacitação. O órgão tem essa percepção, mas não dá atenção. A EMANTUR tinha uma cartilha de turismo dizendo o que era turismo etc. Proposta de levar para as escolas. Por exemplo, educação ambiental não existe. Só existe apropriação do conceito. [...] eles, tocado pela sensibilidade, acham que o turismo na região não é de massa. O impacto deve ser positivo. Mas em Parintins é de massa, o índice de prostituição e Coari com HIV.

Futuro:

Acredita no segmento do ecoturismo para o futuro como o turismo de base comunitária. [...] o que falta é entendermos o que é isso. As mudanças que ocorrem nos órgãos acarretam atraso. Por exemplo, a EMANTUR é extinta. Muito conhecida, e de repente um dirigente acha que não é importante e junta com a cultura. Se for analisar criticamente a atuação do turismo no Amazonas, percebe-se que os dirigentes dos órgãos de cultura são muito mais pelo turismo. [...] vende muito mais o Amazonas que o próprio turismo. Estamos desfalcados sobre o que é turismo.

A partir de uma avaliação geral sobre a percepção dos atores sociais envolvidos direta e indiretamente no objeto de estudo, ficou sinalizado que, para acontecer o desenvolvimento da atividade ecoturística no estado do Amazonas, depende de vontade política. Há a percepção recorrente entre os entrevistados de que o ecoturismo é uma atividade de referência no mundo e de que a consciência do turista tem melhorado com relação à conservação do meio ambiente. A Amazônia tem uma parcela significativa do mercado e há uma tendência de crescimento dessa atividade na região. Apontam o estado do Amazonas como referência em experiências piloto na atividade e como tendo potencial para estruturar seus produtos ecoturísticos. No entanto, apontam alguns gargalos que precisam ser reavaliados, como: carga tributária, maior estímulo da participação das comunidades nos projetos ecoturísticos, infraestrutura de serviços turísticos, articulação entre os governos das esferas (federal, estadual, municipal), iniciativa privada e sociedade civil organizada.

Com relação à percepção das comunidades pertencentes aos polos destinos foi priorizada uma pesquisa realizada no município de Iranduba. O objetivo do estudo foi o de conhecer a realidade das comunidades e ouvir as opiniões dos comunitários que habitam o entorno dos hotéis de selva. O resultado da pesquisa serviu como apoio de análise sobre a sustentabilidade dos cenários de referência proposto ao ecoturismo do estado. Enfim, as opiniões dos atores sociais compartilham aspectos positivos e negativos que podem contribuir com o desenvolvimento do local.

4.3 INCERTEZAS CRÍTICAS

Para a seleção das incertezas críticas, ou seja, das condicionantes de mais alta incerteza e maior poder de influência do futuro do ecoturismo do Amazonas, utilizou-se a Matriz Intensidade-Impacto-Incerteza, a qual expressa a percepção que se tem da intensidade visível do processo no momento atual, do impacto que o mesmo tende a ter e, finalmente, do grau de incerteza que se tem com relação à evolução no futuro.

Enquanto Alvarenga e Carvalho (2004) consideram as ICs como a matéria-prima de qualquer método de cenário na medida em que, sendo elementos que podem evoluir no

futuro de forma variada, permitem a exploração de futuros alternativos, Nascimento (2008) complementa ser este também um momento de confronto, de defesa de interesses e de concessão. As seguintes ICs (Tabela 11) são evidenciadas pelos atores sociais, ocorridas na etapa III da análise estrutural (AE-3).

Tabela 11 - Matriz intensidade-impacto-incertezas críticas do futuro do ecoturismo no Amazonas

Ordem	Incertezas Críticas	Impacto (min=1;máx=5)	Incerteza (min=1;máx=5)	Total
1	Mudança climática	5	3	15
2	Demanda internacional	5	4	20
3	Demanda nacional e regional	5	4	20
4	Infraestrutura impactante	5	2	10
5	Qualidade dos serviços	5	5	25
6	Concorrência	5	4	20
7	Políticas públicas consistentes	5	4	20
8	Iniciativas empreendedoras locais	5	3	15
9	Participação das comunidades	5	4	20

Fonte: elaborada pela autora, 2012.

A descrição dos indicadores empíricos sinalizados traduz-se nas variáveis de cenarização do futuro do ecoturismo no Amazonas e encontra-se assim justificada:

- a) Mudança climática: vertente do aquecimento;
- b) Demanda internacional: porque o predomínio do fluxo para o Amazonas é internacional. A dinâmica econômica dessa demanda fortalece grupos mais consumidores de turismo e da atratividade cultural deste tipo de turismo (ecoturismo);
- c) Demanda nacional e regional: é função dos mesmos fatores que o anterior;
- d) Infraestrutura impactante da atividade econômica: acessibilidade (aeroportos, portos, hidrovias e rodovias), saneamento, rede hoteleira e de restauração;
- e) Qualidade dos serviços ofertados: profissionais qualificados (inclusive na *expertise* linguística), produtos definidos, serviços de qualidade (hotéis, restaurantes, artesanato, guias, operadoras, receptivos e roteiros integrados);
- f) Concorrência: surgimento e expansão de polos de ecoturismo em outros estados da Amazônia;
- g) Políticas públicas federais e estaduais: com impactos significativos, como facilidade de crédito, incremento do sistema de qualificação, investimentos

públicos na acessibilidade e no *marketing* e disponibilidade de recursos para gestão das UCs (parques);

- h) Empreendedorismo local: sinergia na ação dos poderes locais e dos empresários, inclusive na definição e divulgação de seus destinos e produtos; e
- i) Participação da comunidade: predisposição e valorização da população local na atividade turística, envolvimento no acolhimento do turista e possibilidade da participação indígena.

4.4 APRESENTAÇÃO DOS CENÁRIOS: MATRIZ MORFOLÓGICA

A proposta para desenhar cenários para o ecoturismo no Amazonas ocorreu por meio da Técnica de Investigação Morfológica, a partir da interpretação e combinação dos desdobramentos mundiais e nacionais e dos processos locais de maturação, mediados também por atores sociais e suas propostas para a região. A partir desse tratamento técnico e das hipóteses definidas para as incertezas críticas centrais, foram escolhidos, sob a ótica do horizonte temporal de 2012 a 2022, três cenários para o Amazonas, cujas linhas mestras são explicitadas conforme as matrizes abaixo (Figuras 10, 11 e 12):

Figura 10 - Matriz de Investigação Morfológica - Cenário A: otimistas racionais

Incertezas Críticas	Hipótese 1	Hipótese 2	Hipótese 3
1.Mudanças Climáticas	Forte Aquecimento	Médio Aquecimento	Fraco aquecimento
2.Demanda Internacional	Crescente	Decrescente	Média e estável
3.Demanda Nacional e Regional	Crescente	Decrescente	Estável
4.Infraestrutura impactante	Melhorias constantes	Melhorias eventuais	Poucas Melhorias
5. Qualidade dos serviços	Bom	Médio	Fraco
6. Concorrência	Forte	Média	Fraca
7. Políticas Públicas	Fortemente impactantes	Medianamente impactantes	Fracamente impactantes
8. Iniciativas empreendedoras locais	Múltiplas e crescentes	Médias e crescentes	Fraca
9. Participação das comunidades	Fortemente Ascendente	Ascendente	Estável

Fonte: Elaborado pela autora, 2012.

Cenário A: otimistas racionais

“Otimistas Racionais” remete a uma conotação metafórica dúbia. De um lado, o otimismo identificado em um denso conjunto de variáveis, cujo comportamento gera expectativa de ações desenvolvidas com tendências medianas e positivas. De outro, a racionalidade refletida em um cenário, preocupado com os riscos advindos das pressões das mudanças climáticas que podem acometer a região amazônica no horizonte 2013-2022. Assim, o cenário “Otimistas Racionais” caracteriza o desenvolvimento do ecoturismo análogo a uma “marcha lenta”, caso não haja empenho do estado por ações inovadoras nesse segmento.

Figura 11 - Matriz de Investigação Morfológica - Cenário B: O canto do Uirapuru

Incertezas Críticas	Hipótese 1	Hipótese 2	Hipótese 3
1.Mudanças Climáticas	Forte Aquecimento	Médio Aquecimento	Fraco aquecimento
2.Demanda Internacional	Crescente	Decrescente	Estável
3.Demanda Nacional e Regional	Crescente	Decrescente	Estável
4.Infraestrutura impactante	Melhoras constantes	Melhorias eventuais	Poucas Melhorias
5. Qualidade dos serviços	Bom	Médio	Fraco
6. Concorrência	Forte	Média	Fraca
7. Políticas Públicas	Fortemente impactantes	Medianamente impactantes	Fracamente impactantes
8. Iniciativas empreendedoras locais	Múltiplas e crescentes	Médias e crescentes	Fraca
9. Participação das comunidades	Fortemente Ascendente	Ascendente	Estável

Fonte: Elaborado pela autora, 2012.

Cenário B: O Canto do Uirapuru

O Uirapuru é um pássaro de rara beleza. No folclore do norte do Brasil, ele é conhecido por ter um dos mais belos cantos entre as aves, fazendo com que todos os outros pássaros parem de cantar para ouvi-lo. Como resultado do amplo processo de consultas realizadas junto a atores sociais relevantes, consolidaram-se variáveis que representam rompimentos positivos em relação às tendências atuais. São as passagens (*breakthroughs*) que ensejam círculos virtuosos capazes de alavancar o crescimento do ecoturismo no estado. “O canto do Uirapuru”, metaforicamente, remete à conotação de fortalecer o desenvolvimento do ecoturismo no Amazonas, com substantivas possibilidades de ser reconhecido como destino único capaz de saber valer as questões da sustentabilidade. Seu canto representa a busca de objetivos ambiciosos e o aproveitamento das oportunidades.

Figura 12 - Matriz de Investigação Morfológica - Cenário C: Ajuricaba³⁹

Incertezas Críticas	Hipótese 1	Hipótese 2	Hipótese 3
1. Mudanças Climáticas	Forte Aquecimento	Médio Aquecimento	Fraco Aquecimento
2. Demanda Internacional	Crescente	Decrescente	Estável
3. Demanda Nacional e Regional	Crescente	Decrescente	Estável
4. Infraestrutura impactante	Melhorias constantes	Melhorias eventuais	Poucas Melhorias
5. Qualidade dos serviços	Bom	Médio	Fraco
6. Concorrência	Forte	Média	Fraca
7. Políticas Públicas	Fortemente impactantes	Medianamente impactantes	Fracamente impactantes
8. Iniciativas empreendedoras locais	Múltiplas e crescentes	Médias e crescentes	Estáveis
9. Participação das comunidades	Fortemente Ascendente	Ascendente	Estável

Fonte: Elaborado pela autora, 2012.

³⁹ O indígena guerreiro Ajuricaba foi líder dos Manaós, uma tribo indígena que habitava a região entre a cidade de Manaus, capital do Amazonas, e Manacapuru, município do outro lado do rio Negro. Quando chegaram os invasores portugueses, chamados de colonizadores, encontraram, nesta terra, essa tribo que se identificava como Manaós, que, em sua língua, significava “Mãe de Deus”, que deu origem ao nome atual da cidade de Manaus. Ajuricaba conseguiu congrega diversas tribos locais e passou a combater o domínio dos portugueses sobre o seu povo, organizando um sistema de combate nos rios e lagos, dificultando, com isso, o deslocamento das tropas portuguesas. (PONTES-FILHO, 2000, p. 44).

Cenário C: Ajuricaba

“Ajuricaba” - nome designado a um guerreiro indígena pertencente ao povo dos Manaós. Este nome deu origem à atual capital do Amazonas/Manaus. Como resultado do amplo processo de consultas realizadas junto aos atores relevantes, consolidaram-se variáveis que representam involuções. Revertem-se tendências medianamente positivas e aprofundam-se tendências negativas, ensejando círculos viciosos que entram o desenvolvimento da atividade.

4.5 OS CENÁRIOS

Cenário A: “Otimistas Racionais”

Mudanças climáticas

Demanda internacional

Demandas nacional e regional

Infraestrutura impactante

Qualidade dos serviços

Concorrência

Políticas públicas

Iniciativas empreendedoras locais

Participação da comunidade

Em uma visão para 2022, este cenário vislumbra forte aquecimento global, a ponto de projetar incertezas ou grandes mudanças a partir da multiplicação de iniciativas de uso sustentável da floresta. Nascimento e Andrade (2011), por entenderem que as razões desse fenômeno podem decorrer tanto de causas naturais, como de ações antrópicas⁴⁰, os autores analisam que, independente de quantos graus a temperatura média mundial atinja nos próximos 50 anos (de 2º a 4º C), o que está em foco são os impactos decorrentes desse processo, como, por exemplo: o descongelamento das placas polares, com elevação do nível do mar e desaparecimento de algumas cidades costeiras e ilhas, queda na produtividade agrícola, sobretudo nas regiões equatoriais, crescimento extraordinário dos fluxos migratórios, com expectativa em torno de 200 milhões de habitantes nos próximos

⁴⁰ Nascimento & Andrade (2011), embasados no quarto relatório *International Panel for Climate Change - IPCC*, 2007, discutem sobre as controvérsias existentes na comunidade científica sobre as causas do aquecimento global. Enquanto, para a maioria, o aquecimento global ocorre por razões gradativas, para outros, as mudanças climáticas serão repentinas e bruscas, podendo ocorrer em poucos anos. Justifica-se, nesse caso, o risco em forma de cadeia, com incidência maior na quantidade de CO² de origem antrópica na atmosfera, seguido pelo derretimento das geleiras e a conseqüente redução da reflexividade dos polos, liberação de metano contido na Sibéria (*permafrost*) e redução drástica dos sumidouros de carbono nos oceanos e nas florestas, particularmente na Amazônia. (NASCIMENTO; ANDRADE, 2011, p. 26).

anos, aumento da escassez de recursos hídricos em várias regiões, agravamento e expansão de conflitos socioambientais, com riscos de guerra e convulsões sociais e aumento da frequência de eventos críticos como inundações, furacões e secas.

Nessa perspectiva, os autores chamam a atenção de que os cenários mundiais possíveis surgidos a partir da conjugação de variáveis, como dinâmica econômica, expansão da demanda de consumo, aquecimento global e degradação ambiental, devem preocupar-se em responder, de imediato, a duas condições diferentes de questionamentos, a saber: a) a sociedade humana será ou não capaz de controlar o processo das mudanças climáticas?; b) conseguirá ou não ter uma economia apta a atender as demandas crescentes dos novos consumidores e, ao mesmo tempo, mitigar a ação antrópica atual?

Na análise das Nações Unidas (*World Population Prospects: The 2008 Revision*), em 2022 a população humana estará próxima de oito bilhões de habitantes, com tendência para a estabilização em torno de nove bilhões em 2050, com forte destaque ao crescimento nas regiões em desenvolvimento. Em assim sendo, os impactos ambientais serão agravados nos próximos 20 anos, não apenas por esse aumento populacional, mas, principalmente, pelo acesso ao mercado de um segmento populacional significativo, da ordem de 120 milhões por ano. “É a explosão da classe C mundial”. (NASCIMENTO; ANDRADE, 2011, p. 205).

Sob esta condição climática, a floresta amazônica, tal como se conhece hoje, estará sujeita a transformações que a tornarão mais seca, quente e susceptível ao fogo. Se a estiagem for muito prolongada, como acontece durante o evento climático conhecido por *El Niño*, o solo profundo também ficará seco, impedindo que as raízes abasteçam-se de água.

Neste cenário, as projeções feitas com base nos estudos de Marengo et al. (2007) para o futuro da Amazônia, cuja variação das taxas de aquecimento segue o parâmetro base do modelo HAdCM3 (do Hadley Centre), chegando a 4º C em 2022. Esse quadro reflete a preocupação com experiências passadas, no ano de 2005, época em que foi registrada a mais drástica seca na Amazônia. Em paralelo às ideias presentes nos estudos de Nepstad et al. (2009), consegue-se visualizar cenas rápidas das consequências experimentadas pela região. É importante que se conheçam as causas e os efeitos sobre os desenvolvimentos potenciais influenciadores que concorreram para a redução das taxas de desmatamento. (NEPSTAD, 2009 apud MARENGO et al., 2008).

- Entre o período de 2002 a 2004, as taxas de desmatamento aumentaram acentuadamente, especialmente no sudeste amazônico. Em 2005, embora se verifique redução nessa taxa, 40 mil km² foram convertidos em plantação e pasto

para gado ou árvores seletivamente cortadas, gerando de 5 a 6% de emissões globais de carbono antropogênico (NEPSTAD et al., 2009);

- Em 2005, a Bacia Amazônica sofreu a seca mais drástica em um século. As principais consequências registradas nesse período foram as seguintes: isolamento de comunidades ribeirinhas, as quais dependem de transporte fluvial dos centros urbanos e serviços básicos, morte de peixes, contaminação de fontes de água potável, perda dos roçados, ocorrência de incêndios, acentuada incidência de problemas respiratórios com registro de mortes de crianças de famílias pobres, frotas de barcos de pesca comercial começaram a extrair pescado da maior fonte de água doce do mundo a níveis insustentáveis, hidrelétricas interromperam a migração de peixes em alguns dos grandes afluentes do rio Amazonas e várias outras hidrelétricas foram planejadas. Fazendas industriais recentemente estabelecidas no sudeste amazônico liberaram toxinas agrícolas nas nascentes dos rios Araguaia, Xingu e Madeira, com consequências desconhecidas (NEPSTAD et al., 2009).

Problemas relacionados ao uso ilimitado de químicos que há mais de 30 anos vêm sendo misturados ao mercúrio utilizado na prática da mineração soam como alerta para a população. Sem limite, tais substâncias contaminam não somente os tecidos de peixes carnívoros, como também do próprio homem. Ainda se consegue verificar nesses estudos, hipóteses de a intensificação da seca ser consequência do declínio na evapotranspiração da estação seca pela substituição de um quinto da floresta por pasto. (NEPSTAD *et al.*, 2009).

No que diz respeito a grupos indígenas, embora se observe mobilização em defesa de suas fronteiras contra incursões por parte de fazendeiros e madeireiros, a deliberação desses grupos prejudicou essa população por incidência da seca, queimadas e a falta de serviços básicos. (NEPSTAD et al., 2009).

A demanda internacional neste cenário constitui-se vislumbrada no reflexo da imprevisibilidade com tendência ao decréscimo. Até o final de 2022, os principais países emissores de turistas da Europa, ainda se encontrarão sob o efeito da crise econômica mundial, que afeta a renda dessa população. No entanto, países como China, Japão e Coreia, na Ásia, Estados Unidos e México, na América do Norte e Brasil, Argentina e Chile, na América do Sul, vêm contribuindo fortemente para a dinâmica econômica desse mercado no mundo. Todavia, observa-se que as discussões sobre os efeitos da alteração climática vêm afetando o desenvolvimento das férias de longa distância em todo o mundo.

Neste cenário, as projeções das demandas nacionais e regionais, embora apontem uma tendência ao decréscimo influenciado pelos riscos da instabilidade econômica

mundial e pelas incertezas advindas de mudanças climáticas, são de que o fluxo nacional continue a aumentar. Isso se justifica pela forte influência da estabilidade econômica no Brasil. Nesse contexto, o turismo interno torna-se mais promissor, estando as viagens de turismo associadas a mais um item de consumo e não ao entretenimento eventual.

Apesar do poder de influência, que continua a promover a marca Amazônia, sua participação de fluxo turístico ainda encontra-se em níveis abaixo da média, se comparado ao desenvolvimento do turismo em nível nacional.

Se, de um lado, a expansão do ecoturismo neste cenário encontra-se atrelada à imprevisibilidade das condições climáticas na região, de outro, ocorrem melhorias eventuais motivadas, principalmente, pela intensificação dos investimentos estruturadores advindos do projeto Copa do Mundo 2014. Embora essas mudanças ocasionem uma intensificação de fluxo doméstico preferencialmente nas rotas turísticas de Presidente Figueiredo, Novo Airão e Iranduba, a qualidade da rede logística fica limitada apenas a Novo Airão, em decorrência do surgimento de novos empreendimentos de pequeno e médio portes. Em contrapartida, os investimentos realizados em Anavilhanas sinalizam novo impulso de desenvolvimento turístico com oferta de emprego e renda para a população local. Se em 2012 o número de turistas a Anavilhanas atingiu a marca de 24 mil anualmente, em 2014 esse fluxo ultrapassa 30 mil visitantes anuais. A promoção e os investimentos dependem dos operadores turísticos internacionais, dos hotéis e dos fornecedores.

Apesar dos incentivos dos cursos técnicos de capacitação para o setor serem pouco significativos, esta combinação de fatores tende a servir de parâmetro diante do padrão de qualidade dos serviços que determinam o diferencial da forte concorrência com outros destinos ecoturísticos nacionais e regionais.

Ainda existe pouca concorrência ecoturística no âmbito estadual e regional, em função de alguns fatores, como o pouco incentivo, por parte dos governos estadual e municipal, no que diz respeito à isenção de impostos nos combustíveis, incentivos fiscais para empreendedores no setor e estímulo à concorrência de empresas aéreas para o estado, como forma de baratear o custo das passagens. Nota-se que, depois de uma década, persistem os debates sobre as alternativas inovadoras na adoção de transporte fluvial seguro com maior qualidade e custo acessível, tanto para os turistas como para a população amazonense. Para melhor compreensão, os empresários do ramo encontram pouco estímulo dos governos federal, estadual e municipal, com relação à isenção de impostos.

Ao longo do horizonte, as políticas públicas voltadas para o segmento do ecoturismo continuam medianamente impactantes em consequência da ineficiência da gestão pública. A dificuldade de articulação entre os agentes públicos e privados voltados para a esfera municipal, estadual e federal afeta negativamente a prática de iniciativas, visando explorar

oportunidades e reduzir riscos relacionados ao desenvolvimento socioeconômico e ambiental nos destinos com potencial de exploração dessa atividade.

Embora haja reconhecimento do potencial dos projetos ecoturísticos direcionados para o estado, no geral, esses projetos não são eficazes na medida em que as instituições responsáveis por sua operacionalização continuam frágeis e sem capacidade técnica e gerencial para a amplitude dos problemas da região. Esses projetos continuam sendo orientados, particularmente, para medidas compensatórias e concentram seus recursos no alívio da pobreza, desvirtuando o enfrentamento das causas estruturais, como por exemplo, desigualdade social, baixo nível de escolaridade e limitada capacitação para o trabalho. De qualquer forma, melhoram lentamente os indicadores sociais do povo amazonense.

As iniciativas empreendedoras locais mostram um desempenho múltiplo e crescente. Estes avanços, ainda modestos, mas promissores, proporcionam uma melhor distribuição de renda e agregam valor aos produtos ecoturísticos locais estimulados pelo apelo da comunidade científica, das organizações sociais civis e das redes sociais. Somam-se a isso as novas medidas da legislação ambiental, as quais se apresentam com forte influência para sensibilizar a redução do desmatamento na Amazônia. Fica evidenciado, assim, que o estado continua sendo alvo de doações de bancos e empresas internacionais que aparecem como importantes protagonistas no processo de institucionalização das políticas ambientais no país. As oportunidades direcionadas às comunidades destino dos polos de ecoturismo conduzem a um novo desenho de participação e ganham respeitabilidade em escala ascendente.

Enfim, se de um lado o efeito do conjunto desses fatores consegue impactar positivamente a comunidade local por meio dos investimentos na infraestrutura turística gerando oportunidades de emprego e renda, principalmente pós-inauguração da ponte Rio Negro, de outro, consegue-se avaliar os impactos negativos ocasionados pelo interesse na região por ocupantes privados e públicos e, por consequência, o interesse dos incorporadores imobiliários com superfaturamento dos terrenos, principalmente no município de Iranduba.

Em 2022, este município abrigará a maior população do interior do estado, passando de 40.735 habitantes, registrados em 2010 (Censo IBGE, 2010), para 200 mil habitantes. O mercado de imóveis continuará inflacionado. O índice de violência nas cidades de Manacapuru, Iranduba e Novo Airão aumentarão. A Cidade Universitária do Estado do Amazonas (UEA)⁴¹, prevista para ser inaugurada em 2014, conseguirá estimular novos

⁴¹ Prevista para ser instalada em Iranduba até 2014 e orçada em R\$ 300 milhões, a Cidade Universitária, que abrigará todos os *campi* da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), deve impactar diretamente 400 pessoas distribuídas em 131 famílias, com área de 13 milhões de m².

empreendimentos na região, por meio da implementação do sistema que contemplou seu projeto com adoção de diversas matrizes energéticas, como a solar, o biodiesel, além da convencional. Com destaque para a coleta dos afluentes sanitários que, por meio do processo de biogestão, produz biogás e energia limpa.

Já os estudos vislumbrados no projeto e direcionados ao ordenamento da ocupação da margem direita do rio Negro, com reserva de áreas para a exploração da atividade industrial, residências, condomínios de luxo e parque ambiental, ao final desse período, ainda encontram-se no papel e constituem as incertezas sobre os impactos que podem acometer o patrimônio natural e histórico dos sítios arqueológicos da região e, principalmente, do destino das 400 pessoas distribuídas em 131 famílias impactadas diretamente em função do empreendimento da cidade universitária.

Cenário B: O Canto do Uirapuru

Mudanças climáticas

Demanda internacional

Demandas nacional e regional

Infraestrutura impactante

Qualidade dos serviços

Concorrência

Políticas públicas

Iniciativas empreendedoras locais

Participação da comunidade

Este é um cenário que demonstra otimismo de grandeza para o desenvolvimento do ecoturismo voltado à promoção da sustentabilidade. As mudanças climáticas apresentam fraco aquecimento. Para o futuro (2013 a 2022), os estudos que adotam as possibilidades de as políticas de alteração do clima induzirem a uma maior mudança tecnológica, asseguram novas posturas. Há um maior engajamento internacional no controle de emissões e por intensificação cíclica da fiscalização e das ações repressivas como respostas às crises ambientais. As atitudes sugerem baixas emissões de aquecimento, da ordem de 3° C, com base no modelo *Geophysical Fluid Dynamics Laboratory (GFDL)*, EUA. (MARENGO et al., 2007, p. 55).

No Brasil, o mercado de carbono florestal, regulamentado no contexto de uma estrutura inovadora, consegue fortes aliados internacionais interessados na diminuição desse gás e começam a comprar *offsets* dos programas de Redução de Emissões Provenientes de Desmatamento e Degradação (REDD) dos estados da Amazônia. Após adquirir confiabilidade junto às Nações Unidas, foi renovado financiamento junto ao REDD cujo valor liberado em 2009 e 2010 atingiu US\$ 1,5 bilhão. A Amazônia atraiu vários tipos de

compradores por meio de companhias reguladas no Brasil, China, Austrália e Canadá, e varejistas compradores de *commodities*. Todo esse conjunto de fatores proporcionou o desenvolvimento de um programa que abrange toda a Bacia Amazônica, com alinhamento de políticas públicas, investimento em infraestrutura, sistemas de aplicação da lei e estruturas institucionais em torno do fluxo de receitas de carbono que dependem de reduções sustentadas de suas emissões por desmatamento e degradação florestal. Estimulados, os agricultores que mantiveram ou replantaram florestas em suas terras receberam um valor maior por seus produtos agrícolas, por meio de programas de REDD em nível estadual. (NEPSTAD et al., 2009, p. 38).

Após cinco anos de incentivo às políticas de desmatamento, o desmate de florestas primárias praticamente acabou e 80% da floresta original permanece em pé. Embora em 2012 o pico do desmatamento na Amazônia Legal tenha registrado a marca de 533 km², um aumento de 220% em relação a agosto de 2011, houve mais um posicionamento do governo com nova criação de decreto e com medidas de fiscalização de caráter permanente e ostensivo. Essa nova estratégia, denominada Força Nacional da Segurança Ambiental, vem empenhando-se com ações de inteligência na região com pessoal experiente na área militar, coordenadas por entidades federais, dois ministérios e o exército. A atuação realizada no âmbito do novo Proteger Ambiental assemelha-se às estruturas do programa da defesa na Amazônia para ações de proteção ambiental. Esta estratégia vem mantendo-se apenas pela demanda das altas taxas cobradas pelas autuações ambientais ilegais.

Ao longo desse intervalo, observa-se que a combinação dos avanços tecnológicos com os investimentos do governo no monitoramento e a execução do desmatamento têm criado poderosos mecanismos para a não exploração irracional em áreas florestais, complementados pela voluntária iniciativa da indústria. O resultado desses esforços, mesmo sendo a longo prazo, já começa a fluir por meio do projeto implementado pela Companhia Villa Smart. Essa iniciativa surgiu em parceria com a Fundação Amazonas Sustentável (FAS, 2008-2009), o governo do Amazonas, a Eletrobrás e o SENAI/AM. O projeto volta-se para o beneficiamento de energia elétrica por 24 horas diárias, por meio de energia solar, às populações ribeirinhas localizadas na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Rio Negro/AM. O empreendimento faz parte do projeto *Business, Innovation and People at the Base of Pyramid (BipBop)*, não precisou de licenciamento ambiental e reduz a queima de combustíveis fósseis.

Com o desmatamento sob controle, o reconhecimento e a compensação da manutenção da floresta criaram uma nova classe de agricultores e pecuaristas a qual formou um poderoso bloco político. O grupo organizou dezenas de brigadas de incêndio e equipou aviões de fumigação no combate ao incêndio, que é uma ameaça natural para

pastos, plantações e florestas. Esforços serão necessários para modernizar o setor de pecuária e criar fortes incentivos de novas políticas que promovam a eficiência na utilização de terras degradadas.

Nessas condições, o Amazonas torna-se referência na regeneração da floresta e de plantações, com experiências em várias margens degradadas, reduzindo o risco de inibição da precipitação provocada pelo desmatamento e diminuição dos efeitos negativos das secas periódicas.

As bases para os novos desdobramentos da região são decorrentes, principalmente, da construção de um sistema amparado nos seguintes fatores: regulação da economia mundial, reestruturação do estado e da economia brasileira, desenvolvimento regional e consolidação dos mecanismos de gestão ambiental. Esses fatores acabam por promover uma nova base para o futuro da Amazônia criando condições para a ocorrência de um círculo virtuoso de crescimento econômico, avanços tecnológicos e, principalmente, mudança na estrutura produtiva na região.

Nessa perspectiva e passados oito anos seguidos de crescimento econômico, iniciativas de indústrias com base em árvores, fornecem trabalho com participação nos lucros e contratos negociados com empreendedores do ramo do ecoturismo. Estes incentivos positivos para o manejo da floresta agiram sinergicamente com companhias madeireiras para criar centros de produtos florestais que integram o manejo florestal natural regional com plantações. Houve, inclusive, plantio nas áreas de terras desmatadas de óleo de palma (*Elaeis spp.*), *Eucalyptus*, fornecendo carvão para a fundição de ferro-gusa no leste, borracha (*Hevea brasiliensis*) e paricá (*Schizolobium amazonicum*) para compensado e outras espécies comerciais.

Outras mudanças ocorrem no setor de pesca, que se recuperou, visto que os barcos de pesca comercial foram retirados dos lagos de várzea pelas comunidades que trabalham com as agências governamentais implantando regras que regulam a pesca nesses lagos. Grande parte das hidrelétricas planejadas para a região foi postergada ou cancelada e substituída por agressivas políticas de eficiência energética, no Brasil e no Peru, e por geração de eletricidade a partir da biomassa. Essa nova postura atraiu investimentos privados para os estados e países da Amazônia, em grande parte com base em seu desempenho social e ambiental. Significativos investimentos no manejo e patrulhamento de áreas protegidas aumentaram.

Sob essas condições, houve reconhecimento formal das reivindicações de grupos indígenas e populações tradicionais por terras. Além da regulamentação da exploração do ecoturismo houve um aumento nos níveis de educação, no fornecimento de água, saúde e suporte técnico, tanto para as populações tradicionais como as indígenas.

Ainda no contexto do planejamento regional contemplado para o desenvolvimento do ecoturismo, verifica-se reforço e integração de todos os polos de ecoturismo como forma de agregar as demais atividades econômicas realizadas não apenas pelas empresas que utilizam os recursos naturais com fins estéticos, fitofármacos e bioindustriais, mas também por pequenos produtores da agricultura familiar e demais comunidades com experiência em turismo de base comunitária, entre elas a RDS - Mamirauá. Essas condições vêm assegurando uma forte demanda de turistas estrangeiros interessados em recursos naturais, beneficiando a expansão do ecoturismo em toda a região.

Os novos projetos para a Amazônia ganham amplitude e passam a apresentar visíveis resultados na estabilidade do fluxo da demanda nacional e regional. Inserido neste contexto, o governo promove iniciativas de ajuste fiscal e reorganização do estado para estimular o turismo e o ecoturismo, de modo a oferecer acessibilidade à grande camada da população beneficiada com a crescente renda oferecida pela economia brasileira. Ao longo dessa trajetória, o governo federal já privatizou os aeroportos das grandes cidades. Houve investimento nos aeroportos regionais e o subsídio (isenções, impostos e taxas) das passagens concorreu para o barateamento, tornando-as mais competitivas em relação a outros meios de transportes.

Paralelamente, no quadro estadual, esperam-se melhorias constantes na infraestrutura turística da cidade de Manaus entre os períodos de 2013 a 2016, a qual é subsede da Copa 2014. Tal transformação deve-se em função dos megaeventos Copa do Mundo 2014 e Jogos Olímpicos de 2016. Como observado na Tabela 12, somente na capital do estado foram investidos R\$ 3,7 bilhões. De acordo com a Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB, 2012), o valor total dos investimentos do projeto Copa do Mundo 2014 ficou orçado em R\$ 110,3 bilhões. Estes investimentos oferecerão, ao longo do referido evento, oportunidade para a criação de postos de trabalho, principalmente temporários.

Tabela 12 - Demonstrativo - Valores e infraestrutura do projeto Copa 2014

Mobilidade urbana	R\$ 3 bilhões
Aeroportos	R\$ 327,4 milhões
Portos	R\$ 89,4 milhões
Saneamento básico	R\$ 160 milhões
Rede hoteleira	R\$ 166,9 milhões

Fonte: ABDIB (2012).

Outro aspecto a considerar nesses investimentos, diz respeito às obras de acessibilidade para a Copa de 2014. Para a realização desse projeto, foram investidos R\$ 4,5 milhões, verba proveniente do Pacto pelo Desenvolvimento do Turismo, o qual liberou para o Amazonas R\$ 14,5 milhões, em cumprimento à primeira etapa do projeto.

Neste cenário, nota-se a continuação dos programas de políticas compensatórias. Esse processo de redefinição de modelo de desenvolvimento conduz à maturação, tanto da oferta como da qualidade dos serviços turísticos que atingirá, até o final da trajetória, uma boa qualidade. Por sua vez, os cursos de capacitação oferecidos nos destinos apresentam progressiva aceitação. Além disso, observa-se o aumento de centros universitários estaduais, federais, unidades de institutos técnicos federais e universidades instalados no interior do estado. A partir dessa nova investida, ocorre uma mudança no perfil da atividade com o estabelecimento de condições para reverter o quadro da concorrência que até 2014 encontra-se forte. Alguns destinos bem próximos tendem a entrar no jogo da concorrência, como, por exemplo, o Acre, que vem empenhando-se em consolidar seu mercado ecoturístico. Dono de uma pauta altamente diversificada nesse segmento, o Amazonas aproveita-se dessa combinação para realizar novos negócios em sinergia com pequenos e médios produtores, garantindo a continuidade da competitividade por meio de feiras internacionais e a realização de rodadas de negócios turísticos promovidos por grandes eventos locais, nacionais e regionais.

As políticas públicas nesse contexto vêm destacando-se nos três últimos anos da trajetória, com alta capacidade de gestão. Dessa forma, solidificam-se novas condições capazes de gerar uma reorganização dos atores sociais na definição e identificação de papéis como forma de propor uma rede integrada de apoio ao turismo na região. Tais decisões ajudam, ao longo da trajetória, a mapear as principais políticas públicas e os respectivos projetos prioritários ao desenvolvimento turístico na região, parte dos quais se encontrará bem amadurecida no final do período.

Tendo em vista o já citado, o sistema institucional, orientado na ótica da integração com outras políticas, procura criar eficácia no uso dos recursos públicos, principalmente no que diz respeito à minimização dos desperdícios e à má aplicação desses proventos.

As inovações e mudanças nas condicionantes centrais do estado estão em destaque, com foco nas discussões no plano social e minimização de conflitos. Assim, para atenuar um eventual embaraço futuro, são asseguradas algumas ações importantes como: o retorno das comunidades remanescentes no interior do Parque de Anavilhanas como forma de fortalecer o turismo de base comunitária em Novo Airão; a efetivação das ações previstas no Plano Estratégico da Exploração do Turismo e do Ecoturismo em Terras Indígenas, cujo estatuto tende a ser aprovado em 2016; a criação de redes turísticas na Amazônia, com o

objetivo de criar instituições responsáveis pelo controle do fluxo e por pesquisa do perfil dessa demanda; o incentivo do estado no desenvolvimento do polo ecoturístico de Silves; a articulação dos pequenos produtores e comunitários dos polos turísticos locais e regionais; a criação de calendário para encontros estaduais e regionais do segmento turístico e ecoturístico; a regularização fundiária dos moradores remanescentes das UCs; a redefinição de um roteiro turístico integrando o turismo e a cultura; a integração e os investimentos nos parques das UCs federais, estaduais, municipais e particulares como forma de promover a sustentabilidade da população em seu entorno; a integração dos órgãos de fomento de pesquisa no estado, visando criar um observatório de pesquisa, agregando conhecimentos interdisciplinares, promovendo a divulgação do turismo por meio de intercâmbio regional, nacional e internacional e a retomada, em 2017, do estudo estratégico do Polo Sateré.

Esses fatores influenciam diretamente no quadro da dinâmica das eleições políticas na região. O discurso muda “do emprego versus meio ambiente” para “emprego por meio da conservação ambiental”. (NEPSTAD et al., 2011, p. 9).

As iniciativas empreendedoras locais mostram um desempenho múltiplo e crescente. A melhoria da política pública ecoturística requer diversos ajustes com relação a essa nova investida. Três deles são altamente recomendáveis: planejamento com visão integrada de redes e serviços ecoturísticos, geração de emprego e renda da população local e estímulo do setor privado a usar conhecimentos do local para viabilizar o valor agregado dos produtos ecoturísticos.

As oportunidades direcionadas às comunidades destino dos polos de ecoturismo conduzem a um novo desenho de participação e ganham respeitabilidade em escala ascendente. Ao final da trajetória, as comunidades envolvidas nos projetos de turismo formam um grupo político regional, fundamentadas na crença que a união das pessoas é fundamental para o desenvolvimento socioeconômico e político, uma vez que visam objetivos comuns.

O resultado dos investimentos tecnológicos proporcionados pelas instituições parceiras nacionais e internacionais no manuseio de matrizes energéticas limpas permite dar continuidade aos projetos estimuladores do turismo de base comunitária. Exemplo disso se observa na efetivação das ações estratégicas para o desenvolvimento sustentável do turismo de base comunitária no entorno sul do Parque Nacional de Anavilhanas. O convênio celebrado em 2009 entre o Ministério do Turismo e o Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ) alcança, no final de 2022, um destaque de referência para a promoção dos produtos ecoturísticos no contexto de uma economia sustentável na Amazônia.

No final do período, observam-se resultados positivos alcançados nos programas previstos no projeto, como exemplo cita-se o Programa de Capacitação, Ordenamento,

Organização das Comunidades para o Turismo e o Programa das Políticas Públicas. As quinze comunidades envolvidas passam a ter melhores condições de vida, com serviços de comunicação de qualidade, disponibilização de médicos nos postos de saúde, saneamento básico, segurança pública mais eficiente e fornecimento de água potável, pois antes as comunidades utilizavam poços artesianos.

Em São Gabriel da Cachoeira aprimora-se o Centro de Desenvolvimento e Difusão de Conhecimentos sobre a Biodiversidade e a Cultura Indígena, com adoção de tecnologia apropriada e utilização de recursos naturais a partir de técnicas tradicionais de conservação e preservação do meio ambiente. A ampliação do sistema diversificado de transporte aeroviário contribuiu com uma demanda de turistas interessados em compartilhar o conhecimento ancestral, incluindo o conhecimento empírico dos ecossistemas da região. Para Ruiz “é a troca de experiências ou conhecimento intercultural”. (RUIZ, 2006, p. 57).

Cenário C: Ajuricaba

Mudanças climáticas

Demanda internacional

Demandas nacional e regional

Infraestrutura impactante

Qualidade dos serviços

Concorrência

Políticas públicas

Iniciativas empreendedoras locais

Participação da comunidade

As características iniciais que marcam este cenário assemelham-se aos “Otimistas Racionais” quanto ao forte aquecimento global. No entanto, divergem nas taxas sugeridas pelo modelo *Hadley Centre General Circulation Model* (HAdCM3) (do Hadley Centre) (MARENGO, 2007, p. 33), o qual projeta um aquecimento que chegará a 8º C em 2022. Sob esta ótica, este cenário apresenta um caldeirão de contradições. É um cenário com incertezas ou grandes mudanças, a partir das opções de mitigação relacionadas à multiplicação de iniciativas de uso sustentável da floresta.

Passados sete anos, apostou-se no fim do desmatamento da região e o otimismo de equilíbrio climático afastou o risco das severas secas de 2005, ofuscadas pela seca de 2010. Esse otimismo foi celebrado pelo percentual de desmatamento anual, que caiu para 67% abaixo da média do período de 1996 a 2005. Ao longo dessa trajetória, verifica-se que as medidas utilizadas na redução drástica do desmatamento na região continuam a influenciar países vizinhos, como Peru, Colômbia, Guiana e Equador. Todos esses países

assumiram compromissos, tanto no controle da perda de suas florestas, como na redução drástica do desmatamento. (NEPSTAD; MCGRATH; SOARES-FILHO, 2011, p. 36).

Para estes especialistas, a queda pode ser explicada com base em quatro processos inter-relacionados: a) uma redução da lucratividade do desmatamento conduzida pelo mercado; b) a exclusão do mercado de atividades que resultam em desmatamento por meio de moratórias da soja e da carne produzidas em terras recentemente desmatadas e por meio de sistemas de certificação de *commodities*, c) intervenções governamentais, incluindo campanhas de aplicação da lei. Alguns exemplos servem para ilustrar medidas baseadas nessas intenções, como excluir dos programas de crédito rural, as pessoas com práticas de desmate ilegais e a expansão da rede de áreas protegidas pela metade, d) a percepção entre os agricultores e pecuaristas amazônicos de que a floresta em pé em breve ganhará valor por meio do mercado de carbono. (NEPSTAD; MCGRATH; SOARES-FILHO, 2011, p. 38).

Neste cenário, as medidas sobre a taxa de desmatamento têm conseguido avançar desde 2011. A lucratividade do desmatamento está crescendo e poderá permanecer alta por vários anos ou décadas, enquanto o mundo entrará em um longo período de elevados preços para *commodities* agrícolas. (NEPSTAD; MCGRATH; SOARES-FILHO, 2011, p. 38).

Agricultores e pecuaristas comprometidos com um bom manejo da terra ainda precisam receber os benefícios econômicos por seus esforços em conservar a floresta e o alto custo de entrar em conformidade com a certificação ambiental, social, internacional. As perspectivas de diminuição do mercado de carbono estão desencorajando essa participação. (NEPSTAD et al., 2009, p. 28).

O desaparecimento das florestas amazônicas conduzido pelo clima previsto para começar em meados deste século pode já ter começado através de feedbacks positivos entre seca, usos do solo dependentes do fogo, e incêndios florestais (NEPSTAD et al. 2009, p. 22); Os avanços nas políticas de conservação no Brasil também correm risco de serem perdidos devido a secas que autorreforçam as camadas.

Sobre a floresta amazônica, Fearnside (2006) afirma que a causa do desaparecimento da floresta recai nas decisões de governo. Avalia que o desmatamento leva à perda de serviços ambientais. Sendo que estes serviços, além de apresentarem um maior valor do uso sustentável da floresta, ainda incluem a manutenção da biodiversidade, da ciclagem de água e dos estoques de carbono que evitam o agravamento do efeito estufa. A retroalimentação entre as mudanças climáticas e a floresta por meio de processos, tais como incêndios florestais, mortalidade de árvores por seca e calor e liberação de estoques de carbono no solo, representa ameaças para o clima, para a floresta e para a população

brasileira. Eventos recentes indicam que o desmatamento pode ser controlado tendo-se vontade política, pois os processos subjacentes dependem de decisões humanas.

A posição defendida por *Huntingford et al.* (2008) traz razões mais preocupantes. Com base nas previsões inferidas das análises de um estudo simulado com a utilização do *Hadley Centre General Circulation Model* (HadCM3), demonstra-se uma perda rápida da floresta amazônica a partir de 2050. A forte incidência desta projeção, a incerteza nas forças físicas do clima e a formulação do esquema da superfície terrestre foram investigadas. Os resultados da pesquisa apontam que a perda da floresta amazônica torna-se transversalmente forte diante da incerteza do clima, como foi pesquisado por meio de simulações físicas alteradas, cobrindo uma ampla gama de sensibilidade do clima global.

As características projetadas para a demanda internacional, neste cenário, assemelham-se aos “Otimistas Racionais”. Há tendência de uma demanda decrescente e imprevisível ao longo da trajetória. As demandas nacional e regional apresentam-se de forma estável, devido ao Brasil encontrar-se, em 2022, reajustando seu desenvolvimento econômico e financeiro a uma demanda crescente da população que busca qualidade e quantidade de produtos e serviços. Nessa perspectiva, o governo promove iniciativas de ajuste fiscal e reorganização do estado para estimular o turismo e o ecoturismo de modo a oferecer acessibilidade à grande camada da população beneficiada com a crescente renda oferecida pela economia brasileira. A partir dessas considerações, o Brasil continua se destacando nas pesquisas de adoção de energia renováveis e inovação das Leis de Regulamentação Ambiental, assegurando amplitude no desenvolvimento da região amazônica, com apoio das inovações tecnológicas oferecendo condições para a região adequar-se a um novo ciclo de história regional.

Se de um lado, a expansão do ecoturismo neste cenário encontra-se atrelada à imprevisibilidade das condições climáticas na região, de outro, ocorrem melhorias eventuais motivadas principalmente pela intensificação dos investimentos estruturadores advindos do projeto Copa do Mundo 2014. As mudanças ocorridas na infraestrutura desse projeto, apesar de sinalizarem melhorias na qualidade da rede logística em alguns polos destinos, principalmente na cadeia turística, com empreendimentos de pequeno, médio e grandes portes na rota turística da região metropolitana de Manaus, ainda carecem de resolver um dos maiores gargalos que impactam o desenvolvimento do estado, ou seja, as deficiências do sistema de transporte.

Ainda se constata o desinteresse por parte dos governos federal, estadual e municipal com relação à providência de uma rede integrada de transporte⁴², haja vista projetar o desenvolvimento regional como forma de viabilizar e interligar o Amazonas aos demais centros de consumo, como também estimular debates sobre a malha e modos de transporte existentes, balizamento dos rios⁴³, estudos geológicos dos leitos dos rios e outros. A combinação desses fatores apresenta-se como o principal alvo de redução do domínio quase exclusivo de Manaus na formação da riqueza do estado (Tabela 13), (PEREIRA, 2010, p. 56). A promoção e os investimentos dependem dos operadores turísticos internacionais, dos hotéis e dos fornecedores.

**Tabela 13 - PIB municipal a preços de mercado correntes, por setor econômico
R\$ 1.000,00 (2008)**

Municípios	Agropecuária	Indústria	Serviços	Total
Barcelos	16.212	8.494	46.331	71.037
Careiro Castanho	19.802	11.434	76.437	107.673
Irlanduba	39.176	22.001	98.307	159.484
Itacoatiara	273.929	108.528	390.796	773.253
Manacapuru	62.987	40.244	251.287	354.518
Manaus	57.251	13.955.116	15.613.996	29.626.353
Novo Airão	50.576	5.291	29.718	40.585
Presidente Figueiredo	98.658	48.411	121.510	268.579
Rio Preto da Eva	19.924	10.792	95.578	116.294
São Gabriel da Cachoeira	49.196	15.333	116.652	181.181
Silves	30.223	3.110	26.276	59.609

Fonte: Contas Regionais do Brasil - IBGE, 2010.

Estes resultados impactam o avanço da qualidade dos serviços no segmento da atividade, que ainda encontra-se em estágio mediano. Apesar dos incentivos dos cursos técnicos de capacitação para o setor, pós-projeto Copa 2014, a qualificação profissional ainda continua sendo um dos pontos críticos no Amazonas. Além da falta generalizada de qualificação específica para o turismo, as deficiências relativas à formação básica da mão-de-obra e ao domínio de idiomas estrangeiros são itens avaliados como negativos pelos visitantes.

⁴² A trajetória histórica do Amazonas mostra que as atividades produtivas realizadas na região apresentam-se vinculadas “[...] a surtos econômicos. Exemplo disso, o Ciclo da borracha, drogas do sertão e Polo Industrial de Manaus. Nesse sentido, as infraestruturas de transporte somente são providas nestes períodos, onde o interesse econômico sempre se sobressai ao interesse social”. (PEREIRA, 2010, p. 137).

⁴³ A hidrovia do Madeira aparece como a única balizada e utilizada comercialmente pelos grandes transportes de cargas no Brasil, sendo apresentada com boas condições de segurança na navegabilidade. (PEREIRA, 2010, p. 55).

Críticas continuam sendo feitas à forma como são ministrados esses cursos de capacitação. Eles não podem ser descontínuos e devem integrar todas as áreas do setor. Observa-se que a falta de escolaridade básica apresenta-se como um fator restritivo ao desenvolvimento de cursos profissionalizantes e treinamentos específicos. As universidades são irredutíveis em descentralizar cursos de qualificação localizados na capital e intercambiar práticas nas comunidades destinos de ecoturismo. Portanto, a qualificação profissional para o turismo está diretamente atrelada às condições dessa fragilidade escolar.

O processo de redefinição de modelo econômico brasileiro tem contribuído lentamente para a maturação dos profissionais do segmento turístico, estimulando forte concorrência com alguns estados da região Norte, como exemplo, o Acre, que vem empenhando-se em consolidar seu mercado ecoturístico.

Neste cenário, as políticas públicas para o ecoturismo apresentam um fraco desempenho. A ineficiência da gestão pública e das distorções da máquina governamental, no que diz respeito ao desperdício dos recursos públicos sob a ótica de descontinuidade dos projetos, é visível. Permanecem neste cenário as características do modelo de gestão tradicional governamental, com predominância de iniciativas dispersas, isoladas e pontuais.

Diante desse quadro, as iniciativas empreendedoras locais apresentam médio crescimento, reflexo das dificuldades dos empresários do ramo em adequar-se às exigências das leis ambientais e àquelas impostas pelos turistas, que reclamam por um turismo regional integrado e o desejo de conhecer a natureza em harmonia com sua cultura local. Exemplos disso são os pacotes turísticos difundidos com a marca da sustentabilidade.

As oportunidades direcionadas às comunidades destino dos polos de ecoturismo conduzem a um novo desenho de participação e ganham respeitabilidade em escala ascendente. Sob essas condições as comunidades indígenas, ao longo da trajetória, reivindicam tecnologias priorizadas à operacionalização das ações propostas nos projetos da exploração do ecoturismo em suas terras.

Diante da fragilidade das políticas públicas, o turismo de pesca, que vinha apresentando um crescimento de fluxo nos últimos cinco anos, decresce. Esse fato justifica-se na ilegalidade da atividade, funcionando apenas por meio da prorrogação do Decreto nº 27.012, de 28/09/2007 (proibição da pesca predatória do tucunaré). Há maior fiscalização e mobilização comunitária diante das denúncias sobre a exploração sexual infantil associada a esse tipo de atividade turística.

Esse reflexo compromete o crescimento da arrecadação da Zona Franca de Manaus, que vem decrescendo nos últimos anos da trajetória em função de alguns fatores como, por exemplo, a perda parcial da isenção de impostos e o conseqüente desinteresse das empresas estrangeiras em investir no estado. Esse fato decorre da exigência de outros

estados do Brasil, principalmente do nordeste, em explorar o projeto modelo Zona Franca de Manaus. O desestímulo da rede hoteleira em investir no estado desvia o foco de atração de grandes eventos para a cidade de Manaus.

A projeção deste cenário para o projeto ZFM, além de apontar incertezas e riscos, indica sérios desequilíbrios, os quais analisam perdas inquestionáveis da capacidade do projeto como gerador de receita, o qual, até 2016, tende a liderar o *ranking* de contribuintes que respondia por 65% do total de impostos arrecadados na região Norte. Outro desequilíbrio se faz sentir na balança comercial brasileira, bem como na condição superavitária da economia do estado do Amazonas.

Em uma breve análise comparativa de arrecadação tributária federal no exercício financeiro de 2000 dos estados do norte e nordeste, apenas o Amazonas, a Bahia e Pernambuco apresentaram superávit, destacando o Amazonas com maior saldo positivo. O perigo de não contar mais com o pagamento das Taxas de Serviços Administrativos (TSA) inviabiliza projetos estratégicos importantes para o desenvolvimento da Amazônia. Esse impacto negativo atinge principalmente os estados da Amazônia ocidental (Acre, Amazonas, Roraima e Rondônia), área de atuação da SUFRAMA, cujos benefícios representam 72,5% de tudo que a União arrecadou em 2008 na região norte.

Depois de uma década, persistem debates sobre o compromisso da Zona Franca no desenvolvimento do interior do estado. O programa Zona Franca Verde ainda apresenta conotação de “carta de intenção”, por não viabilizar ações contempladas no projeto, como zona dinamizadora econômica do Amazonas, prometido para os seguintes segmentos: meio ambiente, infraestrutura, distrito industrial da ZFM, formação de recursos humanos, desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas, interiorização do desenvolvimento e contenção de fluxos migratórios por meio de geração de emprego e renda no interior (PEREIRA, 2010, p. 38).

Enfim, quando se analisam as intenções descritas neste cenário, verifica-se que os fomentos estimuladores das políticas públicas descritas acima tendem a não concretização, até porque as ações contempladas nos projetos são eclipsadas pelo discurso. Logo, ficam esquecidas. Exemplo disso são as metas consubstanciadas no Plano de Ação da Suframa, no que concerne ao turismo para o período de 1979 a 1985, estabelecidas nas seguintes ações: a) ampliar o equipamento turístico da ZFM; b) aumentar o volume de turistas nacionais e especialmente estrangeiros; c) amparar o setor de serviços (especialmente o turismo) não só por sua potencialidade econômica, como também por suas possibilidades de abertura de novos empregos.

5 LIMITES E POSSIBILIDADES DO ECOTURISMO NO AMAZONAS A PARTIR DOS CENÁRIOS DE REFERÊNCIA

As ideias destacadas a seguir não objetivam constituir um referencial teórico de análise, mas apresentar elementos para subsidiar o estudo dos três cenários de referências propostos ao ecoturismo do Amazonas, sendo eles: “Otimistas Racionais”, “O Canto do Uirapuru” e “Ajuricaba”. Nessa perspectiva, as percepções dos atores sociais advindas das entrevistas são fundamentais, pois conferem ao resultado da pesquisa excepcional participação e alto grau de legitimidade sobre a realidade do objeto em estudo. Para melhor compreensão da análise das dimensões da sustentabilidade nos cenários de referência e as consequências nas políticas públicas, adotar-se-ão neste estudo, as seguintes combinações: Cenário A: “Otimistas Racionais”; Cenário B: “O Canto do Uirapuru” e Cenário C: “Ajuricaba”.

5.1 ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE NOS CENÁRIOS E CONSEQUÊNCIAS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO ECOTURISMO NO AMAZONAS

O conceito de ecoturismo tratado nesta tese fundamenta-se nos critérios da sustentabilidade. No entanto, de acordo com Sachs (2000), esse requisito é cumprido na medida em que os objetivos do desenvolvimento vão bem, além da mera multiplicação da riqueza material. O crescimento é condição necessária, mas de forma alguma suficiente para alcançar a meta de uma vida melhor, mais feliz e completa para todos. Sob o ponto de vista de Amartya Sen, o desenvolvimento concretiza-se universalmente quando é priorizado, em seu processo, um conjunto de direitos, indo desde os humanos, políticos e cívicos, passando pelos direitos econômicos, sociais e culturais e os “direitos coletivos, entre os quais está, por exemplo, o direito a um meio ambiente saudável”. (SEN, 2010, p. 459).

De acordo com Veiga (2002), a noção de sustentabilidade é muito útil, pois a humanidade precisa evitar tudo o que possa ocorrer em detrimento de seus descendentes, não apenas dos mais diretos, mas também dos mais distantes.

Para Leff (2004), “sustentável” integra dois significados: um, que se traduz em castelhano como *sustentable*, que implica a internalização das condições ecológicas de suporte do processo econômico. Outro, que apresenta a durabilidade do próprio processo econômico. Nesta ótica, a sustentabilidade ecológica constitui uma condição de sustentabilidade, no sentido de continuidade do processo econômico. O alcance da sustentabilidade está no equilíbrio.

De acordo com Sachs, existem seis dimensões de sustentabilidade, a saber: social: pressupõe a criação de um processo de desenvolvimento sustentado por civilizações com maior equidade na distribuição de renda e de bens, de modo a reduzir o abismo entre ricos e pobres. Econômica: meta alcançada por meio do gerenciamento e da alocação mais eficiente dos recursos e de um fluxo constante de investimento público e privado. Ambiental: metas alcançadas por meio do aumento da capacidade de utilização dos recursos, limitação do consumo de combustíveis fósseis e de outros recursos que são facilmente esgotáveis, redução da geração de resíduos e de poluição, por meio da conservação de energia, recursos e reciclagem. Espacial: visa à obtenção de uma configuração rural-urbana mais equilibrada e melhor distribuição territorial dos assentamentos humanos e das atividades econômicas ligadas a eles. Cultural: abrange a procura por raízes endógenas de processos de modernização e de sistemas agrícolas integrados que facilitem a geração de soluções específicas para o local, ecossistema, cultura e área. Político: a governança democrática, além de representar a essência, destaca-se como instrumento necessário para fazer as coisas acontecerem, entre elas, a liberdade. (SACHS, 2000, p. 22).

Dessa forma, estabeleceram-se, neste capítulo, critérios de análise norteadores dos pilares de sustentabilidade fundamentados por Sachs (2000), os quais se alternam nas seguintes dimensões: econômica, sociocultural, ambiental e os elementos componentes da política institucional presente na organização estrutural do turismo: super e infraestrutura.

A sustentabilidade, entendida neste contexto de análise, envolve, além das dimensões anteriormente citadas, as propostas sugeridas nas projeções sustentáveis dos cenários selecionados, cujo alcance supõe a habilidade para perdurar no tempo, evitando o colapso das economias e organizações, tornando-as capazes de reprodução.

Cabe salientar que as políticas públicas, indicativas de análise neste estudo, envolvem ações propostas tanto para o desenvolvimento do turismo, como do ecoturismo no Amazonas e encontram-se atreladas aos seguintes programas: Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal (PROECOTUR), Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil, Programa Nacional de Turismo Rural na Amazônia na Agricultura Familiar (PNTRAF), Pesca Esportiva, Turismo Arqueológico, Turismo de Base Comunitária e Turismo em Terras e Comunidades Indígenas. (AMAZONASTUR, 2012).

Cruz entende que a política pública de turismo é um conjunto de intenções, diretrizes e estratégias ou ações deliberadas no âmbito do poder público visando dar continuidade ao pleno desenvolvimento da atividade turística, em um dado território. E por tratar-se de uma política setorial, não foge à exceção das “influências decisórias estratégicas do turismo sob

a ótica dos contingentes de intencionalidade e ideologia presentes na natureza da própria política”. (CRUZ, 2002, p. 23).

5.1.1 Dimensão econômica

Quando se tenta visualizar a existência do equilíbrio da dimensão econômica nos três cenários de referência do ecoturismo do Amazonas, constata-se que os cenários A e C descrevem um futuro insustentável da atividade ecoturística no estado. No entanto, percebe-se a reversão desse quadro no cenário B, pois este é um cenário que demonstra otimismo de grandeza para a sustentabilidade, cuja chave está na mudança tecnológica.

O conjunto das incertezas marcantes que caracterizam o início da trajetória dos cenários A e C, evidenciadas nas mudanças climáticas e na turbulência da economia no contexto mundial, pressupõe um quadro nada animador para as políticas públicas do ecoturismo do estado. O efeito de tais fatores, ao convergir para tendências que oscilam entre forte e médio fluxo de turistas internacionais, nacionais e regionais reflete negativamente nos tomadores de decisão desse segmento, que continuam fixados no *marketing* do passado, limitados exclusivamente à marca “Amazônia”. Nesse quadro de ideias, a deliberação de verbas financiadoras e atrativas aos investidores, além de não gerar problemas de ordem fundiária, são projetos muito bem estruturados em nome dos fundamentos da sustentabilidade do local.

Sob esse ponto de vista, Beni entende ser a regionalização uma forma de organizar determinado “[...] espaço geográfico em regiões para fins de planejamento, gestão, promoção e comercialização integrada e compartilhada da atividade turística”. (BENI, 2006, p. 12). Vista dessa forma, a sustentabilidade torna-se um dos pilares do Programa de Regionalização do Turismo.

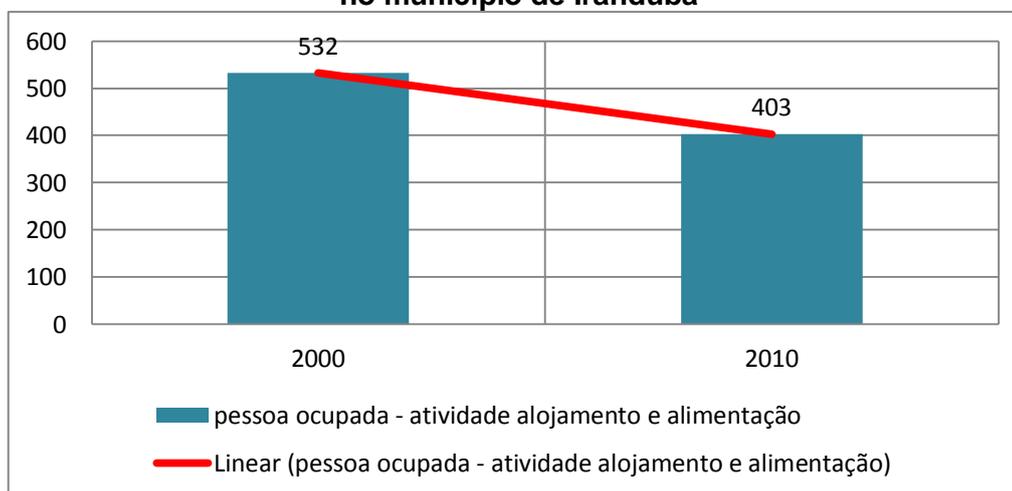
Como é de notório conhecimento, o turismo é uma das atividades que mais geram divisas no mundo. Isso se justifica em razão da capacidade do setor agregar valor aos seus produtos e serviços, bem como ao efeito multiplicador exercido sobre a geração de emprego e renda. Segundo a OMT, essa estimativa representa cerca de 235 milhões de empregos e 10% do PIB mundial, com expectativa de crescimento de 5% ao ano, até 2015 (OMT, 2011).

As perspectivas do relatório WTTC (2010) indicam o Brasil como um dos países onde o turismo deve contribuir para o crescimento de empregos ligados ao setor, nos próximos dez anos. Uma breve comparação ajuda a acompanhar a evolução do valor adicionado pelas atividades do turismo. Entre 2003 e 2007, essas atividades tiveram um crescimento de 22,0% contra 19,3% para o total do valor adicionado pela economia. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2011, p. 15). Entre as atividades do turismo, os serviços de alimentação foram a

atividade com maior número de ocupações: 2,9 milhões ou, 49,2% do grupo. Também destaca-se o transporte rodoviário, com 20,0%. Ademais, as atividades recreativas, culturais e desportivas contavam com 1 milhão de ocupação em 2009. (IBGE, 2010).

Quando se analisam as perspectivas de crescimento da geração de empregos ligados às atividades do ecoturismo, constata-se que, tanto o cenário A como o cenário C tendem, no final da trajetória, a seguir parâmetros do polo de ecoturismo de Iranduba⁴⁴, município que concentra o maior número de hotéis de selva no Amazonas. De acordo com Ribeiro *et al.* (2012), esse município não tem impactado positivamente as atividades características do turismo da região, principalmente com relação aos serviços de alimentação e alojamento, conforme Figura 13.

Figura 13 - Pessoal ocupado na atividade de alojamento e alimentação no Amazonas e no município de Iranduba



Fonte: Censo demográfico/IBGE (2000-2010).

Os indicadores apontam uma estagnação das atividades entre os períodos de 2000 a 2010. De um total de 532 pessoas ocupadas em 2000, devido à queda em 2010, registrou-se um total de 403 pessoas ocupadas. (RIBEIRO *et al.*, 2012, p. 5).

Na realidade, esses fatores são resultados do modelo de desenvolvimento praticado no Amazonas, onde o processo da indústria de transformação do Polo Industrial – PIM viabiliza maior concentração econômica na capital Manaus. O PIB do município de Iranduba representou apenas 0,36% do PIB do estado, a preços correntes de 2008. (IBGE, 2010). Por sua vez, encontra-se distribuído, em termos de valor adicionado, em: agropecuária 23,31%, indústria 13,09%, serviços 58,50% e impostos 5,10%. (RIBEIRO *et al.*, 2012 p. 7). Embora

⁴⁴ Esse estudo foi resultado de um artigo intitulado “Comunidades à margem da sustentabilidade: um olhar sobre o polo ecoturístico de Iranduba”. A metodologia empregada foi grupo focal, a qual deu a oportunidade de se conhecer, *in locus*, as características do mercado ecoturístico praticado no estado. (RIBEIRO; MACHADO; OLIVEIRA; NASCIMENTO, 2012, p. 11).

os serviços detenham pouco mais de 0,5% da riqueza municipal, a participação da administração pública no PIB é uma tendência dos municípios brasileiros.

Iranduba possui duas características de potenciais econômicos, são eles: indústria de transformação (polo oleiro) e o turismo de natureza (polo ecoturismo). (RIBEIRO et al. 2012, p. 11). A primeira daquelas características apresenta-se indicada no Plano Diretor da Região Metropolitana de Manaus (PDRMM, 2010), o qual reconhece o município como um polo oleiro. Esta atividade apresenta-se como exclusiva na viabilidade econômica para o desenvolvimento do município. Se, de um lado, a exploração de olarias surge como uma oportunidade econômica para o local, de outro começam a surgir preocupações quanto ao grande consumo de lenha para produção de telhas e tijolos.

Dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais e Monitoramento do Desmatamento da Amazônia por Satélite INPE/PRODES (2011) revelam que o desmatamento em Iranduba passou de 336,2 km² em 2000 para 465,2 km² em 2009, representando um crescimento de 38,37% em quase uma década. Além disso, atualmente, o desmatamento já representa 20,87% da área territorial do município. “Há necessidade de agregar maior sustentabilidade a essa atividade para que as florestas não venham ser prejudicadas”. (RIBEIRO et al., 2012, p. 21).

A segunda característica surgiu da percepção dos comunitários locais em decorrência da pesquisa de Ribeiro. Para os comunitários, o ecoturismo é a grande vocação da região, até porque “[...] a orla de Iranduba comporta de cinco a sete hotéis de selva apresentando uma demanda de fluxo muito grande. [...] mas às vezes desconhecem que a atividade turística é diferente da atividade ecoturística”. (Informação verbal).⁴⁵ De acordo com o segmento em destaque:

Ecoturismo se baseia em trazer uma questão que devolva o potencial econômico da região ou equilíbrio econômico para o local, que gera pessoas que mobilizem aquele local e que reconheçam esse local para dar suporte econômico, mão-de-obra e outras questões para desenvolver esse polo⁴⁶. (RIBEIRO *et al.*, 2012).

Embora o polo de Iranduba receba a designação de destino ecoturístico há mais de 10 anos, a pesquisa revelou que não há benefícios socioeconômicos quando se leva em consideração a agregação de valor da atividade. Como exemplo disso, o fornecimento de alimentos produzidos pelos comunitários, como frutas e pequenos animais (frango, peixes e outros), vêm de Manaus. (RIBEIRO *et al.*, 2012, p. 12).

⁴⁵ Depoimento de turismólogo representante do Centro de Atendimento ao Turista, em 2011.

⁴⁶ Conceito de ecoturismo para as seis comunidades participantes da pesquisa no município de Iranduba/AM.

Essas questões inferem negativamente nos incentivos à agricultura familiar por parte dos órgãos financiadores quando da exigência dos títulos definitivos de propriedade da terra. Essa exigência continua sendo apontada ao longo da trajetória como um dos principais gargalos diante da implementação dos projetos de estímulo ao turismo arqueológico no polo ecoturístico de Iranduba. Enfim, passados 10 anos, ainda não se verifica interesse por parte dos governos (federal, estadual e municipal) no estímulo à criação de um fundo financeiro levantado pelos hotéis para compensar o uso dos recursos naturais explorados pelos hotéis de selva ou para as comunidades locais desenvolverem atividades econômicas com o fim de suprir suas necessidades básicas.

No que diz respeito à concorrência, tanto no cenário A quanto no C, ela oscila ora fortalecida, ora mediana, necessitando a região amazônica estruturar-se para posicionar-se favoravelmente neste mercado. De acordo com a OMT (2000), são diversos os instrumentos utilizados pelos países concorrentes para incentivar o desenvolvimento da atividade ecoturística. Na sequência, será apresentada uma relação de países concorrentes da região amazônica, entre eles, quatro latino-americanos: Equador, Costa Rica, Peru e Venezuela, e um africano, com oferta de flora e fauna especiais em ecossistema frágil.

Equador – considera-se este destino um importante marco para o Ecoturismo na América do Sul. O turismo apresenta-se como uma fonte de renda admirável. As ilhas Galápagos conferem a este destino longa experiência sobre controle e proteção em ecossistema altamente sensível. Elas têm importância mundial e há um interesse global em proteger esta herança, notadamente com a arrecadação de fundos, políticas e a transferência de conhecimento. (OMT, 2000).

Costa Rica – além de ser reconhecida como referência-chave de destino ecoturístico, destaca-se por valorizar, em seu conjunto, a gestão, a estrutura administrativa e as políticas adequadas e combinadas com a biodiversidade local.

Peru – este destino criou seu primeiro parque nacional há apenas 30 anos e vem acreditando no desenvolvimento do turismo sustentável como uma alternativa para a mitigação da pobreza.

Venezuela – oferece praia, sol e ecoturismo: o Orenoco e o norte da Amazônia, a ilha Margarita e as praias no Caribe. É o destino mais acessível entre os países identificados na América do Sul.

Namíbia – apresenta um ambiente árido e frágil. Sua flora e fauna especiais constituem-se em um dos destinos-chave para o ecoturismo na África. O país viu-se obrigado a desenvolver um conceito integrado de turismo sustentável, balizado nas necessidades de uma nação nova, com uma maioria de pobres, uma distribuição de recursos muito desigual entre a população e limitações derivadas da aridez do deserto.

Além da gestão institucional e a coordenação do turismo em seus respectivos países, as empresas responsáveis pelo turismo também têm o papel de relacionar-se, tanto com os órgãos responsáveis pelo turismo nos planos regional e local, como com o setor privado. Assim, propuseram-se a criar leis, taxas e incentivos ao setor, tanto fiscais como não fiscais, como, por exemplo, o Programa de Certificação do Turismo na Costa Rica e a Lei de Crédito para o Setor Turístico na Venezuela.

Ainda se observa a criação de planos de turismo de médio e longo prazos, que ordenam as principais ações a serem tomadas pelo poder público nos próximos anos, de forma a maximizar os recursos investidos no setor e alcançar os resultados propostos. No caso do Peru, foi criado o Plano de Turismo do Peru - PENTUR 2015, na Costa Rica, o Plano Diretor de Turismo 2002-2012, no Equador, o Plano de Turismo do Equador - PLANDETUR 2020, na Venezuela, o Plano Nacional Estratégico de Turismo e na Namíbia, o Plano para o Desenvolvimento Sustentável 2001-2010. Com relação à concorrência no contexto nacional, destacam-se os destinos Cataratas do Rio Iguaçu (PR) e Pantanal (MT) e (MS).

Ademais, deve ser evidenciado que a forte concorrência ao longo da delimitação temporal (2013-2022) encontra-se relacionada a dois fatores, um decorrente do outro, a saber: o primeiro refere-se à distância, uma vez que as parcelas mais significativas deste mercado residem nas regiões sudeste e sul. O segundo diz respeito ao alto preço do transporte de acesso à região. Sem deixar de considerar, também, o alto preço dos hotéis de selva e pacotes que incluem esse tipo de destino. No cenário C, consegue-se visualizar características dessa tendência diante do fraco desempenho das políticas públicas, como demonstra o depoimento a seguir:

[...] o ecoturismo está estratificado no AM e é um produto caro. Isso inibe eventuais ecoturistas de procurar o fascínio da região e fica redundante por ser difundido como um destino sustentável. Alguns problemas visíveis, por exemplo: a questão dos barcos. [...] isso deixa uma imagem negativa. A Amazônia é inacessível para os próprios brasileiros. [...] quanto ao acesso à Manaus, devem-se planejar voos, com a ajuda de investimento público e privado. (Informação verbal).⁴⁷

Outra grande contradição está presente nas declarações do ex-coordenador do PROECOTUR quando tece críticas aos empresários do segmento, em relação ao elevado custo que envolve essa modalidade turística, e aos governos federal, estadual e municipal, no que concerne à cobrança de impostos sobre esses serviços. Nesse sentido, compara pacotes de cruzeiros que saem de Atenas com destino às ilhas gregas, com duração de

⁴⁷ Entrevista concedida à autora pelo gerente de projetos do MTur, em 21/10/2011.

uma semana, serem bem mais em conta do que uma estada no Hotel Tropical em Manaus, como exemplifica a declaração seguinte:

[...] se pagaria 25% a menos. Por exemplo: a passagem aérea da TAP (casal) BSB - Lisboa/Atenas para Manaus se paga mais ou menos o mesmo valor. Por que Miami é barata? Por causa do fluxo. Tem que ter subsídio para as coisas melhorarem. As coisas não acontecem por decreto. A Amazônia não foi construída como a Disney, para fazer turismo. Então tem que ir adequando. Então, se o governo quiser mudar esse cenário, repense aí sobre a carga tributária. Uma coisa absurda. Dentre os 700 países, quanto de imposto têm na passagem aérea? Existem quantas empresas irregulares de turismo? Não pagam taxas por causa dos impostos. Como por exemplo, o CNPJ etc. (Informação verbal).⁴⁸

Sobre os nichos de mercado, as sugestões apontam para uma tomada de decisão mais efetiva do estado, no que diz respeito às definições de segmento para o local. Assim, o tratamento individualizado para os diferentes segmentos, com a adoção de estratégias diferentes, são projeções que podem atender aos anseios do mercado. Esta preocupação fica clara no depoimento abaixo:

Hoje, os grandes segmentos são o turismo de aventura, os esportes náuticos, aproveitamento das cachoeiras. Ou seja, a invenção do mercado é enorme. O mercado tem potencial para reinventar esses segmentos. As perspectivas são boas. Há que ver a necessidade do estado em perspectivas para a região. O turismo deve ser entendido como o desenvolvimento econômico. E não as hidrelétricas. Exemplo: Balbina; pesquisa de petróleo etc. O turismo precisa ter relevância e ser pujante. Não se sobrepor. Mais sim ficar no mesmo nível de debate. Degradar recursos naturais, hoje, é um atentado para a realização do turismo. Hoje não existe cartilha para saber como está? Qual orientação? Não existe receituário. Existem sim, diretivas. O programa do ecoturismo, pela primeira vez, está em conjunto com o planejamento do turismo. (Informação verbal).⁴⁹

Além do discurso do representante do MTur acima, constantemente surgem declarações feitas por empresários do segmento no local, políticos e outros, sobre a importância dos governos federal, estadual e municipal levarem o turismo a sério na região. As alternativas são sinalizadas no cenário A, ao longo da década (2013-2022). As reivindicações estão no redirecionamento do turismo, tanto no que diz respeito às atividades ofertadas pela região, como na formalização empresarial e na capacitação do pessoal, como forma de organizar o próprio mercado turístico local. Tal confirmação é constatada abaixo:

[...] deve-se quebrar a zona de conforto em que se encontram os empresários hoje, buscando oferecer produtos mais ajustados e diferentes, com qualidade superior, sem esquecer-se das particularidades locais. Assim, [...] como podemos vender um destino verde se todos nossos

⁴⁸ Entrevista concedida à autora pelo ex-coordenador do PROECOTUR, em 02/03/2011.

⁴⁹ Entrevista concedida à autora pelo gerente de projetos do MTur, em 21/10/2011.

igarapés estão poluídos? Sem termos reciclagem de materiais? Sem coleta seletiva de lixo? Isso fora as diversas outras ações que poderiam ser feitas. [...] é propaganda enganosa. (Informação verbal).⁵⁰

Todas essas consequências podem ser analisadas na visão de Giddens (1996), ao classificar essa transformação de “ambiente criado”. As deduções do autor são direcionadas ao urbanismo moderno como responsável pelas transformações dos aspectos das cidades e das sociedades primitivas. Nesse sentido, a interação dessas sociedades com o sistema capitalista descreve a reprodução de estruturas por atores muito separados no tempo e no espaço. Assim, “a principal razão para a extinção das características naturais das cidades modernas é a transformação em mercadorias do espaço e do tempo”. (GOLDBLATT, 1996, p. 75).

Com relação à dimensão econômica, o cenário B reflete positividade, mas exige clareza na definição dos objetivos que se pretende alcançar diante da sua força motriz, traduzida em otimismo ao desenvolvimento da atividade nos parâmetros da sustentabilidade, cuja chave está na mudança tecnológica. No entanto, essa mudança só será possível se houver forte adesão dos governos federal, estadual e municipal em assumir a atividade do turismo, e seus desdobramentos na região, como uma verdadeira atividade garantidora de alternativa ao desenvolvimento local.

As vantagens interessantes projetadas no cenário B direcionam-se a duas estratégias tidas como prioritárias ao desenvolvimento turístico da região: a primeira diz respeito às inovações tecnológicas com a extensão de novos usos do “vetor” elétrico na vida diária das comunidades do interior do estado do Amazonas. A segunda é a continuação da expansão de redes elétricas regionais e locais. Como exemplo, cita-se o Programa do Governo Federal, denominado “Luz para todos”.

As projeções inferidas na primeira estratégia dizem respeito à introdução de tecnologias limpas e eficientes em relação ao uso dos recursos. A emergência das discussões perpassa vários problemas, indo desde maciços investimentos em fontes de energia limpa até os possíveis alertas sobre as impressionantes pressões criadas pela geopolítica do petróleo. Tais tendências se fazem presente nos estudos do “*Global Energy - Cenários Energéticos do Millennium Project* para o ano 2020”, as quais põem em evidência as causas e os efeitos potenciais influenciadores da situação energética global atual até o final de 2020. Dessa maneira, este cenário vai demonstrar que a demanda de energia seguirá crescendo, mesmo tendo resultados da eficiência energética mundial ao longo da trajetória. Por outro lado, a dimensão da sustentabilidade vai variar de acordo com a demanda de energia entre os países. Por exemplo: enquanto nos Estados Unidos, Japão e

⁵⁰ Entrevista concedida à autora pelo coordenador de projeto do SEBRAE, em 05/06/2011.

União Europeia a energia permanecerá estável, na China e Índia, onde o crescimento da produção é relativamente ineficiente, deverão promover um aumento do nível de consumo energético mundial. No Amazonas os investimentos se voltam para a energia solar.

Na segunda estratégia, as projeções configuram a expansão das hidrelétricas, principalmente na Amazônia. O lado positivo para as comunidades amazonenses está nas oportunidades de trabalho, qualidade e custo acessível dessa fonte de energia. O lado negativo é a degradação do meio ambiente.

Na configuração inferida pelo cenário B, a visão de desenvolvimento econômico apresenta tendência de se concretizar, porém não de forma sustentável. Os investimentos que chegam às populações do interior do estado, por meio da dinâmica econômica gerada, principalmente pelas atividades do turismo, ainda são ínfimos diante da complexidade dos problemas que acometem essa população. Nessa perspectiva, há um descontentamento geral, principalmente diante das promessas feitas nos discursos dos tomadores de decisão com relação à diminuição das taxas de custos de energia, até porque as consequências refletem negativamente nas políticas sociais do turismo, principalmente no turismo de base comunitária, uma vez que a energia não é de qualidade, por ser a diesel. O custo elevado dificulta o desenvolvimento dos pequenos empreendimentos turísticos locais. Sem alternativas, a população tende a migrar para a capital do estado na busca de emprego no polo industrial de Manaus.

Durante 10 anos (2013 a 2022) o Amazonas produziu 167.869,35 m³ de petróleo bruto e 144.528.935,35 m³ de gás natural. Urucu, em Coari, ainda é o responsável por 100% da produção do estado. Pelo volume de recursos que este município arrecada em *royalties*, presumia-se um bom desenvolvimento, comparativamente aos 62 municípios do Amazonas. No entanto, não é o que acontece. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), medido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), mostra que o IDH do município era 0,627 em 2000, índice classificado como médio desenvolvimento humano (faixa que varia entre 0,5 e 0,8), enquanto Manaus, naquele mesmo período, apresentava um IDH de 0,774. O melhor índice entre os municípios amazonenses. (IBGE, 2010).

Este cenário poderia até ser considerado o embrião de uma sustentabilidade contemplada na dimensão social, se as projeções não afirmassem que os combustíveis fósseis ainda representem mais de 80% dos suprimentos de energia em 2022. Este consumo fragiliza os demais investimentos em fontes energéticas limpas com tendências a “descarbonização”.

5.1.2 Dimensão sociocultural

A análise da dimensão sociocultural nos cenários de referência A, B e C apresenta-se como uma das variáveis mais complexas, principalmente quando esta passa a ser considerada, nesta tese, “a competência essencial”⁵¹ do saber fazer o segmento ecoturístico do destino Amazônia. Beni (2006) é enfático ao afirmar que não existe sustentabilidade sociocultural em um destino turístico se não houver ações efetivas que respondam às demandas básicas como alimento, água, saúde, segurança, emprego, recreação, entre outras, até porque são os direitos mínimos que fundamentam a melhoria da qualidade de vida da população. Embora o turismo seja mais difundido pelo seu lado potencializador econômico, gerando oportunidades de desenvolvimento, também contribui para mudanças sociais.

A partir de uma avaliação geral das previsões inferidas nos cenários de referência A, B e C, pode-se concluir que as comunidades receptoras dos polos em estudo recebem influência positiva de um contexto de cenarização que oscila entre incertezas e riscos. A conjunção desses fatores agrava os estrangulamentos, gerando uma retração das tendências visualizadas no cenário C, ao longo da trajetória (2013 a 2022). As consequências dessa oscilação justificam-se em razão das seguintes fragilidades: ineficiência da gestão pública, fragmentação de políticas de fomento ao setor, dificuldade de articulação entre os agentes públicos e privados voltados às esferas governamentais (federal, estadual e municipal), equidade na distribuição da renda dos comunitários e incentivo ao valor agregado dos produtos ecoturísticos.

Um exemplo caracterizador e avaliativo que comprova o quadro da exclusão das comunidades dos polos selecionados pode ser constatado na pesquisa denominada “Comunidades à margem da sustentabilidade: um olhar sobre o polo ecoturístico de Iranduba/AM” (RIBEIRO et al., 2012, p. 15). Quando se busca entender o comportamento da lógica utilizada pelos empresários do ramo de hotéis de selva, no que diz respeito à agregação de valor dos seus produtos e serviços turísticos, constatou-se a não valorização da mão-de-obra local.

⁵¹ O conceito de “competência essencial” refere-se à marca exclusiva, extremamente difícil de ser imitada. É uma estratégia adotada por organizações e empresas como forma de ser reconhecida no mercado. Para Prahalad e Hamel, as “competências essenciais são o aprendizado coletivo na organização, especialmente como coordenar as diversas habilidades de produção e integrar as múltiplas correntes de tecnologias”. (PRAHALAD; HAMEL, 1998, p. 35). Nesse contexto de análise, as competências essenciais do ecoturismo no Amazonas na dimensão sociocultural estão representadas pelo conjunto de atratividades ecoturísticas vivenciadas em seus ambientes, a partir de um conjunto integrado de fauna e flora: experiência com as comunidades tradicionais, unidades de conservação, experiências com a natureza, hotéis de selva, barco-hotel, gastronomia, patrimônio histórico cultural, cruzeiros e observação de aves.

De acordo com os comunitários envolvidos na pesquisa, a falta de capacitação da mão-de-obra local não se limita apenas às mulheres que procuram uma vaga de camareira nesses hotéis, mas também aos proprietários de pequenas barracas de praia e às pessoas ligadas a atividades artesanais. Para os comunitários, essa falta de qualificação profissional e apoio na realização das atividades artesanais tem contribuído para o afastamento do turista do local, como demonstra o pronunciamento seguinte:

[...] inexistente captação de recursos para a compra de máquinas de costura para a confecção de roupas, sandálias de miçangas e a falta de clientela para comprar o artesanato [...] somos privilegiados, temos uma feira de artesanato lá no parque ecológico com uma associação com cerca de 29 associados que dispõem e vendem seus produtos. E hoje eu estou na condição de presidente dos produtores da comunidade São Pedro, que representa a renda *per capita* de 60% da comunidade. Outros vivem da pesca, agricultura e do comércio. Então Januari é privilegiada sim, a gente tá nessa comunidade. A associação é nova, temos apenas oito meses e estamos legalizando os documentos da associação e temos um evento que promovemos com o intuito de divulgar o artesanato e a gente tá aí pra ajudar da melhor forma. (Informação verbal).⁵²

Dentre as sete comunidades⁵³ participantes do grupo focal da pesquisa, a comunidade de Januari foi identificada como a única organizada em termos de associação comunitária na exploração de artesanato. De acordo com seu presidente, essa estratégia vem apresentando resultados positivos, pois além de serem bem requisitados na participação de feiras e vários eventos, também conseguem viabilizar a divulgação e venda de seus produtos. (RIBEIRO et al., 2012, p. 15).

Sob esse ponto de vista, Rabinovici (2009) afirma que a sustentabilidade deve se voltar para todos os envolvidos na atividade, cada qual com suas responsabilidades. Nessa perspectiva, as empresas do setor devem contribuir com práticas fundamentais e coerentes, minimizando os impactos negativos causados pela atividade em todos os aspectos, como por exemplo, a continuidade dos projetos e a ética norteando as relações sociais.

Questões sobre o conhecimento de estratégias para a gestão do turismo regional carecem de estudos aprofundados. Assim, os diversos atores e conflitos produzidos ou provocados pelo que se pode chamar de gestão descentralizada do turismo revelam-se nas mais diversas inquietações. De acordo com Ribeiro et al. (2012), as reivindicações são várias, como por exemplo: criação da “casa do caboclo”, providência de título definitivo de suas terras, ausência e incoerência de políticas públicas, contradição entre manejo,

⁵² Depoimento dos comunitários do polo ecoturístico de Iranduba, participantes da pesquisa, 2011.

⁵³ O grupo integrante desta pesquisa foi formado por representantes das seguintes Associações Comunitárias (São José, Alto de Nazaré, Caldeirão, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, São Pedro e Cacau Pereira), sendo três delas localizadas no entorno dos hotéis de selva e três comunidades situadas na sede do município, em um total de seis.

conservação e desenvolvimento econômico, desestímulo dos comunitários na dinâmica econômica local. Este posicionamento também é manifestado, entre outros, pelo secretário de cultura do estado:

[...] antes havia deficiência, mas havia condições favoráveis. Antes havia a junção do turismo e cultura. O sucesso do setor turístico na Bahia está justamente na articulação desses dois segmentos. Aqui, atualmente, se vende a natureza, mas está longe de realmente falar que existe um turismo na região. Os hotéis, por exemplo, estão em desníveis econômicos. O acesso a esses hotéis são difíceis e caros (Barcelos). Em minha opinião, é que com a Copa do Mundo esse quadro possa ser revertido. Até porque no momento não há profissionais competentes para atender à demanda no estado. Penso que até lá vão investir em profissionais para atender a demanda. Agora o que falta mesmo é uma política de *marketing* turística. (Informação verbal).⁵⁴

Dentre as várias reclamações dos comunitários, uma expressão que chamou a atenção foi o termo “isolamento”. Este verbete foi utilizado referindo-se ao estado em que se encontram as comunidades do polo de Iranduba. Embora o problema de isolamento seja um agravante para esses comunitários diante das oportunidades das atividades ecoturísticas, a esperança ficou depositada na crença da contribuição da ponte Rio Regro que liga Manaus a Iranduba. Nesse sentido, tanto o acesso do escoamento de suas produções como a integração com os demais municípios pertencente à região metropolitana de Manaus (RMM) são pontos considerados positivos na concepção dos comunitários. Fica evidenciado assim, que:

Tratar a cultura como recurso natural ou como bem material sobre os quais os turistas têm direitos adquiridos não é apenas perverso, como também uma violação dos direitos culturais das pessoas. Como alguns aspectos culturais têm ramificações mais amplas do que outros, o que precisa ser lembrado é que a cultura, na sua essência, é algo implícito na visão dos povos. Integrá-la a um “pacote turístico”, a transforma numa apresentação explícita e remunerada que, conseqüentemente, não mais será vista e sentida em sua forma original. (RUSCHMANN, 2010, p. 52).

As reivindicações que caracterizam o quadro atual, no qual se encontram o turismo e o ecoturismo do estado, podem ser resumidas no seguinte fragmento: “o município é deixado de lado... os projetos de ecoturismo para o local têm que sair do papel e não ficar só na conversa”.⁵⁵

Claramente percebe-se, no discurso acima, haver certo descompromisso com as comunidades as quais reconhecem os benefícios gerados pela atividade do ecoturismo,

⁵⁴ Robério Braga é secretário da Secretaria de Estado da Cultura do Amazonas. Entrevista à autora em 25/05/2011.

⁵⁵ Depoimento de turismólogo representante do Centro de Atendimento ao Turista (CAT), em 2011.

mas assistem às incoerências no discurso governamental e às impotências nas iniciativas sociais.

Conforme depoimento da Coordenadoria do Programa de Regionalização do Turismo do MTur, a implementação de empreendimentos turísticos nas comunidades dos polos gera muitos conflitos. Além das questões de envolver as comunidades nos projetos, existem problemas por parte dos próprios empresários locais quanto à concorrência e a dificuldade imposta pela prefeitura na liberação do alvará de funcionamento. No entanto, quando o empreendimento é de grande porte, há intervenção por parte do MTur.

[...] o MTur só se envolve quando o empreendimento se trata de grandes grupos estrangeiros por intermédio do BNDES. [...] o empreendedor, ao instalar seu empreendimento, deveria falar sobre benefícios para o local. E da participação dos comunitários, muitos não deixam seus afazeres (comerciais) para participarem de reunião. Sei de alguns lugares que mudaram, foram os que têm liderança comunitária. Por exemplo, Santarém e Socorro, em São Paulo. Modelos de acessibilidade para turista de aventura. (experiência que deu certo). Enfim, as lideranças são importantes no processo produtivo. (Informação verbal).⁵⁶

É interessante relacionar essa discussão no contexto dos objetivos do Plano Nacional de Turismo (2007-2010) quando se propõe “[...] abrir as portas do turismo nacional para que todos os brasileiros possam se beneficiar desse mercado. [...] o turismo interno abrirá novas portas para a inclusão social”. (MTur, 2007-2010, p. 17). Como se pode perceber, a perspectiva de participação das comunidades fica delegada a grandes jogos de interesses, principalmente quando se pretende consolidar determinado investimento de estrangeiros na região. Mas como, então, solucionar esse problema quando se reconhece que uma empresa que explora essa atividade só pode ser considerada de “sucesso” se as comunidades locais usufruírem, de alguma forma, do controle desses benefícios, principalmente da participação equitativa?

Uma das condições apresentadas na reversão dessa problemática pode ser minimizada com investimentos em educação e capacitação. Esses fatores tornam-se indicativos de garantia da conservação da herança cultural, componentes essenciais no processo de sustentabilidade do destino, conforme impressões abaixo:

Se as pessoas começam desde o ensino fundamental a participar de pesquisas e seminários de ecologia, como já acontece no Amazonas, começa a compreender como funciona na vida. A ideia é trabalhar com educação ecológica no ensino fundamental para que possa mostrar que a educação que se trabalha deverá ser sustentável, uma educação continuada, que visa preparar para a vida, pra que a pessoa tenha uma abertura pra quando as novas situações ocorrerem diante dela, ela saiba

⁵⁶ Coordenação do programa de regionalização do turismo, em entrevista à autora em 21/10/2011.

como lidar com aquilo. [...] cursos para os comunitários deveriam ocorrer dentro da comunidade, não na cidade. (Informação verbal).⁵⁷

Em razão da importância que representam os valores socioculturais no desenvolvimento do ecoturismo local, as escolas deveriam acatar sugestões de trabalhar, quer seja na parte diversificada, extracurricular ou por meio de planejamento interdisciplinar permanente, temáticas que ajudassem os alunos a conhecerem e interpretar sua própria identidade cultural, desde a formação acadêmica até a preparação do capital humano.

Pela forma como vêm sendo consideradas as atividades ecoturísticas no estado, as consequências chegam a causar conflitos, como por exemplo, o caso em que foi remanejada uma comunidade indígena distante de Iranduba para servir de *marketing* cultural para os visitantes de determinado hotel de selva. De acordo com os comunitários, esse espaço, hoje habitado pelos indígenas remanejados, pertence a uma comunidade tradicional do local.

É interessante salientar que o turismo não pode ser dissociado da cultura. Esta é uma das razões predominantes da existência do turismo como atividade econômica. Embora as consequências do turismo sobre a cultura das regiões visitadas reacenda as discussões no âmbito acadêmico, Rabinovi reconhece que os estudiosos se preocupam com a questão da sustentabilidade cultural das comunidades e destinos. Assim:

[...] com a possível aculturação, o realce cultural, as heranças culturais, o autoconhecimento, a fetichização, estereotipização e/ou banalização cultural das identidades muitas vezes forjadas para o mercado. [...] as ciências sociais focam seus estudos sobre o turismo em localidades nas quais há comunidades que apresentam traços culturais bastante caracterizados e passíveis de serem reconhecidos como atrativos turísticos por especialistas em seus inventários de planejamento. Assim, comunidades indígenas, quilombolas e ribeirinhos são facilmente caracterizados como sendo turísticos, por vezes, sem o conhecimento e a aceitação dos próprios membros, fator que por si já é foco de tensão e de possíveis conflitos. (RABINOVICI, 2009, p. 21).

Embora se visualize a instabilidade do desenvolvimento do turismo no cenário C, nos cenários A e B observa-se uma lenta tendência de mudança e maturação dos órgãos de incentivo às políticas ecoturísticas, nos âmbitos nacional e local, ao longo da trajetória (2014-2022). As ações que embasam o Plano Estadual de Turismo no Amazonas, o qual se fundamenta nos pressupostos do (PNT), começam a ser levadas a sério. Esse modelo de gestão apresenta-se fragilizado quando busca promover políticas públicas por meio da gestão descentralizada, participativa, com estímulo de redes e parcerias, principalmente com os polos de ecoturismo. Esses fatores contribuem para caracterizar o sistema de

⁵⁷ Depoimento coletado pela autora no *workshop* de ecoturismo e cenários para o Amazonas, em 22/07/2011.

turismo local até 2014, com um modelo de gestão tradicional, cujo círculo vicioso tem contribuído para a estagnação do processo das políticas públicas.

Sobre esse assunto, Beni (2006) não descarta o apoio do Ministério do Turismo sobre o avanço que a atividade vem alcançando em termos organizacionais no Brasil. É um esforço conjunto por meio de suas secretarias nacionais, políticas e programas de desenvolvimento, cujo empenho volta-se para a promoção de uma estrutura institucional adequada e apta a planejar o espaço turístico nacional, com diretrizes norteadoras e estruturantes do processo de regionalização do turismo.

Mas, também, não descarta o reconhecimento dos vários problemas enfrentados pelos estados e municípios em entender, aplicar, operacionalizar e dar continuidade em seus limites político-territoriais e às diretivas prescritas e aplicáveis em suas respectivas conjunturas. “O que temos visto com frequência são cenários de roteirização regionalizada em vez de regionalização sustentável do turismo, este sim, o alvo do governo federal”. (BENI, 2006, p. 113). Embora se verifiquem diversas tentativas de planejamento do desenvolvimento integrado dessa atividade, as fragilidades giram em torno da incapacidade institucional para a gestão do turismo em muitas das regiões do país.

Diante da fragilidade de uma visão conjuntural sob a perspectiva de desenvolvimento para o estado, os indicadores que primam pela organização da sociedade com maior equidade na disponibilização dos bens são: educação, saneamento básico, saúde, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e renda, os quais reduzem a distância dos padrões de vida entre ricos e pobres, a fim de alcançar um patamar razoável dos valores estimuladores da sustentabilidade sociocultural.

Uma breve análise dos indicadores sobre a educação mostra, de maneira geral, que o índice de analfabetos nesses destinos torna-se preocupante (Tabela 14). No entanto, em termos de analfabetismo absoluto, esses índices diminuem bastante, mas essa queda não pode servir de parâmetro para todos os municípios. Por exemplo, a população de Iranduba/AM, em 2000, era de 32.303 habitantes. Nesse mesmo período registrou-se o percentual de analfabetos absolutos de 39,63%, índice extremamente alto quando se leva em conta o número da população do local. Com relação a Manaus, o número de analfabetos funcionais e absolutos torna-se elevadíssimo em relação à população de 2000 (1.404.835 habitantes). No entanto, esse percentual, em número absoluto, apresenta um índice relativamente baixo de 4,06%. (IBGE, 2000/2010).

Tabela 14 - Indicadores de educação - Taxa de analfabetismo no Polo Amazonas (destinos ecoturísticos)⁵⁸. População acima dos 15 anos de idade

Polo de Ecoturismo	Total	Urbana	Rural	Não alfabetizadas					
				Absoluto			%		
				Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural
Barcelos	13.671	4.580	9.091	5.913	676	5.237	43,3	14,8	57,6
Careiro	16.484	3.581	12.903	4.222	529	3.693	25,6	14,8	28,6
Irlanduba	19.500	5.957	13.543	4.049	928	3.121	20,8	15,6	23
Itacoatiara	42.905	28.474	14.431	5.302	2.616	2.686	12,4	9,2	18,6
Manacapuru	42.754	28.260	14.494	9.351	4.973	4.378	21,9	17,6	30,2
Manaus	936.878	931.328	5.550	57.096	55.861	1.235	6,1	6	22,3
Novo Airão	5.504	4.025	1.474	1.110	603	507	20,2	15	34,3
Presidente Figueiredo	10.758	5.129	5.629	1.305	413	892	12,1	8,1	15,8
Rio preto da Eva	10.580	3.716	6.864	2.035	438	1.597	19,2	11,8	23,3
São Gabriel da Cachoeira	17.892	7.716	10.176	4.142	750	3.392	23,2	9,7	33,3
Silves	4.284	1.938	2.346	498	116	382	11,6	6	16,3

Fonte: IBGE, 2000/2010.

O conjunto dessas informações reflete, ainda, diferentes carências identificadas nos seguintes serviços de saneamento básico: abastecimento de água, escoamento sanitário e manejo dos resíduos sólidos, os quais não se apresentam de forma homogênea e adequada nesses destinos, de acordo com a (Tabela 15).

Tabela 15 - Déficit social dos destinos ecoturísticos do Polo Amazonas

Saneamento Básico (domicílios) %			
Polos Destinos	Domicílios Particulares Permanentes sem acesso a rede de água ou poço	Domicílios Particulares Permanentes sem esgotamento sanitário	Domicílios Particulares Permanentes sem coleta de lixo
Barcelos	50,55	53,14	49,79
Careiro	63,58	43,7	61,1
Irlanduba	38,25	31,7	21,59
Itacoatiara	26,65	26,2	27,51
Manacapuru	44,43	34,2	29,44
Manaus	24,51	6	2
Novo Airão	45,46	38,87	34,65
Presidente Figueiredo	42,11	12,83	33,01
Rio Preto da Eva	53,3	14,75	53,2
São Gabriel da Cachoeira	68,82	55,93	49,63
Silves	51,15	60,37	52,36

Fonte: IBGE, 2010.

⁵⁸ Nesse levantamento foi utilizada a classificação de “analfabetos funcionais” considerando as pessoas com menos de quatro anos de estudo, e “analfabetos fundamentais” as pessoas com menos de oito anos de estudo. (IBGE, 2010).

Quando se comparam os indicadores do Censo do IBGE (2000) com os dados atuais, percebe-se que houve um avanço nesses serviços. No entanto, em municípios como Careiro, Silves, Barcelos e São Gabriel da Cachoeira, constatou-se um número significativo de residências com práticas inadequadas do destino do lixo. No município de São Gabriel, por exemplo, soma-se um total de 3.118 residências que praticam a queima do lixo. Com relação ao manejo de resíduos sólidos, apenas Manaus e Presidente Figueiredo têm assistência a esses serviços. Já a coleta seletiva de lixo acontece apenas na cidade de Manaus.

Em se tratando de endemias, os casos mais acentuados registrados pela Secretaria de Estado e Saúde (SUSAM), em 2010, no Amazonas, foram de dengue (6.178) e malária (73.918). (IBGE, 2010). Com relação ao número de leitos nesses destinos, soma-se um total de 3.259 em sua grande maioria na dependência do estado. As tipologias classificam-se entre unidade mista, hospital médico, com destaque aos polos de Manaus que além de deter um número expressivo de leitos (2.915) é servido com centro de saúde, serviços de pronto atendimento, hospital de grande porte, hemocentro e outros.

O conjunto dessas informações concorre para influenciar fatores que resultam em Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) baixíssimos, principalmente quando se analisa tais indicadores nos respectivos polos em estudo, conforme a (Tabela 16):

Tabela 16 - Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) ⁵⁹ Polo Amazonas, destinos ecoturísticos

Município	IDH 1991	IDH 2000
Manaus	0,745	0,774
Itacoatiara	0,657	0,711
Presidente Figueiredo	0,692	0,741
Rio Preto da Eva	0,644	0,677
Irlanduba	0,619	0,694
Novo Airão	0,6	0,658
Silves	0,684	0,675
São Gabriel da Cachoeira	0,608	0,673
Barcelos	0,562	0,593
Careiro	0,56	0,63

Fonte: IBGE, 2010.

⁵⁹ Essa análise comparativa refere-se ao período de 1991 a 2000. Dados mais atualizados ainda não foram publicados. Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), os dados do Censo 2010 terão seu lançamento previsto para o primeiro semestre de 2013.

Quando se leva em consideração a renda da população desses destinos, nota-se um percentual de 30% ou mais de chefes sem rendimento ou rendimento de até um salário mínimo. Esse parâmetro não se aplica ao município de Manaus, 15,32%. Mediante esses dados discrepantes, o nível de desemprego impede o acesso da população a bens de serviços de primeira necessidade influenciando na qualidade de vida dessas populações. (OLIVEIRA; MOTA, 2011, p. 11).

O resultado das cenas caracterizadoras das reais condições socioculturais dos polos destino selecionados neste estudo refletem as projeções inferidas no cenário B. A fragilidade das políticas públicas e a ineficiência da gestão em termos de tomada de decisões, além de estimular conflitos gerados pelo modelo de desenvolvimento priorizado no estado, tendem a manter esse cenário ao longo da trajetória. Consta-se a existência de alguns pontos fortes, como por exemplo, a perspectiva de mudanças no quadro institucional, conforme previsões do cenário A, focado, principalmente, no sistema turístico do local com tendência a investir no fortalecimento dos valores socioculturais atrelados às raízes endógenas de processo de modernização e de sistemas agrícolas integrados que facilitem a geração de soluções específicas às políticas de estímulo ao turismo e ao ecoturismo do local.

Enfim, após uma avaliação das consequências inferidas nos cenários A, B e C à dimensão sociocultural, as previsões ao longo da trajetória mostram um desenvolvimento com multiplicidade de parcerias que proporciona estratégias interesseiras e individualistas. Linhas de ações precisam ser pensadas na sua forma integradora e complementar. Em vez de improvisos mirabolantes de projetos e roteiros que fogem à essência real do povo amazonense, pode-se pensar no mapeamento de áreas que possam integrar padrões de qualidade não apenas dos serviços relacionados ao turismo, mas também da qualidade de vida das comunidades desses destinos. Uma contínua fiscalização nas práticas de higiene e cuidados com a saúde dos funcionários e fornecedores envolvidos na cadeia produtiva do turismo, campanhas de controle sanitário, conhecer e divulgar as principais ameaças e limitações impostas pelos problemas impactantes ao desenvolvimento do ecoturismo local ecoam como as principais perspectivas emergenciais nas promoções de um turismo baseado na sustentabilidade local.

5.1.3 Dimensão ambiental

Dentre os elementos apontados como critérios garantidores do desenvolvimento sustentável, a sustentabilidade ambiental vem merecendo, nos últimos anos, atenção de todos os setores em escala global. No turismo, essa regra não foge à exceção,

principalmente quando se leva em consideração algumas informações a respeito dos efeitos e causas potenciais apontadas como os principais gargalos ao desenvolvimento da atividade ecoturística no Amazonas.

Independente do ponto de partida sinalizado pelo forte ou fraco aquecimento global, conforme marca a descrição inicial dos cenários de referência A, B e C, constata-se que as consequências caracterizadoras do conjunto das projeções de futuro inferidas na análise da dimensão ambiental apresentam-se de forma insustentável. Tais deduções advêm das incertezas e das imprevisibilidades acarretadas pelas crises que acometem o contexto mundial, principalmente quando se consideram as transformações descritas para a Amazônia causadas pelas mudanças climáticas.

Uma breve análise do diagnóstico do quadro que sustenta essas previsões ajuda a entender as intenções presentes nas entrelinhas dos discursos dos atores sociais envolvidos diretamente e indiretamente no segmento da atividade sobre o real interesse em sobrepor programas de preservação ambiental acima dos valores da globalidade cultural das populações tradicionais, considerada a matéria-prima do desenvolvimento ecoturístico local.

Somente a partir da regulamentação do Decreto Federal nº 6.040/2007, em seu artigo 3º, é que os povos tradicionais foram legitimados como um grupo culturalmente diferenciado. (RUSSO, 2005, p. 10). Para este autor, as questões sobre as comunidades tradicionais e a preservação de suas culturas por meio do ecoturismo emergiram no cenário do ambientalismo a partir da década de 1990. Áreas naturais protegidas são indispensáveis para o ecoturismo, principalmente as que apresentam beleza cênica protegida das ações antrópicas. Entretanto, as culturas dos povos que tradicionalmente ocupam essas áreas, experimentam as belezas pelo trabalho, uma vez que extraem seu sustento desses recursos. Essa população elabora sua consciência social por meio da religião e, com relação aos fatos para os quais não conseguem uma explicação lógica, tecem redes mitológicas cujos significados são incontestáveis.

Cabe salientar que, do ponto de vista das transformações inferidas pelas mudanças climáticas, conforme previsto nos cenários A e C, constatam-se projeções nada animadoras para o alcance da sustentabilidade ambiental. No entanto, as projeções contempladas no cenário B, com relação à mudança do perfil dos tomadores de decisão quanto a abraçarem os programas de redução das taxas de desmatamento provenientes da comunidade internacional, apresentam-se contraditórias. De um lado, constatam-se resultados positivos, principalmente diante das conquistas junto ao trabalho de integração na Bacia Amazônica. O resultado mostra-se positivo no que se refere ao mercado de carbono. De outro, as previsões mostram que estes programas de redução de taxas de desmatamento só trazem

vantagens para os grandes investidores da região, principalmente pecuaristas, agricultores e grandes proprietários de terras. A estes é prometida compensação maior de lucro a seus produtos agrícolas em nome da manutenção ou replantio em suas terras, por meio das regras do REDD.

Por sua vez, existem as comunidades tradicionais e o pequeno agricultor rural. Para esses, as políticas ambientais públicas traduzem-se em compensações por meio de projetos com medidas de erradicação da “pobreza” *versus* compensação econômica, revertido em Programa Bolsa Floresta Familiar (BFF), Bolsa Renda Floresta (BFR), Bolsa Floresta Social (BFS), Bolsa Floresta Associação (BFA), Bolsa Verde e outros. Todas essas ações são asseguradas na lógica dos esforços de conservação ambiental das famílias moradoras de Unidades de Conservação do Estado do Amazonas, como se constata, por exemplo, no projeto Bolsa Verde:

O Programa de Apoio à Conservação Ambiental Bolsa verde, lançado em setembro de 2011, concede, a cada trimestre, um benefício de R\$ 300,00 às famílias em situação de extrema pobreza que vivem em áreas consideradas prioritárias para a conservação ambiental. O benefício será concedido por dois anos, podendo ser renovado. Como 47% das 16,2 milhões de pessoas que vivem em situação de extrema pobreza estão na área rural, a proposta é aliar o aumento na renda dessa população à conservação dos ecossistemas e ao uso sustentável dos recursos naturais. (FUNDAÇÃO AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL, 2008, p. 5).

No que concerne ao projeto de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD), no Amazonas, a experiência é realizada na RDS Juma, no município de Novo Aripuanã. Trata-se de uma iniciativa da Fundação Amazonas Sustentável (FAS). É considerada pioneira nessa modalidade e obteve o nível ouro no padrão internacional, chamado CCBA (Aliança Clima, Comunidade e Biodiversidade), pela certificadora alemã TÜV SÜD. A duração do projeto está prevista até 2050, quando se espera gerar cerca de 189.767.027 toneladas de créditos de CO². Para o primeiro período de crédito (2006-2016), este valor é de 3,6 milhões de CO².

Na estrutura do projeto consta um núcleo com cinco construções, contendo escola, casa familiar da floresta, casa do professor, posto de saúde e base operacional, com o intuito de atender às diversas comunidades.

O projeto Juma está levando às comunidades isoladas do Amazonas a possibilidade de educação, o que implica na melhoria da qualidade de vida. [...] a metodologia desenvolvida no projeto é inovadora. A partir da inteligência nacional, criamos uma abordagem nova que hoje passou a ser referência internacional: como resolver, do ponto de vista técnico e científico, o desafio de quantificar os benefícios da redução do desmatamento? (FUNDAÇÃO AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL, 2008, p. 21).

Com relação ao apoio das ONGs, constata-se o programa Pacto para a Valorização da Floresta e Fim do Desmatamento na Amazônia. Este programa faz parte de uma rede envolvendo nove ONGs. O pacto foi publicado em outubro de 2007 e tem como meta o estabelecimento de um compromisso entre vários setores da sociedade e do estado para concretizar medidas urgentemente necessárias para assegurar a conservação da floresta amazônica. Nesse sentido, este programa propõe o fim do desmatamento na Amazônia em sete anos, por meio da adoção de um regime de marcos de referência de redução a ser atingido pelo funcionamento de políticas públicas. O pacto também propõe vários mecanismos de financiamento para tornar possível este objetivo, tais como REDD e o estabelecimento de fundos específicos.

Cabe salientar que a implementação efetiva das ações acima descritas só foi possível com o apoio efetivo de um mecanismo financeiro para a geração de créditos de carbono, oriundos da Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD). Conforme constatado nas informações da revista Fundação Amazônia Sustentável (FAS, 2009), os recursos dos programas das bolsas, em coordenação com o governo do Amazonas, comunidade local e outros parceiros visam à implementação de medidas necessárias ao controle e monitoramento do desmatamento dentro dos limites do projeto e seu entorno, além de reforçarem o cumprimento das leis e melhorarem as condições de vida das comunidades locais.

O quadro cenarizado acima caracteriza o modelo de políticas públicas ambientais na Amazônia. O interesse pela economia verde sobrepõe-se aos valores sociais. Como se observou nos respectivos programas analisados anteriormente, estes não relevam as causas estruturais que acometem a região, como, por exemplo, a desigualdade social e o baixo nível escolar aliado à limitada capacitação para o trabalho dessa população. O que se vê, nas entrelinhas do discurso dos programas, são dilemas contraditórios e divergência de posicionamento institucional.

A conjunção desses fatores recebe influência das previsões do cenário C. O fraco desempenho das políticas públicas contribui para a multiplicação de programas com o objetivo de conservação da floresta amazônica. Esses fatores tendem a desviar a atenção dos tomadores de decisão concernentes à promoção de uma melhor sustentabilidade econômica do local. No contexto das políticas públicas promotoras do desenvolvimento do turismo no estado, esse reflexo apresenta-se negativo, até porque ocorre “dissonância quando o que o visitante espera ver quando compra um pacote turístico é diferente do que ele encontra quando chega ao destino.” (LUNAS, 2006, p. 256).

Diante da incapacidade do estado em investir nos projetos promotores de políticas públicas do ecoturismo, Lunas alerta sobre a emergência de se revisar o conceito de ciclo de vida do turismo:

É na direção da conceituação da análise da sustentabilidade econômica do turismo que se caminham propostas de análise econômica carregadas de interesse em atender às necessidades de valoração de bens ambientais e sua possível relação com a aplicação de preços dos produtos. Esses preços, sob o ponto de vista do novo conceito da sustentabilidade, devem sustentar não apenas os custos fixos, variáveis e a lucratividade da empresa turística como, também, os investimentos exigidos para a renovação dos recursos naturais e ambientais, bem como atender à expectativa dos retornos sociais na forma de uma melhor distribuição de renda. (LUNAS, 2006, p. 198).

É nesse contexto de discussão que o conceito de ciclo de vida dos produtos turísticos ganha importância. É por meio dele que se consegue entender os processos evolutivos dos produtos, dos destinos e demais fases do desenvolvimento do turismo. Essa ideia, de acordo com Costa (2009) baseia-se no *marketing* de produtos, o TALC (*Tourism Areas Life Cycle*), muito utilizado na academia. Nesse modelo, os destinos turísticos evoluem segundo um ciclo que se inicia por um período de descoberta, seguido de um período de crescimento dos visitantes e infraestruturas, até se transformar em um destino massificado. A fase seguinte aponta para o declínio ou o rejuvenescimento, ou seja, tudo dependerá da qualidade dos recursos existentes e da capacidade dos responsáveis. Ao concordar com essas ideias, Brandon reconhece que o “[...] turismo socialmente responsável e ambientalmente viável não pode ser implementado sem um diálogo fundamentado e construído a partir das necessidades regionais, em termos regionais”. (BRANDON, 2005, p. 227).

As previsões inferidas no cenário C às políticas públicas de turismo no estado sinalizam um futuro de obstáculos vislumbrados nos diversos programas de combate ao desmatamento ao longo da trajetória. Nesse contexto, o benefício advindo dos programas das Bolsas no fomento à conservação ambiental não consegue atingir toda a população tradicional, como ribeirinhos, extrativistas, artesãos e pescadores. Há dúvidas sobre os objetivos desses programas. Esses fatores tendem a dificultar o envolvimento dessa população nos demais projetos propostos ao turismo local.

Com relação às políticas públicas de estímulo ao ecoturismo em terras indígenas, embora o cenário C descreva um futuro de conflito entre as instituições responsáveis por esses povos, o cenário B sinaliza a concretização de vários projetos, contribuindo na geração de recursos econômicos e na melhoria da qualidade de vida dessa população.

De acordo com Francisco Everardo Girão⁶⁰, muitos dos conflitos que se instalam nas comunidades indígenas são causados por falta de uma posição definitiva da FUNAI. Embora este órgão não libere a visitação pública, a prática do turismo já acontece há muitos anos nesses locais. No Amazonas, algumas experiências vêm acontecendo, como demonstra a explanação abaixo:

[...] Organização Internacional do Trabalho (OIT), [...] tem um parágrafo lá que abre uma perspectiva que cita: “qualquer atividade econômica pode acontecer em espaços que beneficiem a coletividade”, como a questão indígena. No Amazonas já vem acontecendo, como por exemplo, a exploração da pesca esportiva lá no Tenharim-Marmelos, na região do município de Humaitá (a 591,03 km de Manaus), no rio Marmelos, em Humaitá, no sul do Amazonas, é um exemplo. Nessa comunidade são oito aldeias. Eles se manifestaram, pediram audiência pública e vieram a Manaus e depois foram em Brasília e conseguiram que a exploração da pesca esportiva acontecesse nas suas propriedades, porque beneficiaria uma coletividade. Então o Ministério Público foi lá na FUNAI e liberaram. Então temos aí referência de turismo em área indígena, em que eu conheça seja a primeira do Brasil. (Informação verbal).⁶¹

Além das comunidades citadas acima, ainda se realiza turismo nas comunidades de Cunhã Sapucaia, dos Mura, em Borba; dos Sateré-Mawé e Inhã-Bé, em Manacapuru e no Tarumã Açu (Manaus), dos povos Desana e Tupé, em Manaus, dos Tukano, em Santa Maria (Manaus), das comunidades Beija-Flor, em Rio Preto da Eva e outras.

Faria defende a tese de que qualquer proposta pensada para povos indígenas deve ser priorizada sob a ótica de dois grandes eixos de conhecimentos, os quais garantem a autonomia sobre suas vidas, que são: gestão territorial e educação ambiental e patrimonial. A conexão da dialética entre cultura e território resulta na territorialidade. Assim, enquanto a territorialidade busca criar uma identidade própria do lugar, o território, sob a ótica geográfica, apresenta-se como um eixo integrador e impulsionador da territorialidade e tende a projetar-se enquanto “processo de domínio (político-econômico) ou de apropriação (simbólico-cultural) de espaço pelos grupos humanos”. (FARIA, 2008, p. 57).

Com relação à implementação da atividade turística em terra indígena, a autora admite a existência de grupos opositores e favoráveis a esse tipo de exploração. A valorização da tradição cultural, da nação, da comunidade sobre a identidade, concretiza-se por meio de um planejamento adequado à realidade cultural e territorial do lugar. Assim, o ecoturismo pode surgir como alternativa sustentável viável, com possibilidade de gerar benefícios

⁶⁰ Geógrafo, mestre em geociência pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), trabalha na AMAZONASTUR como coordenador de turismo de base comunitária desde 2001. Atua, há 10 anos, na área de turismo. Atualmente é professor colaborador da Universidade do Estado do Amazonas - UEA.

⁶¹ Francisco Everardo Girão, em entrevista à autora, em 12/05/2012.

diretos e indiretos para as comunidades envolvidas e também como um instrumento de valorização cultural por meio de um processo socioeducativo. (FARIA, 2008, p. 12).

A partir de uma visão geral dos programas e projetos implementados pelas instituições fomentadoras de políticas ambientais com o intuito de aliar conservação e desenvolvimento na região, pode-se concluir que as iniciativas são válidas, em vista do que se propõem a fazer. Entretanto, constituem ações isoladas e não atividades abrangentes, voltadas para a comunidade local. Ressaltam-se aqui algumas das questões que emergem do trabalho com as comunidades locais, com a finalidade de garantir que o desenvolvimento do ecoturismo seja compatível com os objetivos econômicos, ecológicos e sociais da região: o papel da participação local, o engajamento efetivo como meta, a participação ao longo do projeto, a criação de investimentos de risco, a união entre lucro e conservação, a distribuição dos lucros, o envolvimento de líderes da comunidade, o uso de agentes de mudança, a compreensão das condições específicas do local e o controle e avaliação dos processos.

Entende-se, nesse contexto, a necessidade de possíveis mudanças. Para que haja perspectivas de sustentabilidade ambiental do sistema turístico na região, uma efetiva aplicação dos conhecimentos científicos e tecnológicos na preservação das reservas naturais deve integrar as metas de um planejamento sob a ótica de desenvolvimento regional.

Enfim, vislumbrar demanda de programa socioambiental, em nome da comemoração de redução de taxas de desmatamento, não resolve o problema conjuntural da sociedade amazonense. Essa é uma questão preocupante, principalmente quando se verifica nos cenários A e C o fraco desempenho das políticas públicas. Respostas na resolução desses problemas podem ser encontradas em tomadas de decisões a partir de articulação entre vários segmentos, reforçando a ligação entre organizações da sociedade situada no ambiente que viabilize o desenvolvimento. Reflorestamento e despoluição de reservas aquáticas, saneamento básico, adequada gestão do consumo de água, erradicação de doenças tradicionais, qualidade da educação, alternativas econômicas pensadas para o pequeno produtor rural e outras fragilidades contempladas na ausência de políticas públicas não soam como consequências apenas para o setor de turismo, mas sim para a população em geral.

5.1.4 Dimensão da organização estrutural: superestrutura e infraestrutura

Neste item analisar-se-á nos cenários de referência propostos ao ecoturismo do Amazonas, a sustentabilidade nas dimensões da organização estrutural, a saber: superestrutura e infraestrutura. A superestrutura, neste contexto de análise, relaciona-se às

organizações dos setores públicos, privados e intragovernamentais, cuja função está na regulação e criação de planos e programas ao sistema de turismo. Já a infraestrutura relaciona-se aos prestadores de serviços básicos ou de apoio ao sistema de turismo. Classifica-se como infraestrutura interna: rede telefônica, rede de esgoto, rede de água potável e vias de comunicação localizadas dentro dos limites de influência de um destino turístico. As externas são: aeroportos, rodovias, serviço de *Internet*, quer dizer, o sistema que contribui para aproximar um destino turístico ao outro, ou então, com centros urbano-industriais. Essa análise torna-se importante, pois a existência da sustentabilidade pressupõe cuidados com os interesses coletivos e processos decisórios e com a capacidade institucional para normatizar e implantar os caminhos democraticamente escolhidos.

A partir de uma avaliação geral nos aspectos concernentes à superestrutura e infraestrutura nos cenários de referência A, B e C, conclui-se que as projeções descritas sinalizam tendências insustentáveis. Alguns fatores concorrentes nas incertezas advindas das influências climáticas, como aquecimento global, queda da produtividade agrícola, crescimento extraordinário dos fluxos migratórios, entre outros, tendem a influenciar os tomadores de decisão de políticas públicas na região. Embora se avalie os grandes avanços no cenário B, o qual vislumbra o desenvolvimento do turismo em escala regional, as fortes campanhas de combate ao desmatamento e a projeção na divulgação do turismo exclusivo da marca Amazônia comprometem a configuração da oferta, ao longo da trajetória. Essa tendência sinaliza resistência por alguns estados que, ao insistirem em promover sua marca verde isolados, fragilizam a dinâmica de fluxo. Em linhas gerais, para que não se entre no círculo vicioso, as regras e critérios tornam-se relevantes em termos de conhecimento e mapeamento da realidade regional, itens garantidores da visão de gestão sistêmica em turismo, conforme projetado no cenário B.

Com relação à divulgação da marca Amazônia, esta tende a continuar, ao longo da trajetória, fortemente influenciada no discurso projetado na expectativa do imaginário e na satisfação de curiosidade, bem como na necessidade de conhecer e vivenciar a floresta e ambientes culturais diferenciados. Essa estratégia tem impactado negativamente, tanto no aumento do fluxo, como na definição das políticas públicas de turismo para o local, afinal, o discurso que divulga a marca da sustentabilidade se contradiz com a realidade em que vive essa população. Exemplo disso verifica-se no fragmento da proposta de turismo de base comunitária no entorno sul do Parque Nacional de Anavilhanas, conforme o seguinte comentário:

[...] a infraestrutura está muito longe de ser adequada aos padrões necessários para garantir a recepção de turista. Por exemplo [...] o acesso aos serviços de comunicação é inconstante. [...] chega a faltar, por muitos

dias, dificultando a comunicação entre as comunidades e seus potenciais clientes. A saúde pública, [...] existem postos de saúde na maioria das comunidades e em seu entorno, contudo não há nas comunidades agentes de saúde especialmente treinados em primeiros socorros. Saneamento básico e segurança pública: saneamento faz-se necessário um programa de construção (e de capacitação dos comunitários). [...] na forma adequada de como utilizar as fossas sépticas nas comunidades. Fornecimento de água potável, todas as comunidades têm poços artesanais, porém estes poços geralmente pertencem às escolas municipais e nem sempre têm capacidade de suprir a necessidade de toda a comunidade. [...] segurança, uma série de furtos estão ocorrendo nas comunidades localizadas próximas à cidade de Manaus [...] o que compromete a segurança das famílias e dos turistas que se hospedam nas comunidades. (IPÊ, 2011, p. 38).

A composição do quadro acima vai de encontro às ideias de Tomazzoni. Para este autor, a imagem mais provável de ingresso de turistas é aquela que considera os elementos da dimensão sociocultural e os elementos da dimensão econômica e ambiental. Esses fatores tendem a aumentar o saldo positivo da balança comercial regional. (TOMAZZONI, 2009, p. 25).

Com relação às influências do discurso, este tem se tornado uma bandeira de autopromoção do turismo, atrelado exclusivamente à preservação da floresta. Para o Gerente de Projetos do MTur (2011):

O Amazonas tem uma razoável infraestrutura institucional privada e falta maturidade na formatação do produto e estratégia para atender ao interesse do turista. Não basta criar *marketing*. Na estrutura da oferta há que ter investimento - agenciamento, receptivo, segurança no processo e no uso do produto, capacitação. Sobre as questões das embarcações, ainda é um gargalo. (Informação verbal).⁶²

Segundo Braga, a forte promoção em defesa da Amazônia, realizada pela mídia e celebrada em conjunto às leis ambientais e políticas para se manter a floresta em pé, traduz-se em preocupação, principalmente quando são deixados de lado problemas relacionados ao bom andamento do turismo no estado. O que não deixa de ser uma contradição difundida na marca da sustentabilidade turística, como demonstra o trecho seguinte:

Atualmente, o turismo retrocedeu 10 anos. Antes, pelo menos, havia um convênio com o governo da Suíça para com o setor hoteleiro. Era um apoio que visava preparar o pessoal a falar língua estrangeira. Hoje não temos mais esse apoio. E o aeroporto? Antes tinha dimensão e suporte, hoje tanto o aeroporto como os portos estão estrangulados. Das vantagens que podemos falar, são os equipamentos tecnológicos e culturais. Essa é uma promoção positiva. O que se constata é uma mídia favorável em defesa da Amazônia. Existem leis ambientais, políticas de manter a floresta em pé, política de governo altamente festejada e que não se traduz em turismo. As questões urbanas dificultam a promoção do turismo. Existem projetos como

⁶² Entrevista com o gerente de projetos do MTur, concedida à autora em 21/10/2011.

o Prosamim e outros que não têm aproveitamento turístico. (Informação verbal).⁶³

Girão responde a essa questão reportando-se ao momento em que foi estabelecido um Plano de Turismo pelo Governo do Estado. Segundo o depoente, foi a partir desse momento que se conseguiu, de fato, “perceber o que andou do turismo no Amazonas, até que ponto andou e os cenários futuros daqui pra frente”, conforme consta no depoimento a seguir:

[...] foi um marco positivo, porque até então não existia nenhum Plano Estratégico que contemplasse todos os segmentos. Então tá sendo bem interessante esse momento em função do advento da Copa, em função da Copa das Confederações e em função da Rio+20. O primeiro Plano foi feito em 2008. Antes, a gente trabalhava em cima de demanda e ações pontuais. A partir de 2008 foi estabelecido um Plano e foi contratada uma empresa por licitação a nível nacional. Duas iniciativas de São Paulo. São empresas com experiência na elaboração de vários planos. Esse plano tem seguido até hoje e agora ele está sendo reavaliado exatamente para cenários futuros em função da Copa de 2014. Que é fundamental para o desenvolvimento do turismo, onde é nesse Plano Estadual que aparecem os cenários. (Informação verbal).⁶⁴

Outra especificidade observada na maioria dos discursos dos atores sociais participantes da pesquisa, diz respeito aos programas, planos e projetos propostos para o ecoturismo na região. Conforme o quadro consultivo levantado neste estudo, desde 1985 são propostas políticas públicas para áreas naturais ou para a atividade ecoturística em Unidades de Conservação. No cenário C há uma forte tendência e crescente implemento de novos projetos, principalmente a partir de meados da primeira década. Na percepção dos atores sociais envolvidos diretamente na consumação desse processo, em sua grande maioria, tais programas sofrem intervenções geradas pela burocracia, em função de questões políticas e mudança de governo, como demonstram as declarações abaixo:

[...] a sensação que eu tenho é que as coisas mais ou menos deram uma paralisada. O PROECOTUR vinha num ritmo muito legal, muito bom. Estudamos os potenciais. No Amazonas, a gente trabalhou na Gruta do Batismo ali perto, fomos a algumas RPPS mais interessantes e que já estavam estruturadas. No caso das Unidades Federais, a gente já elaborou, naquela época, dois planos de uso público muitos bons e não foram implementados infelizmente. Um foi feito para o Jaú, pela Terese de Manaus. E outro foi realizado para Anavilhanas, pela Tereza Pádua. Foram planos muitos bons, mas infelizmente não foram implementados. Era o MMA que ia cuidar disso. Em 2005, o PROECOTUR voltou para o Mtur. Durante todo o tempo existiu um consenso que as coisas estariam indo muito bem e que era o MMA que ia cuidar. E de repente tudo parou. Essa

⁶³ Entrevista com Braga, concedida à autora em 03/05/2010.

⁶⁴ Entrevista com Girão, concedida à autora em 03/03/2012.

descontinuidade é muito ruim e esse processo demora. (Informação verbal).⁶⁵

De acordo com o gerente de projetos do MMA, o PROECOTUR cumpriu os objetivos do planejamento da primeira etapa, estando a segunda etapa de investimento do programa a cargo do Ministério do Turismo, com o PRODETUR Nacional. No que se refere aos investimentos do PROECOTUR no Amazonas, as informações apontam para duas estratégias concluídas: Polo Amazonas e Polo Sateré, e, inclusive, os terminais turísticos foram transferidos para o ICMBIO. Para Milhomens, a Amazônia tem uma parcela significativa do mercado e há uma tendência de aumento desse mercado no futuro. No entanto, há a necessidade de canalização de esforços orientados para a formatação dos produtos turísticos, que se resume em planejamento, conforme se percebe no depoimento a seguir:

[...] mas ainda depende de um planejamento. As pessoas acham que o turismo não é do setor econômico? E a atividade do turismo exige estratégia de competição, estudos e pesquisa. Sobre o PRODETUR [...] o Amazonas não está participando desse programa, uma vez que se presume que o estado não precisaria de empréstimo do BID, acha que é provável [...] o que existe aí é o esforço do estado de não frustrar expectativa e crie mão-de-obra adequada para o local. Há que desenvolver programa de capacitação etc. Como dizia Valfrido: “o melhor local é o que tem segurança e condições de vida para as pessoas”. Um exemplo são os hotéis de selva, que são conhecidos como modelos e, de alguma forma, são processos que mudam a cara do negócio de turismo no Brasil. É o que atrai o fluxo de turista. As Unidades de Conservação e as comunidades são elementos que têm mais peso no chamativo dos turistas. Mas sem esquecer que se deve atentar para uma recepção adequada. E isso não se traduz em requinte. (Informação verbal).⁶⁶

Com base nessas ideias, Becker e Irving (2001) entendem que as estratégias inovadoras de planejamento e gestão constituem a base do vetor de reconhecimento do potencial turístico que abriga a Amazônia. “[...] uma diversidade sem precedentes de sistemas naturais; e uma pluralidade cultural que confirma o potencial para o desenvolvimento do turismo”. (BECKER, 2001, p. 114).

Com relação às políticas públicas de turismo, nos últimos cinco anos, a Amazônia, como um todo, aparentemente, “deu uma esfriada, com exceção do Acre”, como demonstra o depoimento a seguir:

Nos últimos quatro a cinco anos, em termos de políticas públicas, a Amazônia, como um todo, deu uma esfriada bastante grande, com exceção do Acre. Na segunda fase do programa, PROECOTUR acabou. [...] na segunda fase, quando que iam acontecer o investimento das obras, aí acontece mudança de governo as pessoas saíram e infelizmente as

⁶⁵ Entrevista com Rocktaeschel, concedida à autora em 28/10/2011.

⁶⁶ Entrevista com Milhomens, concedida à autora em 21/10/2011.

instituições não estão preparadas. Ocorreram mudanças em tudo. As mudanças políticas são muito drásticas nesse aspecto. Não se avaliam o que é bom, não avaliam as competências e o negócio ficou parado por muito tempo, até a coisa pegar pé de novo... Era o MMA que ia cuidar disso. Em 2005, o PROECOTUR voltou para o Mtur. Durante todo o tempo existiu um consenso que as coisas estariam indo muito bem e que era o MMA que ia cuidar. E de repente tudo parou. Essa descontinuidade é muito ruim, e esse processo demora. (Informação verbal).⁶⁷

A esta preocupação pode-se ainda associar a sensibilização diante da demanda de estudos e planos existentes, muitos dos quais são esquecidos, o que compromete o desenvolvimento das políticas públicas de ecoturismo. Como testemunho dessa realidade, leia-se o trecho abaixo:

Eu acho que precisa de um plano muito maior. Por exemplo, vamos mapear o Amazonas e pegar tudo o que existe. Às vezes as pessoas esquecem que já tem tanta coisa publicada. E a gente começa tudo de novo. Então vamos pegar tudo o que existe e vamos atualizar. Porque tudo o que foi feito em 1990 nem sempre se aplica. Mas procurar saber o que se aplica. Vamos comparar, vamos convidar as pessoas que são especialistas nessa área, pessoas de dentro do território. Vamos estudar e de novo pensar nas políticas pra desenvolver o turismo e o ecoturismo no AM, isso é vital. (Informação verbal).⁶⁸

É nítido perceber tais influências na descrição dos cenários A e C, no que diz respeito aos investimentos na infraestrutura de atendimento ao Projeto Copa do Mundo 2014. As providências emergenciais são questionáveis, até porque a maior parte dos investimentos concentra-se na capital. Os demais destinos indicados como potenciais ao ecoturismo continuam excluídos do processo. No cenário B, essa configuração procura mudar ao longo da década, até porque o plano pensado de forma integral, com interesse regional, tende a reorientar, de forma efetiva, o turismo de base comunitária, o turismo em terras indígenas e de agricultura familiar.

Um dos aspectos que chama a atenção nas projeções inferidas dos cenários A, B e C é o indicativo de mudanças da participação das comunidades dos polos ecoturísticos. Fortemente integradas, essas comunidades põem em xeque a atuação do MTur, quanto ao modelo de articulação dos três poderes e o interesse em promover a inclusão social, confirmados a seguir:

[...] o MTur só se envolve quando o empreendimento se trata de grandes grupos estrangeiros por intermédio do BNDES. [...] então quem de direito na implementação do empreendimento turístico no local é o prefeito. Já no que diz respeito à comunidade, serem ouvidas e tomarem alguma forma de decisão na implantação de algum projeto, não são estimuladas em participarem. [...] o complexo que existe em Barcelos, por exemplo, não usa

⁶⁷ Entrevista com a coordenadora de estruturação do ICMBIO, concedida à autora em 21/10/2011.

⁶⁸ Entrevista com a coordenadora de estruturação do ICMBIO, concedida à autora em 21/10/2011.

nada da comunidade local. E não existe orientação para que se consumam alguns produtos na comunidade. (Informação verbal).⁶⁹

Para os grupos participantes do *Workshop* de Ecoturismo, os investimentos do governo em infraestrutura devem ser encarados como oportunidade de investimento em todos os setores no Amazonas. O depoente afirma que não há nada construído de concreto para o turismo no estado:

O que é que se constrói de concreto no estado em relação ao turismo? Basta pensar por que é que não temos hidrovias? Essa infraestrutura do governo e dos empresários seria para o ecoturismo nas comunidades. Não posso imaginar uma trilha para o ecoturismo sem infraestrutura. [...] diversos interesses em jogo: eu trato de ecoturismo não como algo isolado, mas como algo multidisciplinar, contextualizado, a partir daí a gente não pode esperar que seja diferente, há muitos interesses em jogo. (Informação verbal).⁷⁰

No que se refere aos planos e programas da exploração do ecoturismo nas Unidades de Conservação, suscitam questionamentos quanto à inexistência desses planos. Inclusive do plano de manejo e de apoio às comunidades. Essa tendência prevista no cenário A, reflete a preocupação no período de 2014 a 2016, pois as políticas implementadas para as UCs continuam a ser pauta de discussão, mas sem compromisso do governo.

Para efeito de ilustração, os benefícios de uma visão sistêmica e a ênfase em serviços no desenvolvimento da infraestrutura, como se projeta no cenário B, tende ao afastamento centrado no modelo da ZFM. Para Almeida & Tokeshi (2011), infraestrutura no Brasil ainda se traduz como sinônimo de obra. Essa ideia apresenta-se muito limitada quando se pensa sobre um elemento essencial para o desenvolvimento. Assim:

A alternativa que propomos é pensar uma infraestrutura como sistemas de serviços que resolvam necessidades fundamentais do nosso dia a dia, como energia, comunicação, locomoção, logística, saneamento, saúde, segurança e educação. Faz sentido pensar em sistemas porque a indústria de infraestrutura tem, por natureza, características de rede, ganhos de escala e externalidades que fazem com que os benefícios públicos sejam maiores que os benefícios privados. Esses são todos os serviços nos quais, indiferentemente se executados por operadores públicos ou privados, haverá a necessidade de mecanismos de regulação, não só porque se faz necessário definir onde e quanto prover, mas também porque a qualidade desses serviços tem relação direta com a efetiva melhoria de bem-estar para os seus usuários. (ALMEIDA; TOKESHI, 2011, p.149).

Um exemplo que caracteriza a visão de Almeida & Tokeshi (2011) sobre a compreensão de infraestrutura traduzida como sinônimo de obra pode ser observado nos recursos da ZFM destinados ao desenvolvimento do turismo na região, como por exemplo:

⁶⁹ Entrevista com a coordenadora do Programa de Regionalização do Turismo, concedida à autora em 03/03/2011.

⁷⁰ Depoimento coletado pela autora no *Workshop* Ecoturismo e Cenários para o Amazonas, em 21/07/2011.

a) construção, melhoria e ampliação de aeroportos em Japurá, Juruá, Nova Olinda do Norte e Lábrea; b) melhoria da infraestrutura turística das orlas de Boa Vista de Ramos, Anori, Autazes, Iranduba, Itapiranga e Novo Aripuanã; c) construção de praças de alimentação e centros culturais em Tabatinga, Codajás, Autazes e Iranduba; d) melhoria da infraestrutura do complexo turístico de Maués; e) restauração do Mercado Municipal Adolpho Lisboa, estrutura turística, e reurbanização da Praça da Saudade, em Manaus; f) infraestrutura turística na Baixa de São José, município de Parintins; g) infraestrutura turística no município de São Sebastião do Uatumã; h) cursos de qualificação profissional em idiomas e gestão turística em comunidades; i) projetos de assistência técnica e extensão rural para a agricultura familiar; j) projeto de capacitação e qualificação profissional nos bumbas Garantido e Caprichoso, no município de Parintins.

No que se refere ao apoio do governo do estado, mais uma vez o discurso tem reiterado a prioridade do turismo em seus planos de governo. A partir de uma breve análise dos recursos destinados ao desenvolvimento do setor, especificados em suas leis orçamentárias, consegue-se visualizar atos contraditórios. Exemplo disso verifica-se no exercício social de 2006. A Lei Orçamentária Anual previa a aplicação de 0,15% do valor total do orçamento estadual em turismo. Já para os exercícios anuais de 2011 e 2012, ocorre uma drástica inversão nesses valores destinados à atividade: caindo para 0,05% do total do orçamento estadual.

Enfim, uma proposta de turismo pensada na perspectiva do turismo regional deve levar em conta uma rede de organizações, por cujas ligações fluem intercâmbios de ideias e de ações inovadoras. O sucesso no alcance dos objetivos presentes nas dimensões econômica, sociocultural, ambiental e organização estrutural encontra-se na construção do conhecimento e do saber, como o patrimônio de maior valor. No entanto, as decisões não podem ser tomadas com base em interesses de grupos fechados, mas sim geradas em bases seguras, a partir da construção do conhecimento como processo coletivo e dinâmico, para o qual se salienta a função relevante das empresas, das entidades públicas privadas e das instituições de ensino, especialmente as universidades, como centros de pesquisa. Essa nova visão tende a construir um novo ciclo e este ciclo consiste na formação de uma massa crítica que tende a efetivar-se a partir do momento em que as universidades utilizem a pesquisa como estratégia de discurso para os turistas expressarem suas avaliações.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Esta pesquisa teve como objetivo geral identificar, por meio da construção de cenários, os futuros plausíveis do ecoturismo no estado do Amazonas, como forma de analisar as dimensões da sustentabilidade nos cenários de referência e as consequências nas políticas públicas propostas ao ecoturismo local. A pergunta que norteou este trabalho foi saber quais os limites e as possibilidades da sustentabilidade do ecoturismo no Amazonas, a partir das condições atuais. Para tanto, foram realizados, entre outros, alguns procedimentos técnicos e metodológicos como entrevistas, oficinas com atores, observação direta e consulta à literatura e a documentos governamentais. O método foi inspirado no trabalho de Maurice Godet, mas com introdução de ideias provindas de Mattus e Schwartzan, assim como Porto, Buarque e Nascimento, no Brasil. O terreno de observação foi o Polo Amazonas de Ecoturismo.

O processo adotado foi rico em um aprendizado que possibilitou conhecer os aspectos atuais das condições socioeconômicas e culturais do estado e do próprio sistema de turismo local. Conforme se constatou, o ecoturismo, a partir da divulgação de suas experiências alternativas de turismo, juntamente com a identificação de seu potencial de atrativos presentes nos patrimônios natural e cultural, cerniza um quadro promissor, pois identifica esses atrativos como espaços de grande relevância para o turismo na região. O reconhecimento dos atrativos no mercado internacional e nacional pelo potencial, e com produtos bem estruturados voltados para este segmento, tem fortalecido o interesse dos turistas pelos destinos turísticos amazônicos. As possibilidades de desenvolver atrativos e roteiros são inúmeras e abrangem desde a observação da fauna e da flora, a perspectiva de convívio com as comunidades tradicionais extrativistas ou ribeirinhas, a pesca esportiva, entre outros. Os produtos turísticos comercializados pelas agências receptoras locais no segmento do ecoturismo, como o turismo cultural e o turismo de pesca, têm se constituído como os atrativos mais requisitados pelos turistas no Amazonas.

No entanto, quando se permite uma melhor visualização das atividades ecoturísticas no estado, essas encontram-se desordenadas e impulsionadas, quase que exclusivamente, pela oportunidade mercadológica, deixando, a rigor, de gerar os benefícios socioeconômicos e ambientais esperados, comprometendo, não raro, o conceito de imagem do produto ecoturístico brasileiro nos mercados interno e externo. Essa constatação fica evidente, inclusive, na análise de alguns indicadores socioeconômico do estado e da capital, Manaus, quando comparados a indicadores dos polos destinos selecionados. Como se pode observar, a grande concentração econômica fica limitada apenas à cidade de Manaus. As

implicações comumente reivindicativas giram em torno de oportunidade de emprego e renda, deficiência de pessoal em número e qualificação, falta de regularização fundiária das áreas de uso sustentável indireto e inadequada infraestrutura dos serviços turísticos. Tais discussões são um apelo ao poder público para a tomada de providências no cumprimento de políticas públicas priorizadas ao desenvolvimento do ecoturismo, as quais ficam fragilizadas, principalmente quando há troca de governo. Nesse sentido, as ações deixam de cumprir um importante papel ecológico e social.

A construção de cenários para o estado do Amazonas foi um passo que possibilitou identificar os atores e seus respectivos posicionamentos em relação ao desenvolvimento do ecoturismo no estado. O estudo mostrou as principais condições de futuro de mudança ou descontinuidade na trajetória rumo ao futuro. As condicionantes externas possibilitaram sinalizar alguns pontos favoráveis e as tendências evolutivas do crescimento do ecoturismo. Todas as expectativas indicam que haverá a continuidade do crescimento do turismo nas próximas décadas, intensificando as viagens e a busca por novos produtos. Nessa perspectiva, o crescimento da consciência ambiental em todo o mundo tende a aumentar o interesse pelas diversas formas de turismo orientado para a natureza, especialmente o ecoturismo, atividade econômica favorável à conservação dos ecossistemas.

As estimativas entre os principais emissores brasileiros vêm crescendo e conseguindo definir uma demanda exclusiva interessada em viagens no segmento ecoturístico. O Amazonas aparece como uma das cinco marcas brasileiras mais importantes, com grande potencial para o desenvolvimento da atividade. No entanto, o estudo mostra que o turismo na região ainda encontra-se em estágio incipiente. A partir de uma avaliação geral pode-se constatar alguns indicativos de reflexões com base nas principais condições necessárias ao desenvolvimento do ecoturismo no estado, são elas: criação de uma política estadual de turismo, gestão integrada do turismo, participação das comunidades, fortalecimento das associações, qualificação profissional, investimento em educação, entre outras.

As estratégias possibilitadas pelo método de cenários acrescentaram elementos fundamentais à discussão das perspectivas futuras de sustentabilidade do ecoturismo no Amazonas e as respectivas políticas públicas. As constatações mais importantes são as de que coexistem elementos que estimulam o desenvolvimento do ecoturismo na região, como por exemplo, os atrativos já consolidados. Uma das constatações no quadro de atores é que existem posições favoráveis às questões da sustentabilidade do turismo no Amazonas. No entanto, pouca atenção tem sido dada aos atores de menor expressão e ao fortalecimento da participação da comunidade.

Considerando os sinalizadores de sucesso da sustentabilidade analisados nas dimensões econômica, sociocultural, ambiental e na organização estrutural projetada nos

cenários de referência, conclui-se que as inferências de perspectiva para o ecoturismo, conforme estimativa temporal, a um prazo exequível de 10 anos, apresentam-se contraditórias aos preceitos defendidos nos pressupostos. Esse resultado caracteriza a atividade no estado como insustentável.

Como se percebeu no quadro dos atores sociais, a instituição ZFM, com seu respectivo modelo, tem suas deliberações centralizadas na esfera federal, engessando sobremaneira a economia estadual. Esta estratégia tem inibido ações efetivas e eficazes aos reais e justos interesses do turismo no estado, o que não deixa de influenciar o modelo de gestão local.

Como ficou constatado, o cenário B vislumbra um futuro promissor para o desenvolvimento do ecoturismo com bases sustentáveis. No entanto, as estratégias planejadas para este segmento precisam ser realizadas de forma holística visando promover uma rede integrada de apoio ao desenvolvimento da atividade. Somente por meio dessa lógica será possível concretizar as ações orientadoras do referido cenário, sinalizadas nas seguintes tendências: compromisso, empenho e nova postura no engajamento internacional e nacional no controle de baixas emissões de aquecimento global; maior investida na definição e identificação dos atores sociais componentes do segmento; incentivo no manejo florestal proposto em sinergia com as companhias madeireiras na criação de centros de produtos florestais que integram o manejo florestal natural regional com plantações; regulamentação tanto da pesca nos lagos de várzea, como da prática do ecoturismo em terras indígenas; substituição das hidrelétricas planejadas para a região por políticas de eficiência energética; alta capacidade de gestão; redefinição no modelo de desenvolvimento; mapeamento das principais políticas públicas, eficácia no uso dos recursos públicos; incentivo de novas políticas que promovam a eficiência na utilização de terras degradadas; investimento em tecnologia como forma de promover mudanças na estrutura produtiva da região; investimento em educação, em saneamento básico e saúde para as populações indígenas e não indígenas; integração de todos os polos de ecoturismo como forma de agregar atividades econômicas não apenas pelas empresas que utilizam os recursos naturais com fins estéticos, fitofármacos e bioindústrias, mas também por pequenos produtores da agricultura familiar e demais comunidades com experiência em turismo de base comunitária; aumento de centros universitários federais, estaduais e unidades de institutos técnicos federais, principalmente no interior; respeito às comunidades destino dos polos de ecoturismo como forma de organizarem-se regional e politicamente visando objetivos comuns. Exemplo disso, geração de emprego e estímulo no uso do conhecimento do local como forma de valorização do valor agregado dos produtos ecoturísticos.

Em função de o próprio método proporcionar desafios por constituir-se essencialmente da percepção dos atores sociais no desenho de cenários futuros plausíveis, pode-se considerar, aqui, duas de suas vantagens: a flexibilidade e a interação ocorrida em suas etapas. Esse processo possibilitou entender a realidade global das decisões de políticas públicas voltadas ao ecoturismo local. Assim, por meio das indicações dos obstáculos e das oportunidades sinalizadas nos cenários de referência, foi possível colher o que de melhor essas projeções têm a ensinar.

Como ficou caracterizado nos cenários A e C, a expansão do ecoturismo encontra-se fragilizada e fortemente atrelada às incertezas e aos riscos do aquecimento global. Essa tendência pode servir de alerta quanto à inexistência de ações preventivas estimuladoras da educação ambiental e de adaptação da população local. Essa ação, inclusive, tem sido apontada como uma forte ferramenta de sensibilização diante dos riscos e das consequências do mau uso dos recursos naturais.

Conforme sugestões sinalizadas no cenário B, o qual projeta ações de desenvolvimento do turismo em escala regional, consegue-se avaliar que a demanda internacional é importante para a dinâmica econômica no estado e não se podem negar as incertezas diante das crises por qual tem passado essa mobilização no contexto internacional.

As perspectivas econômicas da população brasileira são animadoras, porém, se as condições dos países do “norte” se agravarem e a dos países emergentes persistirem, será fundamental adotar medidas para reorientar a promoção do ecoturismo no Amazonas.

Nesse aspecto singular, a sensibilização da população quanto aos cuidados com o meio ambiente e a correlação deste na promoção do turismo, pode ser incrementada por meio de intercâmbio com as universidades no âmbito regional e local. Outra possibilidade seria aprofundar os estudos a respeito da imagem que os turistas possuem da Amazônia, como forma de subsidiar políticas promocionais, inclusive com informações que destaquem as reais qualidades dos produtos oferecidos pela região. Além disso, merecem ser estimulados estudos dos impactos econômicos gerados pelo turismo na região, em termos de geração de emprego e renda para as economias locais, sua influência sobre diversos setores com os quais se relaciona e a distribuição regional desses impactos.

A não sincronia desses fatores tende a interferir, principalmente, no crescimento do setor ecoturístico, até porque a demanda, além de depender dos bens e serviços da atividade, depende, também, da oferta de atrativos e de uma política pública bem definida de estímulo ao segmento em escala regional, conforme projetado no cenário B. Caso contrário, persistirão tendências promotoras de ações individuais e desconectadas da visão sistêmica. Como se sabe, as consequências interferem negativamente nos investimentos

em favor da valorização dos fatores e na oferta, o que impacta negativamente a ampliação do mercado consumidor.

Como ficou evidente neste estudo, não existe prática do ecoturismo no estado. Não foi outra a intenção de se registrar as experiências ocorridas nos destinos da RDS-Mamirauá. Esse polo geralmente é tomado como modelo da prática de ecoturismo no estado. Embora se verifiquem tentativas pontuais com boas intenções vocacionais dessa prática na visão sistêmica de sustentabilidade, pensada nos pressupostos de desenvolvimento regional, como sugere esta tese, essa atividade não se caracteriza como tal.

Isso se justifica em razão dos desvios dos focos de interesse e do isolamento das ações desintegradas e fragmentadas caminharem na contramão das ações e projetos pensados para os demais destinos de referência no estado. Esses são objetivos totalmente diferentes. Evidentemente, não se pode deixar de fazer uma breve comparação dessa problemática com as grandes experiências registradas nesse estudo sobre o sucesso alcançado em alguns países. Fatores como gestão, planejamento integrado, envolvimento dos governos, da sociedade civil organizada, das instituições privadas e ONGs são eixos relevantes na garantia do sucesso dessa atividade.

Nessa perspectiva, faz-se necessário relativizar o papel das comunidades dos destinos polos de referência quanto à sincronização da participação nos processos políticos decisórios. Nos três cenários de referência esse indicativo aparece como um forte impulsionador do processo.

As perspectivas das incertezas quanto às mudanças climáticas e à diversidade de políticas públicas orientadas na manutenção da floresta em pé, conforme sinalizado no cenário A, resultam em reflexão para os tomadores de decisão. Afinal, a quem de direito reservam-se os recursos repassados para as políticas ambientais? Será que as bolsas têm beneficiado as populações locais? É bem verdade que os recursos destinados pela comunidade internacional ao fomento de políticas públicas de redução de taxas de desmatamento têm repercutido em vários interesses. Mas também é verdade que não se pode promover o turismo negando os problemas da comunidade amazonense.

A partir de uma avaliação geral sinalizada nos cenários e nas pesquisas de apoio à análise dos cenários, o problema maior da Amazônia não vai ser o fluxo, pois o fluxo é um indicador crescente. Talvez não mantenha o mesmo ritmo de crescimento, mas vai continuar crescendo. A questão toda é o acolhimento desse turista e a externalidade desse fluxo para a região.

As conclusões acima permitem recomendar algumas sugestões tanto ao sistema de turismo local, como indicativo para pesquisa, como forma de reforçar e ampliar os conhecimentos da sustentabilidade. São elas:

- Internalização do efeito do fluxo crescente do turista que se constitui em uma óbvia fragilidade, ou seja, como fazer para empregar mais, comprar mais artigos locais e descentralizar as visitas na capital?;
- Estudos para organização de informações mais precisas quanto ao quadro quantitativo de empregos gerados (diretos e indiretos) pelo sistema de turismo;
- Estudos de casos específicos para atrativos turísticos podem subsidiar a visão da sustentabilidade no estado;
- Montagem de um sistema de informações integrado, com o objetivo de facilitar os investimentos, permitir o monitoramento e avaliar as políticas voltadas ao desenvolvimento do ecoturismo; e
- Desenvolvimento da produção rural integrada para o abastecimento da cadeia produtiva.

Enfim, como se evidenciou ao longo desta tese, as estratégias de desenvolvimento do ecoturismo no estado têm sido relegadas a um segundo plano, contribuindo, assim, para o êxodo rural. Um futuro promissor no ecoturismo é um ingrediente fundamental para um novo modelo de desenvolvimento na Amazônia. Este é o desafio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, B. T.; TOKESHI, H. Os gargalos de infraestrutura e a criação de um sistema moderno de serviços públicos. In: GIAMBIAGI, F.; PORTO, C. (Org.) **2022 – Uma proposta para um Brasil melhor no ano do bicentenário**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- ALVARENGA, A.; CARVALHO, P. S. A escola francesa de prospectiva no contexto do *futures studies* - da “Comissão o Ano 2000” às ferramentas de Michel Godet. Instituto da Defesa Nacional, **Portugal Parceiro Global - Conjuntura & Prospectiva**, 2004.
- ARRILLAGA, J. I. **Introdução ao turismo**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1976.
- ARRONES, J. **Los mitos do turismo**. Madrid: Endymion, 1992.
- BARBOSA, F. R. **A educação ambiental como função e produto do ecoturismo**. [Monografia de graduação em Turismo]. Porto Alegre: Famecos/PUCRS, 2001.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.
- BASSO, K. G. F. Políticas públicas do turismo em áreas naturais e evolução do conceito de ecoturismo no Brasil, 2007. II ECOUC-**Anais**. II Encontro Interdisciplinar de Ecoturismo em Unidades de Conservação. VIº Congresso Nacional de Ecoturismo (CONECOTUR) 08 a 11/11/2007. Itatiaia-RJ.
- BECKER, B. K. Amazônia: construindo o conceito de conservação da biodiversidade na prática. In: GARAY, I.; DIAS, B. (org.) **Conservação da biodiversidade em ecossistemas tropicais: avanços conceituais e revisão de novas metodologias de avaliação e monitoramento**, Petrópolis: Vozes, 2001, p. 114.
- BENCHIMOL, S. **Amazônia: formação social cultural**, Manaus: Valer, 1999, p. 34.
- BENI, M. C. **Sistema de turismo – construção de um modelo teórico-referencial para a aplicação da pesquisa em turismo**. [Tese de doutorado]. São Paulo: ECA/USP, 1987.
- _____. **Globalização do turismo: importância econômica e social: a realidade brasileira**. São Paulo: Aleph, 2001.
- _____. **Políticas e planejamento de turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.
- _____. Um outro turismo é possível? A recriação e uma nova ética. In: MOESCH, M. M.; GASTAL, S. (Org.). **Um outro turismo é possível**, p. 11-24. São Paulo: Contexto, 2004.
- _____. **Globalização do turismo**. Megatendência do setor e a realidade brasileira. São Paulo: Aleph, 2007.
- BOO, E. O planejamento ecoturístico para áreas protegidas. In: LINDBERG, K; HAWKINS, E. **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. 5. ed. São Paulo: SENAC - SP, 2005.

_____. **Ecotourism: potentials and pitfalls.** Washington - USA: World Wildlife Foundation, v. 1, 1990.

BORGES, J.; CALEJON, S. Preservação que dá resultado: desenvolvimento sustentável em Mamirauá é referência mundial. In: **Revista Problemas Brasileiros.** n. 390 - nov/dez. São Paulo: Sesc, 2008. Disponível em: <http://www.sescsp.org.br/sesc/revistas_sesc/pb/artigo.cfm?Edicao_Id=324&Artigo_ID=5061&IDCategoria=5790&reftype=1>. Acesso em: 26 nov. 2009.

BOULLÓN, R. C. Ecoturismo: intenciones y acciones. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). **Turismo e ambiente: reflexões e propostas.** São Paulo: Hucitec, 1997, p. 44-48.

BOYER, M. **História do turismo de massa.** Tradução: Viviane Ribeiro, Bauru - SP: EDUSC, 2003. p. 15-46.

BRANDON, K. Etapas básicas para incentivar a participação local em projetos de turismo voltado para a natureza. In: LINDBERG, K; HAWKINS, K. (org). **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão,** 5. ed. São Paulo: SENAC - SP, 2005, p. 66-225.

BRASIL. Eletronorte. **Cenários socioenergéticos da Amazônia, 2000-2020.** Fev/2001.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo.** Elaboração: Grupo de Trabalho Interministerial-MMA; MICT; IBAMA; EMBRATUR, 1994.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Estratégias de ecoturismo/PROECOTUR,** 2009.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **4º Relatório nacional para a convenção sobre diversidade biológica.** Brasília: MMA, 2011, p. 248

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Metas nacionais de biodiversidade para 2010.** Brasília: MMA/SBF/DCBIO, p. 16, 2007. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf_chm_rbbio/_arquivos/Metas%202010.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2011.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Diretoria de Unidade de Conservação Integral. **Projeto Parque da Copa.** Brasília, 2011.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Oficinas de capacitação em ecoturismo:** investindo em pessoas para conservar o meio ambiente. Brasília: Secretaria de Coordenação da Amazônia (SCA); MMA. Brasília, 1994.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Proecotur - **Programa de desenvolvimento.** Planos e Estratégias de Desenvolvimento do Ecoturismo dos Estados: Acre, Amazonas, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, 2002 – 2004.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Programa de Desenvolvimento. **Proecotur: 4 anos de implementação,** 2004.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Projeto 4 - Estudo do Mercado Turístico e Definição das Diretrizes** - PROJETO BRA/99/009-PROECOTUR. Versão final. FIPE/IPK/Ruschmann Consulting, 2008.

_____. Ministério do Turismo - **CONVÊNIO. Proposta de ações estratégicas para o desenvolvimento sustentável**: turismo de base comunitária no entorno sul do Parque Nacional de Anavilhanas, Instituto de Pesquisas Ecológicas - IPÊ - 2011.

_____. Ministério do Turismo. **11º Relatório de Atividades do Ministério do Turismo**. Março de 2006.

_____. Ministério do Turismo. **Anuário estatístico de turismo**. v. 38, Ano base 2010-2011.

_____. Ministério do Turismo. **Brasil supera expectativa de estrangeiros**. Disponível em: <www.turismo.gov.br/turismo/noticias/todas_noticias/20111010-1.html>. Acesso em: 10 out. 2011.

_____. Ministério do Turismo. **Ecoturismo**: orientações básicas. Manual do Ecoturismo. São Paulo: SENAC, 2004.

_____. Ministério do Turismo. **Estudo da demanda turística internacional**. Fundação Instituto de pesquisas Econômicas (FIPE). MTur/FIPE, 2010.

_____. Ministério do Turismo. **Gasto de turistas estrangeiros**. ABETA/ASCOM/EMBRATUR, 2011.

_____. Ministério do Turismo. **Manual do ecoturismo**, p. 48. MMA; MICT; IBAMA; EMBRATUR, 1994.

_____. Ministério do Turismo. **Plano Aquarela**. Brasília: MTur, 2009.

_____. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2003-2007**. Brasília: MTur, 2003.

_____. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2007-2010**. Brasília: MTur, 2007.

_____. Ministério do Turismo. **Políticas de Turismo** - Diretrizes Operacionais - Programa de Regionalização do Turismo, Brasília: MTur, 2004.

_____. Ministério do Turismo. **Programa de regionalização do turismo**: roteiros do Brasil. Brasília, 2004.

_____. Ministério do Turismo. **Programa para o desenvolvimento do ecoturismo na Amazônia legal brasileira** – PROECOTUR, 2003. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/sca/proeco/turverd.html>>. Acesso em: 26/08/2009.

BUARQUE, S. C. **Metodologias do planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. 2. ed. Recife: IICA, 1999. Disponível em: <http://www.permear.org.br/pastas/documentos/permacultor4/Planeja_DesLocal.PDF>. Acesso em: 10 mai. 2010.

_____. **Metodologia e técnicas de construção de cenários globais e regionais**. Brasília: IPEA, 2003.

- BURKART, A. J; MEDLIK, S. **Tourism: past, present and future**. Heinemann, London, 1974.
- BUCKLEY, R. Natural Area Tourism: ecology, Impacts and Management. **Annals of Tourism Research**, v. 26, n. 2. Great Britain: Elsevier Science, 2003, p. 99-497.
- CANUTO, O.; REIS, J. G. **Comércio global e crescimento: perspectiva e desafios para as economias em desenvolvimento**, 2011, p. 5. Disponível em: <www.worldbank.org/economicpremise>. Acesso em: 14 mai. 2012.
- CARVALHO, R. C. **Turismo nos Lençóis Maranhenses: estudo das representações sociais de atores sobre a situação atual e futura do turismo nos municípios de Barreirinhas e Santo Amaro do Maranhão, MA**. [Tese de Doutorado. Centro de Desenvolvimento Sustentável - CDS. Universidade de Brasília]. Brasília, 2007.
- CASTELLS, M. A. **Sociedade em redes**. Tradução: Roneide Venâncio Majer, 2. ed., v.1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CASTROGIOVANNI, A. C. Turismo, ecoturismo e sustentabilidade: inquietações e possibilidades. In: GASTAL, S.; MOESCH, M. M. **Um outro turismo é possível** (Org.). São Paulo: Contexto, 2004, p, 108.
- CAVALCANTE, M. B. **Ecoturismo no Brasil, visita à natureza**. Mundo Jovem, v. 369, 2006.
- CORDEIRO, J. L. Council for the United Nations University – **The Millennium Project - Cenários Energéticos Globais 2020**. World Federation of UN Associations. Núcleos de Estudos do Futuro PUC - São Paulo, 2006.
- CHERMACK, T.J. **A theoretical model of scenario planning**. Human Resource Development Review, v. 3, n. 4, p. 301-25, 2005. Disponível em: <<http://hrd.sagepub.com/cgi/content/abstract/3/4/301>> Acesso em: 12 ago. 2009.
- COATES, Joseph; DURANCE, Philippe; GODET, Michel. Technological Forecasting Social Change. **An International Journal ScienceDirect**, v. 77, number 9 – november, 2010. Disponível em: <www.sciencedirect.com>. Acesso em 11 mai. 2011.
- CORAZZA, R. I. **Pode o turismo ser sustentável?** Definição, seleção, desenvolvimento e utilização de indicadores de sustentabilidade. [Dissertação de mestrado. DPCT/IG – Unicamp]. Disponível em: <http://www.ecoeco.org.br/conteudo/publicacoes/encontro/vii_en?mesa2?resumos/pode_o_turismo_ser_sustentavel.pdf> Acesso em: 23 out. 2008.
- CORIOLANO, L. N. **Turismo de inclusão**. Fortaleza: FUNECE, 2003, p. 35.
- COSTA, H. A. **Mosaico da sustentabilidade em destinos turísticos: cooperação e conflito de micro e pequenas empresas no roteiro integrado Jericoacoara – Delta do Parnaíba – Lençóis Maranhenses**. [Tese de doutorado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília]. Brasília, 2009, p. 63

COURSON, J. **L'appétit du futur**: voyage au coeur de la prospective. Charles Leopoldo Mayer, 2005.

CROSBY, A. et al. **El desarrollo turístico sostenible en el médio rural**. Madri: Cefat/Natour, 1993.

CRUZ, R. C. A. **Introdução à geografia do turismo**. 2. ed. São Paulo: Roca, 2003, p. 6

CRUZ, R. C. **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2002.

DALE, P. Definindo ecoturismo... para quê? Para quem?... In: MENDONÇA, R.; NEIMAN, Z. (org.). **Ecoturismo no Brasil**. Barueri - SP: Manole, 2005.

DIAS, R. **Turismo sustentável e meio ambiente**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

DRUMMOND, J. A. **Devastação e preservação ambiental**: os parques nacionais do estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFF, 1997.

EMPRESA ESTADUAL DE TURISMO DO ESTADO DO AMAZONAS - AMAZONASTUR. **Pesquisa satisfação do turista no Amazonas**. Período: 19 a 30/07/2010.

EMPRESA ESTADUAL DO ESTADO DO AMAZONAS - AMAZONASTUR. **Síntese dos indicadores do turismo 2003-2008**. Maio, 2009.

ESTADO DO AMAZONAS. **Associação Brasileira de Agência de Viagens no Amazonas** - ABAV. Disponível em: <<http://www.abavam.com.br/amazon.asp>> Acesso em: 10 mar. 2011.

ESTADO DO AMAZONAS. Fundação Amazônia Sustentável (FAS). **Revista Fundação Amazonas Sustentável**. Manaus, 2008/2009.

ESTADO DO AMAZONAS. **Plano de gestão da reserva de desenvolvimento sustentável Mamirauá**, v. I e II. Versão para consulta pública. Realização IDSMM/MCT, 2010.

ESTADO DO AMAZONAS. Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SDS. Fundo Amazônia - combate desmatamento no Amazonas em 2012. **Jornal Acrítica**. Manaus, 05/05/2012, p. 2.

ESTADO DO AMAZONAS. **Plano diretor da região metropolitana de Manaus**, 2010.

ESTADO DO AMAZONAS. Secretaria da Região Metropolitana de Manaus (SRMM). **Plano de desenvolvimento sustentável e integrado da região metropolitana de Manaus 2010-2020**. Manaus, 2010.

FACO, R. A.; NEIMAN. Z. A natureza do ecoturismo: conceitos e segmentação. In: NEIMAN. Z.; RABINOVICI, A. (Org.). **Turismo e meio ambiente no Brasil**. Barueri, SP: Manole, 2010.

FARIA, I. F. **Ecoturismo indígena**: território, sustentabilidade, multiculturalismo. São Paulo: Annablume, 2012.

_____. **Ecoturismo indígena, território, sustentabilidade, multiculturalismo: princípios para a autonomia.** [Tese de doutorado. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Geografia Física. Curso de pós-graduação em Geografia]. São Paulo, 2008, p. 57-74.

_____. Ecoturismo: etnodesenvolvimento e inclusão social no Amazonas. **Pasos. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 3, n. 1, 2005, p. 63-77.

FEARNSIDE, P. M. Desmatamento na Amazônia: dinâmica, impactos e controle. In: **Acta Amazônica**, v. 36(3), p. 395-400, 2006.

FENNEL, D. A. **Ecoturismo**: uma introdução. São Paulo: Contexto, 2002.

FOSTER, D. L. **Introducción a los viajes y al turismo.** México: McGraw Hill, 1999.

FRANCO, J. L. A. Patrimônio cultural e natural, direitos humanos e direitos da natureza: ética ambiental, ciência e apreciação estética. **Artigo**, (prelo), 2013.

FRANCO, J. L. A.; DRUMMOND, J. A. **Proteção à natureza e identidade nacional no Brasil, anos 1920-1940.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.

FRAXE, T. J. P. **Homens anfíbios**: etnografia de um campesinato das águas. Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Governo do Estado do Ceará. São Paulo: Annablume, 2000, p. 16.

FURLAN, S. A. Ecoturismo: do sujeito ecológico ao consumidor da natureza. In: RODRIGUES, A. B (Org.). **Ecoturismo no Brasil**: possibilidades e limites. São Paulo: Contexto, 2003.

FUSTER, L. F. **Teoria y técnica del turismo.** Madrid: Nacional, 1974.

GALER, G. S.; HEIJDEN, K. Scenarios and their contributions to organizational learning: from practice to theory. In: DIERKES, M.; ANTAL, A.B.; CHILD, J.; NONAKA, I (Org.) **Handbook of organizational learning and knowledge.** New York: Oxford University Press, 2003.

GALLAZZI, G. A. **Planejamento baseado em cenários e aprendizagem em organizações**: diferenças de percepção entre profissionais que participam ou não do processo. [Dissertação de mestrado em administração. Universidade de Brasília]. Brasília, 2009, p. 27.

GASTAL, S; MOESCH, M. **Turismo, políticas públicas e cidadania.** São Paulo: Aleph, 2007.

GIAMBIAGI, F.; PORTO, C. (Org.) **2022 - Propostas para um Brasil melhor no ano o bicentenário.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

GIDDENS, A. Urbanismo, globalização e política de meio ambiente. In: GOLDBLATT, D. **Teoria social e ambiente.** Tradução: Ana Maria André. Instituto Piaget. Lisboa, 1996.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GODET, M. Manual de prospectiva estratégica: da antecipação à ação. **Coleção Gestão & Inovação**. Lisboa: Dom Quixote, 1993.

_____. ROUBELAT, F. **Creating the future**: the use and misuse of scenarios. Long Range Planning, v. 29, n. 2, 1996.

_____. **The art of scenarios and strategic planning**: tools and pitfalls. Technological forecasting and social change, v. 65, n. 1, set. 2000, p. 3-22.

_____. DURANCE, Philippe. **A prospectiva estratégica**. Para as empresas e os territórios, UNESCO, DUNOD, 2011.

_____. **Prospectiva estratégica**: problemas y métodos. Laboratoire d'Investigation Prospective et Stratégique CNAM - Paris. 2. ed, 2007.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. In: **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 2, p. 1, mar/abr. 1995.

GOLDBLATT, D. **Teoria social e ambiente**. Tradução: Ana Maria André. Instituto Piaget, 1996.

GONTIJO, B. M. **A ilusão do ecoturismo na Serra do Cipó/MG: O caso de Lapinha**. [Tese de doutorado. Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília]. Brasília, 2003.

HABERMAS, J. The Theory of communicative action. A critique of functionalist reason. **Lifeworld and system**. Boston Press. v. 2, 1996.

GOODWIN, H. **In pursuit of ecotourism**. Biodiversity and conservation. v. 5, n. 3, 1996, p. 29-277.

HAMEL, G.; PRAHALAD, C. K. **Competindo pelo futuro**: estratégias inovadoras para obter o controle do setor e criar os mercados de amanhã. 10. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1995, p. 35.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. 10. ed. São Paulo: Loyola, 2000, p. 56.

HEIJDEN, K. V. D. Introdução ao planejamento por cenários. In: **Planejamento de cenários: a arte da conversação estratégica**. 2. ed., cap. 2. Porto Alegre: Bookman, 2009, p. 35-44.

HONEY, M. **Ecotourism and sustainable development**: who owns paradise? Washington: Island Press, 2009.

HUNTINGFORD, C. et al. Towards quantifying uncertainty in predictions of Amazon 'dieback'. In: **Philosophical transactions of the Royal Society - Biological Sciences**, v. 363, p. 1857-64, 2008 - DOI 10.1098/RSTB. 20007.0028.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico, 2000-2010**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 12 mai. 2011.

_____. **Economia do turismo**: uma perspectiva macroeconômica - 2003-2007. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/industria/economia_tur_20032007/default.shtm>. Acesso em: 12 mai. 2011.

_____. **Índice de desenvolvimento dos municípios amazonenses, 2000**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 10 set. 2011.

_____. **Contas Nacionais, 2010**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10/09/2011.

INPE. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **Desmatamento na Amazônia em dois meses**, 2010. Disponível em <www.inpe.br>. Acesso em: 08 abr. 2010.

INOUE, C. Y. A. **Construção do conceito de regime global de biodiversidade e estudo do caso Mamirauá**. O papel da comunidade epistêmica da biologia da conservação em experiências locais que visam conciliar conservação da biodiversidade e desenvolvimento sustentável. [Tese de doutorado. Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília – UnB]. Brasília, 2003.

IRVING, M. Transformação da realidade e percepção do ecoturismo no Brasil: refletindo sobre potencialidades e tendências. **Revista Territoris**, v. 4, 2003, p. 27-111.

IUCN. International Union for Conservation of Nature. **United list of national parks and protected areas**. Gland: UICN, 1985, p. 5.

_____. International Union for Conservation of Nature, Comissão Mundial de Áreas Protegidas da IUCN. **Banco e dados de áreas protegidas - WDPA**, 2008.

_____. International Union for Conservation of Nature. **Estratégia mundial para a conservação**: a conservação dos recursos naturais vivos para um desenvolvimento sustentado. São Paulo: Companhia Energética de São Paulo – Cesp, 1984.

_____. International Union for Conservation of Nature. **Guidelines for protected areas management categories**. Cambridge - UK and Gland - Switzerland, 1994.

_____; PNUMA; WWF. **Cuidar la tierra**. Estrategia para el futuro de la vida. Gland - Switzerland, 1991.

JANÉR, A. **Estudo de Mercado Internacional de Ecoturismo para o Brasil**. APEX/BRASIL, 2004.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do turismo**, p. 179. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

LAFANT, M.; GRABURN, N. H. H. **International tourism reconsidered**: the principle of the alternative. Chichester: John Wiley & Sons, 1994.

LASCURÁIN-CEBALLOS, H. C. **Tourism, ecotourism and protect areas**: the state of nature-based tourism around the world and guidelines for its development. Gland, Switzerland e Cambridge: IUCN, 1996, p. 13.

_____. The future of ecotourism. **Mexico Journal**, n. 17, 1988.

LEFF, E. **Aventuras da epistemologia ambiental**: da articulação das ciências ao diálogo de saberes. Tradução de Glória Maria Vargas. Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p. 60.

LEMOS, L. **Turismo**: que negócio é esse? Campinas-SP: Papyrus, 2003.

LINDBERG, K.; HUBER, J. R, RICHARD, M. Questões econômicas relativas à gestão do ecoturismo. In: LINDBERG, K.; HAWKINS, D. (Org.). **Ecoturismo**: um guia para planejamento e gestão. 5. ed. Tradução: Leila Cristina de M. Darin. São Paulo: SENAC-SP, 2005.

LUNAS, J. R. S. **Ecoturismo sociedade anônima**: sustentabilidade, dilemas e perspectivas do turismo na Serra do Bodoquena - MS. [Tese de doutorado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília]. Brasília, 2006, p. 44.

MAGALHÃES, G. W. (Coord.). **Polos de ecoturismo**: Brasil. São Paulo: Terragraph, 2001.

MAHAR, D. J. **Desenvolvimento econômico da Amazônia**: uma análise das políticas governamentais. Rio de Janeiro: IPEA, 1978.

MARCIAL, E. C.; GRUMBACH, R. J. S. **Cenários prospectivos**: como construir um futuro melhor. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

MARENGO, J. A. et. al. **Caracterização do clima atual e definição das alterações climáticas para o território brasileiro ao longo do século XXI**. Sumário Técnico, 2007.

MERWE, L. Scenario-based strategy in practice: a framework. **Advances in developing human resources**, v. 20, n. 10. Sage Publications, 2008.

MOESCH, M. M. **A produção do saber turístico**. São Paulo: Contexto, 2000.

MORIN, E. **O método**. A natureza da natureza, p. 2. Lisboa: Europa-América, 1977.

MOWFORTH, M. Ecotourism: terminology and definitions. **Série de Relatos de Pesquisa**, n. 1. Plymouth: University of Plymouth. Inglaterra: Departamento Geographical Sciences, 1993.

NASCIMENTO, E. P.; DRUMMOND, J. Cenários da Amazônia: o descortinar das incertezas no início do terceiro milênio. In: SAYAGO, D; TOURRAND, J. F.; BURSZTYN, M. (Org.). **Amazônia**: cenas e cenários. Brasília: Universidade de Brasília, 2004.

NASCIMENTO, E. P.; VIANNA, J. N. **Dilemas e desafios do desenvolvimento sustentável no Brasil**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

_____. ANDRADE, A. M. 2022: Brasil, emergente de baixo carbono e ambientalmente responsável. In: GIAMBIAGI, F.; PORTO, C. (Org.). **2022 - Propostas para um Brasil melhor no ano do bicentenário**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011, p. 203.

_____. Metodologia de construção de cenários: instrumentos de aprendizagem e mecanismos de negociação? In: NASCIMENTO, E. P; PENA-VEGA, A; SILVEIRA, M. A. (Org.) **Interdisciplinaridade e universidade no século XXI**. Brasília: Abaré, 2008, p. 8.

NASH, D. Epilogue: a research agenda on the variability of tourism. In: **Tourism alternatives**. Londres: John Wiley & Sons, 1994.

NEIMAN, Z. Natureza e cultura brasileiras: matérias-primas do ecoturismo. In: MENDONÇA, R.; NEIMAN, Z. (Org.) **Ecoturismo no Brasil**. Barueri - SP: Manole, 2005, p. 48.

NEIMAN, Z; RABINOVICI, A. (Org.) **Turismo e meio ambiente** Barueri-SP: Manole, 2010.

NEPSTAD, D. C; MCGRATH, D. G; SOARES-FILHO, B. Conservação Sistêmica, REDD, e o Futuro da Bacia Amazônica. Artigo. Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, Programa Internacional, San Francisco, CA - USA. **Conservation Biology**, v. 25, p. 1113-16. doi: 10.1111/j.1523-1739.2011.01784.x

NEPSTAD, D. C. et al. The end of deforestation in the Brazilian Amazonia. **Conservation Biology**. Science, v. 326, p. 1350-51, 2009. Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia. Disponível em: <www.ipam.org.br>. Acesso em: 11 mai. 2011.

NEVES, E. G. et al. **Levantamento Arqueológico da área de confluência dos Rios Negro e Solimões, estado do Amazonas**: continuidade das escavações análise da composição química e montagem de um sistema de informações geográficas. São Paulo, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, 2003.

OLIVEIRA, E. C.; MOTA, J. A. Déficit social e pobreza absoluta na região metropolitana de Manaus: governança para o desenvolvimento da Região. In: BARBOSA, E. B. (Org.) **Governança do Amazonas**: Socioeconomia, meio ambiente, segurança e defesa, Manaus: BK, 2011, p. 59-78.

OLIVEIRA, A. P. **Turismo e desenvolvimento: planejamento e organização**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO (OMT). **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável**, p. 20. Tradução de Sandra Netz. Porto Alegre: Bookman, 2003.

_____. **Guía para administraciones locales**: desarrollo turístico sostenible. Madrid: OMT, 1999.

_____. Demanda do turismo internacional. **UNWTO - United Nations World Tourism Organization**. Disponível em: <www.media.unwto.org/es/press-release/2012-01-16/el-turismo-internacional-alcanzara-la-cifra-de-los-mil-millones-en-2012>. Acesso em: 20/01/2012.

OMT. **Barômetro mundial do turismo**, v. 8, n. 1, 2010. Disponível em: <www.world-tourism.org>. Acesso em: 25 abr. 2011.

_____. **Introdução ao turismo**, p. 19. São Paulo: Roca, 1992.

_____. **Guia de Desenvolvimento Sustentável**: Porto Alegre: Bookmann, 2003.

PEARCE, D. G. Alternatives tourism: concepts, classifications and questions. In: **Tourism Alternatives**. Chichester: John Wiley & Sons, 1994.

PERALTA, N. Impactos do ecoturismo sobre a agricultura familiar na reserva de desenvolvimento sustentável Mamirauá - AM. In: IIº Encontro Interdisciplinar de Ecoturismo em Unidade de Conservação - EcoUC. VIº Congresso de Ecoturismo (CONECOTUR) - **Anais**. Itatiaia/RJ. Período 08 a 11/11/2007.

PERALTA, N. **Os ecoturistas estão chegando**: aspectos da mudança social na RDS Mamirauá - AM. Dissertação (mestrado), Universidade Federal do Pará – UFPA. Belém, 2005.

PEREIRA, D. **Amazônia (in)sustentável**: Zona Franca de Manaus: estudo e análise, Manaus: Valer, 2006, p. 79.

PEREIRA, H. C. **Reserva de desenvolvimento sustentável Saracá Piranga**: reflexões sobre metodologias participantes como princípios de governança democrática na criação de unidades de conservação no Amazonas. Dissertação (Mestrado - Universidade Federal do Amazonas (UFAM)). Manaus, 2010. Disponível em: <<http://www.ppg-casa.ufam.edu.br/pdf/dissertacoes/2010/Heloisa%20Pereira.pdf>>. Acesso em: 23 dez. 2011.

PERROUX, F. **A economia do século XX**. Lisboa: Moraes, 1967.

PIRES, P. S. **Dimensões do ecoturismo**. 1. ed. São Paulo: SENAC - SP, 2002.
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Ranking do IDH dos municípios do Brasil 2012**. Disponível em: <www.pnud.org.br>. Acesso em: 05 abr. 2012.

PONTES FILHO, R P. **Estudos de história do Amazonas**. Manaus: Valer, 2000.

PORTO, C.; GIAMBIAGI, F.; SANTOS-BELFORT, A. O Brasil em transição: panorama atual e tendências futuras 2011-2022. In: GIAMBIAGI, F. **2022 - Propostas para um Brasil melhor no ano do bicentenário**.

PORTO, C. (Org.). **2022 - Propostas para um Brasil melhor no ano do bicentenário**. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2011.

PRISKIN, J.; MCCOOL, S. The visitor experience challenge. IUCN - **Parks Journal**, v. 16, n. 2, 2006.

PORTO, C.; GIAMBIAGI, F.; SANTOS-BELFORT, A. O Brasil em transição: panorama atual e tendências futuras 2011-2022. In: GIAMBIAGI, F.; PORTO, C. (Org.), **2022- Propostas para um Brasil melhor no ano do Bicentenário**. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2011.

PORTO, C; NASCIMENTO, E. P.; BUARQUE, S. C. **Cinco cenários para o Brasil: 2001-2003**. Rio de Janeiro: Nórdica, 2001.

_____. **Macrocenários da Amazônia 2000-2020**. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Parcerias Estratégicas**, n. 12, set/2001.

PORTER, M. E. **Vantagens competitivas**: criando e sustentando um desempenho superior. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

QUEIROZ, F.A.; SILVA, L. J. M. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) e a participação popular: a Lei n. 9.985/2000. In: **Anais do 8º Congresso Brasileiro de Advocacia Pública: instrumentos de proteção do meio ambiente e do erário.** Foz do Iguaçu, 2004.

RABINOVICI, A. **Organizações não governamentais e turismo sustentável:** trilhando conceitos de participação e conflitos. [Tese de doutorado. Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais (NEPAM). Programa de Doutorado em Ambientes e Sociedades. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas]. Campinas-SP: [s.n.], 2009.

RIBEIRO, E. M et al. Comunidades à margem da sustentabilidade: um olhar sobre o polo ecoturístico de Iranduba (AM). **Revista Brasileira de Ecoturismo.** São Paulo, v. 5, n. 1, p. 11-16, jan/abr 2012.

RIBEIRO, E. M. **Desenvolvimento local sustentável e o fenômeno cultural dos bois-bumbás de Parintins:** um estudo de caso. [Dissertação de mestrado em administração. Universidade Potiguar (UnP)]. Natal, 2008.

RODRIGUES, A. B. Ecoturismo - limites do eco e da ética. In: RODRIGUES, A. B. **Ecoturismo no Brasil:** possibilidades e limites, (Org.). São Paulo: Contexto, 2003.

ROSA, S. L. C. Temas para reflexão em desenvolvimento local sustentável. In: Definindo Empreendedorismo Social. p. 5. **Revista Academia de Desenvolvimento Social.** Disponível em: <www.academiasocial.org.br/Recife/PE>. Acesso em: 14 mai. 2010.

RUSCHMANN, D. M. **Turismo e planejamento sustentável:** a proteção do meio ambiente. 16. ed. Campinas - SP: Papyrus, 2010.

RUIZ, M. A. S. **La construcción de la force indigène.** Tese (Doutorado da Université de Versailles Saint-Quentin-en-Yvelines. Spécialité: Sciences de l'éducation). 2006.

RUSSO, C. R. Comunidades tradicionais e preservação cultural por meio do ecoturismo. In: MENDONÇA, R.; NEIMAN, Z. (Org.). **Ecoturismo no Brasil.** Barueri-SP: Manole, 2005.

SACHS, I. **Desenvolvimento includente, sustentável e sustentado.** Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SALVATI, S. S. A certificação e as dimensões da sustentabilidade e da qualidade dos produtos e serviços em ecoturismo. In: MENDONÇA, R.; NEIMAN, Z. (Org.). **Ecoturismo no Brasil.** Barueri - SP: Manole, 2005.

SANTOS, R. F. **Planejamento ambiental:** teoria e prática. São Paulo: Oficina de textos, 2004.

SCHWARTZ, P. **A arte da visão de longo prazo.** Tradução: Luiz Fernando M. Esteves. p. 18. Rio de Janeiro: Best Seller, 2004.

SCHUMPETER, J. **A instabilidade do capitalismo.** Literatura econômica. Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, 1982, p.153-91.

SEABRA, G. F. **Ecos do turismo**: o turismo ecológico em áreas protegidas. Campinas: Papirus, 2001.

SEBRAE. **Turismo no Brasil**: termo de referência para atuação do sistema SEBRAE. Brasília, 2010.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução Laura Teixeira Motta, São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 459.

SESSA, A. **Turismo e política de desenvolvimento**. Tradução Lourdes Fellini Sartor. Porto Alegre: Uniontur, 1983.

SILVA, L. R. C; SANTOS, M. N. L. (Eco) turismo: confusões semânticas e conceituais de uma segmentação. In: II Encontro Internacional do Fórum Universitário MERCOSUL - FoMercos: **Os novos rumos do MERCOSUL**. Aracaju: UFS, 2007. Disponível em: <<http://www.physis.org.br/ecouc/Artigos/Artigo63.pdf>>. Acesso em: 17/11/2009.

SWARBROOKE, J. **Turismo sustentável**: turismo cultural, ecoturismo e ética. v. 5. São Paulo: Aleph, 2000.

TEISSERENC, P. As políticas de desenvolvimento local, abordagem sociológica. **Coleção Coletividades Territoriais**. Paris: Econômica, 1994.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

TOMAZZONI, E. L. **Turismo e desenvolvimento regional**: dimensões, elementos e indicadores. Caxias do Sul-RS: EDUCS, 2009.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1995.

URRY, J. **The tourism gaze**. London: Sage Publications, 2000.

VEIGA, J. E. **Cidades imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas-SP: Autores Associados, 2002, p. 57-155.

VIEIRA, M. M. F.; ZOUAIN, D. M. Por uma boa pesquisa (qualitativa) em administração. In: **Pesquisa qualitativa em administração**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

WALLINGRE, N. Alternativas de desarrollo de los destinos turísticos. In: WALLINGRE, N.; VILLAR, A. **Desarrollo y gestión de destinos turísticos**: políticas y estrategias. 1. ed. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2009.

WEARING, S.; NEIL, J. **Ecoturismo**: impactos, potencialidades e possibilidades, Barueri: Manole, 2001, p. 4.

WESTER, D. Como definir o ecoturismo. In: LINDBERG, K.; HAWKINS, D. E. (Org.). **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. Tradução Leila Cristina de M. Darin, 5. ed. São Paulo: SENAC - SP, 2005.

WOOD, M. E. **Ecotourism**: principles, practices & policies for sustainability. Paris: UNEP, 2002.

WWF - World Wildlife Fund for Nature. **Beyond the green horizon**: a discussion paper on principles for sustainable tourism. Godalming - UK, 1992.

WTTC - World Travel and Tourism Council. **Yearbook of Tourism Statistics**. Madrid: WTO, 1991.

WTTC - World Travel and Tourism Council. **Tourism satellite accounting**. Research. v. 5. London, feb. 2008.

WORLD ECONOMIC FORUM. **The Global Competitiveness Report 2009-2010**. Disponível em: <www.weforum.org/pdf/GCR09/GCR20092010fullreport.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2010.

WTTC. **Trade profiles**. Disponível em: <<http://stat.wto.org/CountryProfile/WSDBCountryPFHome.aspx?Language=E>>. Acesso em: 09 fev. 2010.

WTO. Disponível em: <<http://www.unwto.org/index.php>> Acesso em: 10 fev. 2010.

WTTC. **Recorde turismo mundial, 2011**. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/agencia-da-onu-revela-aumento-recorde-no-turismo-mundial-em-2011/>>. Acesso em: 10 out. 2011.

APÊNDICE A - QUADRO DAS CARACTERÍSTICAS DOS ÓRGÃOS DE ATUAÇÃO NO INCENTIVO OU NÃO DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DO ECOTURISMO NA AMAZÔNIA

Na composição do GA: Órgãos Governamentais Federais. Vale salientar antecipadamente, que no nível federal cabe prioritariamente, ao governo federal definir o modelo de desenvolvimento do turismo no país (BRASIL, 2004). Nesse grupo encontram-se relacionados os seguintes atores sociais: Ministério do Meio Ambiente (MMA), Ministério do Turismo (MTur), Órgãos do Meio Ambiente (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBIO; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - IBAMA), Sistema de Vigilância da Amazônia (SISPAM/SIVAM), Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA) e a Superintendência de Desenvolvimento da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA).

O Ministério do Meio Ambiente foi criado em novembro de 1992. Como missão se presta na promoção e adoção de princípios estratégicos para o conhecimento, a proteção e a recuperação do meio ambiente, o uso sustentável dos recursos naturais, a valorização dos serviços ambientais e a inserção do desenvolvimento sustentável. Com isso busca a formulação e a implementação de políticas públicas, de forma transversal e compartilhada, participativa e democrática, em todos os níveis e instâncias de governo e sociedade.

O MMA teve importante atuação na implementação do Turismo Sustentável na Amazônia por meio do Programa para o Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal (PROECOTUR). O programa foi resultado de acordo firmado entre o governo brasileiro e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e foi criado com o intuito de estabelecer as condições necessárias para permitir aos nove estados da Amazônia legal se prepararem para administrar, o desenvolvimento do ecoturismo nas áreas naturais.

O Ministério do Turismo foi instituído em 1º de janeiro de 2003 tendo por competência: a política nacional de desenvolvimento do turismo; a promoção e divulgação do turismo nacional, no país e no exterior; o estímulo às iniciativas públicas e privadas de incentivo às atividades turísticas; e o planejamento, coordenação, supervisão e avaliação dos planos e programas de incentivo ao turismo. Com esse novo modelo estrutural, o referido Ministério busca realizar uma gestão pública descentralizada e participativa, de modo a gerar divisas para o país, criar empregos, contribuir para a redução das desigualdades regionais e possibilita a inclusão dos mais variados agentes sociais. A missão do MTur é promover o desenvolvimento do turismo como agente de transformação, fonte de riqueza econômica e de desenvolvimento social, por meio da qualidade e competitividade dos produtos, da ampliação e melhoria da infraestrutura turística e da promoção comercial.

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) é uma autarquia em regime especial criado dia 28 de agosto de 2007, pela Lei 11.516. Está vinculado ao Ministério do Meio Ambiente e integra o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISMANA). À nova agência foi atribuída à responsabilidade por todos os aspectos relativos às áreas protegidas, incluindo o apoio à implementação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e o monitoramento do uso das unidades de conservação e das cavernas, bem como de seus recursos, quando permitido. O ICMBio é também responsável por contribuir para a pesquisa sobre a biodiversidade para gerar e disseminar conhecimento sobre ela, sobre seu uso e conservação e sobre a gestão de áreas/ecossistemas protegidos; bem como por criar e promover programas de educação ambiental e contribuir para a implementação do Sistema Nacional de Informação Ambiental (SINIMA). O ICMBio é, ainda, responsável por aplicar dentro de sua jurisdição os acordos e mecanismos internacionais que tratam da gestão ambiental. Além disso, foi assinado um acordo entre o MMA e o IBAMA para o monitoramento ambiental, de modo a assegurar o monitoramento sistemático e abrangente de todos os biomas para orientar a preparação de campanhas de fiscalização, substituindo a antiga prática de condução de eventos de monitoramento ad hoc associados a denúncias ou para responder a pedidos específicos, caso-a-caso, dos setores de fiscalização do IBAMA.

Com relação às propostas ligadas a área do turismo, o ICMBIO em parceria com MTur e demais instituições locais empenham-se na realização do projeto Parque da Copa 2014. Por meio desta iniciativa se pretende adequar a capacidade das UCs para receber os turistas, bem como proporcionar um padrão mínimo de qualidade nessa experiência aliado a um turismo responsável, integrado à diversidade sociocultural e à conservação da biodiversidade.

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA) foi criado em fevereiro de 1989, pela fusão de entidades brasileiras que trabalhavam na área ambiental. É um órgão gerenciador da questão ambiental, responsável por formular, coordenar, executar e fazer executar a Política Nacional do Meio Ambiente e da preservação, conservação e uso racional, fiscalização, controle e fomento dos recursos naturais renováveis.

O Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM/SIPAM) e o Sistema de Proteção da Amazônia são projeto do governo brasileiro que surgem com o objetivo de proteger a defesa da soberania nacional na Amazônia. A inauguração do sistema ocorreu em julho de 2002 e encontram-se subordinado as seguintes ordens: o SIPAM, á Casa Civil da Presidência da República; Já o SIVAM, permanece subordinado ao Ministério da Defesa. Nesse aspecto se consegue identificar duas faces de atuação do sistema: a) de um lado, a face militar, de vigilância do tráfego aéreo e fiscalização de superfície; fundamental para a segurança as

fronteiras e; b) de outro, a face civil que coleta, armazena e difunde dados e informações fundamentais para o conhecimento do território. Esses esforços têm contribuído na elaboração de conhecimentos como forma de subsidiar ações globais coordenadas por órgãos governamentais que atuam na Amazônia. Com isso, o sistema busca não somente potencializar as políticas públicas voltadas à proteção e ao desenvolvimento sustentável da região amazônica, como também propiciar intercâmbio com os países amazônicos, principalmente “em face da perspectiva e resgate do Trabalho de Cooperação Amazônica e da instalação e seu secretariado permanentemente em Brasília.” (BECKER, 2004, p. 37). O Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM), congregando todos os meios materiais e de recursos humanos, pode ser entendido como um grande sistema envolvendo diversos órgãos governamentais e não governamentais, que desenvolvem ações coordenadas para a proteção da Amazônia e o desenvolvimento sustentado da região.

A Fundação Nacional do Índio (FUNAI) foi criada pela Lei 5.731 de 05 de janeiro de 1967. Ligada ao Ministério da Justiça este órgão federal se volta para o estabelecimento e execução da política indigenista brasileira em conformidade ao que determina a Constituição Federal Brasileira de 1988. Como missão busca a implementação efetiva de mecanismos de controle social e de gestão participativa visando à proteção e promoção dos direitos desses povos. As principais metas dessa instituição encontram-se refletidas nos princípios de políticas de desenvolvimento sustentável, conservação e recuperação do meio ambiente, controle e mitigação de possíveis impactos ambientais, monitoramento das terras regularizadas e as que são ocupadas por populações indígenas, coordenação de políticas de proteção aos grupos isolados e recém-contatados, medidas de vigilância, fiscalização e de prevenção de conflitos indígenas. No Amazonas a FUNAI busca parceria a Secretaria de Estado para os Povos indígenas (SEIND) que em conformidade ao governo do estado criou o Comitê do Plano de atuação Integrada entre ambas as instituições.

O Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA) é Órgão da Administração Direta do Ministério da Ciência e Tecnologia. Foi criado com a finalidade de realizar estudos relacionados a área científica do meio físico e das condições de vida da região amazônica, tendo em vista o bem estar humano e os reclamos da cultura, da economia e da segurança nacional. Sua missão é gerar e disseminar conhecimentos e tecnologia, e capacitar recursos humanos para o desenvolvimento da Amazônia. Ao longo de cinco décadas, vem assumindo responsabilidade crescente na tarefa de produzir conhecimento, estabelecendo um compromisso com o desenvolvimento sustentável, a defesa do meio ambiente e de seus ecossistemas, expandindo os estudos sobre a biodiversidade, a sociodiversidade e os recursos florestais e hídricos.

A Superintendência de Desenvolvimento da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) trata-se de uma autarquia vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), cuja responsabilidade se volta à administração dos incentivos fiscais e pela atração de investimentos para a ZFM, para a Amazônia Ocidental e Áreas de Livre Comércio de Macapá e Santana, no Amapá. A ZFM foi criada pela Lei nº. 3.173 de 6/6/1957 estimulada pelo então Deputado Federal Francisco Pereira da Silva, da bancada do estado do Amazonas. Dez anos depois, o Governo Federal, por meio do Decreto-Lei no. 288, de 28/2/1967 consegue expandir e regulamentar essa legislação, estabelecendo incentivos fiscais por 30 anos apostando na implantação de um polo industrial, comercial e agropecuário. Por meio dessa medida consegue instituir o “atual modelo de desenvolvimento para a região”. Em 15/8/1968, o Decreto-Lei No 365/68, estendeu esses benefícios a toda a Amazônia Ocidental. No caso específico de apoio ao desenvolvimento do turismo tem dispensado razoável ajuda em todas as unidades estaduais da Amazônia Ocidental com projetos financiados com recursos da autarquia, aplicados em infraestrutura turística, qualificação profissional, promoção da agricultura familiar e promoção do turismo para diferentes mercados internacionais, como por exemplo, a Feira Internacional da Amazônia (FIAM), conforme extraído de seu portal institucional.

Com relação aos atores componentes do GB: Órgãos Governamentais Estaduais constatou-se que geralmente a atividade turística no âmbito estadual, atua por meio de um órgão específico, que no caso do Amazonas está representado pela AMAZONASTUR. Além desse órgão oficial de turismo foram selecionados os seguintes atores sociais componentes do Estado: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS), A Fundação Amazônia Sustentável (FAS), o Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas (IPAAM), a Secretaria de Cultura do Estado (SCE), a Secretaria de Segurança Pública (SSP), a Empresa Amazonense de Turismo (AMAZONASTUR) e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM).

A Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS) tem a missão de formular, coordenar e implementar a política estadual de meio ambiente e desenvolvimento sustentável, programas intersetoriais, dos recursos hídricos, da fauna e flora, da gestão política estadual de florestas e de ordenamento pesqueiro da região. Foi criada em 2003 e teve papel fundamental na implementação do Programa Zona Franca Verde, em articulação com outras secretarias e órgãos do Governo do Estado. Atua em articulação com as autarquias vinculadas aos seguintes órgãos: Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM), Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (ADS), Companhia de Gás do Amazonas (CIGÁS) e com os conselhos: Conselho Estadual de Meio Ambiente (CEMAAM), Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH) e

Conselho Estadual de Geodiversidade do Amazonas. No âmbito do Sistema foi criada a Unidade Gestora do Centro Estadual de Mudanças Climáticas e do Centro Unidades de Conservação (Lei nº 3244). Além disso, foram implementadas ações de etnodesenvolvimento nas áreas de educação, saúde, meio ambiente, manejo de recursos naturais, pesquisa, esporte, cultura, infraestrutura, fomento e desenvolvimento regional, no âmbito dos Programas “Amazonas Indígena” e “Proteção dos Povos Indígenas”.

Com relação aos atores componentes do GB: Órgãos Governamentais Estaduais constatou-se que geralmente a atividade turística no âmbito estadual, atua por meio de um órgão específico, que no caso do Amazonas está representado pela AMAZONASTUR. Além desse órgão oficial de turismo foram selecionados os seguintes atores sociais componentes do Estado: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS), A Fundação Amazônia Sustentável (FAS), o Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas (IPAAM), a Secretaria de Cultura do Estado (SCE), a Empresa Amazonense de Turismo (AMAZONASTUR) e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM).

A Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS) tem a missão de formular, coordenar e implementar a política estadual de meio ambiente e desenvolvimento sustentável, programas intersetoriais, dos recursos hídricos, da fauna e flora, da gestão política estadual de florestas e de ordenamento pesqueiro da região. Foi criada em 2003 e teve papel fundamental na implementação do Programa Zona Franca Verde, em articulação com outras secretarias e órgãos do Governo do Estado. Atua em articulação com as autarquias vinculadas aos seguintes órgãos: Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM), Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (ADS), Companhia de Gás do Amazonas (CIGÁS) e com os conselhos: Conselho Estadual de Meio Ambiente (CEMAAM), Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH) e Conselho Estadual de Geodiversidade do Amazonas. No âmbito do Sistema foi criada a Unidade Gestora do Centro Estadual de Mudanças Climáticas e do Centro Unidades de Conservação (Lei nº 3244). Além disso, as iniciativas para a formalização de estratégias de Geração de Renda para as populações das UCs foram elaboradas em forma de Planos de Negócios em quatro unidades. No segundo semestre de 2007 o Governo do Estado do Amazonas criou o Centro Estadual de Unidades de Conservação – CEUC. O Centro, ligado à SDS, com a missão de criar e implementar as unidades de conservação estaduais. No mesmo período foi concluído o planejamento para a criação do Centro Estadual de Mudanças Climáticas (CECLIMA). Ambos os centros fazem parte da Unidade Gestora de Mudanças Climáticas e Unidades de Conservação (UGMUC), vinculado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. A UGMUC conta com 38

profissionais vinculados ao governo do estado, incluindo vinte chefes de unidades de conservação.

No que diz respeito à Fundação Amazonas Sustentável (FAS) apresenta como missão promover o envolvimento sustentável, conservação ambiental e melhoria da qualidade de vida das comunidades moradoras e usuárias das UCs no Estado do Amazonas. Coordena o projeto de Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD) da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Juma no município de Novo Aripuanã. Como parceiros desse projeto está a SDS responsável pelo desenvolvimento do projeto criado em 2008 e uma rede internacional de hotéis o Marriot Internacional. O projeto se mantém financeiramente com apoio dessa rede de hotéis desde 2008 com investimentos anuais de US\$ 500 mil, que são integralmente investidos nas atividades do projeto. Para isso, conta com o apoio técnico do Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (IDESAM). O objetivo do projeto está na contenção do desmatamento e suas respectivas emissões de gases de efeito estufa realizado em uma área de 589.612 hectares de floresta amazônica. Localiza-se nas cercanias da Rodovia BR-319, em uma área de intensa pressão por desmatamento.

A Secretaria de Estado da Cultura (SEC) é o órgão do Governo do Amazonas responsável pelo planejamento, elaboração, execução e acompanhamento das políticas culturais e artísticas do Estado na capital e no interior, assim como pelas ações de defesa e preservação do patrimônio cultural da região. Cabe à SEC, por meio da execução da política cultural definida para o Estado, popularizar e interiorizar as ações em parceria com organizações públicas e privadas, visando à satisfação dos anseios da população. Como missão, a Secretaria se propõe valorizar, formatar e difundir as manifestações culturais e artísticas do Estado, oferecendo mecanismos e meios para os agentes, produtores e artistas de modo geral. Dispõe de um Conselho Estadual com a finalidade a promover articulação de debates dos diferentes níveis do governo e a sociedade civil organizada para o desenvolvimento e o fomento das atividades culturais no Amazonas.

A Secretaria de Estado para os Povos Indígenas – SEIND foi criada com a finalidade de formular, executar e implementar a política de etnodesenvolvimento do Estado, em parceria com outras instituições dos governos federal, estadual e municipal, com as comunidades, organizações indígenas e entidades-não governamentais. Entre as principais atribuições do órgão está a de formular e implementar a política de etnodesenvolvimento, com vistas ao fortalecimento das organizações tradicionais e das organizações das comunidades indígenas. Atualmente empenha-se na elaboração de projetos de turismo em terras indígenas com vistas a atender os povos Parintins, Tikuna (Tabatinga), Javary (Atalaia do Norte), Baniwa (Barcelos) e Baré/Tukano, do Alto Rio Negro (São Gabriel da

Cachoeira). De acordo com representante do órgão, várias comunidades indígenas já trabalham com o turismo no Estado. É o caso de Rio Marmelo, em Humaitá, do povo Tenharín; da Cunhã Sapucaia, dos Mura, em Borba; dos Sateré-Mawé e Inhã-Bé, em Manacapuru e no Tarumã Açu (Manaus); dos povos Desana e Tupé, em Manaus; dos Tukano, em Santa Maria (Manaus); e de outros, das comunidades Beija Flor, em Rio Preto da Eva. Entre as principais estratégias prioriza: valorização da cultura, promoção e proteção dos conhecimentos tradicionais e combate a biopirataria, pesquisa, fomento a projetos socioeconômicos, crédito e financiamento, turismo, preparação dos indígenas para a Copa de 2014, projeto Parque Temático, certificação e comercialização de produtos e outras.

A Empresa Amazonense de Turismo (AMAZONASTUR) foi criada pela Lei nº 7. 797 em 09 de maio de 2003 e tem como meta principal promover a "Marca Amazonas" nos mercados turísticos: nacional e internacional. Enquanto órgão oficial do setor de turismo no Estado da administração indireta do Poder Executivo se responsabiliza pelas seguintes metas: dar apoio ao desenvolvimento sustentável de novos produtos turísticos e aperfeiçoamento aos já existentes e; promover o planejamento e execução da política estadual de turismo. A concepção de turismo e as estratégias para o desenvolvimento do segmento no estado seguem as diretrizes do Plano Nacional de Turismo (PNT) fundamentado na compreensão de planejamento e gestão como instrumento indutor do desenvolvimento e geração de emprego e renda. A política institucional do órgão busca orientação no Programa de Regionalização do Turismo (PRT) – Roteiros do Brasil criado pelo MTur (2004). O Plano Estadual de Turismo do órgão propõe estratégias sustentáveis e direciona políticas tanto de turismo como de ecoturismo a partir da implementação de programas, como por exemplo, Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar (PNTRAF), Pesca Esportiva no Amazonas, Turismo Arqueológico e Turismo em Terras e Comunidades Indígenas e outros. Por preocupa-se com a qualificação dos recursos humanos atuantes no turismo empenha-se na elaboração e Cursos de Capacitação, os quais são oferecidos diretamente nos municípios amazonense. Como parceiro conta com apoio da Fundação do Banco do Brasil (FBB), o MTur e o Instituto brasileiro de Turismo (EMBRATUR).

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) tem por finalidade o amparo à pesquisa científica básica e aplicada e ao desenvolvimento tecnológico e experimental, no Estado do Amazonas, nas áreas de Ciências Agrárias; Ciências Humanas e Sociais; Ciências Exatas e da Terra; Engenharias; Ciências da Saúde; Ciências Biológicas; Linguísticas, Letras e Artes. Nesse sentido visa aumentar o estoque dos conhecimentos científicos e tecnológicos, assim como sua aplicação no interesse do desenvolvimento econômico e social do Estado. Está vinculada, para efeito de supervisão, à

Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia (SECT). É uma fundação de direito público, com autonomia administrativa e financeira, sede e foro na Capital do Estado e jurisdição em todo o território do Amazonas, compondo a Administração Indireta do Poder Executivo. É regida pela Lei Delegada nº 116, de 18 de maio de 2007; por seu Regulamento Administrativo e pela legislação que lhe for aplicável. Para tanto pauta seus trabalhos no alcance de várias metas, entre elas: custear ou financiar, total ou parcialmente, projetos de pesquisa científica e tecnológica individual ou de instituições de direito público ou privado para o desenvolvimento científico, tecnológico, econômico e social do Estado; participar de iniciativas e programas voltados à capacitação de recursos humanos das instituições que atuam nas áreas de ciência e tecnologia, extensiva às instituições de ensino e pesquisa permanente no Estado, com concessão de bolsas de estudo e auxílios à pesquisa e de apoio tecnológico que se realize no País e no Exterior, entre outras.

No grupo componente do GC: Organizações Privadas e Mistas identifica-se os seguintes atores sociais: Agência de Turismo, Sistema “S” (o Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE); ONGs (Fundação Vitória Amazônica – FVA, Instituto de Pesquisa Ecológica-IPÊ); Empreendedores na área de turismo e os meios de Comunicação.

De acordo com MTur se autodenomina “Agência de Turismo” a Pessoa Jurídica que exerce a atividade de fornecimento ou intermediação remunerada entre fornecedores e consumidores de serviços turísticos, tais como, operação de viagens, excursões, passeios turísticos, programas, roteiros, itinerários, bem como recepção, transferência e a assistência ao turista, conforme definido no art. 27 da Lei nº 11.771/08. A partir de um levantamento feito junto ao Sistema de Cadastro (CADASTUR) do MTur (2011) de pessoas físicas e jurídicas que atuam no setor de turismo no Amazonas observou-se uma maior concentração de Agências de Turismo na capital do Estado, Manaus. Em 2011 o total de Agências estimava 148. Nos polos de ecoturismo, a realidade é bem diferente, pois nos municípios de Rio Preto da Eva, Manacapuru e Careiro Castanho não apresentavam nenhum registro de Agências de Turismo. São Gabriel da Cachoeira, Barcelos e Iranduba apareceram com uma Agência registrada. Novo Airão e Itacoatiara, duas Agências e, Presidente Figueiredo com cinco Agências cadastradas.

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) faz parte dos Órgãos do Sistema “S”. A referência “S” atribuiu-se para identificar um conjunto de entidades paraestatais. Nesse conjunto de instituições, o SEBRAE se destaca por atuar de forma direta no turismo do Estado com apoio do Plano Nacional do Turismo. Nesse sentido procura obedecer à própria lógica de sua missão, qual seja: “promover a competitividade e desenvolvimento sustentável das micro e pequenas empresas”. Por meio dessa estratégia

se pretende harmonizar os compromissos do Plano Nacional do Turismo com os objetivos estratégicos prioritários do Sistema SEBRAE, quais sejam: promover a inovação nas MPEs; fortalecer a cooperação entre as MPEs; potencializar a conquista e ampliação de mercados; orientar e capacitar em gestão, tecnologia e processos; promover a cultura do empreendedorismo; articular e fortalecer redes de parceiros em prol das MPEs; estimular a ampliação do acesso a serviços financeiros; articular, propor e apoiar a implementação de políticas públicas; ter excelência em gestão focada em resultados, e outras (SEBRAE, 2010).

Dentre as várias ações implementadas no Estado, o SEBRAE assumiu mais recentemente a viabilidade do projeto Copa 2014 que visa oferecerá capacitação, assessoramento, treinamento, oportunidade de formalização e informações aos empreendedores e grupos associativos da cadeia produtiva do turismo na capital e na região metropolitana. Como parceiros do projeto o apoio advém do SEBRAE Nacional, do governo Federal, governo do Estado, da prefeitura de Manaus e outros.

A ONG - Fundação Vitória Amazônia (FVA) foi criada em janeiro de 1990 e sua origem encontra-se justificada no apoio direcionado a pesquisadores, profissionais liberais, arquitetos, profissionais do turismo do Amazonas, como forma de contribuir para o movimento nacional e internacional em defesa da região. A instituição é uma entidade que atua sem fins lucrativos de direito privado com fins públicos. Encontra-se submetida à Curadoria de fundações do Ministério Público e presta conta anualmente. O funcionamento da instituição só foi possível devido a doações de recursos financeiros iniciais da Conservation International, do WWF. Posteriormente, começou a receber apoio das demais instituições internacionais. Exemplo disso, o Programa Nacional do Meio Ambiente (PNMA), da União Europeia, da Fundação W. Alton Jones e do Governo da Áustria.

A ONG - Instituto de Pesquisas Ecológica (IPÊ) adquiriu registro oficial em 1992. Atua em âmbito nacional e tem como missão desenvolver e disseminar modelos inovadores de conservação da biodiversidade tendo em vista a promoção de benefícios socioeconômicos por meio de ciência, educação e criação de negócios sustentáveis. Além da pesquisa atua nas seguintes áreas: formação de profissionais, educação ambiental e programas de geração de renda e negócios sustentáveis que ampliem a responsabilidade socioambiental das comunidades, empresários e formadores de opinião. Em 18 de agosto de 2009 celebrou um Convênio com o MTur objetivando apoiar e planejar o desenvolvimento de iniciativas em turismo de base comunitária existente no entorno sul do Parque Nacional de Anavilhanas/AM. Com isso pretende promover a inserção destas iniciativas no contexto de uma economia de mercado. Ainda se verifica algumas ações complementares, como “Código de Conduta” para visitação nas UCs do baixo Rio Negro e realização de

capacitação do trade (agências de viagens, guias, canoieiros, proprietários de barcos de turismo e de hotéis de selva).

A ONG Nymuendaju é uma organização regional sem fins lucrativos que se preocupa com o desenvolvimento local sustentável. Foi criada em 19 de dezembro de 2008 e desenvolve projetos nas áreas: social, ambiental e educacional, em comunidades rurais e urbanas no Amazonas. Por meio de uma equipe multidisciplinar tem como princípio a preconização de um mundo solidário, onde o capital humano possa usufruir dos bens produzidos socialmente pelo modelo de desenvolvimento econômico atual. Empenha-se na realização de projetos turísticos. Exemplo disso, a criação de roteiros na RDS Tupé envolvendo comunidades indígenas da etnia Tukano e Dessana. Com essa ação pretendem inserir técnicas de atendimento de qualidade aos turistas que visitam a região do Tupé.

A ONG Projeto Saúde e Alegria (PSA) atua na Amazônia desde 1987. Tem como órgão executor o Centro de Estudos Avançados de Promoção Social e Ambiental, uma instituição civil, sem fins lucrativos fundada em 1985. Trabalha hoje diretamente em quatro municípios do Oeste do Pará – Belterra, Aveiro, Juruti e Santarém, local de sua sede onde atende cerca de 30 mil pessoas. Em sua maioria povos tradicionais extrativistas organizados em comunidades das zonas rurais, muitas delas de difícil acesso, em situações de risco e exclusão social. Desde 2001 vem estruturando sua ação no campo do ecoturismo comunitário. Tem como missão facilitar e promover processos participativos de desenvolvimento comunitário integrado e sustentável, que contribua de maneira demonstrativa no aprimoramento das políticas públicas, na qualidade de vida e no exercício da cidadania local.

Os empreendedores na área de turismo no Amazonas estão representados por empresários da rede hoteleira, empresários que atuam como prestadores de infraestrutura de apoio a eventos, no setor de empresas aéreas, de agências de turismo, no setor gastronômico, operadoras de navios para temporada de cruzeiros, de locadoras de barcos de passeio turístico, locadora de veículos, equipamentos de animação turística, equipamentos de turismo de pesca esportiva, empreendimento de entretenimento lazer e parque aquático, meios de hospedagem, casa de espetáculo, empreendedores na área de educação, e outros. No que diz respeito a empreendimentos de pequeno e médio porte, apresentam-se de forma frágil nos polos de ecoturismo tanto na forma de investimento como no pouco conhecimento empresarial para gestão no negócio, principalmente o hoteleiro. A maioria dos empresários ingressa na atividade sem formação especializada e sem a visão da importância da formação e reciclagem de seus profissionais. Enfim, os empreendimentos de grandes redes de hotéis se concentram no centro urbano de Manaus bem como os hotéis de selva em maior número no estado do Amazonas, apresentam qualidade

considerável, mas por outro lado apresentam escassez de mão de obra qualificada e carência de tecnologias limpas.

Os Meios de Comunicação tem ajudado a alavancar o desenvolvimento turístico local principalmente com a divulgação pela mídia (nacional e internacional) de imagens de devastação e do aproveitamento inadequado do solo para atividade agrícola ou para a pecuária extensiva. Isso tem interferido, e muito, nas decisões de viagem dos turistas (nacionais e internacionais) para este destino (TC/BR/PROECOTUR, 2009). A “marca” da Amazônia simbolizando as impressões das pessoas diante da imagem da grande floresta aparece entre as cinco marcas brasileiras mais importantes, segundo Plano Aquarela da Embratur (2011), que define as diretrizes para a promoção turística internacional do Brasil (TC/BR/PROECOTUR, 2009). Segundo pesquisa da IPK (International Tourism Consulting Group), (2009) no mercado do turismo nacional, a imagem da região é associada aos aspectos da Floresta em si, considerada ainda muito “selvagem”, às reservas indígenas (que têm a visitação turística proibida), e ao entendimento de que a região é muito pobre, isolada e com poucos recursos para nela se viver ou visitar. Já no mercado turístico internacional, como um todo, tem uma imagem da região relacionada a um local onde o processo de desmatamento é intenso, perigoso, em função dos animais selvagens e das doenças tropicais e, ainda, com um desenvolvimento inapropriado para atrair fluxos internacionais específicos para o ecoturismo. Quanto ao jornalismo local encontra-se consolidado, mas não tem uma participação direta nos embates do desenvolvimento do turismo local.

Nos componentes do GD: Organizações de Classes encontram-se as seguintes entidades: Associação Brasileira de Restaurantes e Empresas de Entretenimento (ABRASEL), Associação Brasileira de Indústria Hoteleira (ABIH), Associação Brasileira de Agentes de Viagens (ABAV), Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura/AM (ABETA), Associação dos Canoeiros dos Portos da Ceasa e do Careiro da Várzea.

A Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (ABRASEL) é uma entidade nacional, sem fins lucrativos, que há 25 anos assumiu a missão de ajudar a construir um ambiente empresarial mais favorável aos negócios no setor de bares e restaurantes. Como desafio se propõe agregar os empresários do setor e auxilia-los na busca da profissionalização e sucesso em suas empresas. A Associação foi fundada em Manaus em 1999 e conta atualmente com 200 associados e com parceiros importantes para o desenvolvimento do Setor de Alimentação Fora do Lar. Tem promovido eventos e empenha-se na publicação de Guia de Gastronomia, livros orientados na qualificação de empresas no

setor. Além de Manaus está presente nos municípios de Parintins, Itacoatiara, Rio Preto da Eva, Presidente Figueiredo e Coari.

A Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH/AM) foi criada em 09/11/1936, por ocasião do "I Congresso Nacional de Hotéis". A ABIH Nacional diz respeito a uma entidade empresarial associativista sem fins lucrativos, atuante como órgão técnico e consultivo no estudo e solução dos problemas do setor. A importância da Indústria Hoteleira na economia brasileira e nos demais segmentos da sociedade é fator indiscutível. Em Manaus, a ABIH conta com cerca de 60 estabelecimentos associados, abrangendo hotéis urbanos, hotéis de selva e estabelecimentos de ensino superior, localizados na capital, Manaus, e no interior do Estado.

A Associação Brasileira de Agências de Viagens do Amazonas (ABAV-AM) fundada em 05 de maio de 1975 é uma Pessoa Jurídica de direito privado, constituída como sociedade civil, guardando forma federativa, sem fins lucrativos de duração indeterminada. É constituída pelas Agências de Viagens e Agências de Viagens e Turismo a elas afiliadas, legalmente estabelecidas no Amazonas representando no âmbito de sua competência esta categoria profissional. Conforme site da instituição se faz presente em todos os polos destinos de ecoturismo. Como objetivo busca além de proporcionar o intercâmbio de experiências e informações entre as agências de viagens, visa o entrosamento entre si e com os órgãos oficiais; defender os interesses da categoria; diligenciar para o entrosamento maior da categoria com os órgãos oficiais; estimular as atividades da classe, harmonizando-as com as entidades que trabalhem para o desenvolvimento do turismo.

A Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura (ABETA) foi criada em 2003 e tem como missão transformar o país de forma divertida, consciente e saudável, fazendo da vida ao ar livre uma força de evolução da sociedade. Atualmente são 305 associados que buscam a excelência empresarial no turismo de aventura, crescimento do mercado, alcance projeção internacional, qualificação dos profissionais, implemento da cultura, da gestão da segurança e cultura do mínimo impacto em ambientes naturais. Essas ações se traduzem como as principais metas da associação. A representatividade da ABETA no Amazonas ficou formalizada em agosto de 2008 por meio da criação da primeira Comissão estadual na região Norte do país. Pretendeu-se com isso o fortalecimento do destino, a partir do estímulo ao associativismo e implementação das boas práticas de ecoturismo e turismo de aventura na região.

As Associações comunitárias dos polos de Ecoturismo nesse contexto se dirigem às populações localizadas no interior dos municípios amazonenses tanto na várzea como em terra firme. Nesses espaços os assentamentos humanos se autodenominam comunidades. Nessas circunstâncias, a formação de uma "comunidade" e da necessidade dos

“comunitários” nesses locais comumente surge em função de resolução de problemas em decorrência de ausência de políticas públicas sociais mais emergentes, como por exemplo, falta de escolas, postos de saúde e outros. Tais “organizações” passam a ser assumidas por lideranças locais, muitas vezes líderes de grupos extensos de parentes. Posteriormente com a inclusão de novos atores sociais, as comunidades começaram a incluir adoção de novos cargos, como por exemplo, diretorias, presidentes, secretários, tesoureiros e outros.

Cumprir salientar, entretanto que na região Amazônica, as comunidades surgiram a partir da década de 1960 influenciadas pelo movimento pastoral da Igreja Católica. Em muitas destas localidades, já existiam práticas coletivas como o festejo de santos, “brincadeiras de boi”, jogos de futebol e novenas. Algumas localidades, a partir do estímulo dos missionários, chegaram a formar “congregações” (LIMA, 2005). Nessas circunstâncias, o movimento de cunho religioso e social fez com que as comunidades e não mais as antigas localidades se constituíssem na principal referência de pertencimento socioespacial. Assim as “localidades, demarcariam os grupos de moradores a partir de um denominador geográfico comum, a residência, enquanto as comunidades passaram a organizar as pessoas pela fé e para a administração dos sacramentos.” (LIMA, 2005, p. 7).

Um exemplo típico da influência desse modelo se reflete na organização política dos moradores do polo ecoturístico de Silves. O tão conhecido “Movimento de Preservação de Lagos, nos anos de 1980, expressou a estrutura e capacidade de mobilização das comunidades” (LIMA, 2005 apud RIBEIRO, 2003, p 23).

As comunidades indígenas no Amazonas compartilham características comuns do grupo denominado populações tradicionais no que diz respeito ao conhecimento sobre biodiversidade. No entanto existem diferenças importantes a ser consideradas, como por exemplo, o contexto histórico sociocultural dessa população, anteceder a distinta sociedade nacional e língua própria. Desse modo, diferem das populações tradicionais não indígenas que utilizam o português, ainda com diversas variações. Nesse sentido, o conceito de comunidades indígenas nesse estudo relaciona-se às comunidades que vivem em “coletividade organizada, formulando uma identidade própria, instituindo mecanismos de tomada de decisão e de representação, e reestruturando as suas formas culturais”. Somando-se a isso, questões ligadas ao meio ambiente e com o universo religioso. (OLIVEIRA, 1998, p. 4).

No Amazonas um dos principais diferenciais focados no destino ecoturístico, se relaciona com a diversidade das nações indígenas existentes na região. Segundo IBGE (2010) vivem hoje no Brasil 896,9 mil índios, divididos em 305 etnias falantes de 274 línguas. No destino ecoturístico de São Gabriel da Cachoeira, 97% da população são de índios.

São considerados Povos Tradicionais da Amazônia aqueles que:

Eram e são ainda índios puros, meio-índios, índios-caboclos, caboclos, meio-caboclos, caboclos-índios de diferentes grupos étnicos e tipos de miscigenação genética, resultado do cruzamento racial com os colonizadores, imigrantes nordestinos e outros povos. Uma herança cultural indígena aculturada pela convivência com esses novos elementos humanos portadores de outros valores, hábitos e costumes, que foram sendo incorporados pelas necessidades de sobrevivência ao longo dos tempos e ciclos econômicos. (BENCHIMOL, 1999, p. 32).

Na literatura que trata sobre o tema são dois os tipos de populações tradicionais, a saber: a indígena e a não indígena. Exemplo empírico de populações tradicionais são as comunidades quilombolas, ribeirinhas, os pescadores artesanais, os grupos extrativistas e indígenas. Exemplos empíricos de populações não tradicionais são os fazendeiros, veranistas, comerciantes, servidores públicos, empresários, empregados, donos de empresas de beneficiamento de palmito ou outros recursos madeireiros, entre outros (DIEGUES, 2000). A relevância dos “saberes tradicionais” da cultura amazônica é imprescindível para que se conjecture qualquer estratégia ecoturística sustentável para a região. Benchimol (1999, p. 34) já defendia a ideia que o “conhecer, o saber, o viver e o fazer na Amazônia é um processo predominantemente indígena e caboclo”. Nesse sentido, a ciência, a vivência e as experiências indígenas estão manifestadas nos conhecimentos dos rios, no aproveitamento das várzeas, no uso das florestas, nas práticas agrícolas, nas técnicas de desmatamento, na caça e identificação de animais silvestres, no artesanato, na culinária e preparo de peixes.

A Amazônia tradicional é “aquela dos povos ribeirinhos dos baixos rios e do beiradão da calha central, sobrevive em todos os pequenos sítios, povoados, vilarejos e cidades que se estabeleceram ao longo do rio Amazonas e seus afluentes”. Os povos ribeirinhos, os caboclos vivem como vaqueiros e criadores de bois, apanhadores e coletores de açaí, manguezeiros e caranguejeiros, pescadores, tripulantes de barco, comandantes e práticos fluviais, trabalhadores nas minas, seringueiros e castanheiros, quebradores de babaçu, ceramistas e oleiros, cortadores de seringa, caçadores de jacarés, extratores de madeira, brincantes de boi-bumbá e puxadores de toadas, garimpeiros, cultivadores de juta e malva, canoeiros e remadores, curandeiros, rezadores e benzedeiros, agricultores de arroz e soja, vendedores de tacacá, cozinheiras, quituteiras, contadores de histórias, mitos e lendas. (BENCHIMOL, 1999, p. 25).

Com relação ao GE: Entidades Educacionais estão representadas pelas seguintes instituições: Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFAM), Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Centro de

Educação Tecnológica do Amazonas (CETAM), UNINILTONLINS, Centro Universitário do Norte (UNINORTE) e Faculdade Metropolitana de Manaus (FAMETRO).

A Universidade Federal do Amazonas (UFAM) é uma Instituição Federal de Ensino Superior, criada na Lei nº 4.069-A, de 12 de junho de 1962. Decreto nº 53.699, de 13 e março e 1964. Tem sede na cidade de Manaus e é mantida pela União, como entidade da administração indireta na forma da legislação em vigor. Sua missão está no cultivo do saber em todas as áreas do conhecimento por meio do ensino, pesquisa e da extensão, contribuindo para a formação de cidadãos e o desenvolvimento da Amazônia. Com a maioria de suas unidades administrativas e de ensino instaladas no Campus Universitário, conta atualmente com 96 cursos de graduação e 39 de pós-graduação *Strictu sensu* credenciados pela Capes. Somam-se a isso 31 cursos de mestrado e oito de Doutorado. Já em pós-graduação *Lato sensu* são mais de 30 os cursos oferecidos pela instituição. No que concerne a Extensão mais de 600 projetos que beneficiam diretamente a população e 17 grandes programas extensionistas. Promove o estímulo à prática do ecoturismo no Estado por meio de projetos de extensão viabilizados em estudos de Pós- Graduação. Porém, não oferece o curso de graduação em Turismo.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFAM) é uma instituição pública federal criada por meio do Decreto Presidencial de 26 de março de 2001. Em 2008 um Projeto de Lei 3775/2008 expandiu essa modalidade de ensino com a implementação de 38 unidades no país. Esse projeto surgiu com o intuito de estimular a pesquisa e extensão tendo em vista o desenvolvimento de soluções tecnológicas e seus benefícios às comunidades. Metade das vagas se destina à oferta de cursos técnicos de nível médio, em especial de currículo integrado. Na educação superior, os cursos se dirigem para área de engenharia e de licenciaturas em ciências física, química, matemática e biologia. O projeto apresenta em sua estrutura estímulos para as licenciaturas de conteúdos específicos da educação profissional e tecnológica, com formação de professores de mecânica, eletricidade e informática. Além de serem autônomos, nos limites de sua área de atuação territorial, para criar e extinguir cursos, os institutos também podem registrar diplomas dos cursos por ele oferecidos, mediante autorização do seu Conselho Superior. Cada instituto federal é organizado em estrutura com vários campi, com proposta orçamentária anual identificada para cada campus e reitoria, equiparando-se com as universidades federais. No Amazonas, dos 61 municípios que compõem o Estado, apenas sete instituições foram instaladas, nos seguintes municípios. Coari, Parintins, São Gabriel da Cachoeira, Presidente Figueiredo, Lábrea, Maués e Tabatinga.

A Universidade do Estado do Amazonas (UEA) foi instituída pela Lei nº. 2.637 de 12 de janeiro de 2001. Como missão se propõe a promover a educação, desenvolvendo o

conhecimento científico, particularmente sobre a Amazônia em conjunto aos valores éticos capaz de integrar o homem à sociedade e de aprimorar a qualidade dos recursos humanos existente na região. Sobre o curso de graduação de Turismo, na modalidade de bacharelado visa formar o Turismólogo para atuar no planejamento, gestão e pesquisa na área de turismo, partindo da concepção de que a atividade é um fenômeno econômico, social e ambiental de grandes proporções e relevância em nível local, regional, nacional e mundial. Existe uma diversificação de disciplinas relacionadas à temática do Ecoturismo em sua grade curricular, como: Turismo e Gestão Ambiental, Turismo, Meio Ambiente e Patrimônio Cultural, Avaliação Ambiental de Empreendimentos Turísticos e uma disciplina optativa denominada Turismo de Selva. Com essa iniciativa a instituição tende à capacitação de uma demanda de profissionais preparados para empreenderem no ramo do mercado turístico, como também, no atendimento de turistas interessados por um lazer de contemplação em ambientes naturais.

O Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (CETAM) trata-se de uma autarquia vinculada à Secretaria de Ciência e Tecnologia tem como missão promover diretamente a Educação Profissional no âmbito estadual, nos níveis básico, técnico e tecnológico, como instrumento de cidadania para gerar ocupação e renda, em articulação com os programas de governo. Dos 62 municípios componentes do Estado o centro está presente em 58 municípios com oferta de serviços nas seguintes áreas: saúde, comunicação e informação, estética, indústria, pesca, entre outros. As parcerias firmadas com o CETAM envolvem instituições de caráter público estadual, municipal, ONGs e demais entidades.

O Centro Universitário do Norte (UNINORTE) integra a Sociedade de Desenvolvimento Cultural do Amazonas – SODECAM, CRIADA EM 1991. É mantenedora do UNINORTE, credenciado em 14 de abril de 2004, por meio da Portaria nº. 995/2004. A instituição integra a rede global líder em ensino superior, a Laureat International Universities (LIU). Atualmente divide-se em 14 unidades acadêmicas localizadas no centro da cidade de Manaus/AM e dispõe de mais de 50 cursos de graduação tradicional e tecnológica. Oferece cursos de extensão e pós-graduação Lato Sensu em parceria com importantes universidades brasileiras. O Curso de Bacharel em Turismo busca a formação de profissionais aptos para atuação eficiente nas áreas de planejamento, organização e supervisão das atividades específicas ou afins na área de turismo, sob a ótica do desenvolvimento sustentável, capaz de atender às necessidades qualitativas do mercado de trabalho.

Com relação aos atores sociais integrantes do GF: Órgãos Governamentais Municipais encontram-se as seguintes instituições: as Secretarias Municipais de Turismo representantes das Prefeituras Municipais nos respectivos polos destino do ecoturismo, a

Secretaria do Meio Ambiente (SEMMAS), Fundação Municipal de Cultura e Arte (MANAUSCULT) e a Fundação Municipal de Eventos e Turismo (MANAUSTUR).

As Secretarias Municipais de Turismo representantes das Prefeituras Municipais (SEMTUR) respondem pela organização do segmento no local. Nesse contexto as Prefeituras têm uma série de responsabilidades fundamentais tanto no planejamento como na legislação e gestão da atividade turística. Exemplo disso, a segurança dos sítios históricos, arqueológicos e naturais, a limpeza pública, a fiscalização da implementação dos códigos de postura e de utilização do solo, a manutenção das vias públicas e acessos, dentre outras. Essas medidas asseguram um papel chave para as municipalidades na sustentabilidade do desenvolvimento turístico (BRASIL, 2004). Compete a Lei Orgânica do Município por meio do Prefeito designar as competências das respectivas SEMTUR e suas atribuições. Cabe salientar que nos 10 polos visitados algumas secretarias não dispõem de um lugar próprio para atender essa demanda. Alguns representantes atuantes no cargo, não têm curso de formação na área e são frequentemente substituídos, dificultando a coleta de informações.

À Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMMAS) compete formular e executar a política municipal de desenvolvimento e meio ambiente da cidade de Manaus em consonância com as diretrizes estabelecidas pela política nacional de desenvolvimento econômico, científico, tecnológico e de meio ambiente.

Dentre as principais atribuições se propõe atuar na fiscalização de problemas demandados do meio ambiente, como queimadas, desmatamentos, caça e pesca ilegal, extração de madeira, ocupação ilegal de terras, gestão do espaço territorial, á luz da Legislação Ambiental vigente.

A Fundação Municipal de Cultura e Artes (MANAUSCULT) é uma iniciativa componente da Administração Indireta do Poder Executivo, na forma da Lei nº 1.321, de 16 de abril de 2009. Tem personalidade jurídica de Direito Privado e autonomia administrativa e financeira, com sede e foro na cidade de Manaus. Para efeito de controle e supervisão de suas atividades encontra-se vinculada ao Gabinete do Chefe do Poder Executivo. Como missão, se propõe coordenar e executar políticas públicas voltadas para área de cultura e artes, assim como a promoção do desenvolvimento dessas atividades e a articulação de parceria com as organizações públicas e privadas, visando à formação artística e profissional da população.

A Fundação Municipal de Eventos e Turismo (MANAUSTUR) trata-se de uma organização indireta do Poder Executivo Municipal. Após várias alterações sofridas na introdução de sua legalidade, hoje tem amparo na Lei n.º 1.410, de 20 de janeiro de 2010, dotada de personalidade jurídica de Direito Público e autonomia administrativa e financeira,

com sede e foro na cidade de Manaus. Tem por finalidade coordenar e executar políticas públicas direcionadas às áreas de turismo e eventos, assim como a promoção de seu desenvolvimento e a articulação em parceria com as organizações públicas e privadas. Como estratégia de ação encontra-se orientada em ações de acompanhamento das atividades relacionadas aos eventos promovidos pelo Município de Manaus, com supervisão na área.

**APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADA AOS ATORES SOCIAIS
DAS ESFERAS (FEDERAL, ESTADUAL, MUNICIPAL) E DA SOCIEDADE CIVIL
ORGANIZADA**

Universidade de Brasília/UnB – Centro de Desenvolvimento Sustentável – CDS

ENTREVISTADO (A) _____

EMPRESA ONDE TRABALHA _____ FUNÇÃO _____

GRAU DE INSTRUÇÃO: _____

Objetivo da proposta de tese: identificar por meio da construção os futuros plausíveis do ecoturismo do estado do Amazonas, como forma de analisar as dimensões da sustentabilidade nos cenários de referência e as consequências nas políticas públicas propostas ao ecoturismo local.

ENTREVISTA

1) Qual a sua percepção sobre o ecoturismo no Mundo, no Brasil, na Amazônia e em particular no estado do Amazonas, nos últimos 10 anos?

2) Que análise você faz do Ecoturismo no Estado do Amazonas, hoje?

3) Na sua visão de futuro, como estará ecoturismo no Amazonas, nos próximos 10 anos? Por quê? Quais as expectativas de futuro? Informar, se possível, quais serão os segmentos e/ou modalidades de Turismo que se destacarão no futuro para esta região.

APÊNDICE C - FICHA-LEVANTAMENTO DE DADOS PARA O DIAGNÓSTICO DO PERFIL DOS POLOS ECOTURÍSTICOS/AM

1. Identificação da Pesquisadora

2. Dados da Pesquisa

Nome da Tese:

Objetivo:

Orientador:

3. Identificação do Pesquisado(a)

Nome: _____

Função: _____ Grau Instrução: _____

Naturalidade: _____ Nome do Polo: _____

4. Questões sobre o Ecoturismo

- a) Falar sobre a realidade do ecoturismo local
- b) Existência de Unidades de Conservação?
- c) Fluxo de turista no local
- d) Sobre a infraestrutura local:

- Quais os atrativos existentes
- Existência de Central de Atendimento ao Turista
- Existência de curso de aperfeiçoamento às pessoas envolvidas nesse tipo de atividade?
- O que mudou do ponto de vista do acolhimento ao turista
- Surgiram restaurantes
- Aumentou a oferta de hotéis
- Lojas de artesanato
- Quais os serviços oferecidos aos turistas

5. Sobre a mobilidade

- Existência de linha de ônibus
- Frequência dos barcos

- Tipos de acesso ao local

6. Participação da Comunidade

- De que maneira a comunidade local participa nessas atividades
- Os hotéis existentes são de propriedade de moradores locais ou de pessoas de fora
- Os trabalhadores pertencem à comunidade local
- Presença do Poder Público
- Se existe algum serviço, como: escolas, postos de saúde, hospitais
- Quais os tipos de assistência médica?
- Se existe energia;
- Se existe internet;
- Que tipo de serviço público é ofertado ao turista?
- Existe um Plano de Desenvolvimento para a atividade turística local?

Obs. gerais: os dados constam nessa ficha/diagnóstico devem ser apresentados por seu representante (polo ecoturismo) nos dias da realização do Workshop.

Manaus, 14 de abril de 2011/Edinelza Macedo Ribeiro.

**APÊNDICE D - OFÍCIO ENTREGUE AOS ATORES SOCIAIS PARTICIPANTES DO
EVENTO *WORKSHOP* “ECOTURISMO E CONSTRUÇÃO DE CENÁRIOS PARA O
AMAZONAS”**

Ofício nº 126/2011 – CDS/UnB

Ao

Ilmo Sr.

Prezado Senhor

Na oportunidade convidamos Vossa Senhoria a participar do Workshop “Ecoturismo e Construção de Cenários: estratégias de desenvolvimento para o estado do Amazonas”. Este evento faz parte das atividades dos Programas DINTER/UnB-CDS e UEA. A temática que subsidiará a realização deste evento versará sobre o “III Seminário – Internalizando Competências Regionais”.

O evento acontecerá nos dias 19, 20 e 21 de julho de 2011 no Auditório da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, à Avenida Djalma Batista, s/nº e, se propõe a identificar os futuros plausíveis do ecoturismo e seus impactos nas políticas públicas e nas ações empresariais locais.

A metodologia utilizada nesta oficina de estudo será a técnica da construção de cenários. Essa escolha se justifica diante da viabilidade metodológica contribuir com informações advindas das percepções dos atores sociais locais, frente aos desafios do ecoturismo como alternativa de desenvolvimento do Estado. Ressaltamos que a participação de V. Sa principalmente nos dias 20 e 21 de julho no processo da construção e Cenários para o Ecoturismo no Estado é muito importante tanto para os empreendedores no segmento do setor, como para a sociedade local.

Profa. Edinelza M Ribeiro

UnB

Prof. Dr. Elimar Pinheiro

APÊNDICE E - PERGUNTAS REALIZADAS NA PESQUISA “COMUNIDADES À MARGEM DA SUSTENTABILIDADE: UM OLHAR SOBRE O POLO ECOTURÍSTICO DE IRANDUBA”. TÉCNICA DE COLETA DE DADOS: GRUPO FOCAL

- 1- Atividade desenvolvida na comunidade.
- 2- Qual a vocação econômica das comunidades e do município de Iranduba?
- 3- Quais os benefícios e os impactos das atividades turísticas para as comunidades locais e contribuição das comunidades para o desenvolvimento do ecoturismo.
- 4- Existência de projetos, programas ecoturísticos desenvolvidos pelo governo do estado e por empreendedores dos hotéis de selva e; existência de etnias indígenas no entorno dos hotéis de selva.

**ANEXO A - QUADRO RESUMO DAS UCs DO ESTADO DO AMAZONAS NO
ÂMBITO DAS ESFERAS (FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL), ANO DE
CRIAÇÃO E SUA LOCALIZAÇÃO MUNICIPAL**

Nº	ÁREA PROTEGIDA	ESFERA ADMINISTRATIVA	ÁREA (há)	ANO DO DECRETO	MUNICÍPIO
01	Parque Nacional do Jaú	Federal	2.272.000	1980	Novo Airão
02	Parque Nacional Pico da Neblina	Federal	2.200.000	1979	São Gabriel da Cachoeira e Santa Isabel do Rio Negro
03	Reserva Biológica Uatumã	Federal	560.000	1990	Presidente Figueiredo e São Sebastião do Uatumã
04	Refúgio da Vida Silvestre Sauim Castanheira	Federal	195	1982	Manaus
05	Estação Ecológica de Anavilhanas	Federal	350.018	1981	Manaus e Novo Airão
06	Flona Amazonas	Federal	1.573.100	1989	Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro
07	Flona Cubatê	Federal	416.532	1990	São Gabriel da Cachoeira
08	Flona Cuiari	Federal	109.518	1990	São Gabriel da Cachoeira
09	Flona Içanã	Federal	200.561	1990	São Gabriel da Cachoeira
10	Flona Içanã-Aiari	Federal	491.400	1990	São Gabriel da Cachoeira
11	Flona Pari-Cachoeira I	Federal	18.000	89	São Gabriel da Cachoeira
12	Flona Pari-Cachoeira II	Federal	654.000	89	São Gabriel da Cachoeira
13	Flona Piraiauara	Federal	631.436	90	São Gabriel da Cachoeira
14	Flona Taracúá	Federal	647.744	90	São Gabriel da Cachoeira
15	Flona Taracúá II	Federal	559.504	90	São Gabriel da Cachoeira
16	Flona Urucu	Federal	66.496	90	São Gabriel da Cachoeira
17	Flona Xié	Federal	407.935	90	São Gabriel da Cachoeira
18	ARIE Dinâmica Biológica de Fragmentos Florestais	Federal	3.288	85	Rio Preto da Eva
19	Reserva Florestal Adolfo DucKe	Federal	10.000	62	Manaus
20	Reserva Florestal Walter Egler	Federal	1.000	74	Rio Preto da Eva
21	Reserva de Fauna CECAM – Centro de Criação de Animais Nativos	Federal	14.150	-	Manaus
22	Bosque da Ciência	Federal	2,25	-	Manaus
23	APA Caverna do Maroaga	Estadual	374.700	90	Presidente Figueiredo
24	APA Paduari-Solimões	Estadual	566.365	95	Novo Airão, Iranduba e Manacapuru
25	APA Tarumã Açu – Tarumã Mirim	Estadual	56.793	95	Manaus

Nº	ÁREA PROTEGIDA	ESFERA ADMINISTRATIVA	ÁREA (há)	ANO DO DECRETO	MUNICÍPIO
26	APA Aturiá-Apuauzinho	Estadual	586.422	95	Manaus, Presidente Figueiredo e Novo Airão
27	Parque Estadual Serra do Aracá	Estadual	1.818.700	90	Barcelos
28	PE Rio Negro Setor Sul	Estadual	157.807	95	Manaus e Novo Airão
29	PE Rio Negro Setor Norte	Estadual	146.028	95	Novo Airão
30	REBIO Morro dos Seis Lagos	Estadual	36.900		São Gabriel da Cachoeira
31	RDS Amanã	Estadual	2.313.000	98	Barcelos, Novo Airão, Codajás, Coari e Maraã
32	Parque Municipal Mindú	Municipal	35	95	Manaus
33	Parque Tarumã/Cachoeira Alta	Municipal	208	95	Manaus
34	Parque Ponte da Bolívia	Municipal	8,0	95	Manaus
35	Parque Municipal Tarumãzinho	Municipal	120	95	Manaus
36	Parque Cultural de Desporto e Lazer da Ponta Negra	Municipal	28	95	Manaus
37	Encontro das Águas	Municipal	18	01	Manaus
38	Mundo Novo	Municipal		01	Manaus
E39	Sumaúma	Municipal		01	Manaus
40	Horto Municipal Chico Mendes	Municipal		95	Manaus
41	Monumento Natural Cachoeira Dos Noivos	Municipal		95	Manaus
42	Monumento Natural Cachoeira das Almas	Municipal		95	Manaus
43	APA Urubuí	Municipal	36.600	97	Presidente Figueiredo
44	APA Tarumã/Ponta Negra	Municipal	67.045	01	Manaus
45	APA Puraquequara	Municipal		01	Manaus
46	APA Mariuá	Municipal			Barcelos
47	RDS Piranha	Municipal	103.000	98	Manacapuru
48	RDS Tupé	Municipal	13.500	01	Manaus
49	RDS Jatuarana	Municipal		01	Manaus
50	ARIE Campus Universitário	Municipal	2.750	01	Manaus
51	Jardim Botânico Municipal	Municipal	383	01	Manaus
52	RPPN Bela Vista	Particular	27,35	95	Manaus
53	RPPN Estância Rivas	Particular	100,01	97	Presidente Figueiredo
54	RPPN Sítio Bela Vista	Particular	63,43	98	Presidente Figueiredo
55	RPPN Sítio Morada do Sol	Particular	43,55	95	Presidente Figueiredo
56	RPPN Cachoeira das Lajes	Particular	52,06	-	Presidente Figueiredo
57	RPPN Cachoeira da Neblina	Particular	-	-	Presidente Figueiredo
58	RPPN Cachoeira do Arco	Particular	-	-	Presidente Figueiredo
59	RPPN Laço do Amor	Particular	8,00	-	Presidente Figueiredo
60	RPPN Sokagakai	Particular	57	-	Manaus (Colônia Antonio Aleixo)

Fonte: TC/BR/ Estratégias de Ecoturismo do PROECOTUR, 2009.

**ANEXO B - QUADRO DOS ATRATIVOS NATURAIS E CULTURAIS DO POLO
AMAZONAS OBJETO DE PESQUISA/AM**

Atrativos natural e cultural	Localização
Lago Sampaio , atrativo natural e cultural, uma vez que foi palco para os combates da Revolta da Cabanagem e possui sítios arqueológicos,	Autazes
Parque Nacional do Jaú , um dos mais ricos em biodiversidade tropical.	Barcelos
Parque Estadual Serra do Araçá , com cachoeira do Yucum que possui a maior queda livre do Brasil com 370 metros.	Barcelos
Área de Proteção Ambiental (APA) Municipal de Mariuá é um parque aquático formado por mais de 1.400 ilhas, o que lhe confere o título de maior arquipélago do mundo.	Barcelos
Parque Nacional de Anavilhana formado por um complexo de cerca de 400 ilhas, com formas diversas, considerado um dos maiores arquipélagos fluviais do mundo,	Manaus e Novo Airão.

Fonte: TC/BR/Estratégias de ecoturismo do PROECOTUR, 2009.

ANEXO C - Roteiros de passagem e reprodução de várias espécies de aves migratórias do polo Amazonas

Nome dos Roteiros	Localização
Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Piranha - roteiro de passagem e reprodução de várias espécies de aves migratórias	Manacapuru;
Encontro das Águas , fenômeno natural provocado pela confluência das águas escuras do rio Negro com as águas brancas do rio Solimões, que se juntam para formar o rio Amazonas	próximo à Manaus;
Bosque da Ciência possibilita maior conhecimento sobre o meio ambiente amazônico, ao mesmo tempo em que permite desfrutar horas agradáveis passeando por suas trilhas.	Manaus;
Parque Municipal de Mindu oferece várias trilhas suspensas, trilhas interpretativas, um orquidário, uma biblioteca, um canteiro de plantas medicinais e um grande anfiteatro coberto, além de uma maloca que recebe periodicamente exposições e seminários. O parque abriga alguns animais em liberdade, sendo as famílias de sauím de coleira as mais procuradas para observação.	Manaus
RPPN Bela Vista - há na reserva trilhas onde se pode realizar caminhadas e observar a flora e a fauna da região. Pretende-se no futuro desenvolver atividades de ecoturismo, em Manaus.	Manaus
RDS do Amaná , área extremamente importante do ponto de vista biológico, pois está localizada entre as bacias de um rio de águas pretas (rio Negro) com rios de águas brancas (rios Japurá e Solimões)	municípios de Barcelos, Maraã, Coari e Codajás;
RPPN Cachoeira do Santuário foi criada em 1998 com a finalidade de desenvolver atividades de ecoturismo, educação ambiental e recuperação de áreas degradadas.	Presidente Figueiredo;
APA Caverna do Maroaga , segundo tradição popular, a caverna foi utilizada pelos índios Waimiri-Atroari como refúgio. Esta área abriga outras cavernas (Maroaga II) e grutas (Judea).	Presidente Figueiredo

<p>Centro de Proteção e Pesquisa de Mamíferos Aquáticos – CPPMA vem desenvolvendo, em parceria com IBAMA e INPA, pesquisas sobre a conservação e reprodução de mamíferos aquáticos (peixe-boi, botos rosa e tucuxi, ariranha e lontra).</p>	<p>Presidente Figueiredo</p>
<p>Centro de Preservação e Pesquisa de Quelônios Aquáticos desenvolve atividades de manejo e conservação de quelônios aquáticos na área e estuda a reprodução em cativeiro além de ter identificado a ocorrência de oito espécies.</p>	<p>Presidente Figueiredo;</p>
<p>Parque Nacional do Pico da Neblina, na fronteira com a Venezuela, o Parque além de contar com uma extraordinária beleza paisagística do conjunto de montanhas e de sua flora, dois picos destacam-se na Serra do Imeri, o Pico da Neblina, ponto culminante do nosso país com 3.014 metros de altitude e o Pico 31 de Março com 2.992 metros de altitude, os dois mais altos do Brasil, há sobreposição de áreas do Parque com terras indígenas, o que pode dificultar o desenvolvimento do ecoturismo no local em curto prazo, por questões legais, em São Gabriel da Cachoeira.</p>	<p>São Gabriel da Cachoeira</p>
<p>Região dos Lagos possui um numero diversificado de espécies de peixes. Essa região está bem estruturada para o turismo e;</p> <p>Ilha dos Pássaros, denominada ilha dos Pássaros devido à concentração de várias espécies de pássaros como garças, iraúna, tangará, tesourinha, papagaios entre outras que se agasalham para pernoitar com objetivo de fugir de predadores</p>	<p>Silves</p>

Fonte: TC/BR/Estratégias de ecoturismo do PROECOTUR, 2009.

ANEXO D - QUADRO DOS ATRATIVOS CULTURAIS DO POLO AMAZONAS E LOCALIZAÇÃO

Atrativos Culturais	Localização
<p>Festival de Cirandas é uma dança de roda praieira com uma temática poética bastante variada, inspirada nas quadrilhas europeias, tendo sido representada inicialmente por mulheres de pescadores nordestinos que esperavam a volta de seus maridos do mar cantando e dançando.</p>	Manacapuru
<p>Conjunto Arquitetônico do Porto de Manaus, tombado pelo Patrimônio Histórico Nacional em 1987, composto por várias construções: Prédio da Ilha de São Vicente (Rua Bernardo Ramos), Escritório Central (Rua Taqueirinha), Museu do Porto (Boulevard Vivaldo Lima), prédio onde funciona o anexo da Assembleia Legislativa (Rua Governador Vitório) e o antigo Prédio do Tesouro Público (Rua Maurício de Souza),</p>	Manaus
<p>Teatro Amazonas, uma das obras arquitetônicas mais significativas do período áureo da borracha e principal patrimônio artístico cultural do Estado,</p>	Manaus;
<p>Artesanato Caboclo e Indígena, presente em vários municípios do Polo e na Capital;</p>	Vários municípios do Polo e na Capital
<p>Sítios Arqueológicos</p>	Vários municípios do Polo
<p>Carnaboi, criado pela Prefeitura de Manaus para mostrar a especificidade do Boi-Bumbá na Amazônia, esse evento aproveita o embalo criado pelo Festival Folclórico de Parintins.</p>	Manaus

<p>Festival de Ópera, realizado nos meses de abril/maio, apresenta obras de alta qualidade para um público cada vez mais numeroso.</p>	<p>Manaus</p>
<p>Temporada de Clássicos, apresentada no Teatro Amazonas, esses concertos tentam sensibilizar a população local a ouvir a música clássica e são muito frequentados pelos turistas presentes na cidade.</p>	<p>Manaus</p>
<p>Ruínas de Velho Airão, em fase de tombamento pelo IPHAN, possui 11 ruínas de prédios e um cemitério.</p>	<p>Novo Airão</p>
<p>Festival Cultural das Tribos do Alto Rio Negro reúne, durante três dias, cerca de 20 mil participantes de todas as tribos da região, com apresentação de rituais, cânticos, danças e comidas típicas, como a carne muquiada, caxiri, quinhampira, além de outros preparos da culinária indígena.</p>	<p>São Gabriel da Cachoeira.</p>

Fonte: TC/BR/Estratégias de Ecoturismo do PROECOTUR, 2009.